USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
 Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
 Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Representações de identidades da Cidade Necessária
 (modelos e configurações urbanas distintas) na iconografia do Recife colonial:
 Planos de *Phernam-buquo* do ante-bellum à restauração

ANDRÉ GUSTAVO DA SILVA BEZERRA LINS
 Orientador: Prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre

São Paulo
 2011

ANDRÉ GUSTAVO DA SILVA BEZERRA LINS

Representações de identidades da Cidade Necessária

(modelos e configurações urbanas distintas) na iconografia do Recife colonial:

Planos de *Phernam-buquo* do *ante-bellum* à restauração

Representations of identities at Necessary City

(different urban models and configurations) in colonial Recife iconography: plans to

Phernam-buquo from *ante-bellum* until restoration

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de **Doutor em Arquitetura e Urbanismo**

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo

Orientador: **Prof. Dr. José Eduardo de Assis Lefèvre**

Financiamento: **CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa**

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

O Original se encontra disponível na sede do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

São Paulo, Agosto de 2011.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

e-mail: andreblins@usp.br

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca da FAUUSP - Maranhão

L759r Lins, André Gustavo da Silva Bezerra
Representações de identidades da Cidade Necessária (modelos e configurações urbanas distintas) na iconografia do Recife colonial : planos de *Phernam-buquo* do *ante-bellum* à restauração / André Gustavo da Silva Bezerra Lins. -- São Paulo, 2011.
343 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração : História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP.

Orientador: José Eduardo de Assis Lefèvre

1. Espaço urbano – Recife (PE) – Século 17 2. Identidade
3. Iconografia – Recife (PE) – Século 17 4. Representação
I. Título

CDU 711.5

Universidade de São Paulo

RELATÓRIO DE DEFESA

Aluno: 16133 - 3740846 - 1 / Página 1 de 1

Relatório de defesa pública de Tese do(a) Senhor(a) André Gustavo da Silva Bezerra Lins no Programa: Arquitetura e Urbanismo, do(a) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Aos 04 dias do mês de julho de 2011, no(a) sala nº 24 realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) André Gustavo da Silva Bezerra Lins, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulada:

"Representações de identidades da "Cidade Necessária" (modelos e configurações urbanas distintas) na iconografia do Recife colonial: Planos de Pherman-buquo do ante-bellum à restauração"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
José Eduardo de Assis Lefevre	Presidente	FAU - USP	<u>APROVADO</u>
Mario Henrique Simao D Agostino	Titular	FAU - USP	<u>APROVADO</u>
Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci	Titular	IAU - USP	<u>APROVADO</u>
Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno	Titular	FAU - USP	<u>APROVADO</u>
Luzia Sigoli Fernandes Costa	Suplente	UFSCar - Externo	<u>APROVADO</u>

Resultado Final: APROVADO

Parecer da Comissão Julgadora *

Eu, Diana de Lencastre, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as). São Paulo, aos 04 dias do mês de julho de 2011.

Mario Henrique Simao D Agostino

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci

Luzia Sigoli Fernandes Costa

José Eduardo de Assis Lefevre
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 04/08/11 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo obtido no Programa Arquitetura e Urbanismo - Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

DEDICATÓRIA

Dedico esta Tese de Doutorado desenvolvida na FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) e a motivação para sua construção, às minhas filhas Maria Eduarda Lins e Maria Gabriela Lins, à minha mãe Joana Maria da Silva, ao meu pai Jurandir Bezerra Lins, à minha esposa Shirley Ferreira de Albuquerque, e aos meus irmãos Ana Mery Leite, Márcio Aurélio Santana e Lester Fernando Leite.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento realmente especial na caminhada na pós-graduação da USP, tensionando o cotidiano em busca do objeto de estudo, das hipóteses e de como me manter são e, ao mesmo tempo, vislumbrar o resultado desse esforço. Foram tantas pessoas que se esforçaram junto comigo e se deram, tentando entender porque alguém decidiria se ausentar da vida para vivê-la, como num paradoxo persistente e insolúvel. Esses companheiros e companheiras de jornada foram mais do que isso, deram um pouco de si, sobrando apoios, aos quais a minha gratidão será eterna.

Retomando minha trajetória na USP, do Mestrado ao Doutorado, agradeço inicialmente aos professores doutores da EESC/USP, à época que cursei o Mestrado, Nabil Bonduki, Hugo Segawa, Cibele Risek, Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Tramontano, Telma Barros e José Carlos Cintra pelas oportunidades de muito aprendizado. Lembro-me de uma oportunidade ímpar, quando da defesa de livre-docência do Prof. Dr. Hugo Segawa, a EESC/USP recebeu a banca ilustre composta por Aracy Amaral, Carlos Lemos e o saudoso Murilo Marx. No dia seguinte à defesa, acompanhei os professores numa visita à Fazenda Pinhal de São Carlos-SP. Juntos num pequeno carro os cinco, passei a comentar sobre os trabalhos dos mestres. Na fazenda, entre o passeio a pé e a conversa sobre a família e a vida, também abríamos espaço para falar do patrimônio, da preservação, enfim questionamentos que me fizeram entender uma das razões pelas quais aquelas pessoas especiais têm resultados profissionais tão expressivos. Com o Murilo e o Lemos conversei mais e pude ver simplicidade nos aconselhamento e votos de sucesso que recebi. Mas, o Murilo se mostrou ainda mais generoso nas conversas entre as caminhadas, fazendo críticas a textos seus que ele mesmo superou com novas abordagens. A partir de então, minhas visitas agendadas ao MAE/USP (Museu de Arqueologia e Etnologia da USP) ficaram mais constantes para conversas enriquecedoras com o Murilo Marx. Relato isso para agradecer à USP pela oportunidade de transcender as dificuldades da vida que hoje não são mais importantes, tendo vivido, convivido e aprendido o sentido da oportunidade de estar entre esses uspianos.

Ao longo dos quatro anos de Doutorado, a FAUUSP me apresentou ângulos diversificados, mas claros, da vida acadêmica e da postura ética e profissional necessária para levar seu nome. Fico grato pelo convívio com pessoas que são referências bibliográficas indispensáveis sobre arquitetura e urbanismo, mas acessíveis e de convívio saudável que me fizeram avançar da condição de admirador para uma relação de coleguismo e cooperação.

Agradeço aos professores da Pós-Graduação da FAU/USP, entre outros, ao Prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho e à Prof^ª. Dr^ª. Beatriz Mugayar Kühl pela capacidade de transmitir impressões que se leva uma vida pra extrair do mundo. Sou grato aos professores doutores, Celso Lamaparelli, Maria Ruth Amaral e José Lira Tavares pelas importantes orientações durante a disciplina Teoria do Conhecimento, com uma rica experiência metodológica de construção do objeto de estudo. Também sou grato aos professores doutores Benedito Toledo, Mário Henrique Simões, Maria Helena Ayoub e Júlio Katinsk pelas orientações e atenção especial aos meus projetos de pesquisa ainda na etapa de construção. Agradeço à Prof^ª. Dr^ª. Maria Irene Szimerecsani, pelo período de orientação cuidadosa e rigorosa.

Agradecimento ao pessoal da secretaria da FAU/USP, Iza, Ivani, Cida, Diná e Regina da CPG/FAUBolsas, pela atenção aos meus questionamentos e pedidos de urgência. À Rosa Lina da Revista da Pós-Graduação, meus agradecimentos eternos e ao deixar de ser aluno do doutorado quero continuar como seu amigo. Ao pessoal das bibliotecas de arquitetura da USP, FAU Artigas e FAU Maranhão, minha gratidão pela solução de empréstimos de livros, acompanhamento na sala de leitura, a pela prestatividade. Também na USP, na Biblioteca Central da EESC/USP, a atenção e o conhecimento técnico de Rosana, Elena e seu pessoal que participam da construção das normas da ABNT, mostram como a USP nos coloca em contato direto com as fontes de produção do conhecimento.

Agradeço ao IEB/USP pela disponibilidade de seu acervo, entre eles o acervo Mário de Andrade. Em especial, dedico minha gratidão ao saudoso Prof. Dr. Instvan Jáncon que me apresentou acervos iconográficos que ainda me impressionam e me dão a certeza que ainda há muito a ser explorado cientificamente. Através dele fui apresentado também ao acervo da Biblioteca Brasileira Mindlin e aos museus e bibliotecas de São Paulo, de onde extrai muita informação historiográfica e iconográfica e, aprendi a respeitar ainda mais a historiografia. Também sou grato ao pessoal da Biblioteca da FFLCH/USP pela facilitação do acesso às publicações.

A todos os membros do IAHGPE, José Luiz da Mota Menezes, Reinaldo Carneiro Leão, Jorge Paes Barretto, Tácito Galvão, Desembargadora Margarida Cantarelli, entre tantos outros que convivem naquele espaço de conhecimento e pesquisas, inclusive nos momentos de conversas saudáveis no Arqueobar, aos sábados após o expediente, regados com os melhores vinhos e azeites. Muito grato pela disponibilização das experiências, do acervo manuscrito e de ricas fontes historiográficas.

À Biblioteca do Estado de Pernambuco, ao Arquivo Público, ao Museu da Cidade do Recife e ao Instituto Ricardo Brennand. Gratidão especial ao pessoal do Gabinete Português de

Leitura de Recife pela disponibilização de seus ricos acervos. À Fundação Joaquim Nabuco, que direcionei atenção por sugestão de José Lira Tavares, onde encontrei documentos relevantes. Sou grato ao Prof. Dr. Marcos Galindo pelo interesse em me apresentar resultados do projeto Liber/UFPE e pela oferta de exemplares iconográficos como Vingboons. Agradeço ao escritor Leonardo Dantas pelo desprendimento em contribuir com os questionamentos. Sou muito grato ao pessoal das bibliotecas da UFPE (CAC, CFCH e Central).

Aos professores da Banca de Qualificação, onde a contribuição efetiva colocou em bons eixos o objeto, os objetivos e as hipóteses levantadas na tese, sendo corresponsáveis pelos avanços alcançados. Agradecimento especial à Prof^a. Dr^a. Beatriz Bueno Picolotto pelas detalhadas orientações dadas com impressionante desprendimento e interesse pela pesquisa que se desenrolava. À Prof^a. Dr^a. Maria Ângela Bortolucci pelas orientações e sugestões nesta caminhada. Minha gratidão ao meu orientador Prof. Dr. José Eduardo Lefèvre pela persistente cobrança por resultados e orientação perspicaz.

Por fim, agradeço à CAPES e ao CNPq pelas bolsas de mestrado que dividiram todo o período do Mestrado, e também ao PAE/USP (Programa de Aperfeiçoamento do Ensino), no qual fui monitor bolsista em sala de aula, sob coordenação da ilustre professora Telma Correia de Barros, financiamentos que me proporcionaram alcançar o título de mestre em arquitetura e urbanismo pela EESC/USP, em 2005. Agradeço novamente ao CNPq pelo financiamento de meu Doutorado na USP.

Aos meus amigos e colegas de todas as raças e de todas as tribos, que me incentivaram e mantiveram com a certeza de contar com a oração e o pensar positivo.

Por fim, sou infinitamente grato à minha família, minhas filhas Maria Eduarda Lins e Maria Gabriela Lins, minha esposa Shirley Albuquerque, minha mãe Joana Maria, meu pai Jurandir Bezerra Lins, meus irmãos Ana Mery, Márcio Aurélio e Lester Fernando, e meus sobrinhos Fernando e Isabela, pelo porto seguro incondicional ofertado em todos os momentos duros da longa e árdua, mas gratificante caminhada facilitada na companhia dessas pessoas, que mesmo a distância de países e estados não alteraram sua essência. Agradeço a Deus.

RESUMO

LINS, A. G. S. B. **Representações de identidades da Cidade Necessária (modelos e configurações urbanas distintas) na iconografia do Recife colonial: planos de *Phernambuco* do *ante-bellum* à restauração.** 2011. 343 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Apresenta e discute acervo iconográfico com foco no espaço urbano do Recife colonial e reflete se a análise dessa iconografia é suficiente para compreensão de mudanças na identidade urbana ligada a determinado empreendedor ou fase de governo colonial, do luso-ibérico ao pós-neerlandês. Mostra através da iconografia, sistema de representação gráfica materializadora de informações e discursos, ser possível a invenção se contrapondo à verdade observada e a outras iconografias. Reflete suficiência da análise iconográfica para compreender mudanças na identidade urbana nas fases de governo luso-ibérico, neerlandês-holandês e pós-neerlandês, de acordo com as necessidades das etapas do empreendimento colonial. Numa inquietação científica, a tese impôs resultado divergente da hipótese inicial, entendendo que para a discussão aprofundada da distinção das identidades nos fatos urbanos e modelos urbanísticos, arquitetônicos e de investimentos, nos períodos de governo, de forma não subjetiva e sem juízos de valor, a leitura e entendimento através da iconografia só se mostrou suficiente a partir de base historiográfica. Esse aprofundamento permitiu questionar convenções sobre a construção da identidade urbana, permitindo superar a metodologia de análise identitária tradicional, passando a utilizar variáveis reais documentadas pela historiografia, respondendo cientificamente à construção do fenômeno urbano. A partir disso, discute a convencional e subjetiva transplantação identitária, defendendo ocorrência de construção da cidade e sua identidade a partir das variáveis da **cidade necessária** [ambiente, interesses e, investimento de meio e materiais], passando a perceber as formas distintas de investir e as distintas identidades urbanas resultantes, até dentro de uma mesma fase de governo do empreendimento colonial, por exemplo, diferenciando neerlandeses de holandeses [Nassau] da WIC. Constatou que a cidade foi construída com pragmatismo, na emergência da falta de recursos públicos, das guerras, da falta de logística de **meios** e **materiais**, nem condições políticas para intervenção impositiva. Elementos culturais, desenhos e forma de implantação de edifícios e sistema urbano puderam ser transplantados e miscigenados na babel colonial, frente às necessidades e emergências, mas a identidade urbana empreendida foi consolidada no ambiente construído, não como discurso, ou imposição, mas através do saber fazer dos personagens coloniais.

Palavras-chave: Espaço urbano – Recife (PE) – Século XVII. Identidade. Iconografia – Recife (PE) – Século XVII. Representação.

ABSTRACT

LINS, A. G. S. B. **Representations of identities at Necessary City (different urban models and configurations) in colonial Recife iconography:** plans to *Phernam-buquo* from *ante-bellum* until restoration. 2011. 343 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This work shows and discuss the iconography heap focalizing the urban space of colonial Recife and reflects if their iconography analysis is enough for the changes understanding in urban identity connected to a specific contractor or colonial government phase, to Lusitian-Iberian from after-Netherlandish. It is showed, by iconography, system of materializing graphical representation of informations and discuss, that is possible the invention be opposed of examined true and another iconographies. This work reflects the sufficiency of iconography analyses to understand the urban identity changes in the Lusitian-Iberian, Netherlandish-Dutch governments and post-Netherlandish, according the level necessities of colonial enterprise. In a scientific inquietude, this thesis imposes a different result of initial hypothesis, understanding that for a deepened discussion of identities in urban facts and urbanistic, architectonic and investment models, in government periods, of a no subjective form and without value judgment, the lecture and understanding by the iconography just showed sufficient by an historiographical basis. This deepening allows to question conventions about the urban identity construction, allowing overcame the methodology of traditional identity analyses, passing to utilize real variables documented by historiography, answering scientifically to construction of urban phenomenon. From this, it was discussed the covenanted and subjective identity transplantation, defending the occurrence of urban construction and their identity from the **necessary city** variables (environment, interests and material and mean investments), passing to perceive the different forms to invest and the different urban identities resultant, until into of a same phase of colonial enterprise, for example, differencing netherlandishes from ditches (Nassau) from WIC. It was observed that city was constructed with pragmatism, in emergency of public resources missed, from wars, from logistics missing of **means** and **materials**, neither political conditions to an imposing intervention. Cultural elements, draws and form of buildings implantation and urban system could be transplanted and miscegenated in colonial Babel, front of necessities and emergencies, but the undertaken urban identity was consolidated in a constructed environment, not as discuss, or imposition, but by the knowhow from colonial characters.

Keywords: Urban space - Recife (PE) - Seventeenth Century. Identity. Iconography - Recife (PE) - Seventeenth Century. Representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Uma paisagem brasileira. Frans Post, 1650.....	33
Figura 2 – <i>Hacienda</i> . Frans Post, 1652.	34
Figura 3 - Paisagem com plantação: o engenho. Frans Post, 1660	35
Figura 4 - Detalhe de <i>Civitas Olinda</i> . Joannis Blaeu, 1647	72
Figura 5 - Planta de Olinda [imagem sem título]. s.a. Cerca de 1630.....	73
Figura 6 - Detalhe de <i>Marin D’Olinda de Pernambuco e T’Recif de Pernambuco</i> . 1630, Joannis de Laet, 1664.....	74
Figura 7 - Detalhe de <i>Nova Totius Americae Descriptio</i> . Frederick de Wit, 1660.	76
Figura 8 - Detalhe de <i>Destat Olinda de Pharnambuco</i> (1630). Jan Jansson, 1657.....	78
Figura 9 - Entrada da barra (Picão) do Recife e Antônio Vaz (1630). Lemaitre Sculp, 1854.....	81
Figura 10 – Perspectiva. Diogo Campos Moreno, 1609. Istmo conectado à Vila de Olinda e o Forte do Picão sobre os arrecifes.	92
Figura 11 – Detalhe de Perspectiva. Diogo Campos Moreno, 1609. Istmo conectado à Vila de Olinda e o Forte do Picão sobre os arrecifes	93
Figura 12 - Detalhe de <i>Perspectiva de Pernãobuco</i> , Diogo de Campos Moreno, 1616.....	95
Figura 13 - Porto e Barra de <i>Pernãbvco</i> . João Teixeira Albernaz, cosmographo de Sva Magde, 1631.....	95
Figura 14 - Carta de trecho da costa pernambucana, entre a Ilha de Antônio Vaz e o Rio Pau Amarelo. Hessel Gerritz, 1630.....	97
Figura 15 - Olinda de Pernambuco. Col. Giuseppe Baccaro, Séc XVII.....	99
Figura. 16 - Detalhes da Defesa do Porto (1630). Manuel Bandeira, 1953.....	107
Figura 17 - Mapa síntese da ocupação portuguesa sobreposta à projeção da cidade holandesa. Menezes (2000), adaptado por Lins (2011).....	108
Figura 18 - Detalhe de <i>T’Recif de Pernambuco</i> . Joannis Laet, 1630.....	109
Figura 19 - Igreja do Corpo Santo, edifícios administrativos, comerciais e militares. Joannis Laet, 1630	109

Figura 20 - Detalhe de <i>T'Recif de Pernambuco</i> . Joanis Laet, 1630	109
Figura 21 - Plano do Recife. Pieter Post (atribuído). Original usado por Johannes Vingboons - <i>Carte vande haven van Pharnamboqve met de Stad Movritia 't dorp Recciffo</i> , 1639.....	116
Figura 22 - Detalhe de <i>De haven van Pharnambucq</i> (1) <i>Maritius Stad</i> (2) <i>Recifen</i> (3) <i>de Stad Olinda</i> . Cornelis Bastiaensz Golijath, 1648.....	118
Figura 23 - <i>Sklavenmarkt</i> - Mercado de escravos na Rua dos Judeus. <i>Drawing from his Thierbuch Staaatliche Kunstsammlungen Dresden</i> . Zacarias Wagner, 1634 -1641.....	119
Figura 24 - Detalhe de Plano do Recife. Pieter Post (atribuído). Original usado por Johannes Vingboons - <i>Carte vande haven van Pharnamboqve met de Stad Movritia 't dorp Recciffo</i> , 1639.....	120
Figura 25 - Detalhe de <i>Parambvca: Mauritstad</i> e área militar e do Povo.....	122
Figura 26 - Detalhe de <i>Parambvca</i> : Núcleo administrativo da <i>Mauritstad</i>	122
Figura 27 - Primeira casa de Nassau no Recife com átrio multifuncional. s.a., s.d. a partir de Zacarias Wagner,.....	123
Figura 28 - <i>Der hof sein excellenz, Joan Maurtis' firt house in Brazil</i> . Zacarias Wagner	123
Figura 29 – Detalhe de <i>Der hof sein excellenz, Joan Maurtis' firt house in Brazil</i> . Zacarias Wagner. Atividades na casa do governador com átrio multifuncional (quartel)	124
Figura 30 - Detalhe de Cidade Maurícia com ponte e balsa. Frans Post, 1653.....	126
Figura 31 - Detalhe de Cidade Maurícia e Terreiro dos Coqueiros. Frans Post, 1653.....	127
Figura 32 - Detalhe de <i>Fribvrgym</i> , Frans Post, Barléus, 1647	129
Figura 33 - <i>The Vrijburg Palacio, Ground-plan</i> . D. W. Dopff Kassel, s.d	129
Figura 34 - <i>The Vrijburg Palacio, Crossection Reconstruction</i> . D. W. Dopff Kassel, s.d ...	130
Figura 35 - Detalhe de Boa Vista. Frans Post, 1643. Fundos do Palácio de Friburgo com pomar protegido por cerca, Forte Ernesto, cercado em madeira	130
Figura 36 - Detalhe de <i>Fribvrgym</i> . Frans Post, 1647. Palácio das Torres e Forte Ernesto.....	131
Figura 37 - Detalhe de <i>The Receif, Maurice's Town, and Anthony Vaez</i> . Awnsham Churchill, 1703. Estrutura Urbana detalhada com fortificações, palácios e jardins, áreas residencias e comerciais, hospital e a Cidade Maurícia com lotes menores.....	132
Figura 38- Detalhe de <i>The Receif, Maurice's Town, and Anthony Vaez</i> . Awnsham Churchill, 1703. Estrutura urbana detalhada do Recife e Porto com adensamento e redirecionamento da malha viária para a ponte	132

Figura 39 – Detalhe de Fribvrgym. Frans Post, Baerle, 1647. Detalhe de Boa Vista (1643).....	133
Figura 40- Detalhe de <i>Prospetto della città Mauricea capitale della provincia di Pernambuco</i> . Andreas Antonius Horatii; H. Vincent sc. 1650.	134
Figura 41 - Detalhe de <i>Prospetto della città Mauricea capitale della provincia di Pernambuco</i> . Andreas Antonius Horatii; H. Vincent sc. 1650. Centro administrativo	135
Figura 42 - Detalhe de <i>Prospetto della città Mauricea capitale della provincia di Pernambuco</i> . Andreas Antonius Horatii; H. Vincent sc. 1650. Ponte	135
Figura 43 - Detalhe de <i>Prospetto della città Mauricea capitale della provincia di Pernambuco</i> . Andreas Antonius Horatii; H. Vincent sc. 1650. Porto Salgado	136
Figura 44 - Detalhe de <i>Prospetto della città Mauricea capitale della provincia di Pernambuco</i> . Andreas Antonius Horatii; H. Vincent sc. 1650. Núcleo comercial e militar.....	137
Figura 45 - Detalhe de <i>Prospetto della città Mauricea capitale della provincia di Pernambuco</i> . Andreas Antonius Horatii; H. Vincent sc. 1650. Sul da <i>Mauritstad</i> : e Fortaleza de Frederico Enrigo	138
Figura 46 - Detalhe da Boa Vista. Frans Post, 1643.....	139
Figura 47 - Gráfico Brasileiro Dreschler & Cia, 1941. Engenhos do Recife	140
Figura 48 - <i>Klare en Waarachtige [...] Porugezen in Brasi</i> . Pierre Moreau, 1652	141
Figura 49 – Detalhe de <i>Klare en Waarachtige [...] Porugezen in Brasi</i> . Pierre Moreau, 1652	142
Figura 50 - <i>De Stat Olinda de Pharnambuco</i> (1630). Claes Visscher, 1651	143
Figura 51 - <i>De Stat Olinda de Pharnambuco</i> (1630). Claes Visscher, 1651. Área do povo, no Recife das Cacimbas.....	144
Figura 52 - <i>Hanc Tabulam Continens Laetam. Pharnambuci</i> . Nicolaus Ioannis Piscator., 1630. Baterias de trincheiras instaladas no istmo.....	144
Figura 53 - <i>Hanc Tabulam Continens Laetam. Pharnambuci</i> . Nicolaus Ioannis Piscator., 1630 povo do Recife amuralhado e Ilha de Antônio Vaz.....	145
Figura 54 - Olinda, istmo e vista sul do Recife com legenda. Frans Post, 1637-45.....	147
Figura 55 - Detalhe de <i>Ont voerp van stadt parnambuco</i> . 1617. Visão geral do istmo, Recife e ilha dos franciscanos	153
Figura 56 - Detalhe de Olinda (Brasilien). <i>Eygentlicher Abris und Gelegenheit [...] Brasilien Phernambuco auch Olinda</i> . s.a.1630 (alemão). Olinda e Recife	153

Figura 57 - Detalhe de <i>Pascarert van de ghelegentheyt van Parnambuc</i> (1630). Gerritsz. Hessel, 1631. Recife e istmo fortificado, e início da ocupação da Ilha de Antônio Vaz	154
Figura 58 - [Recife] Planta esquemática Holandesa de fortificação de áreas navegáveis, s. a. Recife fortificado e Ilha de Antônio Vaz	154
Figura 59 - [Recife] Planta esquemática Holandesa de fortificação de áreas navegáveis.....	155
Figura 60 - Hinterlândia. Recife e Olinda, 1632.	156
Figura 61 - Detalhe de <i>De Stadt Olinda</i> (1630), Claes Visscher: Amsterdam, 1657. Vista de Povo do Recife e istmo	157
Figura 62 - Detalhe de <i>De Stadt Olinda</i> (1630), Claes Visscher: Amsterdam, 1657. Vista da ocupação na Ilha de Antônio Vaz.....	158
Figura 63 - Detalhe do Plano de fortificação da Ilha de Antônio Vaz e Recife, Andreas Drewisch Bongesaltensis, 1631	160
Figura 64 - Detalhe de Mauritiopolis (1637). A partir de Frans Post, 1644. Vista geral do Recife e Portos.....	161
Figura 65 - Detalhe de Mauritiopolis (1637). A partir de Frans Post, 1644. Porto salobro ...	161
Figura 66 - Detalhe de Mauritiopolis (1637). A partir de Frans Post, 1644. Porto salgado...	161
Figura 67 - Detalhe de Vista do Recife e do seu porto a partir de Olinda. Gillis Peters, 1937. Legenda do sistema de defesa do Recife (Drewisch). Alterado de Miranda (2006)	162
Figura 68 - Fortificações existentes no Recife, Ilha de Antônio Vaz e arredores, até 1638. Manuel Bandeira	163
Figura 69 - Detalhe de <i>De haven van Pharnambucq</i> (1) <i>Maritius Stad</i> (2) <i>Recifen</i> (3) <i>de Stad Olinda</i> . Cornelis Bastiaensz Golijath, 1648. Recife. Legenda alterada de Miranda (2006) ..	164
Figura 70 – Vista da Cidade Maurícia a partir da terra. Post Frans (atribuído). 1650	165
Figura 71 - Detalhe de Vista da Cidade Maurícia a partir da terra. Post Frans (atribuído). 1650. Vista do Recife, Mauritstad e palácio de Friburgo a partir do istmo, 1650.....	166
Figura 72 - Detalhe de Vista da Cidade Maurícia a partir da terra. Post Frans (atribuído), 1650. Vista do Recife, a partir do istmo	167
Figura 73 - Detalhe de Costas do Recife. Juan Vicent Bachiller Cabria. s.d. Detalhe de Costas do Recife	168
Figura 74 - Detalhe de Porto e Barra de <i>Pernãbvco</i> . João Teixeira Albernaz, Cosmographo de Sva Magde, 1631. Lugar do Recife	169
Figura 75 - Detalhe de Porto e Barra de <i>Pernãbvco</i> . João Teixeira Albernaz, Cosmographo de Sva Magde, 1631. Matriz de Santo Antônio e praça da Ilha de Antônio Vaz.....	170

Figura 76 - Detalhe de <i>Fribvrgvm</i> , Post, 1647. Vista leste da Igreja e mosteiro de Santo Antônio fortificado	170
Figura 77 - Detalhe de Boa Vista. Frans Post, 1647 Vista leste da Igreja de Santo Antônio fortificado	171
Figura 78 - Detalhe de <i>T'Recif de Pernambvco</i> (1630). Joannis de Laet, 1664. Vista geral do Lugar do Recife	173
Figura 79 - Detalhe de <i>Insula Antonij Vaazij</i> , 1637, Cornelis Bastiaensz Golijath. (atribuição). Primeira etapa de construção holandesa.....	174
Figura 80 - Detalhe de <i>Insula Antonij Vaazij</i> , 1637, Cornelis Bastiaensz Golijath. (atribuição). Primeira etapa de intervenção holandesa no Lugar do Recife	175
Figura 81 - Detalhe de <i>Carte vande haven van Pharnamboqve met de Stad Movritia 't dorp Recciffo</i> . Pieter Post, 1639 (mapa de Vingboons). Plano do Recife	176
Figura 82 - Detalhe de <i>Carte vande haven van Pharnamboqve met de Stad Movritia 't dorp Recciffo</i> . Pieter Post, 1639 (mapa de Vingboons). Intervenção no Recife e porto salgado ...	176
Figura 83 - Detalhe de <i>caerte vande haven van Pharnambocqve met de Stadt Mouritius em Dorp Reciffo</i> . Golyath (mapa de Vingboons), 1639. <i>Mauritstad</i>	177
Figura 84 - Detalhe de <i>caerte vande haven van Pharnambocqve met de Stadt Mouritius em Dorp Reciffo</i> . Golyath (mapa de Vingboons), 1639. <i>Reciffo</i> e Legenda	178
Figura 85 - Detalhe de <i>caerte vande haven van Pharnambocqve met de Stadt Mouritius em Dorp Reciffo</i> . Golyath (mapa de Vingboons), 1639, forte de Cinco pontas e quadras reduzidas na nova Maurícia	178
Figura 86 - <i>Perfecte Caerte der gelegentheyt van Olinda de Pharnambuco, Maurits-Stadt end T'Reciffo</i> , 1648 (Golijath). Planta Original do Recife	180
Figura 87- Mapa síntese - Setorização Urbana (a partir de Colijath, 1648). Aterado de Menezes (2000)	182
Figura 88 - Detalhe de <i>Mauritstad</i> e Recife, Frans Post, 1653	183
Figura 89 - Detalhe de <i>Insula Antonij Vaazij</i> . Golijath, 1637. Intervenção holandesa no Lugar do Recife	191
Figura 90 – Detalhe de <i>Mauritiopolis</i> . Frans Post, 1637-1645. Vista do Recife (Porto Salobro e Porto Salgado a partir dos arrecifes ao sul)	192
Figura 91 - Detalhe de <i>Mauritiopolis</i> . Frans Post, 1637-1645. Recife com paliçadas na área oeste (porto salobro)	192
Figura 92 - Detalhe de <i>Mauritiopolis</i> . Frans Post (1645). Vista do Recife (Porto Salobro, lado oeste)	194

Figura 93 - Detalhe de <i>Mauritiopolis</i> . Frans Post (1645). Recife (Porto Salobro, lado oeste) com paliçada e legenda	195
Figura 94 - Detalhe de <i>Mauritiopolis</i> . Frans Post (1645). Vista do norte e central da Mauriciópolis e legenda	196
Figura 95 - Sistema de fortificação da praça da <i>Mauritstad</i> . A partir de Golijath, 1648 (Menezes, 2000)	197
Figura 96 - Sistema de fortificação da Praça do Recife. A partir de Golijath, 1648. Adaptado de Menezes (2000)	198
Figura 97 - Detalhe de Planta do bairro do Recife. REAL; VELLOSO, 1733	211
Figura 98 - Planta Síntese do Recife em 1733. A partir de REAL; VELLOSO, 1733. Adaptado de Menezes (2000)	212
Figura 99 - Imagem sem título [Planta de fortificação da Vila do Recife]. Atribuído a Veloso, 1733.	213
Figura 100 - Planta do Projecto de Fortificação da Villa do Recife de Pernambuco. Diogo da Silveira Velloso, 1732.	214
Figura 101 - Planta do Projecto de Fortificação do Bairro de S. Antônio, em Pernambuco Diogo da Silveira Velloso, 1739.	215
Figura 102 - Detalhe da Planta do Projecto de Fortificação do Bairro de S. Antônio em Pernambuco. Diogo da Silveira Velloso, 1739. Sem legenda.	224
Figura 103 - Detalhe do Prospecto da Villa do Recife: cópia do original do Padre José Caetano, 1759.	226
Figura 104 - Capela e Porta do Bom Jesus. Detalhe de Prospecto da Villa do Recife. Padre José Caetano, 1759.	227
Figura 105 - Vista do Recife, da Cidade Maurícia e do palácio de Friburgo a partir do istmo. Frans Post (atribuído), 1650	227
Figura 106 - Detalhe da Planta Genográfica da Villa de S. Antônio do Recife de Pernambuco. s.a. cerca de 1749.	232
Figura 107 – Detalhe de Legenda da Planta Genográfica da Villa de S. Antônio do Recife de Pernambuco, 1749	232
Figura 108 - Planta do Plano da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco. s.a. 1773	233
Figura 109 – Detalhe de Plano da Vila de Sto Antônio. s.a. Séc XVIII. Bairro do Recife	234

Figura 110 – Detalhe de Plano da Vila de Sto Antônio. s.a. Séc XVIII. Bairro de Santo Antônio	235
Figura 111 - Detalhe da Configuração da Vila de Santo Antônio do Recife. José Gonçalves da Fonseca, 1766.	235

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 CONCEITOS DE IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO: um processo de formação	20
2.1 O processo de formação da identidade	20
2.1.1 Noções e representações na construção da identidade social	21
2.2 Discurso e afirmação político-representativa na construção identitária	23
2.3 Transformações na representação da identidade e imagem da cidade	26
2.3.1 Iconografia (cartografia) do Novo Mundo	28
2.3.2 O pintor Frans Post – paisagem e geometria	31
3 ICONOGRAFIA DO RECIFE COLONIAL: fonte para a leitura da história urbana	38
3.1 Leitura da história urbana através da cartografia	40
3.2 Engenheiros militares na produção de desenhos e desígnios sobre a cidade: técnicas de representação e convenções	42
3.3 Registro de traças na organização dos espaços urbanos: papel da cartografia para maior informação e controle da colônia	47
3.4 Leituras e interpretações da imagem: análise crítica da iconografia como fonte histórica	49
3.5 Produção de informações, discursos e desígnios nas - Fases de investimentos para a construção da Cidade Necessária com transplante, produção e ressignificação de matrizes representativas da(s) identidade(s) urbana(s) do Recife	52
4 UMA LEITURA DA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES URBANAS DO RECIFE NAS REPRESENTAÇÕES ICONOGRÁFICAS: sobreposições e anulações de traços identitários dos empreendedores a partir de interesses de investimentos na cidade necessária	54
4.1 Construção da identidade urbana na Cidade Necessária (investimentos de meios e materiais no ambiente natural ou construído): Caracterizações luso-ibérica, neerlandês-holandesa e pós-neerlandesa	57
4.1.1 Elementos de caracterização luso-ibérica	61
4.1.1.1 Ambiente natural ou construído	71
4.1.1.2 Meios (modalidade de projeto, modelo, técnica, mão-de-obra)	87

4.1.1.3 Materiais (padrão construtivo).....	96
4.1.1.4 Objetivos e discurso de governo.....	104
4.1.2 Elementos de caracterização neerlandês-holandesa	110
4.1.2.1 Ambiente natural ou construído.....	110
4.1.2.2 Materiais (padrão construtivo).....	135
4.1.2.3 Meios (modalidade de projeto, modelo, técnica, mão-de-obra).....	136
4.1.2.4 Objetivos e discurso de governo.....	189
4.1.3 Elementos de caracterização pós-neerlandesa	226
4.1.3.1 Ambiente natural ou construído.....	228
4.1.3.2 Meios (modalidade de projeto, modelo, técnica, mão-de-obra).....	237
4.1.3.2 Materiais (padrão construtivo).....	239
4.1.3.3 Objetivos e discurso de governo.....	250
5 TRAÇOS IDENTITÁRIOS DISTINTOS (MUDANÇAS) E CONVERGENTES (PERMANÊNCIAS): Comparativos de modelos de produção do espaço urbano do Recife nas fases luso-ibérica, neerlandesa, e pós- neerlandesa	236
5.1 Sistema urbano: Lógica de inserção na rede internacional.....	240
5.2 Toponímia: caráter do lugar	247
5.3 Pré-existências	248
5.4 Situação geográfica.....	249
5.5 Sítio – lógicas e fatores de localização (relação com pré-existências).....	251
5.6 Análise do espaço intra-urbano	252
5.7 Lote urbano – implantação do edifício (sobrado largo/estreito).....	260
5.8 Tipologias edilícias (civis, oficiais e particulares – casario e igrejas).....	261
5.9 Materiais, técnicas e sistemas construtivos	262
5.10 Normas urbanísticas (modelos) e infraestruturas (água, esgoto, canais de drenagem) ..	266
5.11 Usos e funções dos espaços: sócio-topografia (toponímia).....	270
5.12 Espaços de representação do poder (capital, Olinda, porto).....	271
5.13 Sistema de defesa (paliçadas, fortes, redutos, trincheiras, fortins): lógica de ataque e defesa.....	276
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: identidade(s) singular(es) ou miscigenada no espaço urbano remanescente do Recife	284
REFERÊNCIAS	299

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das fases do empreendimento colonial no Brasil dos séculos XVI e XVII, sob distintos domínios político-administrativos e técnicos, de portugueses, ibéricos, neerlandeses e holandeses – estes últimos, integrantes da WIC (Companhia das Índias Ocidentais), bem como de brasileiros, terras litorâneas com entradas em barras, potenciais e com geografias particulares, foram ocupadas e receberam de forma distinta, investimentos de meios e materiais, gerando identidades urbanas diferenciadas. Para tanto, estiveram assessorados por técnicos de variadas formações, como engenheiros militares, arquitetos, construtor-projetistas, arruadores e outros práticos, além dos próprios colonos, que trabalhavam na materialização dos projetos comerciais (desígnios), ou seja, na adaptação de espaços urbanos aos seus objetivos e necessidades emergenciais, minimamente atendidas tendo em vista não ser a construção de ambientes urbanos o objeto de investimento, mas era uma necessidade, um meio para atingir o fim planejado. Em meio a esse contexto, nos séculos XVI e XVII, a cartografia era uma importante ferramenta de precisão para gerar e obter informações técnicas, particularmente necessárias no que se diz respeito aos assentamentos urbanos e rurais das vilas e cidades coloniais: **“era um ver do alto, de cima, e mais preciso”** (MENEZES, 2003, p.13) [grifo nosso].

Os empreendedores também foram assessorados por cartógrafos, desenhistas, pintores, cosmógrafos e naturalistas que captavam e construíam informações (registros da realidade ou discursos carregados de interesses) sobre as ocupações e realizações.

Naqueles momentos de realizações descritas comumente como épicas, frutos de planejamento prévio com forma de investimentos distintos, algumas representações iconográficas tinham, como objetivo, reproduzir o conhecimento sobre rotas e condições de navegação no litoral, barras e portos; além de serem necessárias informações sobre as cidades, sistemas de defesa, igrejas, habitantes, economia, administração e, geografia, relevo e ambiente natural ou construído.

Houve nesse período, grande produção em diversos meios: cartografia militar, desenhos, pinturas (com diversos níveis de detalhamento, precisão e veracidade), relatórios,

normas (legislação como a Carta Foral), crônicas e diários de viagens, com nuances esclarecedoras para a historiografia urbana. Segundo Chartier (1990), a convergência dessas fontes entre os estudiosos de épocas distintas, permite maior aproximação da verdade histórica.

Para melhor entendimento e verificação da iconografia urbana produzida sobre o Recife, principalmente nos séculos XVI e XVII, e de suas identidades, seguem-se três etapas, inseridas nos capítulos desta tese:

A primeira procura compreender o conceito de identidade, sob as perspectivas de construção sócio-cultural e simbólica, bem como seus reflexos nos modelos concebidos ou apropriados, para construção urbana do Recife, nas três fases distintas de dominação: é dentro desse contexto maior que a temática desta tese está situada, buscando compreender como a representação da herança cultural, não foi simplesmente transplantada culturalmente pelo saber fazer e matrizes dos planejadores ou executores, mas processada, com considerável relação com outros condicionantes, necessidades (objetivos e interesses) e modelos de investimentos de meios e materiais, dentro do conceito de **cidade necessária**, nesta tese compreendido a partir da constatação da fragilidade e subjetividade da corrente metodologia de análise da construção da identidade urbana.

Dentre outros procedimentos, a análise identitária, partindo da iconografia, tem levado a indagações livres focadas nas práticas de correntes culturais e modelos (matrizes) internacionais na colônia. A partir desse grau de subjetividade, a percepção das representações iconográficas, carregadas de informações simbólicas, reais ou inventadas, permite a continuidade insolúvel da análise cultural, dando ênfase ou unicamente considerando a nacionalidade ou a formação técnica do projetista, promovendo avaliação preconcebida voltada a detectar supostos vestígios dessa nacionalidade como indício de matriz tipológica. Como contribuição, a partir das principais variáveis observadas, recorrentes nos mais diversos períodos e ambientes coloniais, foram extraídos elementos que demonstram o processo de materialização da cidade colonial.

Retomando a conceituação da **cidade necessária** para análise da construção da identidade urbana, por meio de variáveis quantificáveis e qualificáveis, percebe-se o controle do empreendedor sobre a materialização do espaço urbano, de acordo com a necessidade e com a emergência desta. Dentro dessa busca da compreensão representativa da identidade, utilizam-se autores que esclarecem a leitura dessas representações, mediante um exame criterioso da produção historiográfica e iconográfica do período.

Para materialização da cidade, o ambiente natural, ou com pré-existências (dependendo da fase do empreendimento colonial), os interesses e objetivos do empreendedor, determinam a forma de investir meios (planejamento ou saber fazer, nível de mão-de-obra, etc.) e materiais (padrão construtivo). Os aspectos construtivos, além de nos espaços urbanos, podem também ser materializados e visualizados nas formas de representações simbólicas e/ou metafóricas, carregadas de significados e discursos (matrizes tipológicas), como informações em circulação nas diversas formas de iconografia produzida: desde desenhos esquemáticos, até obras de arte com rigor geométrico e técnico, inclusive aquelas produzidas por profissionais (pintores, desenhistas, cartógrafos e engenheiros) das mais diferentes nacionalidades, com os mais diversos fins. A partir da compreensão historiográfica, poderão ser apreendidos nesta tese, através de séries iconográficas com detalhes acerca dos períodos de governo definidos, acervo significativo da representação da(s) identidade(s) produzida(s) sobre o Recife. A comunhão de leitura historiográfica, estudos de pesquisadores e leitura de imagens contribui de forma objetiva, no processo de análise, evitando interpretações convencionadas e pré-concebidas, ligadas a uma intencionalidade de transculturação (transplante).

Após a análise do material iconográfico e sistematização, foram trabalhadas fontes levantadas que descrevem as fases da construção colonial, materializada no Recife, agregadas a um progressivo processo de mudanças e permanências. Para compreensão dos aspectos técnicos de instalação e fortificação do Recife (enquanto ainda porto de Olinda) e da política colonial, foram selecionadas variadas fontes, incluindo um conjunto de teses que tratam da temática e que serviram de base à análise historiográfica. Além desse material, foram usadas fontes digitalizadas de manuscritos do AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), fac-símiles e manuscritos de documentos arquivados no IAHGPE), que descrevem boa parte dos aspectos da administração colonial dos séculos XVII e XVIII, base inicial da análise historiográfica aqui utilizada. Parte desse conjunto de fontes foi oriunda do LAPEH-UFPE (Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco) e dos acervos digitais do projeto Resgate de Documentação Histórica do Brasil Colônia (Projeto Resgate) – composto de documentos de ação do Estado português – e dos Anais Pernambucanos (COSTA, 1985). Aparecem, entre outros materiais, carta de doação da Capitania, carta foral de Olinda, cartas régias do Conselho Ultramarino), atas das câmaras, livros de tombo de bens do Conselho, bem como relatos, em estudos de especialistas, sobre essas documentações, que esclarecem aspectos relativos às medidas de autoridades, baseadas na busca do atendimento às necessidades emergenciais, mas sem espaço para empenhos voltados à imposição de uma

marca, nacionalidade, ou matriz de identidade cultural, mesmo que esta não tenha deixado de se consolidar pelo saber fazer – confrontação conceitual que norteou a busca, nesta tese, por uma forma de análise da construção identitária menos subjetiva, através de elementos da **cidade necessária**, como já esboçado.

A constância dessa temática, na documentação e estudos analisados, pode exprimir o interesse dos empreendedores, pela questão, por um motivo relevante: a sobrevivência, sendo esta a maneira mais eficaz de atender à necessidade de assegurar a guarda das riquezas produzidas e da vida, frente aos constantes ataques de estrangeiros e nativos. Tal postura também traduz o medo e a apreensão, com que foram tratadas as questões de ordem militar no período, bem como as disputas e conflitos jurisdicionais ocasionados nos período de reformas.

No processo político-militar com interesse econômico, registrado na iconografia e em documentos produzidos a cada período de governo e em estudos historiográficos recentes, foram extraídas, inicialmente, descrições e compreensões sobre as instalações para posse e controle inicial, num processo que envolvia dos preparativos à ocupação e desenvolvimento urbano e sócio-econômico do Recife.

Retrocedendo um pouco ao início da primeira fase do empreendimento colonial, o militar e Governador das Terras do Brasil, Cristóvão Jacques, cargo que ocupou antes do estabelecimento das capitanias hereditárias, levou em conta os fatores de localização (Josué de Castro) para escolha de pontos estratégicos, além de outras feitorias como a de Cabo Frio, que definiram o sítio onde foi implantada uma feitoria em *Pharanambuc* (1516). Após dezenove anos de ocupação, até a implantação das capitanias hereditárias (1535), informações colhidas no período em que ele e sua equipe estiveram à frente da feitoria, serviram também para avaliar a tipologia geográfica da região e para propor a ocupação de sítios elevados (como ocorrido com Igarassu em 1535, depois Olinda em 1537), com porto natural e condições geográficas de defesa, utilizando os mesmos elementos potenciais geográficos, fatores de localização com ocupação de barra.

Para melhor compreensão da toponímia, a expressão citada no título desta tese, *Pharanambucquo*, da língua tupi, a partir da definição de Albuquerque (1992) identifica que na busca de uma tipologia de lugar com situação geográfica ideal aos interesses de posse e ocupação, onde o mar fura, o mar entra, compreendido e verbalizado por indígenas aos portugueses. Ao longo do processo de aproximação dessa discussão, foi possível perceber que enquanto alguns estudiosos defendem que a expressão teria surgido na barra entre Itamaracá e Igarassu, desde a feitoria de Pernambuco, outros definem a Barra de Pernambuco, Porto de Pernambuco, Porto dos Arrecifes, como situação geográfica onde a pedra fura, o mar fura.

Passando dessa fase hipotética, os estudos sugeriram que as duas posições estão corretas, do ponto de vista toponímico, com uma terminologia usada desde os primeiros contatos interétnicos, visando posse das terras e instalação de feitorias. Alguns estudiosos, como Pontual (2001), sugerem que a denominação da atual cidade do Recife teria resultado de um acidente geográfico, não na Barra de Itamaracá, desde a feitoria de 1516, mas na Barra do Recife, ao qual Bento Teixeira (c 1561-1600) chamou “a cinta de pedra, inculta e viva, onde quebra Netuno a fúria esquiva” (TEYXEIRA; PILOTO, 1969). A expressão “no Recife”¹ é registrada, pela vez primeira, no Diário de Pero Lopes de Souza, que denomina o seu porto natural de Barra dos Arrecifes (1532), e, no Foral de Olinda (1537), no qual o primeiro donatário, Duarte Coelho Pereira, nomeia-o Arrecife dos Navios. Também no mapa Carta Leste do Brasil, do cartógrafo João Teixeira Albernaz I, publicado no Livro que dá razão do Estado do Brasil (1618), encontra-se registrado como Lugar do Recife, menção aos primórdios da primitiva povoação, depois Vila de Santo Antônio do Recife (1709), e, finalmente, Cidade do Recife (1823).

Dentro dessa hipótese, para execução do projeto exploratório, Jacques teria buscado auxílio de indígenas, para explorar as terras escolhidas, via mar e, provavelmente, durante o processo de escolha, tenha surgido a tradução, para a língua tupi, do plano que ele descrevera aos nativos em busca das terras ideais (estratégia militar de ocupação). Assim, a expressão plano de barra, plano de Pernambuco, tornou-se *Phara*, *Nambuc*, *Fernãburgo*, cujo significado, pedra, ou mar que fura, é uma descrição geográfica precisa da Barra de Itamaracá (situada na região da feitoria de Igarassu, também chamada de feitoria de Pernambuco) e da Barra dos Arrecifes (localizada no porto do Recife, localidade também chamada de Porto de Pernambuco), área geográfica com o modelo solicitado por Jacques aos indígenas, nas buscas, até encontrar Olinda e seu porto de arrecifes. Assim, nessas duas hipóteses de esclarecimento, está embutido que a expressão não dá apenas nome ao lugar do Recife, mas define etimologicamente a tipologia do mesmo, a sua geografia, que era a mais apropriada aos interesses buscados por aqueles exploradores, um componente do projeto de implantação português provavelmente utilizado por Jacques e Coelho.

O século XVI demarca um período de mudanças, diante do novo mundo que se (re)formava: a expansão marítima europeia trouxe novidades atraentes, surpresas inesperadas,

¹ Com relação a esse Recife, durante quatro séculos, a exigência do artigo definido masculino, precedendo o topônimo designativo da cidade, será pacificamente aceita também pelos holandeses, que nela estabelecerão a sua capital entre 1630 e 1654. Nos documentos da época, e até em gravuras, como a que aparece no livro de *Joannes de Laet* (1630), o artigo definido masculino *het*, ou na sua forma abreviada *t'*, antecedia sempre o topônimo designativo de capital do Brasil holandês: *T'Recif*.

lugares e povos exóticos. Não só houve um aumento na quantidade de riqueza que passou a circular, mas, também, mudanças nos hábitos seculares, uma vez que foram esclarecidos enigmas, desfeitos medos, anunciadas expectativas. Com base nisso, era preciso viver, conquistar e contar o que estava acontecendo.

Em meio a esse contexto, encontra-se a colonização portuguesa no Brasil, que entre 1535 e 1630, teve a Capitania de Pernambuco² como um dos seus principais centros de irradiação. O dinamismo dessa economia colonial tinha no porto, nos engenhos de açúcar e no acesso à propriedade da terra seus elementos principais.

Dentre outros aspectos da instalação colonial, é também necessário entender melhor as fortificações e a tecnologia de guerra, ações que formam e alteram o ambiente urbano do Recife. Os tratados de arquitetura militar, empregados pelos engenheiros militares, e suas obras são importantes fontes de estudo e conteúdos das aulas de fortificação, organizadas no Recife a partir de 1701. Sobre as técnicas de fortificação, o Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares (1680), de Luís Serrão Pimentel³, principal tratado português de ensino da arte de fortificar e o tratado do marechal francês Sebastião Le Preste Vauban⁴, Verdadero Método para Fortificar de Mr. Vauban⁵ são de grande influência no mundo da engenharia militar.

Para ampliar o entendimento sobre as técnicas de implantação, fortificação e intervenção no construído, foram selecionadas investigações científicas recentes. Outros estudos são referenciais, para visualização das práticas de guerra de sítio do período: Relação de Francisco Brito Freyre, Relação Diária do Sítio e Tomada da forte Praça do Recife (cerco do Recife, 1653-1654), Breve Relação dos Últimos Sucessos da Guerra do Brasil⁶. Dessas,

² Os registros feitos pela gente da terra e pelo cristão novo Ambrósio Fernandes Brandão confirmam esta interdependência, como também expressam a visão arrebataadora e idílica proporcionada àqueles que conhecessem o povo e a vila de Olinda, sugerindo constituir-se o simples fato da apropriação pela visão de uma paisagem desconhecida uma forma de riqueza para além daquela propiciada pela economia colonial.

³ PIMENTEL, Luis Serrão. Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares. Lisboa: Edição Fac-Similada Impressa nas Gráficas da Imprensa Nacional, Direcção da Arma de Engenharia, 1993. O Tenente General da Artilharia Luís Serrão Pimentel (1613-1679) era Engenheiro-mor (1671) e Cosmógrafo-mor (1641) de Portugal. Foi responsável direto pela criação da Academia Real de Fortificação e Engenharia Militar de Lisboa (1647), tendo escrito um dos mais importantes tratados de fortificação do século XVII, o ‘Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares’, publicado no ano seguinte ao de sua morte, 1680; Segundo Miranda (2006), os termos regular e irregular empregados no título do manual de Serrão Pimentel designam, respectivamente, uma fortificação de formato poligonal que possuía ângulos e lados iguais e uma fortificação que não tem ângulos e lados iguais. In: FORTES, Manoel de Azevedo. O Engenheiro Português. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, p. 8.

⁴ O Marechal Sebastião Le Preste Vauban (1633-1707) foi o principal engenheiro militar do Rei francês Luís XIV.

⁵ VAUBAN, Sebastião Le Preste. Verdadero Método para Fortificar de Mr. Vauban. In: GUTIÉRRES, Ramón; ESTERAS, Cristina. Territorio y Fortification, Vauban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prosperi, Influência em España y América. Ediciones Tuero, 1991, p. 161-231.

⁶ Relação de Francisco de Brito Freyre (Recife, 29 de janeiro de 1654). Apenso I. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. A Rendição dos Holandeses no Recife (1654). Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1979, p. 101-108; Relação Diária do Sítio e Tomada da forte Praça do Recife, recuperação das Capitânias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Ilha de Fernando de Noronha, por Francisco Barreto Mestre de campo general do Estado do Brasil &

também foram extraídas algumas definições utilizadas nesta tese: *Post bellum, ante bellum* e restauração; ibérico, neerlandês, brasileiro, praça, desígnio, entre outras.

Antes de tratar do sítio do Recife, foi necessário apreender o que se convencionou chamar de Praça do Recife⁷ no seu sistema defensivo. Para isso, seguindo a sistemática de alguns estudiosos contemporâneos, comparamos plantas do Recife⁸, produzidas por portugueses, neerlandeses e holandeses que, entre outras, destacam-se as seguintes: a Planta da ilha de Antônio Vaz, do Recife e do continente do porto de Pernambuco (1631), a Planta do Recife (1637), a Planta do Porto de Pernambuco (1639), a Carta do Porto de Pernambuco (1644), a Planta da cidade do Recife e Maurícia (1648), as Plantas do Recife (1733) e as Plantas do projeto de Fortificação do Recife e de Santo Antônio (1739).

O inventário⁹ das fortificações edificadas pelos holandeses no Recife e as análises das plantas neerlandesas do Recife, elaboradas por José Antônio Gonsalves de Mello e José Luiz Mota Menezes, permite a descrição do sistema defensivo da Praça do Recife e sua estrutura urbana, caracterizada, sob uma compreensão historiográfica, pelas intervenções e construções (permanências e mudanças, de acordo com conceito usado por Menezes). Corroborando com as afirmações de Miranda (2006, p. 13), na historiografia do período em foco, existem poucos estudos que relacionem as mudanças na política Portuguesa de defesa de e de como estas

Governador de Pernambuco. Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1654. Apenso II. In: Ibid., p. 111-120; Breve Relação dos Últimos Sucessos da Guerra do Brasil, restituição da cidade Maurícia, Fortalezas do Recife de Pernambuco & mais praças que os Holandeses ocuparam naquele Estado. Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1654. Apenso III. In: Ibid., p.123-131; MELO, Francisco Manuel de. Epanáfora Triunfante. 1659. In: FREIRE, Francisco Brito. Nova Lusitânia: História da Guerra Brasileira. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM.

⁷ Para caracterizar um núcleo urbano (todo o tipo de aglomerado urbano, seja cidade, vila ou povoação) como praça-forte parece ser fundamental que ele pudesse ser flanqueado (defendido por arte), cercado e que abrigasse sob suas muralhas – em caso de necessidade – toda a população em caso de ataque. In: SANTOS, Paulo. Formação das Cidades no Brasil Colonial. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001, p. 83; FORTES, Manoel de Azevedo. Op. Cit., p. 8.

⁸ Andreas Drewish Bongesaltensis. Planta da ilha de Antônio Vaz, do Recife e do continente do porto de Pernambuco, no Brasil, tal como atualmente se apresenta guarnecido pela Companhia das Índias Ocidentais com fortificações, redutos e outras obras. 1631. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. A Cartografia Holandesa do Recife: Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1976; Autor desconhecido. Insula Antonij Vaazij. Área Insulae cum venisset in Brasiliam Mauritius Anno 1637. [Ilha de Antônio Vaz. Área da ilha quando da vinda de Maurício ao Brasil no ano de 1637]. In: Ibid.; Autor desconhecido. Planta do porto de Pernambuco, com a cidade Maurícia, a aldeia do Recife e o s fortes circunvizinhos e todas as particularidades deles. 1639. In: Ibid.; Johan Vingboons [do original Cornelis Bastiaensz Golijath]. “CAERTE VANDE HAVEN VAN Pharnambocque met de Stadt Mouritius en Dorp Reciffo ende bijlegend e forten met alle gelegenthe den van dien”. 1644. Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002; João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso. Imagem sem título [Planta do bairro do Recife]. 1733. Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In: Ibid.; Manuel Almeida da Fortuna. Imagem sem título [Planta do bairro do Recife]. 1733. Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. In: Ibid.; Cornelis Bastiaensz Golijath. Recife e Olinda. 1648. In: Ibid.; Diogo da Silveira Velloso. “PLANTA DO PROJECTO DE FORTEFICAÇÃO DA VILLA DO RECIFE DE PERNAMBUCO”. 1739. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. In: Ibid.; Diogo da Silveira Velloso. “PLANTA DO PROJECTO de Fortificação do Bairro de S. Antonio, em Pernambuco”. 1739. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. In: Ibid.

⁹ INVENTÁRIO das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654. [1656]. Recife: Imprensa Oficial, 1940; MELLO, José Antonio Gonsalves de. A Cartografia Holandesa do Recife. Op. Cit.; MENEZES, José Luiz Mota (Org.). Atlas Histórico Cartográfico do Recife. Recife: URB/Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, 1988.

transformações se manifestaram na colônia brasileira, principalmente na estratégia das fortificações no Norte do Brasil.

Dentro desta temática, no período pré-nassoviano (anterior ao governo de Maurício de Nassau) havia uma tensão entre a administração civil e militar. Seguindo a discussão historiográfica efetuada por Honório Rodrigues, Mello (2007) fez uma crítica da produção historiográfica contemporânea ao período holandês. Assim, obras como *O Castrioto Lusitano*¹⁰, *O Valeroso Lucideno*¹¹ e *Memórias da Guerra de Pernambuco*¹² são analisadas. Para Mello, a utilização dos cronistas, fonte historiográfica relevante, permaneceu fundamental à compreensão do Brasil, com fluxo maior do período holandês até, pelo menos, a metade do século XIX.

Em sua discussão historiográfica, Mello (1998) não se limitou a apresentar a historiografia, mas analisa que foram os historiadores da Independência, os devoradores daqueles cronistas, ao sabor de suas perspectivas nacionalistas. Mello ainda comenta sobre a característica de alguns cronistas, como Francisco de Brito Freyre, com sentimento nacionalista lusitano, principalmente após a ascensão de D. João IV, em 1640, influenciando na maneira de narrar a Restauração Pernambucana que, para Freyre, significava a Restauração Portuguesa. Sobre as obras de Brito Freyre e Frei Manuel Calado, apontou Mello (1997, p.71-72) que elas têm, em comum

o fato de haverem sido promovidas ou encomendadas por João Fernandes Vieira (líder da Restauração), o que lhes deu o tom **panegírico** [grifo nosso] que as tornou muitas vezes suspeitas à crítica histórica.

Mello (1997) chama a atenção para o fato de que os estudiosos do século XIX desdenhavam as fontes manuscritas, situação que iria se inverter com os trabalhos de Pereira da Costa e José Higino Duarte Pereira¹³, cuja ida à Holanda resultara na transcrição de uma vasta documentação, referente à administração da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil. Considera Mello (1997, p.77) que:

O Castrioto e, em segundo lugar, a Nova Lusitânia monopolizaram assim durante mais de cento e cinquenta anos o conhecimento que se tinha em Pernambuco do período mais brilhante de seu passado e da experiência

¹⁰ JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano* (Lisboa, 1679). Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979.

¹¹ SALVADOR, Frei Manuel Calado do. *Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade* (Lisboa: 1648). Recife: Cultura Intelectual de Pernambuco, 1942. 2 v.

¹² SANTIAGO, Diogo Lopes de. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo*: João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra. Recife: Secretaria do Interior, 1943.

¹³ A Coleção José Higino, como ficou conhecida posteriormente, representou grande modo, a base documental sobre a qual edificou José Antônio Gonsalves de Mello as suas pesquisas, muito embora o mesmo tenha ido à Holanda muitas vezes nas décadas de quarenta e cinquenta do século XX e de lá trazido um número significativo de documentos. Outra missão aos arquivos dos Países Baixos teve vez na pessoa de Joaquim Caetano quase na mesma época que José Higino. A coleção Joaquim Caetano encontra-se atualmente no arquivo da Biblioteca Nacional e está traduzida para o francês.

histórica a que o imaginário político do nativismo atribuía o papel central nas relações entre a capitania e a metrópole.

A criticidade de Mello (1997) confere uma perspectiva histórica aos cronistas do Brasil holandês, na medida em que justifica o seu uso mais de duzentos anos depois de serem escrito (NASCIMENTO, 2001). Ele aprofunda sua análise historiográfica, quando ressalta a referência feita pelo Frei Jaboatão tanto ao Castrioto Lusitano, como ao Valeroso Lucideno, considerando esta atitude uma reação corporativa por terem, seus autores, “propositadamente omitido o papel desempenhado pela Ordem dos Frades Menores durante as guerras holandesas”¹⁴.

Destacam-se, também, alguns trabalhos acadêmicos que abordam o período *post-bellum* e outros artifícios defensivos da Coroa na colônia, dentre esses O Miserável Soldo¹⁵, que, além de trazer aspectos referentes à defesa na Capitania de Pernambuco, nos séculos XVII e XVIII, revela uma visão social dos moradores envolvidos em atividades militares locais.

Dando sequência às obras que embasaram o posicionamento e a valorização da historiografia nesta tese, têm-se o trabalho de Mello (1998), Olinda Restaurada, que retrata os anos de dominação neerlandesa, em parte do Nordeste brasileiro (1630-54), assim como as duas guerras vividas neste espaço de tempo, a de Resistência e a de Restauração, mesmo que reconheçamos que os empenhos ganharam espaço e possibilidade de enfrentamento da WIC, por falta de empenho dos países baixos tendo em vista que após a derrota dos espanhóis, o foco do colonizador holandês foi direcionado para outra etapa de consolidação o do domínio do comércio internacional do açúcar nas Antilhas. Dentro dessa obra, se destacam os ‘temas do mundo militar’ do século XVII, bem como as questões referentes ao abastecimento das tropas, confrontos, táticas e dificuldades enfrentadas pelos soldados no meio nordestino.

Dentro do espírito dessa situação de parceria entre Portugal e Holanda, contra a Espanha, também foi relevante o segundo trabalho de Mello (2003), O Negócio do Brasil, expõe a continuação do conflito entre portugueses e neerlandeses no campo diplomático, tendo como ápice a assinatura dos tratados de paz de 1661 e 1669, no qual os Países Baixos reconheceram a soberania portuguesa no Norte do Brasil, em troca de concessões financeiras e comerciais. Nesse sentido, é pertinente observar que se Mello (2003) trouxe informações sobre as questões diplomáticas, Boxer (2002) nos forneceu alguns detalhes sobre essa guerra

¹⁴ Idem, p. 80. Cita Evaldo neste livro uma passagem da obra de Frei Jaboatão Novo Orbe Seráfico.

¹⁵ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. Nas Solidões Vastas e Assustadoras – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: UFPE, Tese de Doutorado, 2003.

global da colônia, na qual Portugal estava inserido e que levou o império luso a reconsiderar suas estratégias.

De acordo com Miranda (2006), o quadro bibliográfico, posto em destaque no livro *História de Portugal – O Antigo Regime*¹⁶, apresenta interpretações sobre o período estudado. A partir desse estudo, se compreenderam as temáticas referentes aos rumos políticos de Portugal, entre o pós-restauração (1640) e o fim do século XVII.

Outra obra que está na base desta investigação é *A Fronda dos Mazombos*¹⁷, que trata dos confrontos pós-restauração (1654) entre metrópole e colônia, traduzidas nas peijas travadas entre a nobreza da terra e os mercadores recifenses, que despontaram na Guerra dos Mascates (1715). Destacou-se, também, na Fronda, a tentativa de afirmação do poder metropolitano na colônia e as resistências dos colonos, que resultaram, por vezes, em conflitos jurisdicionais. No mote dessas peijas travadas no período pós-restauração, encontravam-se questões atinentes à reforma do sistema de defesa do Recife e de Olinda (ACIOLI, 1997). O trabalho de Mello (1979), João Fernandes Vieira, traz esclarecimentos sobre as atividades exercidas por Vieira na Superintendência das Fortificações do Norte. O livro *A Rendição dos Holandeses no Recife*¹⁸, descreve o cerco à Praça do Recife e as negociações feitas na sua capitulação, delineando as mudanças militares, empreendidas pela Coroa no segundo período português¹⁹.

A leitura de cada período também pode ser feita pelo entendimento das crônicas de engenheiros militares e memorialistas portugueses, espanhóis, flamengos, neerlandeses, holandeses, alemães, ingleses e franceses, entre outros, de variada produção e expressão, que estiveram no Brasil entre os séculos XVI ao XVIII, bem como de homens pertencentes a outras nacionalidades, no século XIX, cujos relatos se construíram como representações, nomenclatura esta, aqui utilizada, na concepção apresentada por Chartier (1990), em *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Os relatos desses engenheiros militares e memorialistas produzem nas narrativas, representações sobre a capitania de Pernambuco, seus povoados e vilas, informações que se mantém e se superpõem às atuais narrativas de urbanistas e geógrafos.

¹⁶ MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal – O Antigo regime (1620-1807)*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

¹⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715*. 2a Edição. São Paulo: Editora 34, 2003.

¹⁸ MELLO, José Antonio Gonsalves de. *A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)*. Op. Cit.

¹⁹ O segundo período português, segundo a definição de Silva (2001), abrange do momento de reinserção de Pernambuco e capitanias do Norte - após a restauração de 1654 - a órbita governamental da Coroa portuguesa ao processo de independência e fim do controle do Estado português no Brasil.

Há narrativas e entendimentos diversos sobre as representações, inclusive acerca da reconstituição concreta da história urbana, através de uma imagem e da construção de figurações²⁰. No entanto, essas narrativas moldam um contexto cultural permeado de ufanismo, destemor e audácia, assim como de incertezas relativas à apropriação da natureza externa ao homem, embora não se possa deixar de fazer referências às outras histórias que abordam a dominação, escravidão e sujeição do homem pelo homem, principalmente dos índios e dos negros. Enfatiza-se, entretanto, como os sentidos de mundanidade, associados à liberdade, passaram, desde logo, a constituir uma ideia sobre as cidades, a despeito das suas igrejas e ermidas. Já a narrativa do português Souza (1938), intitulada *Tratado Descritivo do Brasil*, em 1587, destaca a natureza em sua pujança, a paisagem natural irresistível aos viajantes e desbravadores e indica as composições territoriais, econômico-social das vilas e povoados.

Na atividade de comando e investigação, a posse e o domínio dos lugares era tarefa dos capitães e comandantes militares, mas, aos engenheiros militares, naturalistas e demais cientistas cabiam as tarefas de examinar, conhecer e registrar os ambientes estranhos, dando-lhes uma significação. Ambos os exercícios, de comando e de investigação, constituíam-se em atos de audácia e autoridade, realizados de forma diversa. Entende-se, então, que a vivência de viajantes europeus, no Brasil, produziu uma cultura literária que saciou a curiosidade dos europeus sobre o Novo Mundo. Este se apresentava como ícone da travessia, de uma fase transicional entre modelos históricos e religiosos conhecidos e o desconhecido, trazido pelas mudanças, na nova ordem geográfica mundial (BOËCHAT, 2009).

Antes do entender a abstração do imaginário europeu, representado na iconografia, cabe uma breve visita às bases histórico-sociais e econômicas do processo de colonização, para visualização do processo de construção identitária: alguns mitos sobre a forma urbana produzida, bem como os fatores de localização geográfica da área ocupada, as estratégias e as motivações de ocupação, consolidaram-se, dando conta dos dominadores, vindos dos Países Baixos que ocuparam o Recife no século XVII, teriam motivação para se instalar nas áreas de planícies baixas entre rios, dada a experiência no controle de terras baixas e alagadas, como ocorrera em Amsterdam, que havia passado por uma intervenção urbanística, focada em questões semelhantes, como drenagem e necessidades de fortificação.

²⁰ Os sentidos distintos de estranhamento e familiaridade confrontam-se, seja diante de uma realidade desconhecida, seja da recordação de uma formação urbana. Transpor uma narrativa de uma época para outra pode constituir uma ação de transformar uma coisa em outra, de evocar algo que não mais existe, mas que também continua existindo por meio da palavra, como as de memorialistas como o português frei Vicente do Salvador, datadas do século XVII.

Informações descritivas e cartográficas, por exemplo, as classificadas, neste estudo como iconografia de espionagem, ocorridas já desde o final do período português, pouco antes da ocupação neerlandesa, produzidas, inclusive, por judeus e cristãos-novos, geraram informações sobre acessos, traçado e praças fortificadas de Olinda e Recife²¹, tornando aquele ambiente menos estranho aos seus futuros ocupantes. O novo ambiente foi modelado, não por governantes neerlandês-holandeses, mas com a realização de intervenções urbanísticas, planejadas pelo conjunto de técnicos que passaram a trabalhar no Recife, cujas qualidades ambientais, funcionais e estéticas passam a diferenciar-se do momento anterior.

Como mostram os relatos e as imagens produzidas, após a invasão holandesa do Recife, em 1630, Olinda é incendiada e perde o posto de capital; o Recife se torna a cidade mais importante, o centro econômico-político do governo holandês, no Brasil, deixando de ser apenas um porto, recebendo uma estrutura urbana adensada, em conjunto com a Cidade Maurícia (*Mauritstad*).

A partir dos elementos constitutivos, presentes na análise da iconografia e historiográfica, no período colonial, há o entendimento da afirmação identitária, em cada administração político-econômica implementada em Pernambuco. Podemos indagar se no último período de conflitos em análise, os portugueses teriam promovido um processo de **desespanholização** e **desnandeerlização** do Recife em meados do século XVII, ou se as preocupações e investimentos teriam outro foco mais direcionado ao equacionamento de questões bélicas e de atendimento de um programa de necessidades, onde a afirmação identitária seria algo assessorio.

Segundo a interpretação da maioria dos estudiosos, nas últimas fases do governo colonial, os portugueses foram exorcizando progressivamente influências e marcas materiais e culturais castelhanas e holandesas, como num processo de reimposição de uma identidade perdida ou apagada, pelos neerlandeses e holandeses. Mas, nesta tese, prevalece o conceito de **cidade necessária**, cuja construção identitária se dá através da prática de modelos próprios, investimentos de meios e materiais, sobre o ambiente pré-existente, de acordo com necessidades e interesses. No processo de construção do significado, o edifício, ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados à arquitetura, prevalece sobre outras fontes de significados. Segundo Castells (2006), essa pluralidade é fonte de tensão e contradição,

²¹ O Recife, interdependente da senhorial Olinda, teve a formação de sua estrutura social relacionada a esses elementos e foi composta por pescadores, canoeiros, jangadeiros, artífices, colonos, soldados, mercadores, negociantes, funcionários e clérigos.

tanto na auto-representação, quanto na ação social. No ambiente construído, as interfaces identitárias não devem ser confundidas com características ou papéis secundários, mas vistas como raízes e autenticidades dos referenciais tipológicos.

Na atualidade, pode ser formulada uma leitura e análise tipológica, procedendo-se do particular para o geral, mediante fracionamento do todo nas partes que o compõe. Posteriormente, definindo o objetivo de interesse e a escala de análise ou leitura, a investigação se estrutura, tendo o tempo e o lugar como variáveis do processo; tais características se aproximam do conceito de **cidade necessária**, formulado nesta tese, que busca a análise da construção identitária, de maneira objetiva. Entender o modo como se realizam os diversos tipos de construções, é parte da estruturação tipológica. Na morfologia urbana, a tipologia tem papel na constituição da forma, pois representa uma constante, repetida e definida por caracteres de homogeneidade espacial no tempo.

Os estudos sobre o ambiente construído em grande parte, abordam os fatos envolvidos na atividade de sua produção; mais do que características, a historicidade, sociabilidade e ambientalidade são implicações de uma instrumentação metodológica, de investigação sobre ambiente construído, a cidade, por excelência. A apreensão da evolução histórica, no ambiente construído (tipo edilício), foi processada nesta tese, a partir do entendimento da representação transformacional de aspectos urbanos, sócio-econômicos e político-culturais sobre o Recife.

Segundo Bourdieu (1989, p.176), é o indivíduo que:

[...] detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluídas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir.

Direcionada aos objetivos da tese, a partir da organização e análise dos resultados obtidos na investigação, se buscou observar o fenômeno, descrevê-lo, classificá-lo e interpretá-lo, no intuito de responder aos objetivos formulados e às hipóteses. A partir das leituras e análise das séries iconográficas, informativas das características urbanas nas três fases do estudo sobre período colonial em Pernambuco (luso-ibérica, neerlandesa e pós-neerlandesa), foram alcançados subsídios para responder aos objetivos propostos da tese, com neutralidade científica, ou seja, se afastando do objeto pesquisado, para garantir a cientificidade da análise, não dando margem ao senso comum.

Partindo do pressuposto de que existe uma diversidade de culturas na sociedade brasileira, e não graus diferenciados, é necessário compreender os conceitos de unidade e

diversidade no período colonial e seu reflexo sobre a atualidade. Para Argan (1993, p.88), “traduzir em formas a estrutura da sociedade significa desenhar e construir o espaço de sua existência, que é também o espaço da razão formal da arquitetura”. O objeto arquitetônico afirma-se na materialidade e é através dela que se revela e impõe sua imaterialidade. Na materialidade dos conjuntos urbanísticos, os modelos de implantação revelam tipologias reconhecíveis e, em sua intangibilidade, também informam, por meio de seus componentes sócio-culturais indissociáveis, características de matrizes portuguesa, ibérica e neerlandesa. Nesse ínterim, por exemplo, o Manifesto Regionalista, na defesa dos valores históricos e da cultura regional, reclama a manutenção dos traços característicos do urbanismo e da arquitetura lusitana (FREYRE, 1976, p.61).

Nesta tese, tomando por base a historiografia da cidade, juntamente com seu contexto, se averigua, comparativamente, no processo de evolução, a agregação de modificações (permanências e mudanças) no Recife colonial, revelando o grau de interesse de investimentos e construção de identidades urbanas distintas, através das representações sobre o espaço urbano, produzidas através de observações *in loco*, ou também a partir de ouvir dizer, elaboradas por técnicos a serviço dos empreendedores estatais ou privados - memorialistas, cronistas, geógrafos, e projeções por arquitetos, engenheiros militares e outros projetistas - revelam a cidade em suas diversas identidades postas em prática nas fases do empreendimento colonial, nos séculos XVI e XVII.

Para essa análise da construção identitária urbana, na primeira fase de afirmação de identidade não nativa (CHARTIER, 1990), em ambiente natural pré-existente, adotando uma metodologia convencional, se daria foco nos antecedentes de projetos e modelos desses empreendedores (origem e formação dos técnicos encarregados) estrangeiros no Brasil. Inicialmente, sem identidade urbana, mais apegados à propriedade da terra, da sesmaria ao lote, e menos apegado a um valor atribuído à cidade, que somente seria consolidada no processo histórico de disputas de interesses entre estantes (comerciantes, cristãos novos, etc., parte da rede de famílias e empreendedores internacionais em circulação), não estantes-régios (administradores da política, da riqueza e da religião real), não estantes-enraizados (investidores herdeiros, produtores, comerciantes, políticos locais e religiosos representantes do povo), e nativos civilizados (os brasileiros miscigenados, produtores, escravos, mulatos, etc.). Já no processo sugerido preliminarmente como sendo um reaportuguesamento, em meados do século XVII, a cultura de afirmação de identidade (associada ao domínio político-administrativo-militar e comercial) foi marcada pela necessidade de reestruturações na cidade e por revoltas, que envolveram comerciantes, povo e grupos religiosos, até a criação da vila

do Recife, em 1711, mantendo a tradição de insubordinação em relação Governo Geral, desde **os Coelho** (linhagem de donatários), o que a historiografia insiste em considerar como certo abasileiramento sociocultural e político-administrativo.

Nesta tese, o segundo capítulo sobre identidade urbana e representação discute a representação da informação, discurso, desígnio na iconografia e sua relação com a consolidação de construções identitárias distintas, sobre um mesmo objeto, em fases distintas de dominação colonial, a partir de uma revisão teórica dos conceitos de sob o olhar de diversos autores.

O terceiro capítulo da tese apresenta uma leitura das séries iconográficas, organizadas por período de informações urbanas sobre etapas dos empreendimentos coloniais no Recife, desígnios e discursos das fases de construção das identidades, compreendendo o grau de sobreposição ou imposição da identidade de uma nação dominante, em detrimento da identidade dominada.

Nessa compreensão, a superação de uma metodologia de análise convencionalizada que parte de dados do autor do projeto ou obra, para sugerir uma matriz tipológica, exigiu nesta tese um novo entendimento e aprofundamento da compreensão sobre os elementos necessários à consolidação do empreendimento e afirmação identitária, a que denominamos variáveis de construção da **cidade necessária**, que abrangem as formas e objetivos de investimentos urbanos sobre o ambiente natural ou construído e pré-existente. Dessa forma, pudemos superar os questionamentos sobre mudanças e permanências, no sentido de sobreposição e oposição de marcas e identidades, passando a entendê-los como fatos urbanos necessários principalmente em busca de atendimento de necessidades para consolidação da cidade colonial, em grande parte, emergenciais. Portanto, entende-se que na construção e na análise, a principal preocupação na constituição da forma materializada não é calcada na imposição de discursos nacionalistas ou culturais, nem de modelos e estilos, mas condicionada pelas variáveis do que ora denominamos de **cidade necessária**. Por outro lado, nessa prática de construção urbana, baseada em modelos mentais ou desígnios, a construção na **cidade necessária**, mesmo dentro do mesmo período de governo, se alcança formação identitária com variações acentuadas nas aplicações de determinado modelo, na maioria dos casos através do saber fazer dos técnicos e artífices envolvidos tanto no projeto quanto na obra. Dessa forma, desvincula-se a identidade urbana de um modelo específico relacionado à transplantação de uma nacionalidade, que se caracteriza por definir as obras, caráter urbano delineador e identidades a partir dos esforços para atender às necessidades mínimas.

O quarto capítulo da tese analisa as principais características urbanas dos períodos distintos de domínio técnico e político do empreendimento colonial. A partir dos processos sociais e históricos da colonização luso-ibérica, neerlandesa e pós-neerlandesa (resistência popular brasileira), são discutidas as especificidades histórico-econômicas que produziram as iconografias analisadas, a identidade local formada, a economia e o *modus vivendi*.

Estão pontuados aspectos históricos das diferentes formas de ocupações do Recife e suas representações. Tendo como principais fontes documentais a iconografia, a historiografia e os estudos de pesquisadores, o Recife e a Mauritsstad, tiveram analisados os contextos urbanísticos, sociais e políticos de cada período, destacando as mudanças e permanências relacionadas às identidades de cada administração. A compreensão do grau de permanências e mudanças, em cada fase de alternância do poder colonial, é, também, baseada em conceitos formulados pelo professor José Luiz da Mota Menezes (UFPE), em informações históricas e estudos da iconografia dos pesquisadores Pereira da Costa, José Antônio Gonsalves de Melo, Evaldo Cabral de Melo e Leonardo Dantas.

Dentro do referido entendimento, formulado pelo Prof. Dr. J.L.M. Menezes, e por estudos da Prof. Dr. Virgínia Pontual, é demonstrado que a iconografia e as narrativas historiográficas são informações indissociáveis. Assim, é possível compreender em que grau houve um processo de afirmação e eliminação de marcas das identidades anteriores, como por exemplo, a neerlandeização de uma parte do modelo ibérico instalado, e posteriormente, uma reação ao modelo neerlandês, num suposto reaportuguesamento urbano.

Buscando desmistificar um pouco a idéia de plano fechado, é preciso considerar que mesmo na tratadística vitruviana, existe a postura de flexibilização dos modelos no projeto, o que corrobora com a noção de que esse projeto atende não somente a uma matriz tipológica ou identitária, mas aos muitos condicionantes e variáveis presente, como demonstrado na metodologia da **cidade necessária**. Partindo da convergência de dados iconográficos e historiográficos, relata-se nesta tese que o projeto de ocupação holandês não tinha como área escolhida a Olinda portuguesa, instalada em relevo elevado, nem o Porto dos Arrecifes em terras baixas, onde já havia uma ocupação portuguesa do istmo na proximidade com a planície continental (onde os franciscanos já exploravam como área rural). Mostrou-se flexível na estratégia de ocupação, já que a área inicialmente escolhida e planejada seria a ilha de Itamaracá, não sendo uma ocupação em relevo elevado, nem terras baixas, como até hoje está convencionado que seria o único modelo holandês. O principal potencial da área insular de Itamaracá dentro do conceito de **cidade necessária**, seria o potencial de defesa, de expansão e desenvolvimento urbano, mas o elemento que o materializa é o somatório de mão-de-obra,

interesses e forma de aplicação de recursos financeiros, materiais disponíveis e padrão construtivo, fontes de água, solo produtivo e formas de controle.

Apesar de uma forte atuação dos holandeses frente ao modelo português, não se observou, na prática, um empenho no apagamento das marcas que assinalavam os elementos da identidade urbana estrangeira, em seus aspectos culturais, religiosos, econômicos, militares e político-administrativos. Tal fato advinha da relação de dependência entre dominadores e dominados, muito marcante na política híbrida e que terá seu auge no governo de Nassau e na Câmara dos Escabinos, no Recife holandês, até mesmo com a participação de representantes da senhorial Olinda.

Como demonstrado no capítulo 4 desta tese, dentro do período de dominação, conhecido como holandês, os primeiro sete anos são de controle neerlandês, seguidos de outros sete anos sob controle de Amsterdam (holandês) e, por fim, o retorno do controle neerlandês mais rigoroso e politicamente menos hábil, que irá cobrar os vultosos empréstimos feitos, gerando a conveniente reação dos endividados. Dividida em duas etapas (na primeira destacando-se ações de dominação e defesa, e na segunda, infra-estrutura, comércio, desenvolvimento urbano e demográfico para gerar mercado interno), observou-se que a atuação de técnicos durante o controle de Nassau, embora tenha sido permeada de grandes investimentos, deixa forte marca identitária na *Mauritstad*, mas uma expansão à ibérica na intervenção sobre o Recife do Porto. Foram aplicados objetivos (interesses) e formas de atuação distintos, no tocante aos investimentos, de acordo com as etapas distintas do empreendimento. A forma de investir em meios e materiais holandesa foi diferenciada, pela oportunidade da paralisação da guerra, podendo ser mais empreendedor do que militar.

Houve neste período, diferentes posturas de intervenção, na produção do espaço urbano: em área pré-existente de origem portuguesa (Recife das Cacimbas), mesmo com projeto técnico de matriz holandesa (com o importante planejamento do destacado arquiteto Pieter Post), não se buscou impor marcas, nem eliminar o modelo luso-ibérico presente, mas na medida da necessidade e pragmatismo da permanência, forma preservada a traça luso-ibérica, mas imbuído do saber fazer. O arquiteto Pieter Post, que além de elaborar o projeto macro, muito provavelmente orientou alterações e flexibilizações em seu projeto, elaboradas por outros técnicos. Em área menos ocupada, como a Ilha de Antônio Vaz, Pieter Post em seu plano urbanístico de 1637 pôde utilizar como parâmetro, modelos de soluções técnicas contemporâneas, praticadas naquele mesmo século nos Países Baixos, não se restringindo apenas aos ideais medievais e renascentistas, para solução de espaços, drenagens e fortificações. Assim, foram seguidos os princípios dos manuais militares da escola holandesa

no sistema de defesa, além da estrutura existente do projeto de Drewicsh (1631), mas com circulação da *Mauritstad* se interligado e fazendo referência ao traçado português do Lugar do Recife.

Na retomada da dominação portuguesa, as ações imediatas também não buscaram a promoção do reaportuguesamento urbanístico, como está convencionado, mas da área administrativa, na qual a *Mauritstad* cedeu o foco ao Recife, que, por sua vez, retomou a denominação do lugar, mas permaneceu com parte das novas funções espaciais criadas e sobrepostas pelo modelo holandês.

Entendendo o Recife como espaço de aplicação de modelos político-administrativos, econômicos e urbanísticos distintos, que foram encabeçados pelos governos de Portugal e Espanha e por empreendedores privados dos Países Baixos e Amsterdam, as alternâncias do domínio político-técnico deram à cidade, características urbanas e culturais singulares, pela sobreposição e agregação dos processos evolutivos de afirmações de identidades urbanas ou, dentro do conceito de **cidade necessária**, aplicações de investimentos de forma diferenciada por cada grupo empreendedor. Foram identificados elementos ou variáveis comuns, nas diferentes fases de governo colonial, bem como sua relevância, no conceito de **cidade necessária** – materialização que foi possível construir frente aos condicionantes no empreendimento

Nos períodos administrativos, políticos, militares, sociais, culturais e econômicos do Recife, foi analisado o grau de envolvimento e realizações do poder público, nessas diversas fases de dominação estrangeira, avaliando se esses governos se utilizaram do discurso nacionalista de construção identitária, como forma de dominação e/ou afirmação ou de aplicar investimentos no ambiente, partindo das necessidades e interesses primordiais, com reflexos na **cidade material**. Ao identificar como os fatores políticos efetivados por estrangeiros (invasão e tomada do controle), administrativos (investimento em comércio e manutenção da produção), urbanísticos (desenvolvimento com tipologia diferente da encontrada na estrutura urbana produzida pelo derrotado), corroboram para a configuração das ocupações do Recife, a partir do século XVII, se analisa a sua relação com as identidades culturais dos ocupantes, numa forma de expressão e reafirmação urbana e arquitetônica.

A partir de nova compreensão, dentro do conceito de **cidade necessária**, a maneira de construção da cidade revela, nos principais elementos de interesse e investimentos, a consolidação de identidades urbanas distintas, mas, mantendo elementos pré-existentes, sem serem, por isso, consideradas, interessadas em permanências culturais desde sua concepção, ou de identidade cultural híbrida. Assim, o modelo do construtor aplicado não pode ser lido

hoje, como tipologia, mesmo que a forma materializada tenha sua identidade urbana, não podendo ser classificado simplesmente com base em uma suposta matriz fruto de experiências técnicas anteriores ou posteriores dos técnicos empreendedores. Como exemplo, as realizações holandesas colocadas em prática em outras colônias, com meio ambiente e interesses distintos do Brasil, os mesmos modelos, meios e materiais foram usados, resultando em consideráveis variações. Constatou-se que a prática de planejamento urbano de uma mesma nação ou grupo empreendedor dominador produz **identidades urbanas** diferentes, de acordo com a diferenciação das variáveis da **cidade necessária**. Assim, a partir da visualização desses modelos urbanísticos, ou formas distintas de aplicar investimentos e de seus resultados identitários distintos, na historiografia, foi possível compreender a função dos elementos que compõem o espaço urbano instalado, em cada período do processo de reelaboração e hierarquização de usos, num contexto de permanências e mudanças das características urbanístico-militares (traçado, usos, hierarquias, fortificações, acessos, portas, pontes, etc.).

Cabe aqui esclarecer, diferenciando do convencionado, o papel de mando da Espanha na União Ibérica, incluindo grande preocupação com assuntos sobre a defesa da costa do território brasileiro, construindo fortificações de alto custo ao longo da costa do Brasil, considerado ponto estratégico do Império Espanhol. Desde Felipe II, o governo espanhol foi assessorado pelo Conselho de órgãos administrativos, quer em matéria de territorial ou aspectos específicos. Um deles, o Conselho de Portugal foi governado por diferentes instruções da Corte de Tomar, e submisso ao Rei, e com pequena composição.

Roseli Santaella Stella²² discute em sua tese se o Brasil se tornou espanhol durante o período de dominação filipina, ou se permaneceu português como defende a historiografia tradicional²³. Analisando as decisões do Espanhol e do Português, Stella Santaella conclui em que “considerando a comunicação real, as opiniões de muitos funcionários ou ex-funcionários consultados e informações de pessoas e servidores, é possível ver aspectos da ação política dos Felipes em relação ao Brasil, pois as consultas dirigidas ao Conselho de Portugal deveriam ser apresentadas a El-Rei. Portanto, durante a dominação espanhola foi os Felipes que efetivamente governaram o país, ignorando as instituições do Português”.

²² Maiores informações, consultar a tese Domínio Espanhol no Brasil para uma Monarquia Filipe II: 1580-1640. Orientada pelo Prof^º. Dr^º. Antonia Fernanda Paccar Almeida Wright, apresentada no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1993.

²³ Maiores informações e referências, consultar o apêndice desta tese.

2 CONCEITOS DE IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO

Um processo de formação

2.1 O processo de formação da identidade

Para compreender o processo de aplicação de investimentos para construção do espaço urbano do Recife por luso-ibéricos, neerlandês-holandeses e luso-brasileiros, cabe o entendimento dos interesses implícitos nas intervenções, tanto no planejamento e materialização dos espaços urbanos e arquitetônicos que os compõem, quanto no registro dessas informações. Desígnios e discursos são essenciais para entender algumas formulações sobre identidade e as representações iconográficas dos dominadores, inclusive como a população local e estrangeira assimilou as ações dos dominantes. As representações de identidade modificam as informações sobre as projeções e marcas produzidas nos elementos materializados pelos seus investimentos no espaço urbano, mas não simplesmente através do transplante cultural de identidades urbanas pelas ações dos empreendedores.

Segundo Cordova (2008) é preciso compreender as ligações de poder nas representações sociais, as produções historiográficas e as tradições inventadas nas construções identitárias.

Todo fato social é um fato histórico e inversamente. Daí segue-se, portanto que a história e a sociologia estudam os mesmos fenômenos e que, se cada uma delas captura um aspecto real, a imagem que ela dele nos dá não poderia ser senão parcial, na medida em que não for completada pelas contribuições da outra (...). Não se trata, pois de reunir os resultados da sociologia e da história, mas de abandonar toda sociologia e toda história abstratas para chegar a uma ciência concreta dos fatos humanos que não pode ser senão uma sociologia histórica ou uma história sociológica (GOLDMANN, 1993, p.17).

Sendo assim, qualquer transformação que se opere na funcionalidade social, seguirá necessariamente, a inversão dos valores da integração identitária, a qual o consenso não significa a legitimação harmoniosa e equilibrada, mas a sistematização moral que transgride a especificação da identidade.

Todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história. Todo pensamento, qualquer que seja ele e qualquer que seja seu objeto, é apenas um modo e uma forma do fazer social-histórico (CASTORIADIS, 1982, p.13).

Cordova (2008) ainda mostra que ao tratar da trajetória do positivismo no processo de produção do conhecimento, enquanto fomentador do progresso buscou-se compreender as manifestações desses princípios, que definiam o que deveria ser apreendido e estabelecido. Nesse ponto, nota-se o caráter centralizador que uma construção identitária pode representar, bem como suas respectivas relações de poder e controle social entre os seus idealizadores.

No caso de Pernambuco, dominado nos séculos XVI e XVII por iniciativas privadas, exceto no rigoroso domínio ibérico (onde o controle filipino de Madrid suplantou o controle dos Coelho), teria ocorrido nas disputas políticas a afirmação de uma identidade sobre outra, estando em jogo a amplitude do domínio político e técnico de um governo representante de uma nação ou grupo de investidores privados com anuência (Duarte Coelho na capitania independente de Pernambuco, mas por determinação da Coroa portuguesa) ou sem anuência de uma Coroa (Neerlandeses em Pernambuco em sociedade com Amsterdam). A discussão diferencia-se da questão da identidade nacional que se compõe da tradição e da identidade criada pelo discurso positivista, numa possível supressão da realidade, onde:

Por tradição inventada, entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição e o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1984, p. 9).

2.1.1 Noções e representações na construção da identidade social

A construção da identidade social se processa no âmbito das projeções simbólicas articuladas pelas práticas do cotidiano, que exaltam as diferenças culturais dos grupos humanos e delineiam as identidades. A tese trata da questão em termos de **construção da identidade urbana**, somando a materialidade ao modo de vida. Assim, seria possível complementar a leitura da construção identitária a partir das bases conceituais, inerentes às identidades sociais, considerando as características comuns de determinados grupos como,

por exemplo: usos e costumes das tradições, das estruturas familiares, da miscigenação e dos comportamentos de grupos profissionais e irmandades (MICHELIN, 2008).

Como o objetivo da tese não é entender os modos de vida, mas os reflexos materiais das formas de aplicação de investimentos, a partir desses modos de vida, alterando-os, então é indispensável entender as ações de técnicos e empreendedores de organizações nos governos coloniais no Recife, voltados à construção progressiva do empreendimento. Já que o material de análise tem foco na iconografia e historiografia, com ênfase nas questões de estruturação, adaptação e usos do espaço urbano nas disputas e produção de riquezas comerciais, vale ressaltar que nesse campo também se considera além dos fatores humanos e culturais, outros condicionantes práticos, como o ambiente físico geomorfológico, sócio-espacial e os demais fenômenos da vida cotidiana, como os interesses comerciais, sua relação com a terra (a vivência social), a política, a economia e a comunicação social posta em prática.

A identidade, segundo Michelin (2008), é uma negociação entre uma auto identidade definida pelo indivíduo e uma hetero-identidade definida pela interpretação de outros. Dessa forma, a construção da identidade social passa por um processo de produção desencadeado pelos simbolismos nas práticas cotidianas, compondo o conjunto identitário de determinado grupo. Entende-se a construção identitária como a concepção de imagem veiculada, com certa dose de formulação discursiva, podendo inclusive ser percebida a sua construção por meio dos seus simbolismos materializados nas representações da iconografia e da cidade. A formulação da identidade é elaborada justapondo signos produtores de sentidos, que na representação materializa.

Não se pode olhar apenas para o viés teórico da imagem, desconsiderando seus efeitos simbólicos nas ações reais do homem. Os fatos passados nas relações sociais são parâmetros para a reflexão crítica e precisa da atualidade. O problema não é contrapor as experiências da realidade ao discurso, mas articular ideias que percebam a produção cultural e a construção identitária em variadas dimensões. As formulações de identidades sociais evoluem nos seus próprios processos históricos, a exemplo da construção identitária do Brasil em discursos fundadores. Segundo Orlandi (1993, p.12):

Aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro da história de um conhecido: diga ao povo que fico, quem for brasileiro siga-me, *libertas quae sera tamen*, independência ou morte, em se plantando tudo dá etc. As representações (ou projeções simbólicas) fazem os indivíduos em seu interior ver e crer, conhecer e reconhecer, havendo quem assume o papel de organizar as manifestações políticas, sociais e culturais impondo-as ao

coletivo. Está em jogo, portanto, a capacidade de impor um sentido consensual ao grupo, seu sentimento de unidade e identidade.

As construções discursivas têm caráter abstrato. “Nunca é uma certeza dada, nem resulta simplesmente de um traço [...] da aparência” (MOURA, 2005, p.89).

A ideia da leitura da identidade como coisa representada e construída passa pela criação acadêmica multidisciplinar, uma invenção intelectual, como uma linguagem para descrever e interpretar outra, procurando dar significado a algo já transmitido simbolicamente e já representado, objetivando sua legitimação.

2.2 Discurso e afirmação político-representativa na construção identitária

Geralmente, os indivíduos de um determinado grupo humano, também constroem seus simbolismos e representações. Conforme HALL (2003):

A identidade é um lugar em que se assume uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada. Projeções imagéticas da identidade social, mediante seu estatuto de abstracionismo, somente podem ser percebidas em algum dispositivo de materialização que represente algum processo identitário, e, ao representar, constrói, ação natural e comum em qualquer relação.

Segundo Certeau (1994), a construção do real é realizada por um conjunto de reações, reinterpretações, criações, conformismos e resistências, que preenchem o cotidiano social. Mas, vale lembrar que as significações produzem sentidos díspares, de forma que a ideia de construção identitária remeta a uma ação simbólica, restando discutir os agentes ativos e as motivações dos processos construtivos.

No caso do Recife, considerando que os processos de construção da identidade histórica se desenvolvem entre as relações de poder, disputas de empreendedores e até nas lutas de classes, na dicotomia: dominação x resistência. Isso, no viés da política, possibilita o entendimento do controle e exploração econômica como ferramentas de imposição cultural. No entanto, para Hall (2004), as identidades não devem ser vistas com posicionamento definido e estático, em virtude da adaptação as referências externas. Uma posição define-se sempre em relação à outra, na interação com os discursos apreendidos entre objetos e práticas simbólicas, que situam o sujeito no mundo. Diante da acomodação de uns, têm-se as lutas de outros para afirmação de sua identidade e valores culturais. Esse conceito é bastante apropriado para visualizarmos a condição da população colonial oprimida pelo domínio de Madrid no

período ibérico, vendo por um momento o holandês como a solução, e após a restauração do domínio português, se vê afrontado até mesmo pela coroa portuguesa que protege os holandeses, não mais vistos como solução ideal, o que para muitos justificaria a atuação de Calabar ajudando os holandeses para livrar-se do domínio espanhol.

Por exemplo, na raiz da identidade regional, no estudo de Freyre (1987), a vida no engenho revela, principalmente, a existência marcante da divisão social e dos modos de vida colonial. Na base da divisão social e das atividades no engenho, estão as suas construções que revelam o contraste entre a casa grande, os escravos e a igreja. Nesse ínterim, autores como Omegna (1961), ressaltam a existência da convivência entre a pobreza das edificações mais simples, em especial as habitacionais, em contraste com a opulência de igrejas, edificações militares e públicas, que além da funcionalidade, carregam uma representação social.

Dessa forma, ao analisar elementos da identidade urbana, a produção dos modelos português-ibérico, holandês-neerlandês, e pós-neerlandês na configuração do espaço urbano em Recife, considera-se os contextos político-administrativos, técnicos e histórico-sociais, nessa investigação a partir da iconografia produzida no período e da historiografia sobre os contextos e os investimentos de materialização da cidade.

Concepções historiográficas defendem que a construção do ambiente urbano demonstra, principalmente os interesses políticos e os agentes tipológicos do caráter português e holandês. Entre outras indagações, Omegna (1961) sugere a construção de uma artificialidade presente nas cidades e em muitas de suas edificações, como por exemplo, a opulência em edifícios administrativos e militares. Eles possuem utilidades que superam sua funcionalidade, inclusive, em diversos casos, sugere uma artificialidade para criação de cenários de poder. Algumas fortificações podem ser vistas por uma representatividade dupla, funcional-artificial, quando muitas nem sequer chegaram a utilizar seus baluartes e artilharia. A exemplo, cita-se o forte de Santa Cruz de Itamaracá (português) - forte Orange (holandês), mas, muito provavelmente, esse não foi o objeto de sua implantação. Um exemplo seria o palácio de Friburgo (**cidade da liberdade**), uma das mais simbólicas medidas de Nassau em Recife, já que continuou a morar e a exercer funções administrativas, políticas e militares na sua primeira casa, ao sul do Forte Ernesto, entre 1637 e 1642.

Segundo Galindo (Comunicação pessoal)²², além de um contrato, já haveria um prazo para encerrar a exploração holandesa e que a resistência teria se dado muito mais para manter a negociação por interesse do holandês e português, do que pelo interesse da coroa portuguesa

²² Informação fornecida por Marcos Galindo, em Recife, na UFPE, em 2011.

em por fim ao conflito, ou da devido à boa capacidade do sistema defensivo da Praça do Recife, que pode ser comprovada por uma análise mais cuidadosa, considerando os estudos de Miranda (2006) e Cordeiro (2006).

Alguns instrumentos foram utilizados para planejar, garantir e revelar (comunicar) esse cenário com sinais de artificialidade e materialização do discurso nacionalista, que não pode ser claro por inteiro por haver uma postura holandesa conciliadora, denominada de hibridismo político. Isso gerou um clima de falso apreço pelos valores dos dominados, com impossibilidade de afrontamento, a exemplo da postura tomada em intervenções holandesas sobre o espaço urbano do Lugar do Recife, mas não impedindo de se produzir um novo espaço urbano, a partir do ambiente natural, com as características do planejamento urbanístico dos países baixos na *Mauritstad*.

Para exemplificação, o livro de Barléus, um documento cheio de discursos que descreve os feitos de Nassau e revela o ápice do clima divergente, em busca do entendimento dos reais interesses da eliminação de espaços na materialização da cidade, que nesta tese é momento apropriado para perceber alguns pontos destacados e relevantes do discurso nacionalista:

Quando, após alguns séculos, os indígenas, o português e o bárbaro virem, por todas as províncias, os brasões que lhes destes; quando virem os domínios holandeses por vós dilatados e engrandecidos, hão de memorar o poder, a prudência e a felicidade do General. Quando, nos desertos de Copaoba, divisar o caminheiro as insígnias da Companhia suspensas em cipós e lápides, há de admirar a indefessa atividade do Administrador estrangeiro e os cometimentos de um povo que penetrou em paragens ínvias, levado pela avidez do ganho. [...]. A própria Olinda, cidade outrora linda no nome e no aspecto e ora afeada com o entulho de suas ruínas, achou, na sua grande calamidade, motivo de gratular-se consigo mesma: não podendo manter-se erecta e incólume, por terem-na arruinado as vitórias alheias, foi brandamente tratada pela vossa comiseração. Vendolhe, de contínuo, o lamentável infortúnio, condoestes-vos da sorte de tão ínclita cidade. Confronte-se o aspecto de Olinda caindo e de Mauriciópole surgindo em vossa honra: não se hesitará em decidir qual dos dois espetáculos é mais deleitável. Se é de lamentar o tomarem-se armas contra os sagrados penates, de certo será grato e louvável o haverdes construído templos para Deus e casas para os cidadãos, primeiro, para o vosso amor refletir-se no próprio Criador; segundo para alcançar êle também os homens, imagem do mesmo Deus. Assim, com umas virtudes intimidastes os vossos inimigos e com outras ganhastes os vossos concidadãos, grangeando daqueles uma glória imensa e destes um afeto e bem-querença geral. Encontrastes o meio termo entre os inimigos e os nossos, entre os ferozes e os brandos para honrardes com a doçura batávica aqueles que vencestes com o denôdo batávico. Direi em resumo: chegando ao Brasil, reerguestes o que estava derruído, corrigistes o que estava viciado, reavivastes o que estava morto. Tornando para a Pátria — clama-o a realidade —, parece a um só tempo, ter o Conselho perdido o seu defensor, o povo um pai, a república a ordem, as leis

um guarda, a piedade um exemplo, o holandês o respeito, o português a lealdade (BARLÉUS, 1980, p.13-14).

Os instrumentos de planejamento e controle ocorreram de forma diferenciada, voltados ao equacionamento e controle de necessidades urbanas. Dentro conceito de **cidade necessária**, foram direcionados à aplicação de investimentos nos ambientes naturais e intervenções em ambientes construídos, que passam a sofrer mudanças de acordo com os objetivos comerciais e militares dos empreendedores.

2.3 Transformações da representação da identidade e imagem da cidade

Os signos urbanos são criados ou recriados de acordo com os modelos vigentes de cada período e materializam-se nas construções arquitetônicas, vistas como representação identitária. Com o decorrer das fases de formação da cidade, a imagem urbana reflete a sua situação sócio-cultural, modificando-se ao agregar modelos de concepção.

Complementando a visão da aplicabilidade universal de modelos como explicação para a construção da identidade urbana, complementamos a idéia considerando que as transformações sofridas pela identidade cultural materializada (especializada) e representada na iconografia (informação), podem ser analisadas levando em consideração os diferentes ambientes, interesses e investimentos aplicados. Frisando alguns aspectos que contribuem para essa leitura, as heranças europeias (matrizes e discursos), são complementadas pelo interesse da economia colonial (objetivos), a mão-de-obra e o planejamento (meios), o padrão construtivo, dentre outros, levando-se ao entendimento que os elementos que compõem a cidade atendem aos objetivos de uma fase específica do empreendimento, diferenciando da sua matriz ou modelo.

A colonização luso-ibérica e neerlandês-holandesa no Brasil resultou em distinções econômicas, políticas, culturais, sociais, na materialização e na representação da cidade. Na visão de Melucci (1996, p.7) as identidades sociais são “[...] constituídas por modificações e por continuidade, criadoras de um ‘nós’, onde se articulam elementos subjetivos e situações objetivas”.

Mas, nem sempre é linear para determinados grupos sociais construir sua identidade social, como no caso dos cristãos novos e judeus, mas não lhes sendo vedada a possibilidade de contribuir diretamente para a construção da identidade urbana de um lugar, como pôde ser processado no Recife a construção de seu espaço urbano.

Os cristãos-novos, no período luso-ibérico principalmente, surgem da necessidade do judeu para integrar-se à sociedade colonial de Pernambuco, onde muitos viviam e exerciam cargos públicos (MORIN, 2002). Após a restauração pernambucana (quando os portugueses recuperaram o domínio da colônia, com a saída negociada dos holandeses em 1564) omitiam o judaísmo, pois almejavam uma nova identidade, sobretudo, queriam ser aceitos pela sociedade da colônia Portuguesa, em virtude de serem negados por parte dos cristãos-velhos, detentores do poder. Eles acabavam rejeitando o judaísmo e se afastando o catolicismo numa miscigenação das duas culturas. Esses aspectos perpassaram e contribuíram para a construção da sociedade.

A relevância que adquirem na vida comercial, colocou os cristãos novos frente a frente com a burguesia cristã, e seus padrões culturais diferentes serviram para alimentar o preconceito contra eles, 'diferença' que facilitou sua marginalização, utilizada como pretexto por um grupo social (NOVINSKY, 1992, p.32).

Os mitos e preconceitos²³ foram usados para racionalizar a exploração econômica, sendo nesse caso, a religião fator secundário da perseguição em Portugal e no Brasil, pois a inquisição funcionava como apoio aos cristãos-velhos, que estavam interessados na dominação política, social e econômica. Segundo Gorenstein²⁴ (2002 *apud* MORIN, 2002, p.1691) a intolerância religiosa da sociedade colonial católica em Pernambuco, levou muitos a estabelecer comportamentos dúbios, não sendo mais considerado judeu pela sociedade judaica, e tão pouco sendo aceito como cristão pela comunidade católica.

A sociedade colonial tinha uma formação hierárquica da população e a reunião de grupos religiosos denominados irmandades, dividindo a população em brancos (a elite) que compunham a Irmandade do Santíssimo Sacramento, os pardos a de Nossa Senhora da Conceição, os negros e os crioulos a de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário (responsáveis, principalmente, por providenciar enterros cristãos aos escravos, negados pela igreja católica). A criação das irmandades espelha-se no padrão hierárquico da corte colonial. A honra, o prestígio e a posição social eram valores fundamentais. As irmandades dos negros (escravos e forros) constituíam um espaço de sociabilidade livre das restrições do padrão escravista, com acesso às distinções de dignidade, em variadas esferas.

²³ Durante vários momentos da história do Cristianismo, os judeus foram culpados pela morte de Cristo. A essa imagem somam-se outros estereótipos que reforçam o caráter ameaçador dos judeus. Ele cria-se de forma relacional: o Outro é sempre aquilo que o grupo classificador não quer ser.

²⁴ GORENSTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). Ensaio sobre a Intolerância. SP: Humanitas, 2002.

A presença étnica determina, assim, um tipo particular de construção identitária que se alimenta de características distintas, sobre os modos de vida (POUTGNAT, 1998, p.38). A partir desses contatos constrói-se a formulação do discurso, posto em prática na diferenciação de sociedades ou grupos sociais, como os grupos empreendedores da construção das identidades do Recife por dominações com nacionalidades distintas.

2.3.1 Iconografia (cartografia) do Novo Mundo

Mito e realidade, elementos de um mesmo relato sobre o Novo Mundo para os europeus, cujo objetivo residia na diversão e curiosidade do que na veracidade científica. Com a colonização crescente e o desenvolvimento das atividades econômicas, outra tendência começaria a abrir espaço na iconografia e cartográfica sobre o Brasil. Cada vez mais abrangentes e diversificadas, as imagens sobre as maravilhas encontradas nas quatro partes do mundo se afastariam das fábulas para se concentrar em temas que atendiam os interesses da época. Apesar de obedecer a padrões estéticos e econômicos, a elaboração dos mapas ilustrados, assumiria aspectos que evocam descrições das pinturas pertencentes à época de ouro da escola holandesa, lembrando as chamadas Alegorias dos Continentes.

Devido aos avanços da técnica, os cartógrafos passaram a desprezar os detalhes sobre natureza e habitantes locais de referência, passando a trabalhar com triangulações, meridianos, para representações exatas. À medida que foram obrigados a repetir o acervo cultural de todo o Atlântico, desvincularam-se a produção de um signo²⁵. O mapa nesse sentido representa uma transformação na estrutura do pensamento de importância

²⁵ Ugo Tucci refere-se à passagem da representação simbólica do mundo à científica: “Na Europa medieval as ideias geográficas correntes encontravam então a sua mais perfeita tradução visual nas figurações simbólicas da Terra no seu conjunto, mas os astrónomos e os marinheiros possuíam certas cognições práticas mais extensas e mais próximas da verdade do que aquelas expressas nos mapas-múndi, em especial para a navegação no Mediterrâneo e na costa atlântica de Gibraltar e no mar do Norte, os mapas usados eram construídos com suficiente exatidão. Era uma cartografia empírica, que aliava os seus métodos à simplicidade elementar da representação de áreas geográficas relativamente restritas, onde a passagem da esfera ao plano comportava deformações insignificantes. A sua bagagem teórica era modesta e não muitos problemas que a punham em contato com a matemática; mas o emprego da bússola antecipava os princípios essenciais da nova geometria cartesiana, e se não se tinha em conta a declinação magnética era por no Mediterrâneo as diferenças serem praticamente irrelevantes. [...] O alargamento material do conhecimento espacial do mundo esvaziou de significado os mapas ecumênicos, que, de fato, coincidindo com as grandes viagens de descoberta, desapareceram nos últimos vinte anos do século XV. O espaço medieval, que englobava o universo inteiro, cedeu lugar à ciência da Terra; a cosmografia, à geografia. Em 1596, as loxodrómicas apareceram pela primeira vez num mapa-múndi - construído pelo Mercator, ad usum navigantium -, marcando assim o abandono do mapa-plano. A decretar o fim deste não foram os homens do mar, que não obstante as insuficiências que os espaços oceânicos punham cruamente à luz, conseguiam ainda aproveitá-lo, mas sim os matemáticos, aos quais daí em diante se ficou a dever a racionalização e a precisão dos mapas: de fato, será o cálculo diferencial, um século depois, a fornecer um instrumento mais exato para o traçado das latitudes crescentes, quando as regiões polares começaram também a tornar-se acessíveis. À medida que a cartografia do real cobria extensões cada vez mais importantes do globo terrestre, as suas relações com a matemática tornavam-se necessariamente mais estreitas e, por exemplo, o theorema egregium de Gauss, com a solução negativa dada ao problema da reprodutividade sem alterações de comprimentos, áreas e ângulos, teve um peso determinante na representação técnica das elaborações modernas” (ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p.139-140).

fundamental. Podia encontrar um porto, uma feitoria no mapa, ou seja, o signo da América era sempre visto como ícone da natureza tropical. A descrição dos hábitos alimentares constrói-se em paralelo com os europeus de forma a impedir a incorporação dos costumes indígenas. Assim, a essência americana nega os valores indígenas para afirma-se nos padrões culturais europeus.

Muitas vezes, supõe-se que as cidades sejam a única forma de ordenar e hierarquizar os símbolos de cultura. Elas são, de fato, a expressão mais clara desta ordem, mas as imagens, quando lidas em detalhes, nos fornecem uma correlação entre elementos presentes e ausentes.

No entanto, outras informações permeiam as representações. Por exemplo, a predominância das caravelas sugere mais as características do país colonizador do que da América, se sobressaindo nos desenhos, ocupam lugar central, desafiam as proporções das terras descobertas, indicando a presença constante das frotas que abasteciam de produtos europeus, as vilas e cidades dispersas do litoral.

SALVADOR (1982, p.61) demonstra o seu sentimento de desagrado por não conhecer a largura desta terra:

[...] da largura que a terra do Brasil tem para o sertão, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.

Os lusos, ao contrário dos espanhóis, contam com menos recursos para a construção de vilas ou cidades. A população indígena brasileira não fornecia nenhuma estrutura urbana que pudesse representar um contraponto para novas edificações, dentro dos padrões construtivos europeus. Enfrentar a selva sem o apoio, na retaguarda, de uma vila ou cidade representava o perigo da perda de um perfil conquistador. Holanda (1961, p.62) analisa essa questão:

Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América. Se, no primeiro momento, ficou ampla liberdade individual, a fim de que, por façanhas memoráveis, tratasse de incorporar novas glórias e novas terras à Coroa de Castela, logo depois, porém, a mão forte do Estado fez sentir seu peso, impondo uma disciplina entre os novos e velhos habitantes dos países americanos, apaziguando suas rivalidades e dissensões e canalizando a rude energia dos colonos para maior proveito da metrópole. [...] Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana.

Com isso, os primeiros relatos portugueses, focalizam as divergências entre a natureza e civilização. Para efetivar a colonização e construir os povoados europeus, decidiram que seria necessário controlar e usar a mão-de-obra indígena. Contudo, os nativos brasileiros, não se adaptaram às exigências da Europa. As utilizações dos seus serviços extinguiram-se, comprometendo a construção material de vilas e cidades, no modo português. Foi necessária a presença do negro para a retomada desses projetos dos construtores.

Representação e afirmação de identidades

Nos Países Baixos, o século XVII representou o século de ouro da Holanda. Destacaram-se as obras de artistas como Rembrandt, Vermeer e Hals. Apesar da afeição burguesa por pinturas, como investimento ou peça decorativa, no século XVII, no mercado profissional de arte nos Países Baixos o pintor não merecia uma posição diferenciada na sociedade (ZUMTHOR, 1989, p.240). Mesmo assim, foi na Holanda do século XVII que surgiram as “condições que regem o moderno trabalho criativo no domínio das artes” (BAZIN, 1993, p.90).

Argan (2004, p.61) descreve a arte dos Países Baixos como portadora de uma maneira simples e descritiva. Já Bazin (1993), vê a arte neerlandesa, da primeira metade do século XVII, como um reflexo da consolidação política e econômica dos Países Baixos. No caso específico da pintura, miniaturista nos detalhes, da Escola Flamenga de fins do século XV:

Em obras executadas meticulosamente (...) os holandeses empenharam-se em transmitir a imagem mais exata possível de todas as coisas que os cercavam - os detalhes pitorescos da vida social, o mundo secreto da vida doméstica, os objetos familiares e as cenas ao ar livre na cidade e no campo. Uma das causas dessa devoção ao realismo pode estar na visão de uma sociedade de mercadores, para os quais só os efeitos positivos da vida cotidiana tinham significado (BAZIN, 1993, p.98).

As pinturas de Frans Post demonstram a diversidade arquitetônica no Brasil, apesar de observarmos aproximados padrões tipológicos e construtivos, com modelos utilizados de matriz tipológica desde o luso-ibérico, até a produção da WIC, a qual Post prestava serviços. Assim, essa diversidade, ou falta de uniformidade, mostra-se suficiente para compreensão de que as demolições feitas em Olinda por neerlandeses, por exemplo, não tem relação com disputa por identidade, ou marca, pois após demolições e incêndios veio a determinação de não se construir ou reconstruir em Olinda. Por outro lado, a necessidade de expansão e

adensamento do Recife das Cacimbas e da *Mauritstad* sugeria que grande parcela de moradores da desestruturada Olinda iriam se deslocar e buscar morar na cidade da WIC, produzida dentro do que atualmente se entende no conceito que nesta tese foi definido como **cidade necessária**, nesse caso com investimentos a partir de uma necessidade de proteção e de espaço para comercialização e desenvolvimento econômico.

Mello (1979, p.17) menciona o pensamento de Gilberto Freyre sobre o assunto:

[...] O certo é que o primeiro gosto de governo democrático e largamente representativo, experimentaram-no os brasileiros durante o domínio holandês e sob a administração de um príncipe alemão da casa de Nassau, João Maurício. Foi também Nassau quem se esmerou em criar no Brasil holandês um ambiente de tolerância religiosa escandalosamente novo para a América portuguesa e irritante para os próprios calvinistas do seu séqüito. Nassau foi quem primeiro cuidou sistematicamente de libertar a economia da área brasileira produtora de açúcar, da monocultura, para desenvolver entre nós a policultura [...].

Em Recife, sob domínio neerlandês-holandês, também se afirmou parte da cultura judaica. Vários judeus ibéricos buscaram refúgio na Holanda, e no Brasil, implantando suas tradições. Muitos judeus holandeses encontravam-se ligados às atividades comerciais da Companhia das Índias. O Brasil presenciou na diferenciada corte do governador Maurício de Nassau, o trabalho de diversos técnicos responsáveis pela construção da cidade.

Artistas e cientistas foram trazidos às ruas lamacentas e mal-ajambradas de um porto distante, na costa brasileira, pelo simples capricho de um nobre ilustrado que pretendia mostrar aos investidores conterrâneos a viabilidade de um empreendimento tão arriscado e, também, segundo o espírito da época, trazer a civilização àquelas terras ainda praticamente incógnitas (OLIVEIRA, 2005, p.4).

O trabalho desses homens frutificou-se em inúmeras produções técnicas, científicas e artísticas: cartografia, projetos, quadros, livros, desenhos, informações geográficas, botânicas, zoológicas e étnicas da América (OLIVEIRA, 2005).

2.3.2 O Pintor Frans Post - paisagem e geometria

Durante o governo de Nassau, dentre outros profissionais, holandeses e alemães, os pintores de Nassau, elaboraram uma intensa obra, em Pernambuco, pintando temas urbanos, muitos elaborados *in loco*. Segundo Oliveira (2000) o mais notável foi Frans Post, irmão do arquiteto Pieter Post (que elaborou o plano urbanístico de desenvolvimento do Recife), pintor oficial do governo da WIC.

De acordo com Pedro e Beatriz Lago (1999), entre suas atribuições estavam: retratar em desenhos, gravuras e telas as paisagens, cidades, fortificações e fatos relevantes do governo holandês. Viveu em Recife entre 1637 e 1644, representando com cores, a topografia, os portos, as edificações militares e a cidade, atribuições do seu cargo. Na obra Post 1612-1680, Joaquim de Sousa-Leão (1973) mostra que ele foi o primeiro a registrar, no Brasil, peculiaridades da paisagem. Inclusive, queria retratar os principais feitos do Recife que eram: o porto, as fortificações e os engenhos. Observando suas telas, é de fácil constatação uma rigidez geométrica, suavizada pelas saliências e detalhes. Os trabalhos realizados até 1644 apresentam uma espontaneidade, que depois é perdida na pintura da série paisagens brasileiras, executada longe do local de origem.

O objetivo dessas imagens, ao menos das feitas no Brasil, era registrar a riqueza das terras sob domínio holandês na América Portuguesa. Portanto, as cenas criadas a partir de motivações político-econômicas, não se constituem em documentos do Brasil como uma terra sem males, mas tendo a cidade real como pano de fundo para desenvolvimento do discurso.

A classificação proposta por Lago e Lago (1999) periodiza a obra de Post e traz uma visão de suas pinturas por blocos, conforme sua inspiração e disposição artística. Na primeira fase, em sua missão brasileira, pode-se destacar a influência anterior de seu irmão, Pieter Post, além de Cornelius Vroom. O próprio Nassau, a quem serve até 1645, foi outra forte influência em sua obra no Brasil. De volta à Europa com Nassau, levou desenhos e esboços para futuras composições.

A segunda fase é marcada por menor produtividade, mas fiel à paisagem brasileira, marco da sua carreira artística, seguindo esboços e registros levados do Brasil (Lago; Lago, 2006), por cerca de quinze anos.

Na terceira fase, de acordo com Pesavento (2004), Post atinge fama de artista, destacando-se por produzir imagens distantes e tropicais, apesar de não ter sido completamente fiel as características brasileiras.

Seguiu as tradições pictóricas e descritivas da pintura de paisagem neerlandesa, construindo cenas teatrais delimitadas pelo *repoussoir*²⁶. A vegetação exuberante em primeiro plano e pelo amplo horizonte ao fundo, coroadas por um céu muito luminoso. Bauer (1997, p.124) descreve sua pintura:

Nos seus quadros, nota-se que dá, é certo, diversas informações pormenorizadas no que diz respeito ao país longínquo, mas que em suas pinturas são compostas segundo os esquemas habituais da pintura de

²⁶ Elemento de primeiro plano em uma pintura, desenho ou gravura, de tons mais fortes, que tem o objetivo de destacar outro elemento da composição ou produzir, através do contraste, um efeito de profundidade.

paisagem holandesa. Partindo-se do primeiro plano flanqueado de decorações laterais, é-se levado para a profundidade do quadro; o longínquo com as alterações cromáticas, o lugar importante ocupado pelo céu são características típicas da pintura holandesa. Nestas paisagens brasileiras, a figura da pintura de gênero torna-se num tema secundário do quadro cuja estrutura ele ordena.

Figura 1 - Frans Post, Uma Paisagem Brasileira, 1650 de Frans Post
Fonte - The Metropolitan Museum of Art (2011)

Utiliza alguns elementos, como palmeiras e vegetação exuberantes no primeiro plano, céu, construções (casas-grandes, engenhos, igrejas, ruínas), personagens (grupo de escravos, mulheres, brancos, mestiços), cenas de conversas, danças, ou tarefas cotidianas. Aparecem ainda, animais e vegetação tropicais.

Cabe aqui indagar se obra de Post seria uma recriação do Novo Mundo, podendo ser consideradas um discurso e, ser avaliada quanto ao seu grau de recriação. Esse tipo de abordagem só se viabiliza caso considere-se:

[...] As práticas mais estritamente voltadas, na aparência, para as funções de comunicação (função fática) ou de comunicação para o conhecimento, como as festas e as cerimônias, as trocas rituais ou [...] a circulação de informação científica, estão sempre orientadas também para as funções políticas e econômicas (BOURDIEU, 1983, p.52).

Seguindo a abordagem de Bourdieu (1983, p.170), é possível afirmar que as ações e atitudes individuais e/ou coletivas dos seres humanos são determinadas por “elementos que vão além da simples intenção objetiva, posto que são adquiridos inconscientemente, a partir do convívio social, e são por esse convívio, em certo sentido, determinados”.

Fig. 2 - Frans Post, Hacienda; óleo sobre tela; 1652.

Fonte: Mittelrheinisches Landesmuseum, Mainz, Alemanha.

A série chamada Paisagens brasileiras, de Post, relata empreendimentos espalhados pela colônia. O Brasil utópico de suas pinturas é luminoso, verdejante, viçoso e, também, uma terra sem conflitos, sem mazelas e rica.

Fig. 3 - Frans Post, Paisagem com plantação: o engenho; 1660;
Fonte: Bojmans Van Beuningen Museum, Rotterdam, Holanda.

Apesar da escravização de nativos e negros no Brasil colonial, o discurso propagado sobre a colônia era de harmonia, de relações pacíficas e sem violência entre colonizado e colonizador. Para incentivar a vinda dos europeus para as novas terras, isso foi repassado através de pinturas e documentações.

Sobre isso, menciona-se:

Um discurso de dominação e tentativa de tradução dos trópicos através de parâmetros estéticos europeus, um discurso que mantém sua força até hoje, justamente por basear-se num mercado simbólico que, no campo das artes plásticas, pôde manter seus códigos e as relações simbólicas por eles significadas preservadas (MASON, 1998, p.60).

Segundo Mason (1998), a tradução dos trópicos para satisfazer os anseios dos europeus, passava pela tentativa de civilizar o índio, colocando-o mais próximo de um comportamento aceitável pela cultura europeia. Para interpretar o ambiente natural, além de Post, chegaram ao Brasil em 1637, o pintor amador e cartógrafo Zacharias Wagener. Ele servia a Companhia das Índias Ocidentais, em Recife, desde 1634, como soldado. George Marcgraf, naturalista,

também fez parte da comitiva no ano seguinte. Além de alguns militares que já serviam à WIC em Pernambuco²⁷.

As imagens são fontes e evidência históricas em uso na atualidade, uma vez que permitem uma visualização mais ampla do passado. Le Goff (1990, p.25) explica que “[...] a história é bem a ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente reposta em causa...”.

A leitura da imagem requer vivência e conhecimento dos contextos e pode ser superficial, ou qualitativa para a pesquisa, dependendo do posicionamento tomado e de informações historiográficas embasadoras. Então, o estudo da imagem está suscetível à base historiográfica obtida pelo pesquisador e ao conhecimento do momento e contexto histórico de sua produção. Na verdade, isso altera a profundidade da análise e também garante a redução da aplicação subjetiva, juízos de valor. Nesse contexto, Burke (1992) defende a necessidade de se entender a significação da imagem, buscando saber para quem foi feita e quais os propósitos destinados.

A obra de Post foi considerada referência obrigatória para outras obras da época. Por exemplo, os seus desenhos, representando o palácio de *Firbvrghm* e a paisagem do Recife e Mauritsstad, estão no mapa de Cornelis Bastianszoon Golijath (1610-1662), que esteve no Brasil a serviço do Conde de Nassau em 1637. Publicado avulso em Amsterdam, impresso por Claes Jaens Visscher, em 1648: Olinda de Pharnambuco, *Maurits-Stadt ende t’Reciffo*.

Esse mesmo mapa aparece decorando o interior de uma casa holandesa, em tela assinada por Cornelis Man (1621-1706). O mapa foi elaborado inicialmente em 1644 para o livro de Gaspar Barléus.

A obra de Frans Post foi utilizada pelo frei João José de Santa Tereza, no livro *Istoria delle guerre del Regno del Brasile, accadute tra la corona di Portogallo, e la Republica di Olanda etc.*, publicado em Roma em 1698, dois volumes, impressa na oficina dos herdeiros de Corbelletti. Desenhos de Frans Post foram reproduzidos no Atlas do Brasil Holandês, elaborado pelo cartógrafo Johannes Vingboons, por encomenda do Conde de Nassau, do qual existem duas cópias, uma na Biblioteca Vaticana e outra no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Pieter van der Aa, em sua *Galerie agréable du Monde*, publicada em 1729, utiliza-se largamente das gravuras, originárias de desenhos de Frans Post, divulgadas por Arnoldus

²⁷ Dentre os vários militares da WIC (Companhia das Índias Ocidentais) em Pernambuco, alguns possuíam habilidades artísticas e foram aproveitados como assistentes na comitiva de Nassau, enquanto outros vieram apenas como assistentes de Eckhout e Post. Dentre esses se destacam Abraham Willaerts, Caspar Schmalkalden e Gillis Peeters.

Montanus (1671) em sua obra. As pranchas de *Vrijburg* e da Boa Vista aparecerem como vinhetas no mapa de Justus Dankerts, *Novissima America tabula* (1680), o mesmo acontecendo com o livro de Ambrosius Richshoffer, *Brazilianisch und Wet Indianische Reise Beschreibung*, impresso em Estrasburgo em 1677, que também traz desenhos de Frans Post (RICHSHOFFER, 1987).

Para Sousa Leão (1948, p.65),

o desenhista, porém, não vale o pintor, Falta-lhe concisão nos traços, sai-lhe confusa e sem destaque a vegetação, falhas que supre, no óleo, com a mestria de sua pincelada, com o domínio da cor e da luz que distinguem sua pintura, de modo que os quadros são mais bem delineados do que os próprios desenhos. Destes, o maior merecimento consiste na correção topográfica que lhes dá valor documental. Ao contrário do que se verifica com a maior parte dos artistas, cujo temperamento se expressa com mais espontaneidade no esboço rápido, é na obra pintada que Post nos dá a medida do seu talento. Maiores são suas possibilidades manejando o pincel do que o lápis.

Segundo Menezes (2000), sobre as realizações holandesas, no que se refere à arquitetura e ao urbanismo, as pinturas de Frans Post revelam com precisão o Recife, como indica o inventário realizado pelo Embaixador Souza-Leão (1973), bem como nos estudos de Whithehead e Boeseman (1989), Boogaart (1979), Larsen (1962), além de outros.

Tendo em mãos a obra de Post, Macgrave, Colijath Frans Post, Albert Eckhout, Zacharias Wagner, Georg Marcgraf, Gaspar Schmalkalden e as cartografias de Cornelis Golijath e Jan Vingboons, Nassau encomendou ao editor alemão Barléus, o texto, a organização e a edição de uma obra que documentaria a sua administração no período pernambucano. Assim, em 1647 foi publicado em Amsterdã o livro de Caspar van Baerle: *Casparis Barlaei Rerum per Octennium in Brasília*²⁸, importante obra documental, hoje raríssima. Portanto, o que Nassau produziu em texto e imagem foi com o interesse em se firmar como grande líder. Servir bem à construção do discurso de glórias no Brasil conquistado, comprovando sua proeza, numa espécie de coroação de sua administração.

28 BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos, recentemente praticados no Brasil*. Trad. Cláudio Brandão; Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

3 ICONOGRAFIA DO RECIFE

Fonte para uma leitura da história urbana

Antes de tecer indagações a respeito da iconografia que informa sobre o Recife colonial, é preciso verificar como foram produzidas, representadas e veiculadas essas informações descritivas da construção da cidade e de sua identidade nos referidos períodos distintos de controle político e técnico do empreendimento.

Sobre os empenhos dos primeiros cronistas para geração de informação sobre as ocupações humanas no Brasil, em textos e cartografia, destaca-se a figura Diogo Couto. O título de cronista da Índia lhe foi conferido por Felipe II de Espanha, conhecedor da importância dos gêneros historiográficos nos negócios do governo.

História do Brasil, obra escrita por Frei Vicente de Salvador, está dividida em cinco partes: a primeira aborda a relação entre os jesuítas e os índios; a segunda, o período que engloba as capitanias hereditárias até a criação do Governo Geral; a terceira, a morte de Duarte de Albuquerque Coelho; a quarta descreve os anos entre 1582-1612, em Salvador; a quinta disserta a respeito dos hereges (versão de um religioso de língua portuguesa) holandeses. Ao longo desses cinco livros, Frei Vicente emprega variações engenhosas como antídoto do tédio (preocupação das narrativas), que também funcionam com o objetivo de oferecer iguarias variadas aos leitores. Para melhor situar no tempo, a vinda dos franciscanos, a exemplo do frei Vicente de Salvador,²⁹ à América portuguesa, atendeu à solicitação de Jorge Coelho de Albuquerque, donatário da Capitania de Pernambuco, deferida pelo rei Felipe II. Desse modo, foi criada, pelo Ministro Geral da Ordem, frei Francisco Gonzaga, a Custódia de Santo Antônio do Brasil, subordinada à Província de Santo Antônio, em Portugal, que enviou, inicialmente, sete religiosos para Olinda. Até o início do século XVII, os padres seráficos

²⁹ As outras ordens religiosas estabeleceram-se institucionalmente no Brasil somente depois da união das coroas ibéricas. Em 1581, os beneditinos chegaram a Salvador, seguidos, em 1584, pelos carmelitas calçados que desembarcaram na vila de Olinda. Os franciscanos, oriundos da família reformada alcantarina, também se fixaram primeiramente na cabeça da capitania de Pernambuco, onde fundaram o Convento de Nossa Senhora das Neves, em 1585.

ainda fundariam casas em outras localizadas, como: Igaraçu (1588), Paraíba (1589), Vitória (1591), Recife (1606) e, finalmente, no Rio de Janeiro (1606).

Para Faria (1903), na obra *Historia Portuguesa* que trabalhou entre 1610 e 1640, o programa para se escrever uma história do Brasil deveria incluir informações acerca da natureza desconhecida, das diversas povoações fundadas, das ameaças dos corsários e do gentio. Deveria, ainda, constar da *inventio*, a política estabelecida pelas coroas nessas partes, ou seja, os governos e as administrações do território, o que abrangia a construção de sistemas defensivos, de acordo com os traços de mestre de obras e engenheiros militares, até a política de catequese do gentio e as guerras justas, movidas contra os que se opusessem à conversão.

Outro importante historiador brasileiro, Francisco Adolfo de Varnhagen, que desenvolveu pesquisas a partir de fontes primárias, em arquivos na Europa, encontrando diversos manuscritos e iconografia coletados em Portugal, doando-os ao IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil), órgão do qual Varnhagen era sócio correspondente desde 1840, e que apoiou suas pesquisas.

O primeiro estudo de Capistrano de Abreu já deixaria as marcas de uma leitura nacionalista. Ao inferir quais seriam as razões do manuscrito não ter sido publicado, dentre outras hipóteses, defende que, talvez, “não agradasse o tom em que fala do Brasil e parecesse arriscado o modo porque pregava sua grandeza, sua independência do resto do mundo” (ABREU, 1988). Abreu defende o tom popular da História, na qual aparecem o branco, o índio e o negro, concluindo a sua ideia acerca das origens nacionais:

Neste século XVI, com a dificuldade de comunicações, com a fragmentação do território em capitanias e das capitanias em villas, dominava o espírito municipal: brasileiro era o nome de uma profissão (...). Portuguezes diziam-se os que o eram e os que o não eram. Fr. Vicente representa a reacção contra a tendência dominante: Brasil significa para elle mais que expressão geographica, expressão histórica e social. O século XVII é a germinação desta idéia, como o século XVIII é a maturação (ABREU, 1988).

Abreu também discute a ideia de mestiçagem – que, na década de 30, foi desenvolvida pelo antropólogo Gilberto Freyre: “Ao português estranho ao continente cumpre juntar o negro, igualmente alienígena” (FREYRE, 1987).

Os estudos Salvador, Varnhagen e Abreu se destacam por serem os primeiros a tentar publicar uma história e criar uma identidade nacional para o Brasil, muito embora, em alguns

casos, tenha se mantido o discurso lusitano da pátria-mãe, europeizante. Após esse percurso histórico, faz-se necessário discutir a importância da cartografia, na história do espaço urbano, no próximo tópico.

3.1. Leitura da história urbana através da cartografia

A cartografia urbana se constitui como uma fonte documental, tanto para a compreensão do passado, quanto para o estudo de sua história. Através da análise cartográfica das cidades de origem portuguesa, ibérica e neerlandês-holandesa, construídas em várias partes do mundo, ao longo dos séculos XVI a XVIII, é possível observar as múltiplas relações entre as soluções técnicas e as apropriações espaciais, fruto provavelmente, do moldar promovido pelos cotidianos de ambas às sociedades distintas.

Por um lado, no Brasil, de forma geral, é convencionado na historiografia que na tradição urbana portuguesa, de natureza vernácula e erudita, em detrimento da forte ação empreendedora ibérica, vão se radicar os traçados urbanos e coloniais dos séculos XVI a XVIII. Por outro, muito dos desenvolvimentos urbanísticos lusos, espanhóis, neerlandeses e holandeses, nesse período, nos campos da prática e da teoria urbanística, encontraram, nas colônias, um campo de experiência e desenvolvimento. Em Pernambuco, como uma onda percorrendo os séculos, modelos urbanísticos de origem luso-ibérico e neerlandês-holandês reelaboram-se e espraia-se, refletindo os conceitos das escolas, materializando-se nas cidades e nas suas iconografias. Diferentes tipos de cartografia estão aqui representados e nos podem dar diferentes contribuições para a compreensão da história urbana.

Na cartografia urbana são representados os espaços e traçados urbanos, sendo ferramentas fundamentais para a leitura de sua geografia, relevo, usos, ocupações, construções e vazios. Segundo Broek (1941, p. 31), o mapa é uma ferramenta, mas, também, é a expressão do pensamento ou do discurso pretendido, revelando a importância do ambiente representado, investimentos realizados, projeções e planejamentos, os tipos de empreendimentos, dentre outros. Para Harley (1988), isso é uma maneira de conceber, articular e estruturar os espaços de um empreendimento num determinado contexto. Tornam-se um instrumento de auxílio à expansão dos sistemas sociais, sobre o espaço geográfico, muito embora também sejam utilizados, algumas vezes, em favor do exercício do poder político e fundiário. Harley ainda argumenta que tanto na sua elaboração, quanto nas informações que carregam, os mapas são uma linguagem de poder.

Como exemplo, além de Colijath, os mapas de Marcgraf, Wagener e outros cartógrafos auxiliares, que serviam às tropas holandesas, a exemplo: Claes Visscher, Hessel Gerritz e Izaak Commelyn³⁰, dão a exata dimensão dos pequenos, mas importantes núcleos urbanos do litoral e de sua estrutura de defesa militar. Além de, mostrarem interesse especial sobre a área produtora de açúcar e suas vias de escoamento: os rios e atracadouros naturais, que deviam ficar sob domínio holandês, para garantir os lucros da WIC no Brasil. O tratado de Piso e Marcgraf, *Historiae Naturalis Brasiliae*, publicado na Holanda, em 1648, sob patrocínio de Nassau, com suas ricas ilustrações da fauna e flora do Nordeste do Brasil, representa uma das “maiores contribuições científicas para o conhecimento da natureza do Novo Mundo”³¹, e permaneceu como a “única obra ilustrada da história natural do Brasil disponível até o século XIX”³².

A cartografia urbana pode ser lida de várias formas, com vários níveis de significado, informando desde a localização geográfica, indicando as razões da escolha do sítio para a implantação dos núcleos urbanos, até informações sobre características fundamentais de traçados urbanos, em sucessivos períodos históricos. Revela ainda conceitos teóricos subjacentes a esses traçados, a sua gênese e os principais períodos de desenvolvimento, podendo ser resultantes de sucessivas experiências urbanísticas realizadas em diferentes locais e a transmutação de influências. Outra leitura, da mesma cartografia, informa sobre a localização dos edifícios no espaço urbano, suas diferentes funções e hierarquia institucional. Existe uma estreita articulação entre as construções militares e os traçados urbanos, pois essas construções aparecem na trama como estruturadoras dos eixos de circulação e portas de acesso aos centros das ocupações. Como a arquitetura compõe a conformação dos traçados urbanos de maneira direta, o seu estudo é essencial à compreensão do urbanismo produzido.

Os métodos de representação da cartografia utilizados dão sinais sobre o desenvolvimento técnico e artístico de construtores, cartógrafos, geógrafos, arquitetos, ou engenheiros militares em épocas sucessivas, além de expressarem os conceitos e modelos de cidade.

Partindo de portugueses, espanhóis, neerlandeses e holandeses, a evolução da cartografia que, inicialmente, desenvolvia cartas náuticas e geográficas, teve reflexos na cartografia urbana. A representação da cidade aparece de forma mais sistemática, a partir do século XVI, expressa a crescente importância da cidade como centro de poder, na Europa, ou

³⁰ Bia Corrêa do LAGO (org.), *Frans Post e o Brasil holandês na coleção do Instituto Ricardo Brennand: catálogo da exposição*, Recife, Instituto Ricardo Brennand, 2003.

³¹ Idem, *Ibidem*, p. 103.

³² Idem, *Ibidem*, p. 105.

nas novas terras conquistadas. A partir do século XVII, a cartografia sofre um impulso significativo, correspondendo ao desenvolvimento da engenharia militar. Os técnicos vão elaborar grande quantidade de levantamentos urbanos e desígnios. No século XVIII, o reconhecimento, o levantamento e a representação cartográfica de territórios foram importantes instrumentos políticos, para as delimitações, mais precisas, de fronteiras e tratados.

Como documento, a cartografia também se constitui do elemento discursivo para a política, economia e religião, tornando-se uma informação carregada de parcialidade. Com vários níveis de leituras, inclusive codificações, cada carta revela seu contexto temporal, técnica e cultura inter-relacionada à sua produção, transmitindo além da intenção pretendida por seu autor. Em diferentes momentos históricos, a mesma carta pode ter leituras, significados e interpretações distintas.

Além dessas representações gráficas, foi grande a presença de viajantes e aventureiros, que percorreram as colônias no Brasil, desde a narrativa da paisagem primitiva. Os relatos desses viajantes, também chamadas crônicas, têm presença constante na bibliografia sobre o Brasil. Esses relatos dos primeiros anos, a exemplo das obras escritas por Hans Staden (1557) e Jean de Léry (1574), são testemunhos oculares, que continuaram a ser elaborados como nas descrições de Roelof Baro (1651) e de Ambrosius Richshoffer, em *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais* (1677), além do testemunho de *Urbain Souhou de Rennefort*, in *Memoires pour servir a L'Histoire des Indes Orientales etc* (1688).

Staden um dos grandes cronistas da vida brasileira, traça em suas obras, aspectos da terra e da gente, nem sempre observados pelos cronistas e historiadores nacionais. O fascínio que exerce a paisagem da cidade, sobre os nativos e visitantes, foi uma constante, como é descrito em *O Recife quatro séculos de sua paisagem* (Ed. Massangana, 1992).

3.2. Engenheiros militares na produção de desenhos e desígnios sobre a cidade: técnicas de representação e convenções

Os desenhos elaborados por engenheiros militares [graduados em Portugal e no Brasil, 1548-1822], capazes de descrever e mapear o território, instruídos tanto na arquitetura civil quanto na militar, tiveram papel importante também na história da arquitetura brasileira³³,

³³ Nestor Goulart Reis filho. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil: 1500 / 1720, 2000.*

executando levantamentos cartográficos, planejamentos de cidades [fortificadas], além de construções e reformas edifícios.

As representações (registro de informações) em desenhos e desígnios são testemunhos do tempo, da memória e da experiência, não podendo ser apreendidos como fenômenos isolados, por estarem articulados com a transmissão da cultura. O desenho deve ser tratado, hoje, como fonte de conhecimento, interpretação, crítica, documento, não sendo mais uma mera imagem complementar. Para interpretação crítica do desenho, deve se considerar o seu contexto histórico de elaboração, seu produtor e seu leitor. O desenho, enquanto elemento de análise e estudo historiográfico base e referencial é um recurso metodológico relevante na investigação.

Os engenheiros militares produziram cartografia com informações, desígnios, regras e técnicas, dando elementos que permitem o entendimento hoje sobre a cultura urbanística posta em prática, além de permitirem a leitura histórica sobre elementos do desenvolvimento urbano, construções iniciais e regras das configurações espaciais implantadas, pois estavam alinhadas com os tratados vigentes em cada época.

Nesse ínterim, no caso do Lugar do Recife, consolidado sob o domínio ibérico, diferencia-se de Olinda sob técnica lusa, a cartografia militar consegue transmitir informações sobre como essa estruturação da ocupação territorial buscou se adaptar às condições geográficas existentes, numa forma simples e linear de povoamento, já que o núcleo urbano se localizava em área de boa defesa e porto natural. Como a defesa era essencial, a cerca, ou muralha, era a primeira estrutura construída, seguida pela estruturação interna da cidade. De forma geral nas vilas e cidades no Brasil colonial, o modelo que parece se repetir é uma estrutura urbana, com malha inicial composta, quase sempre, por um ou dois quarteirões, ainda com traçados, que remetem a uma organização com herança do medieval. Mas, aparecem mudanças claras já no final do século XVI, sob a prática ibérica, ter outra morfologia mais regular e estrutura com ruas hierarquizadas e melhor padrão construtivo, de acordo com os interesses do empreendedor pelo ambiente encontrado, alterando a todo o momento a forma de aplicação dos investimentos de meios e materiais empreendimento que tem como principal objetivo, o controle do comércio e não a construção de cidades para simples ocupação.

Para Reis (1968), grande parte dos estudos existentes não distingue as etapas do desenvolvimento, tampouco se percebem os níveis de complexidade das formações urbanas, como povoados, vilas, cidades e arraiais, além de serem desconsideradas as particularidades da constituição histórica dos mesmos. O fato de alguns elementos se repetirem, com

frequência, na configuração urbana das vilas e cidades, mostra a existência de alguma forma de ordenamento urbano, como se pode observar em documentos como as cartas régias, as atas da câmara ou códigos de Postura. Assim, pode-se afirmar que a construção dos espaços urbanos nas cidades brasileiras, não é um fenômeno aleatório, mas indica os diversos níveis de planejamento. Ainda segundo Reis (1968), os padrões de racionalidade e regularidade, presentes nas medidas de controle da estruturação urbana, nas cidades coloniais no Brasil, têm sempre relação com o conhecimento e prática da arquitetura e do urbanismo europeu do período (base de experiências e tratadística), mesmo havendo adaptações constantes ao que definimos nesta tese como elementos da **cidade necessária**. Esses esquemas que foram seguidos no planejamento de vilas e cidades ligavam-se, ainda, às novas experiências estruturais dos fins da Idade Média, como muralhas e plantas retangulares, aplicações que se prendiam, muitas vezes, às vantagens do traçado regular, como o parcelamento do solo, para a circulação e organização de serviços públicos, mas também se ligavam a experiências recentes de meados do século XVII, por exemplo, nos países baixos, onde foram aplicadas soluções técnicas de drenagem, traça, hierarquização da malha e defesa, bem como a arquitetura que o compõe o espaço urbano.

Para Paulo Santos (2001), o traçado de forma irregular se constitui num conjunto que funciona como solução urbanística, dado que se adapta às condições de defesa e topografia, mesmo buscando seguir os seguintes ideais renascentistas, visto no traçado luso de Olinda.

Assim, as cartas militares contribuem para o estudo da história e urbanismo, por permitirem a análise enriquecida pela precisão. Desde os primeiros documentos descritivos, relatórios e desenhos esquemáticos como os de Staden, os empreendedores coloniais passaram a produzir informações iconográficas, em especial, a cartografia. Durante o primeiro período das capitanias, se destacaram os desenhos de descrição e levantamentos – aprimorados após o Governo Geral – e a produção dos desígnios de engenheiros militares, de acordo com normas estabelecidas, para os sistemas de defesa, que ajudaram no planejamento urbano das Cidades Reais, não sendo este o caso do Recife.

Ainda sobre planejamento de vilas e cidades, as plantas militares permaneceram em grande número manuscritas, até fins do século XVIII, sem produção em larga escala, cabendo, basicamente, ao engenheiro-mor o parecer e execução do projeto, ou à Coroa, para compor relatórios sobre as obras realizadas nas Colônias. Não havia divulgação de normas de representação e leitura para os desenhos, permitindo ao usuário comum ou executor dos empreendimentos a capacidade de compartilhar o mesmo saber, por não haver a disseminação e estruturação de em códigos e convenções, o que provocou a necessidade, de acordo com

Bueno (2003), da produção dos Manuais de Arquitetura Militar, que passaram a ser os principais veículos de difusão deste saber, sendo utilizados, nas aulas de fortificação, academias militares, para que os alunos copiassem as estampas publicadas e assimilassem teoria e regras para confecção dos desenhos³⁴. Com o intuito de construir um manual em língua portuguesa, Manuel de Azevedo Fortes anunciou, em maio de 1721, sua intenção de redigir um tratado sobre a teoria e prática da elaboração de cartas geográficas. Além de contribuir para a introdução do ensino do desenho nos programas das aulas, conseguiu formar uma nova geração de engenheiros-desenhadores capazes de integrar as sucessivas expedições científicas enviadas, ao Brasil, no decorrer do século XVIII³⁵. Fortes justifica, em seu Tratado do modo mais fácil de fazer as cartas geográficas, que

[...] os Engenheiros são obrigados a dar aos Príncipes as plantas das obras das fortificações, ou já feitas, ou projectadas, não devem ignorar as regras do Dessenho, que são poucas, e faceis de perceber: porém não he taõ facil saber dessenhhar huma planta com primor, e ultima perfeição; porque requer gênio particular, boa mão, grande applicação, e muito exercicio; e assim nem todos os Engenheiros podem ser bons Dessenhadores; porem devem saber as regras para julgar das obras, ques e expressão nas plantas, e riscalas segundo as mesmas regras, ainda que não com tanto primor. (FORTES *apud* BUENO, 1995, p.4).

Esse e outros tratados demonstram todo rigor e técnica necessários para a construção das cartas, além de conterem boa parte das informações sobre o contexto e a circulação das mesmas. Todas as convenções utilizadas pelas Academias Militares portuguesas são fundamentadas nos principais manuais técnicos, produzidos pelas instituições de ensino europeias, que representam o que há de mais avançado para o estudo da geografia e cartografia, no período em questão. Por isso, utilizam os mesmos pictogramas, ideogramas e símbolos gráficos, pressupondo uma uniformização de entendimento. Alguns anos mais tarde, o mesmo autor publica outro tratado e deixa, diversas referências, que vão desde o modo de riscar, até o aquarelamento mais coerente.

[...] Nas artes precisas para exercer o Ruador a sua ocupação será inteligente na Arquitetura Civil, assim theorica, como praticamente, sabendo trocar em

³⁴ O “Tratado do modo o mais fácil e o mais exacto de fazer as cartas geographicas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças” (1722) e “O engenheiro portuguez” (Tomo I, 1728) elaborados pelo engenheiro-mor do reino, Manoel de Azevedo Fortes, designado em 1720, membro da Academia Real de História, foram os primeiros manuais publicados em Portugal sobre o assunto.

³⁵ Boa parte da produção dos engenheiros militares sobre o Brasil formados, ou não, por esta nova perspectiva inaugurada por Fortes foi perdida em meio aos mais de 130 documentos roubados do Itamarati, contamos agora com raríssimas coleções ainda existentes no Arquivo do Porto, em Portugal, e com material compilado por pesquisadores, como o Prof. Nestor Goulart Reis (FAU/USP).

papel quaesquer obras de edificios mostrados em figura geométrica por planta, perfil ou espaçado, e ainda terá bom gosto em ebuxar todos os ornatos e a escultura e intalha. E a qualquer obra de edificio riscada geometricamente em papel, saberá fazer o orsamento, calcolamento do dinheiro, pouco mais ou menos, que custará a fazer em obra verdadeira (...) e também para medir os campos que se hão de compensar em chãos e courelas” (FORTES *apud* BUENO, 1995, p.7).

Para Bueno (1995), os dois tratados correspondem ao resultado da busca pelo renascimento da ciência geográfica, promovido por D. João V, cujo interesse consistia em mapear o território brasileiro e buscar fundamentação para futuras negociações com Castela. A principal novidade deste período foi a utilização de uma didática mais prática. Nos levantamentos de campo das cartografias sobre as cidades brasileiras, é possível percebê-las detalhadamente planejadas e construídas, seguindo rígidas normas ou preceitos estabelecidos, mas que poderiam ser alterados, tendo certa flexibilidade. Como exemplo citado: os planos de construção, planejamento urbano - com novo zoneamento e redução da malha – e expansão da *Mauritstad*, da Nova Maurícia (mais popular), na qual as reformulações se deram tanto ao extremo sul, à direita da ponte, mas, também incluíram a área palaciana, no extremo norte da ilha. Esse conjunto de mudanças demonstra que a leitura de um conjunto de cartas, a respeito de uma cidade, pode revelar registros e informações bastante significativos a respeito da mesma.

A representação das cartas, no século XVII, guarda elementos importantes para o entendimento do planejamento e da história das cidades, podendo apontar outros parâmetros de investigação, principalmente porque este período demarca, para a cartografia, o fim do caráter decorativo, em função da precisão científica. Apesar disso, as cartas vão continuar como instrumentos de comunicação, sugerindo uma metáfora da ocupação e exploração do espaço real e de seu avanço. Portanto, a análise desta série de registros leva em conta o grau possível de manipulação de informações para persuasão política ou demarcação de território.

Como conclui Bueno (1995), mais do que qualquer arma de fogo, o desenho foi um dos mais eficazes mecanismos de conhecimento, controle e apropriação do território, por ser o único veículo capaz de oferecer ao Rei, a medida do seu império. A posse concreta esteve diretamente relacionada ao registro técnico das informações, e nisto reside a importância de toda produção iconográfica sobre o Brasil.

3.3. Registro de traços na organização dos espaços urbanos: papel da cartografia para maior informação e controle da colônia

A historiografia, até a década de 1960, interpretou o urbanismo colonial brasileiro como espontâneo ou orgânico, em oposição ao urbanismo planejado e racional espanhol. A dicotomia, que separa as teses sobre desleixo e ordem, tem início nos anos 1930, com Sérgio Buarque de Holanda (1930), ao publicar *Raízes do Brasil*.

Robert Smith³⁶ também considerou os espanhóis como suficientemente instruídos, para executar um gradeado regular de ruas que se entrecruzam, ao redor da praça central, já que o referido povo seguia às determinações contidas nas *Leyes de Índias*³⁷. Paulo Santos³⁸, ao estudar a implantação das cidades no Brasil, também destaca a espontaneidade no traçado urbano da cidade colonial, mas utiliza a cartografia produzida sobre várias cidades no mundo e, a partir de então, estabelece comparações com a das cidades coloniais brasileiras, para identificar a busca pela regularidade do traçado. No entanto, uma interpretação mais minuciosa coube a Reis Filho (2000)³⁹, ao utilizar a iconografia produzida pelos engenheiros militares, para investigar o processo social de ocupação e posse de territórios ultramar. Considerou que estes traduziam uma ação conjunta de interesses econômicos, políticas de colonização centralizada e de urbanização.

Por isso, apenas com a centralização administrativa e a necessidade de enrijecimento da política de colonização é que se tem a ampliação da rede de sistemas urbanos e nos investimentos em práticas mais sofisticadas de urbanização, o que faz as vilas do século XVIII se distinguirem das que as precederam, por terem um traçado previamente ordenado. Nesse sentido, Reis Filho (2000)⁴⁰ não apenas se aproxima de Santos (1968), como elabora, mais enfaticamente, a percepção do traço regular.

No Brasil e em muitas cidades portuguesas, os critérios e fatores de localização e implantação, naquele período de hostilidades, atenderam, principalmente, à necessidade militar de defesa: inicialmente, próximas às barras, seguia uma povoação linear, ao longo da

³⁶ SMITH, Robert C. *Arquitetura civil do período colonial*. Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional. Rio de Janeiro: n.17, 1969, pp.27-126.

³⁷ Conjunto de leis que regulavam desde a inserção das edificações até o planejamento das cidades espanholas. Resultado da experiência da tradição espanhola de construção de mais de um século.

³⁸ SANTOS, Paulo. *Formação das cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

³⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*; colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Paulo Júlio Valentino Bruna. São Paulo, Edusp: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.

⁴⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil*. 1a ed. São Paulo: Edusp, 1968.

praia, ligando polos primordiais de ocupação – capelas, fortes, casa da guarda (conselho e senado) – aos núcleos de povoamento inicial.

Alguns técnicos especializados portugueses passam a produzir informações mais precisas, durante a ocupação holandesa, incluindo cartografias, nesta tese, classificadas como sendo de espionagem, que contém os principais elementos militares, nas ocupações litorâneas, mas, na maioria dos casos, sem as informações precisas sobre o traçado das vilas e povoados.

No século XVII, João Teixeira Albernaz I, é considerado o maior cartógrafo português do século XVII e filho de Luís Teixeira, João Teixeira Albernaz II, seu neto – outro grande cartógrafo, Pedro Nunes Tinoco e Antonio Vicente Cochado.

No caso dos holandeses, o interesse da WIC para se manter informada sobre os seus domínios, levou notáveis cartógrafos a realizarem mapas da costa do Nordeste, onde se destacam os produzidos sobre Pernambuco e Recife. Desde 1631, realizaram-se levantamentos cartográficos do Recife. Os seus vários mapas nos permitem sentir, gradativamente, a presença holandesa na formação da cidade. À cartografia portuguesa do primeiro século, vieram sobrepor os inúmeros mapas holandeses, mantendo informações de grande interesse, a respeito das propriedades agrícolas e seus caminhos de acesso:

As viagens com fins cartográficos, entre outros propósitos descritivos (como o estudo da flora e fauna e dos costumes estrangeiros) foram para os artistas holandeses no século XVII um aliciente para sair de seu país tão poderoso como o desejo de ver Roma e aprender da arte Clássica. O segundo legado holandês nos permitiu enormes resultados sobre o conhecimento da terra e de suas propriedades agrícolas. (ALPERS, 1987)⁴¹.

Além dessas obras, o trabalho de cartografia, desenvolvido por nomes como Philip Vingboons e Cornelius Golijath consolidou o conhecimento das costas brasileiras. O *Atlas de Johannes Vingboons*, compilado por volta de 1665, por esse excelente cartógrafo, constitui o ápice da cartografia holandesa, no Brasil seiscentista. O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e a Biblioteca do Vaticano possuem os únicos exemplares da obra. Outro autor de destaque foi George Marcgraf, em cujos mapas se encontram na obra de Gaspar Barléus, *Rerum per octenium in Brasilia et alibi nuper gestarum, Sub Praefectura Illustrissimi Comitissae I. Mavritii Nassoviae*, de 1647, que constitui o relato completo das realizações de Nassau e é considerado um dos mais belos livros editados sobre o período colonial brasileiro.

⁴¹ ALPERS, Svetlana. *El Arte de describir. El arte holandês en el siglo XVII*. Madrid: Hermann Blume, 1987.

Johan Blaeu também editou, em 1643, um mapa, intitulado *Brasilia qua parte paret Belgis*, baseado em Marcgraf e com vinhetas de Frans Post, que contém a mais minuciosa descrição das costas brasileiras, até então disponível.

Por fim, ao conjunto de técnicos, cartógrafos, engenheiros, arquitetos, desenhistas, além de outros não nomeados, como arruadores e práticos, podemos denominar Escritório Técnico do Recife Nassoviano (BUENO, 2003). Nesse escritório do Recife, a cartografia e a iconografia é vastíssima no período neerlandês-holandês, tanto devido à vinda de artistas (Franz Post e Albert Eckhout) e cientistas (Willhelm Piso e Georg Marcgrave), quanto pela presença dos técnicos especializados relacionados à materialização da cidade, como os cartógrafos e engenheiros (Pierre Gondreville, Cornelis Bastiaanszoon Golijath, Hendrik van Berchem, Tobias Commersteijn, Pieter van Bueren, Sicke de Groot, Sems, Andrea Drewisch, David van Orliens,) e arquiteto (Pieter Post), que acompanharam Nassau no Brasil. Para a divulgação dessa representação da construção identitária urbana do Recife, do outro lado do Atlântico, editores e cartógrafos renomados retratavam o período holandês no Brasil, como Joan Blaeu, Henricus Hondius, Nicolaes Visscher, Pierre Mortier, etc., além das obras de cunho histórico-geográfico com documentação cartográfica e iconográfica publicadas por diversos autores, como o já citado Gaspar Barlaeus, J. Laet, Arnoldus Montanus, F. Plante, Pieter van der Aa e outros.

3.4. Leituras e interpretações da imagem: análise crítica da iconografia como fonte histórica

A historiografia urbana contemporânea percebe o uso da iconografia não apenas como simples ilustração, mas como evidência histórica, como fonte e documento, ferramenta para compreender as transformações de determinada sociedade. Lidar com essa diversidade de registros, nos diversos campos de estudo, desconstruí-los, contextualizá-los e analisá-los, para subsidiarem as pesquisas, é uma tarefa que exige tratamento metodológico.

A iconografia contém o contexto histórico, o olhar e as preferências, sendo idealizada, forjada, carregada de discursos de determinada época, sendo olhares contemporâneos aos fatos que narra ou inventa, e aos seus produtores. Ao se fazer a leitura da iconografia, se empresta às imagens, informações que o autor destas não pôde imaginar no contexto passado, ocorrendo uma provável ressignificação.

Para decifrar códigos escondidos na imagem, é preciso alguns questionamentos: Quando? Onde? Quem? Para quem? Para quê? Por quê? Como? para que as fontes iconográficas possam ser encaradas como documentos históricos, e não apenas meras ilustrações. Se busca analisar e interpretar os registros com criticidade, compreender e perceber fatores que influenciaram na produção da imagem, que incluem desde a escolha do tema, as convicções do autor, suas intenções, até a influência do patrocinador. Para filtrar os discursos inseridos na imagem, é necessário buscar o que pode representar características reais da sociedade retratada, e perceber informações inseridas e ocultadas.

Segundo Pontual⁴², na análise iconográfica, para apreender criticamente e interpretar as informações associadas a uma imagem, é preciso conhecer origem, autoria, contexto, objetivos e discursos associados. Esses procedimentos, se praticados, não apenas proporcionam uma análise coesa, como, ainda, diminuem o risco de equívocos históricos.

Nos trabalhos *A Cartografia Holandesa do Recife. Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648*, de Mello (1976)⁴³, e no *Atlas Histórico e Cartográfico do Recife* (1948)⁴⁴, de Menezes, acervo considerável da cartografia histórica referente ao Recife foi apresentado, fruto de um aprofundamento do estudo historiográfico.

Seguindo os procedimentos prévios de análise iconográfica da cidade, o estudo do Menezes, definiu os legados portugueses e holandeses no planejamento urbano da *Mauritstad* e do Recife, com resultados apresentados nos encontros científicos (Menezes, 2000a)⁴⁵, promovidos pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Portugal, coordenado pelo Prof. Dr. Manuel Teixeira, bem como na revista *Oceanos* (MENEZES, 2000b).

Através da cartografia histórica e de imagens, Menezes indicou a permanência, depois de 1654, de um traçado urbano vinculado a um plano de intervenção, datado de 1639, atribuído ao Engenheiro Pieter Post. No artigo publicado na Revista *Oceanos*, nº 41⁴⁶, Menezes utilizou a cartografia, com conversões de escala gráfica para escala real e identificou na cidade atual, elementos da cidade do século XVII, através da cartografia de Colijath e Vingboons. Usando a cartografia e a iconografia geral do período, identificou o casario

⁴² PONTUAL, Virgínia. *Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas*. Artigo. São Paulo, Revista Brasileira de História, 2001.

⁴³ MELLO, Jose Antonio Gonçalves. *A Cartografia Holandesa do Recife. Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648*. Recife, Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1976.

⁴⁴ MENEZES, José Luiz Mota, *Atlas Histórico e Cartográfico do Recife*, URB, Recife, Editora Massangana, Recife, 1988.

⁴⁵ MENEZES, José Luiz Mota, *A Cidade do Recife – Urbanismo Lusitano e Holandês*, in *Tempo dos Flamengos e outros tempos*. Fundaj, Editora Massangana, Recife, 1999.

⁴⁶ MENEZES, José Luiz Mota, *Olinda e o Recife- 1537-1630*. In Revista *Oceanos*, nº 41, Janeiro / Março 2000, Lisboa, 2000.

existente no Recife de 1631, imediatamente após a ocupação neerlandesa, e apartir de informações do Inventário das armas e petrechos bélicos (...) ⁴⁷, de onde selecionou dados sobre a povoação e suas edificações. Observa-se que esses desenhos informativos dessa época são fontes de informações que sobrepõe a dados historiográficos e documentais.

Segundo Pontual (2001), o planejamneto presente na iconografia, a legislação filipina, introduzida no Brasil, na fase ibérica, que de certa forma destaca a forma racional na construção da identidade urbana, continuou a ser usada pelos portugueses, mesmo após a separação das coroas, dando sinais de que não existiria um empenho dos governos coloniais no Brasil para imposição de suas marcas e identidades, mas um empenho pelo desempenho econômico e controle da circulação de mercadorias na rede internacional. Outro momento no qual essa postura de imposição de um modelo se discute, é na preocupação com a segurança, que fez de portas e muros elementos muito comuns nas *urbis* brasileiras. Sendo encaradas como espelhos dos burgos medievais europeus, mas o que se seguiu foi o desempenho de cada técnica aplicada e não sua nacionalidade, principalmente no litoral, onde era necessário se resguardar da invasão de povos inimigos. No entanto, como já no século XVII se percebe um planejamento de ruas em forma de xadrez, que entre outros benefícios e necessidades, poderia reforçar a segurança e o controle militar, diante do crescimento populacional da colônia, pode ser considerada mais uma busca de um modelo com boa solução técnica, do que uma transculturação ocasionada pelo momento de domínio técnico e político.

Numa visualização superficial, se permite fazer aproximações de identidade urbana e semelhanças arquitetônicas do Recife e Salvador com cidades portuguesas, como Porto e Lisboa. Assim, mesmo que as cidades brasileiras não tenham sido construídas numa busca de afirmações de marcas e identidades ligadas a discursos, no século XVIII, a necessidade de manter o controle administrativo e político sugeriu a possibilidade de cuidar da semelhança, ou identificação e de elementos aproximadores entre a colônia e a metrópole. No entanto, não se quer afirmar a inexistência da transculturação, pois existiram momentos da história urbana, como por exemplo, a partir de 1750, conforme afirma Reis (1968), que Portugal decidiu marcar enfaticamente sua presença na América, a arquitetura serviu para deixar claro que o território português do além-mar era bastante diferente do espanhol. “Havia normas de planejamento, como, por exemplo, a que determinava que todas as janelas e portas deviam ter a mesma altura, e outra segundo a qual as ruas não podiam receber nomes em tupi” (REIS FILHO, 1968).

⁴⁷ INVENTÁRIO das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654. [1656]. Recife: Imprensa Oficial, 1940.

3.5. Produção de informações, discursos e desígnios nas fases de investimentos para a construção da Cidade Necessária com transplante, produção e ressignificação de matrizes representativas da(s) identidade(s) urbana(s) do Recife

É possível visualizar a produção de informações, discursos e desígnios, nas fases de investimentos para construção da **cidade necessária**, com transplante, produção e ressignificação de matrizes representativas da(s) identidade(s) urbana(s) do Recife – luso-ibérico (*ante bellum*), neerlandesa-holandesa (*post bellum*) e pós-neerlandesa (restauração). A partir de compreensão e análise historiográfica, a desconstrução do conjunto de imagens sobre o Recife, em séries de representações de fases do empreendimento urbano colonial e leitura detalhada dessas fontes iconográficas de representação da construção urbana e identitária nos séculos XVI e XVII, tratando a iconografia como fonte primária para leitura de informações, discursos e desígnios, é possível alcançar uma compreensão sobre os interesses e discursos inseridos nessa produção de iconografia, tendo como base a análise historiográfica e classificação dos períodos definidos de estudo, de acordo com os elementos de investimentos geradores da **cidade necessária** e sua identidade urbana, nos quais foram geradas distintas identidades, objeto de estudo em foco.

Através das séries iconográficas selecionadas, formadas por representações, em sua maioria, existentes em arquivos e bibliotecas de colecionadores, universidades, instituições públicas e privadas brasileiras, portuguesas e neerlandesas, inclusive em arquivos virtuais, de universidades na Europa e América. Sendo assim, é possível ter um panorama das principais fases do urbanismo, posto em prática no Recife, pelos governos luso-ibéricos e neerlandês/holandês, e entender um pouco das complexas relações que uniam esses países e o mundo, nos séculos XVI a XVIII, expressadas no urbanismo e na arquitetura que o compõe.

Numa análise geral, os principais eventos representados são: a invasão de 1630, o planejamento e as obras de fortificação e adensamento no *Dorp Reciffo* e *Mauritstad* e as obras urbanas de Nassau. A sequência das obras mais representadas, na iconografia do período neerlandês-holandês são: Porto, cidade e povo, palácio e ponte.

As classificações, aqui utilizadas, se deram a partir da desconstrução de acervo iconográfico do Recife, levantado e classificado, nesta tese, em séries iconográficas, dentro dos períodos de empreendimentos urbanísticos. Considerando essas informações, representações de discursos e interesses de investimentos de meios e materiais no ambiente natural ou construído pré-existente na **cidade necessária**, será possível reconhecer traços das identidades urbanas em cada fase de governo.

Considerando que nesta tese, se defende a ideia que a identidade urbana do Recife não se impôs através de determinações nacionalistas ou imposição cultural de seus empreendedores, mas das condicionantes do ambiente, da imposição emergencial dos objetivos e das demandas reais da **cidade necessária**, a exemplo da estruturação da segurança, dos acessos, da expansão ou adensamento da malha urbana, promovendo a construção da identidade urbana, será demonstrado no capítulo 4, a metodologia de análise a partir do resgate dos elementos de materialização da **cidade necessária**, com base na historiografia e iconografia, destando a produção local.

4. UMA LEITURA DA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES URBANAS DO RECIFE NAS REPRESENTAÇÕES ICONOGRÁFICAS

Sobreposições e anulações de traços identitários dos empreendedores a partir de interesses de investimentos na cidade necessária

“Nenhum processo de explicação poderia ser mais excitante (e desconcertante) do que nossa crescente constatação de que a história é direcionada tanto pela maneira como as pessoas imaginam que as coisas são, quanto pela maneira como realmente podem ser” (PRATT, 1999).

A análise da construção identitária nos períodos luso-ibérico, neerlandês-holandês e pós-neerlandês, exige seleção de informações historiográficas e iconográficas sobre a produção do espaço urbano do Recife, desde o período denominado *ante bellum*, até início do século XVIII.

Cidade necessária é um entendimento historiográfico e iconográfico de como a cidade colonial foi construída por elementos e condicionantes, que servem de base para aplicação de uma metodologia de percepção e leitura da produção da identidade urbana do ambiente construído, a partir dessas variáveis conformadoras (ambiente, interesses, meios, matérias e discurso).

Foram realizadas leituras das atuações dos governos e dos reflexos de mudança de postura, formas de investimentos de meios e materiais, resultando em identidades urbanas distintas, de acordo com o conceito de **cidade necessária**, possibilitando visualizar a consolidação de novas malhas urbanas no ambiente construído por antecessores, apresentando novas formas de atuação, ou concepções e resultados, observados principalmente através de elementos estruturadores do ambiente urbano: ruas, quadras, lotes, edifícios, praças e outros (LAMAS, 1992).

Como mostrado no capítulo três desta tese, memorialistas, cronista, viajantes, cartógrafos, desenhistas e pintores tiveram papel de destaque no registro e descrição minuciosa das cidades no Brasil colônia, e também na construção de um discurso nacionalista voltado à invenção das tradições, ou identidades.

Alguns pesquisadores deram enfoque ao estudo do núcleo urbano do Recife. Na obra *Tempo dos flamengos*⁴⁸, José Antônio Gonsalves de Mello (UFPE), descreve os pontos de destaque no cotidiano. No primeiro capítulo, *Os holandeses e a vida urbana*, relata com detalhe a construção do Recife, detalhando desde o uso de aterros e calçamentos, até a legislação sobre o espaço público, e dando destaque às obras de estruturação do sistema de defesa, pontes, construções de uso habitacional ou comercial, e palácios, dando um panorama do conjunto arquitetônico e urbanístico, da paisagem natural e urbana constituída. Segundo Pontual (2001), Mello (2001), não tinha a intenção de fazer um comparativo da experiência do Recife com os padrões culturais (matrizes técnicas e tipológicas baseadas na formação e nacionalidade do projetista) vigentes nos Países Baixos, e na hipótese da atuação do empreendedor ser pautada na forma de transplante, esse comparativo teria servido para visualização e melhor compreensão dessa forma de construir baseada na necessidade e interesse de imposição de um modelo técnico e cultural dos empreendedores, da metrópole para a colônia, e não baseado num conjunto de necessidades e condicionantes técnicos, ambientais, disponibilidade financeira, mão-de-obra e padrão contrutivo, objetivos e interesse de retorno, nesta tese conceituados como **cidade necessária**.

Como bem observa Pontual (2001), a partir do trabalho executado pelo Prof. Dr. J. L. M. Menezes (UFPE), no Atlas histórico e cartográfico da cidade do Recife (1988), é possível o entendimento sobre os limites da cidade nos diferentes períodos de sua evolução, e entendemos que nota-se principalmente os avanços e modificações implementadas por cada grupo de técnicos responsáveis pelas fases do empreendimento colonial, que postas em prática pelos estrangeiros através do controle Recife, buscavam o controle do mercado internacional do açúcar, no campo de disputas vigentes. Menezes (1988) trabalhou com sobreposição de cartografias neerlandesas e holandesas a mapas de outros períodos, demonstrando quais áreas da cidade preexistiam aos neerlandeses e quais foram acrescentadas. Dentro do campo de estudo da história do urbanismo, o professor Nestor Goulart Reis Filho (FAU/USP) publicou o livro *Evolução urbana do Brasil*⁴⁹, demonstrando como funcionou o desenrolar dos povoados às cidades. Também publicou o livro *Imagens de vilas e cidades*⁵⁰, um estudo da iconografia do Brasil, onde disponibiliza relevante acervo sobre o Recife.

⁴⁸ GONSALVES DE MELLO, J.A.. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*, 2001.

⁴⁹ REIS FILHO, N.G. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil: 1500 / 1720, 1968*.

⁵⁰ REIS FILHO, N.G.. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 2000.

Além de publicações relevantes, como *Recife do Corpo Santo*⁵¹, de Vanildo Bezerra e *Fronha dos mazombos*⁵², de Evaldo Cabral de Melo obras referenciais, utilizando-nos do painel historiográfico de Gonsalves de Mello (2001), e dos quadros de ilustrações descritivas do processo técnico de construção da cidade elaborado por Menezes (2000), e estudos de fundamentação teórica sobre o urbano colonial, na obra de Reis Filho (2000) com relevante acervo de informações historiográficas fundamentais sobre a cidade colonial e sobre a iconografia do Recife, tornou-se possível um entendimento mais preciso do processo urbanizador. Esses estudos aprofundaram a compreensão da morfologia urbana, e dão cabedal para indagarmos sobre seu processamento. Além desses estudiosos, os professores Luiz Amorim e Cláudia Loureiro discutiram aspectos da sintaxe espacial de Recife⁵³. Muitas das diversas hipóteses que a documentação oferecia, análises e indagações levantadas nos estudos citadas, foram confirmadas após escavações arqueológicas realizadas no Bairro do Recife Antigo, executadas pelo Prof. Dr. Marcos Albuquerque (Dep. Arqueologia/UFPE) (1992), mas que também revelando aspectos inacessíveis da história urbana do Recife, constituindo um importante arcabouço de informações para a presente tese.

A abordagem sobre os usos da cidade, nesta pesquisa, evidencia as ações de governo na relação público-privado de produção do espaço urbano do Recife. No que pese a ênfase dada pela historiografia na ação do estado na construção da cidade – o que foi de fato essencial –, em especial a intervenção urbanística planejada e executada pelo corpo técnico montado por Nassau, descrito pela Prof^a. Dr^a. Beatriz Bueno (2003) como “Escritório do Recife”⁵⁴, nos serviu para fundamentar a discussão sobre a maneira de usar os elementos práticos de construção urbana, dentro do conceito de **cidade necessária** aqui formulado, composto pelas variáveis **investimento** (meios e materiais) e **ambiente natural** ou **ambiente construído** (pré-existent), confirmando que a prática de construção identitária e ressignificação da cidade é baseada não em discurso estético ou nacionalista, mas na necessidade de empreendimentos urbanísticos e militares voltados ao alcance de objetivos racionais.

Seguindo outros estudos de história urbana, para direcionar o entendimento de cultura urbana, a fundamentação está baseada na publicação *A cidade na história*⁵⁵, de Lewis Mumford. O autor focaliza na história da cidade a compreensão da relação entre suas

⁵¹ CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Recife do Corpo Santo*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife/Secretaria de Educação e Cultura/Conselho Municipal de Cultura, 1977..

⁵² MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronha dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715*. 2a Edição. São Paulo: Editora 34, 2003.

⁵³ AMORIM, Luiz Manuel do Eirado, Loureiro, Claudia. *O mascate, o bispo, o juiz e os outros: sobre a gênese morfológica do Recife*. Revista Brasileira de estudos Urbanos e Regionais, Recife, n° 3 – p.19-38, ANPUR, nov. 2000.

⁵⁴ Informação fornecida por Beatriz Bueno, em São Paulo, na FAUUSP, durante banca de qualificação, 2011.

⁵⁵ Lewis Mumford. *A Cidade na História*, 2004.

estruturas formal e social da cidade. Sua análise demonstra a relação direta entre a cidade e a tecnologia, a prática urbana ao emprego técnico.

Le Goff (1990) afirma que “o cotidiano só tem valor histórico e científico no seio de uma análise dos sistemas históricos, que contribuem para explicar o seu funcionamento”. Mas não se trata de compreender a cultura praticada no cotidiano como uma parte de uma estrutura rígida, cuja análise reduziria os personagens a atores incapazes diante de um universo cultural. Os atores são os produtores desta cultura, porque ela só se faz verdade quando praticada. Os homens ficam presos à solução que criam à medida que se libertam do meio, como sugere Braudel (1997), e no processo de produção de espaço tornam-se canais de trânsito dos discursos que constituem a visão sobre a sociedade. Alguns desses discursos são heranças inconscientes das formas de compreender o mundo e, ao mesmo tempo, refletem e produzem práticas de organização social: seus conflitos e suas soluções. Essa compreensão dá fôlego ao entendimento formado nesta tese, onde o ambiente, os meios, os materiais e os interesses e outros condicionantes libertam os atores do empreendimento urbano colonial de uma cogitada estrutura pré-estabelecida em matrizes e discursos nacionalistas, transplantada para a cidade construída.

4.1 Construção da identidade urbana na Cidade Necessária (investimentos de meios e materiais no ambiente natural ou construído): caracterizações luso-ibérica, neerlandesa-holandesa e pós-neerlandesa

Nesta última etapa de discussão da tese, é demonstrado de que forma, no conceito de **cidade necessária**, a construção identitária é consolidada materialmente na cidade e representada na iconografia. Segundo Braudel (1997), a cidade se apresenta numa progressiva transformação⁵⁶. No caso do Recife, destacam-se os elementos dessa construção das diferenciadas identidades urbanas, movidas pelo direcionamento das distintas maneiras e objetivos dos investimentos de materiais e meios sobre o ambiente natural ou construído nas três grandes fases de dominação dos colonizadores: luso-ibérica, neerlandês-holandesa e luso-brasileira. Para análise, foram desmembrados esses elementos da composição urbana para melhor entendimento das partes, e também elaboradas plantas-resumo a partir da iconografia, da historiografia e de estudos de especialistas.

⁵⁶Aloïs Riegl. *O culto moderno dos monumentos, sua essência e sua gênese*, 1984.

As tarefas de examinar, conhecer e registrar para informar, sobre os ambientes, desde que eram ainda exóticos e desconhecidos, dando-lhes uma significação de acordo com os interesses, com fins de planejamento, propaganda, controle e prestação de constas a investidores estrangeiros e ao poder régio, bem como espionagem, entre outros, cabiam aos cartógrafos, desenhistas, pintores, engenheiros militares, oficiais militares, cronistas, naturalistas e demais cientistas, que estiveram no Brasil nos séculos XVI e XVII. Ambos os exercícios, de comando e de investigação para informar, constituíam-se em atos de coragem. Riqueza, abundância e grandeza foram os significados econômicos conferidos pelos memorialistas à Capitania de Pernambuco. No processo permanente de conformações e ressignificações, a cidade perde e ganha algumas características, e faz permanecerem outras, por meio das ações e investimentos das ações de governo e empreendedores portugueses, espanhóis, neerlandeses e holandeses, principalmente materializando-se por meio de seus técnicos projetistas, arruadores, construtores e artífices, com investimentos de sua elite política e econômica, mas também de sua população. O processo histórico do Recife se fez de mudanças e permanências, e o registro desse processo, informando o que mudou e o que permaneceu, se deu por meio de produção de iconografia urbana e também por meio de textos como o de Frei Vicente do Salvador, Evaldo Cabral de Melo, Josué de Castro, Pereira da Costa e José Antônio Gonsalves de Melo.

O Recife, “Povo”, “Povoação dos Arrecifes”, “Recife das Cacimbas”, ou “Ribeira Marinha dos Arrecifes”⁵⁷, em sua fase inicial de materialização, porto da vila de Olinda, distante cerca de uma légua, foi observado com uma povoação de cerca de duzentos vizinhos e uma ermida. Nas observações de cronista, memorialistas e viajantes, como o português Salvador (1982), era importante local de trocas entre metrópoles e colônia, com circulação de pessoas e coisas por embarcações desde o século XVI. Em sua narrativa, o português Gabriel Soares de Souza (1938) destaca a natureza e descreve a paisagem natural irresistível aos viajantes desbravadores, revelando a composição territorial, econômica e social das vilas e povoados:

[...] este porto de Olinda se entra pela boca de um arrecife de pedra ao sudoeste e depois norte sul [...] por esta boca entra o salgado pela terra dentro uma légua, ao pé da vila; e defronte do seu surgidouro dos navios faz este rio outra volta deixando no meio uma ponta de área onde está uma ermida do Corpo Santo. Neste lugar vivem alguns pescadores e oficiais da ribeira, e estão alguns armazéns em que os mercadores agasalham os açúcares e outras mercadorias [...] perto de uma légua da boca d’este arrecife

⁵⁷ CASTRO, J. *Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana*, 1948, p. 32.

está outro boqueirão, que chamam a Barreta, por onde podem entrar barcos pequenos estando o mar borranço [...] (SOUZA, 1938, p.26-27).

A ruptura na colonização portuguesa ocorrida em 1630 com a chegada dos holandeses a Pernambuco⁵⁸, assim como os portugueses, também trazendo memorialistas nas diversas comitivas que vão registrar esse novo tempo⁵⁹, foi outra maneira de apropriar-se de uma natureza desconhecida. O Recife passou a ser figurada por esses memorialistas, onde a natureza já não era tão estranha, e o ambiente era modelado com intervenções urbanísticas ao gosto dos novos empreendedores holandeses. Após o incêndio de Olinda, em 1631, o Recife deixa torna-se o centro político do governo neerlandês no Brasil, gerando ainda maior interesse de registrar e informar sobre os feitos.

Viria pela frente a fabricação de uma cidade, do plano à execução, em que haveria necessidade de motivar a população para a tarefa, com a participação direta do governante e seus profissionais constatados para o planejamento e a execução, imbuído de preocupações técnicas, mas também interessado na qualidade estética da cidade e em sua arquitetura. O resultado foi um conjunto de benfeitorias, utilidades e serviços urbanos, o que na fase neerlandesa aproximava o Recife das cidades européias do século XVII, garantindo estrutura para o plano de ocupação populacional e mercadológica para tornar Recife importante pólo comercial, ponto de interesse de investimentos e negócios com o capital estrangeiro.

Durante a fase de dominação dos holandeses, os portugueses também escreveram narrativas sobre a capitania de Pernambuco, como a do Frei Manuel Calado do Salvador (1985)⁶⁰:

Andava o Príncipe Conde de Nassau tão **ocupado em fabricar a sua cidade**, que para **afervorar os moradores a fazerem casas, ele mesmo, com muita curiosidade, lhe andava deitando as medidas, e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa**, e lhe trouxe a entrar por o meio dela, por um dique, ou levada, a água do rio Capibaribe a entrar na barra, por o qual dique entravam canoas, batéis, e barcas para o serviço dos moradores por debaixo das pontes de madeira, com que atravessou em algumas partes este dique **a modo de Holanda**, de sorte que aquela ilha ficava toda rodeada de água: também ali fez uma casa de prazer, que lhe custou muitos cruzados, e no meio daquele areal estéril, e infrutuoso plantou um jardim, e todas as castas de árvores de fruto que se dão no Brasil [...] pôs

⁵⁸ Joannes de Laet, historiador holandês dos feitos praticados no Brasil até o ano de 1636, registrou passo a passo os desembarques das tropas, os ataques aos portugueses e a conquista da capitania de Pernambuco e da estranha natureza que se tornaria familiar.

⁵⁹ Incumbidos de atividade de comando e de investigação, a posse e o domínio dos lugares era tarefa dos capitães e comandantes militares, mas cabendo aos engenheiros militares, naturalistas e demais cientistas, as tarefas de examinar, conhecer e registrar os ambientes estranhos, dando-lhes uma “*significação*”.

⁶⁰ Esse frade, da Ordem de São Paulo dos Eremitas da Serra d'Ossa, participou da guerra da resistência contra o holandês, gozou da amizade de Maurício de Nassau e, ainda, registrou os fatos ocorridos sob o domínio dos holandeses no Brasil, entre 1634 e 1646.

neste jardim dois mil coqueiros, trazendo-os ali de outros lugares, porque os pedia aos moradores, e eles lh'os mandavam trazer [...] e assim também **lhe ajudaram a fazer as suas duas casas**, assim esta do jardim aonde morava, como a da Boa Vista sobre o Capibaribe aonde ia muitos dias passeando a se recrear, porque uns lhe mandavam a madeira, outros a telha, e o tijolo, outros a cal, e finalmente todos o ajudaram no que puderam; e ele se mostrava tão agradecido, e favorecia de sorte aos portugueses, que lhe parecia que tinham nele pai, e lhe aliviava muito a tristeza, e dor de se verem cativos (CALADO, 1985, p.38, 111-112) (grifo nosso).

Sobre a qualidade urbano-ambiental do Recife, Calado (1985) descreve a contribuição de Nassau gerando tanto condições financeiras aos produtores, quanto infraestrutura urbana para os comerciantes que lá já comerciavam e os que atraiu para o Recife, e mostra que construiu dois palácios e jardins que arrebataram a admiração de todos os viajantes, cronistas e pintores que circularam pela *Mauritstad*, incluindo os colonos portugueses que, apesar de serem controlados pelos holandeses, ao mesmo tempo faziam parte da rede produtiva, e a princípio se beneficiaram com vantagens comerciais e pela onda de desenvolvimento da região. Além de relatos memoriais, com já citado, Nassau ao convidar o holandês *Barlaeus*, que escreveria sobre o Recife, de ouvir dizer, sem ter estado no Brasil, pediu que registrasse e principalmente informasse e divulgasse os empreendimentos da WIC [Companhia das Índias Ocidentais] no Brasil, principalmente aqueles empreendidos sob seu governo e sobre o planejamento e execução de seu corpo técnico, enaltecendo as ações e investimentos na produção, inclusive na sua interiorização, urbanização da cidade e na defesa militar com fortificações, amuralhamento [paliçadas] e controle [portas de circulação], garantindo segurança para os moradores e para sua estrutura comercial, atraindo cada vez mais habitantes e comerciantes.

Outros empreendimentos também constituíram o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade Maurícia, como o sistema de canais, o jardim botânico, uma ponte de ligação com a ilha do Recife e outra de comunicação com o continente, o palácio da Boa Vista, entre outros. A construção dessa cidade propiciou, então, a formação de outras significações para o Recife. Palácios, pontes, parques, museus, sistemas de canais para drenagem vêm substituir a dominância das palavras associadas às defesas e conquistas militares, indicando um deslocamento das representações relativas ao desbravamento e domesticação de uma natureza exótica para um ambiente laico e mundano, permeado de interesses. O Recife passou a ter o sentido de *Friburgo* (cidade da liberdade), com interesses comerciais para atração de mais investidores.

As representações iconográficas desse período de estudo, sejam mapas ou plantas de cartógrafos e engenheiros militares, são a base de informações sobre parcelamento, desenho e traçado urbano, e também apropriadas para estudos de setorização urbana e compreensão da funcionalidade das partes da cidade. Por exemplo, o surgimento de áreas segregadas a partir de atividades inicialmente na área do porto do Recife, e depois como fruto da menor capacidade de aquisição de terrenos maiores, posto em prática no plano da Nova Maurícia, são entre outros, um planejamento para acesso da população a lotes menores, após reformulações no plano diretor de Pieter Post, direcionado ao Recife e à *Mauritstad*.

A cartografia tem avanços consideráveis num sinal de aprimoramento técnico, movido pela necessidade e pelo interesse financeiro (ZANDVLIET, 2002), e o acervo tratando do Recife e da Ilha de Antônio Vaz, em especial na fase neerlandesa-holandesa, dá um panorama do desenvolvimento da fortificação e urbanização. Em especial, algumas cartas-chave servem de referência para discussão sobre esse para informar da maneira de construir a cidade. Para demonstrar isso, a partir das representações iconográficas podem-se fazer recortes dos interesses de sua produção, buscando revelar os interesses de discursos e investimentos urbanos na **cidade necessária**, durante o Recife neerlandês. Num primeiro recorte, de 1631 a 1637 revela-se a guerra de conquista, defesa contra emboscadas e guerrilhas, e as primeiras intervenções urbanas, principalmente as de defesa da praça do Recife (sistema defensivo local envolvida estrutura de fortificações, muralhas, hornaveques, equipamentos bélicos e soldadesca). Num segundo momento, de 1637 a 1648, perceberam-se investimentos para consolidação de nova estrutura urbana, habitacional e comercial. Já num terceiro, de 1648 a 1654 percebe-se uma paralização na materialização da cidade, configurando um período de declínio e guerras. Em suma, observa-se que as datas coincidem com diferentes ritmos de produção urbana. No entanto, a partir de uma compreensão historiográfica mais precisa dos eventos urbanos, investimentos e motivações, completando a análise em cada período de empreendimento da **cidade necessária**.

4.1.1 Elementos de caracterização luso-ibérica

Inicialmente, a preocupação portuguesa em relação ao Brasil, era unicamente a de assegurar sua posse e ocupação jurídica. Para iniciar o controle das terras conquistadas, no início do século XVI, foram promovidas expedições exploratórias, com sucessivas frotas de reconhecimento e guarda-costa do litoral, além de instalações de feitorias e início de ações extrativistas. Essas primeiras expedições e instalações também tinham como objetivo fazer o

reconhecimento da nova terra, de suas riquezas e potencialidades, que interessavam tanto a comerciantes como a Coroa. Quando a riqueza brasileira, na figura do pau-brasil, ficou comprovada, a Coroa tratou de assegurar o monopólio da exploração. Exploradores particulares só teriam direito a usufruir do pau-brasil com permissão real. Para visualização breve dos esforços de controle, em 1502, D. Manuel arrendou a exploração da madeira a alguns comerciantes de Lisboa, liderados por Fernão de Noronha, que se comprometiam a explorar a costa do Brasil, construir feitorias fortificadas e pagar uma parte do lucro obtido à Coroa. Em 1503, a expedição chefiada por Gonçalo Coelho [pai do Duarte Coelho], tinha o objetivo de encontrar novas riquezas e extrair o pau-brasil. Fundou os primeiros depósitos de pau-brasil e de trocas com os índios [feitorias], numa empreitada de comerciantes, pois não se tratava de uma feitoria real como as que iriam ser fundadas por militares.

Para tomar posse e garantir militarmente a *Terra Brasilis*, experientes militares exploradores, como Cristóvão Jacques foram importantes para planejar essa ocupação, inclusive em ações como a expedição guarda-costas [a qual chefiou], vigilância do litoral brasileiro que era regularmente visitado e já explorado por corsários de diversas nacionalidades, entre eles, franceses, italianos, holandeses, espanhóis e ingleses. Cristóvão Jacques esteve empenhado nas Índias e em vários empreendimentos de sucesso, com o fidalgo português Duarte Coelho de Albuquerque (TEIXEIRA⁶¹, 2002, informação verbal) muito provavelmente, filho de Gonçalo Coelho. Pela grandeza do litoral brasileiro, o esquema de policiamento do litoral com embarcações foi ineficiente e evidente também a impossibilidade de controle. Após essa primeira fase de reconhecimento também buscava informações para conceber o plano de implantação, ocupação e produção. Assim, o mesmo estrategista militar e explorador que trabalhara com Duarte Coelho, Cristóvão Jacques, passou a visualizar situações geográficas que garantissem a segurança, a posse do território e sua defesa, dando confiabilidade aos investimentos. Segundo Cavalcanti (1986, p. 21) “os corsários, fossem franceses ou de outras nacionalidades, sabedores dos novos núcleos de colonização procuraram paragens mais distantes de Itamaracá, conhecida como Fernãoburgo, onde se encontrava o melhor pau-brasil”.

Com relação à escolha do sítio ideal, foi posta em prática a estratégia, provavelmente indicada por Jacques, conhecedor de todo o litoral das *Terras Brasilis*, sua geografia, seus relevos, sua gente arredia, sua fauna e floral diversa, para instalar feitorias [Rio de Janeiro, Baía de Todos os Santos e as que vingaram, Cabo Frio e Igaraçu]. Em todos os sítios

⁶¹ Aula proferida pelo Prof. Manuel Teixeira na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em 2002.

escolhidos, a ideia básica estava presente, situação geográfica ideal de barra protegida para instalação do porto e produção agrícola em área baixa e boa situação para ocupação urbana em sítio elevado, protegido por mangues e rios, mas com boa ligação fluvial. Segundo Mello (1951) e Cavalcanti (1986), na barra de Itamaracá, em 1516, foi construída a Feitoria de Pernambuco, Feitoria do Rei, ou Feitoria dos Marcos, onde Cristóvão Jacques levou em conta fatores de localização estratégicos que definiram o sítio onde foi implantada a feitoria régia em *Pharanambuc* (CASTRO, 1948). Esse entreposto era construção precária, cercada de paliçada que servia como defesa contra os ataques dos índios e dos aventureiros, especialmente os franceses, que na época disputavam o comércio europeu com os portugueses. Eram usados para estocar o pau-brasil e outros produtos tropicais nativos, e também o para comércio de escravos. No início da ocupação, com a implantação da feitoria em Pernambuco, núcleo de defesa (1516), anterior à ocupação urbana de Igarassu e Olinda, é possível entender como se deu a escolha dos fatores de localização da região mais adequada ao empreendimento, e como se deu o processo interétnico (ALBUQUERQUE, 1992) ocorrido naquela região, ponto de interesse com situação geográfica potencializada pela barra, condição de defesa ampliada com a proteção da ilha de Itamaracá, e também pela fartura de elementos extrativistas [potencial produtivo e defesa]. Cristóvão Jacques foi governador das terras do Brasil antes das capitanias e tentou empreender a ocupação do país, com cerca de mil homens e investimentos privados, mas não teve proposta aceita pela Coroa.

Assim, buscar a parceria política de um fidalgo e parceiro militar para manter a meta de tornar-se proprietário ou investidor em terras do Brasil, pareceu uma possibilidade, como pode ser constatado no resultado obtido, mesmo tendo Jacques falecido antes das capitanias.

Esse parceiro de Jacques seria Duarte Coelho, que sobre o qual Albuquerque (1992) descreve que “amdou muyto tempo em Itália e em outras partes omde vio fortalezas e comcertos dellas e assy muros dallguas cidades e villas” (AVERINE, 1970, p.56), e era, portanto, conhecedor da ciência bélica italiana. Da identidade de Duarte Coelho, encontram-se informações de que foi capitão na Índia e donatário da Capitania de Pernambuco (AZEVEDO, 1990, p.194). Outros o consideram um arquiteto enviado à Itália por D. João III para o estudo das fortificações (MOTA, 1972). Segundo Moreira (1980), pode ser considerado um navegador, lavrador-soldado e governante, com cultura diversificada e uma vasta folha de serviços (ações militares contra piratas, estratégias e embaixada). Como fidalgo (conselheiro do Estado), se destacou pela experiência com táticas militares e técnicas de fortificações. Já na França (missão diplomática) Duarte Coelho revelou-se um perito militar, e não um arquiteto-construtor (MOREIRA, 1980, p.297).

Provavelmente não se trata de coincidência que tenha sido o parceiro de Duarte Coelho nas Índias, Cristóvão Jacques (quando já ex-governador das terras do Brasil) (MOREIRA⁶², 2003, informação verbal) fidalgo com boa relação com a Coroa, o responsável pelas informações quanto à situação geográfica, recursos naturais e segurança, usadas na escolha da feitoria de Pernambuco, e que tenha passado essas informações privilegiadas a Duarte Coelho para escolha da capitania, onde existiam algumas das supostas melhores condições de circulação, geografia, salubridade, com reconhecimento prévio de indígenas e produtos de alimentação nativos. A escolha supõe um reconhecimento prévio da estratégia de ocupação, priorizando ocupar o já existente Porto da Feitoria de Igarassu com uma área já reconhecida de relevo elevado e ligada por um rio navegável, protegido naturalmente pela barra e pela Ilha de Itamaracá (capitania), que também lhe garantiria segurança militar dobrada dessa outra capitania, depois ocupar Olinda no alto com um istmo e um porto protegido por arrecifes.

Em 1534, foi assinada a Carta de Doação da Capitania de Pernambuco, por D. João III: [...] ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda sul do dito rio, onde Cristóvão Jacques fez a primeira casa de minha feitoria [...] na margem continental do dito rio que cerca em redondo a ilha de Itamaracá (MELLO, 1957). Assim, após dezenove anos de ocupação portuguesa, com cerca de quinze anos sob domínio de Jacques, por ocasião da implantação das capitanias hereditárias em Pernambuco (1535), os lusos promoveram o aprimoramento das relações com os nativos, colhendo informações desde 1516 que serviram para avaliação de tipologia geográfica específicas para implantar o empreendimento militar, produtivo e econômico denominado Nova Lusitânia, e proposição de ocupação de sítios elevados [Igarassu e Olinda] com porto natural com condições geográficas de defesa, utilizando os mesmos elementos potenciais geográficos, fatores de localização daquela região da feitoria.

Supostamente, entendemos que nesse momento os indígenas teriam passado a traduzir para a língua tupi aquela descrição uma tipologia de lugar com situação geográfica ideal aos interesses de posse e ocupação portuguesa, onde o “mar fura”, o “mar entra”, compreendido e verbalizado pelos indígenas aos portugueses, através do termo *Pharanambuc*. Ao longo do processo de aproximação desta discussão, percebeu-se que enquanto alguns estudiosos insistiam que a expressão teria surgido na barra entre Itamaracá e Igarassu, desde a feitoria de Pernambuco, outros afirmavam que teria surgido para definir a barra de arrecife, onde a “pedra fura”. Mas é possível entender como as duas posições estariam corretas do ponto de vista toponímico, com uma terminologia usada desde os primeiros contatos interétnicos

⁶² Aula proferida pelo prof. Rafael Moreira, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, em 2003.

visando posse das terras e instalação nas feitorias, pois a referida expressão, não apenas dava nome ao assentamento, mas definia etimologicamente a tipologia do lugar, a sua geografia, a tipologia de sítio mais apropriado aos interesses buscados pelos exploradores, componente do projeto de implantação português utilizado por Jacques e Coelho.

Para execução do projeto exploratório, Jacques, para explorar as terras, ou no processo de escolha, teria recebido em resposta a expressão indígena para o plano que ele descrevera aos nativos em busca das terras ideais [estratégia militar de ocupação], teria recebido como tradução do plano explicitado, a expressão tupi *Phara*, *Nambuc*, *Fernãoburgo* [aportuguesamento] com esse significado, “pedra, ou mar que fura”, uma descrição geográfica precisa da barra de Itamaracá, na área da feitoria de Igarassu, também chamada de “feitoria de Pernambuco”, e também uma descrição precisa das características geográficas da Barra de Pernambuco, entre outras. A partir desta descrição, de uma conformação geográfica do modelo [geografia semelhante à da Barra de Itamaracá] solicitado por Jacques aos indígenas, naquele litoral, foi selecionada Olinda e seus arrecifes, situação ideal para instalação de um porto protegido.

As duas barras em destaque, a Barra de Itamaracá [onde foi instalado o Porto de Pernambuco, na feitoria] e a do Recife [Barra de Pernambuco], refletem o mesmo significado exposto na língua tupi para a idéia de situação geográfica ideal através da expressão *Phara-Nambucquo*, como descreve Salvador (1982):

As cinqüenta léguas de terra desta capitania se contêm do rio de São Francisco [...] até o rio de Igarçu [...] e chama-se de Pernambuco, que quer dizer mar furado, por respeito de uma pedra furada por onde o mar entra, a qual está vindo da ilha de Tamará. E também se poderá assim chamar por respeito do porto principal desta capitania, que é o mais nomeado e freqüentado de navios que todos os mais do Brasil, ao qual se entra pela boca de um recife de pedra tão estreita que não cabe mais de uma nau enfiada após outra e entrando desta barra ou recife para dentro, fica logo ali um poço ou surgidouro, *onde vêm* acabar de carregar as naus grandes, e nadam as pequenas carregadas de cem toneladas ou pouco mais, para o que está ali uma povoação de duzentos vizinhos com uma freguesia do Corpo Santo, de quem são os mareantes mui devotos, e muitas vendas e tabernas e os passos de açúcar, que são umas lógeas grandes onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios. Esta povoação, que se chama do Recife, está em oito graus, uma légua da vila de Olinda, cabeça desta capitania, aonde se vai por mar e por terra [...].

Com o início da colonização e da produção agrícola, Portugal impõe uma política de implantação de núcleos urbanos, e construção de fortes e fortalezas na costa brasileira, porta

de entrada e de escoamento das riquezas. Guiado pela estratégia de localização de feitorias nas barras, instalou nelas fortificações. Próximo a essas instalações precárias e provisórias se instalariam, numa segunda etapa, famílias vindas de Portugal que construiriam seus aglomerados urbanos, progredindo para povoado, vila e cidade (TEIXEIRA, 1994), construídos ao gosto dos colonos, com típica implantação irregular, em sítios elevados [o saber fazer português, através de seus colonos].

Buscando acelerar a ocupação das terras coloniais com a descentralização administrativa, com a implantação do sistema das capitanias hereditárias, dividiu Brasil em quinze franjas horizontais⁶³. Cada território foi entregue a um donatário que explorava e ocupava por conta própria. A fim de atraí-los e incentivá-los, foi dado a todos os donatários o direito de administrar e explorar sua capitania, além de poder transmiti-la como herança. As relações entre o Rei, os donatários e os colonos eram definidas primeiramente pela Carta de Doação, que transferia a posse da capitania da Coroa para o donatário, e pelo Foral elaborado pelo donatário, que estabelecia direitos e deveres de todos. Cabia ao donatário, em primeiro lugar, colonizar a capitania, fundando vilas e, em seguida, deveria policiar suas terras, protegendo os colonos contra os ataques dos índios e estrangeiros; deveria, também, fazer cumprir o monopólio real do pau-brasil e do comércio colonial e, no caso de serem encontrados metais preciosos, um quinto de seu valor seria pago à Coroa. Com todos os poderes econômicos e administrativos que possuíam, os donatários eram os possuidores, mas não os proprietários das capitanias, não podendo dividi-las, nem vendê-las. Em contrapartida, o donatário tinha o direito de doar sesmarias [vastas propriedades] a colonos, escravizar índios para trabalho agrícola, montar engenhos, cobrar impostos e ainda exercer a justiça em seus domínios.

De acordo com Reis Filho (1968), a ocupação ocorreu com grande desequilíbrio e as primeiras fundações concentraram-se no litoral, principalmente nas barras, ilhas e arrecifes, facilitando a defesa dessas instalações e circulação de mercadorias de exportação e importação por vias fluviais e marítimas, uma necessária comunicação com a metrópole. As poucas ocupações urbanas do interior utilizavam os rios como vias de penetração, inclusive para escoamento de mercadorias, como a produção dos engenhos.

⁶³ Segundo Capistrano de Abreu, as capitanias foram doze, embora divididas em maior número de lotes. Começavam todas à beira-mar, e prosseguiram com a mesma largura inicial para o ocidente, até a linha divisória das possessões portuguesas e espanholas acordada em Tordesilhas, linha não demarcada então, nem demarcável com os conhecimentos do tempo. Tácitamente fixou-se o limite na costa de Santa Catarina ao Sul, e na costa do Maranhão ao Norte - ABREU, Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial - 1500/1800*, [1907] 2003.

A base da colonização foi o açúcar, riqueza trazida de fora, pois Portugal já contava com experiência no plantio e na comercialização do produto nas Ilhas Atlânticas. A produção da cana-de-açúcar exigiu abundante mão de obra. A solução inicial foi a escravidão indígena, porém, o índio se mostrou um mau trabalhador. Até os jesuítas se opuseram à escravidão dos indígenas. Portugal precisou, então, do braço africano para trabalho escravo, marca de uma sociedade com rígida hierarquia social.

Os núcleos urbanos [habitacionais] começam a ser implantados próximos às feitorias, numa nova fase de dominação do território, através da consolidação de sua ocupação [distribuída principalmente no litoral]. Esses povoados se desenvolveram com traçado irregular, possuindo um pequeno casario em torno de um nicho, ou de uma capela [forte sentimento religioso], casa da guarda e alfândega [na maioria dos casos a um trapiche de seu pequeno porto], além da casa do senado, ou casa do conselho [também chamada de casa de câmara e cadeia quando esses povoados possuem uma produção ou posição estratégica considerada importante pela coroa, através do donatário]. Essa maior importância do povoado torna-o peça importante da rede urbana. Portanto, os núcleos urbanos não surgem como vilas, mas como pequenos povoados, ao gosto dos colonos, com típica implantação irregular, em sítios elevados [o saber fazer português, por meio de seus colonos]. Já na primeira metade do século XVI esses núcleos e fortificações passam por uma reestruturação física, adequando-se às regras do urbanismo e aos ideais renascentistas.

Sistema colonial português em Pernambuco

Os fatores da fundação e expansão dos primeiros núcleos urbanos são frutos de um conjunto complexo de fenômenos [sociais, econômicos, políticos, etc.] que representam um sistema de soluções para sua implantação, mas não indicando falta de planejamento (BOLTSHAUSER, 1959). Entretanto, os portugueses utilizaram modelos tradicionais para definir os espaços público e privado, para localizar equipamentos e separar terras doadas (parcelamento e exploração), ocupando morros em sítios litorâneos (MARX, 1980).

A capitania se estendia entre o rio São Francisco e o rio Igaraçu, como diz a carta de doação, compreendendo:

Sessenta léguas de terra [...] as quais começarão no rio São Francisco [...] e acabarão no rio que cerca em redondo toda a Ilha de Itamaracá, ao qual ora novamente ponho nome rio [de] Santa Cruz [...] e ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda Sul, e o dito rio onde Cristovão Jacques fez a

primeira casa de minha feitoria e a cinquenta passos da dita casa da feitoria pelo rio adentro ao longo da praia se porá um padrão de minhas armas, e do dito padrão se lançará uma linha ao Oeste pela terra firme adentro e a terra da dita linha para o Sul será do dito Duarte Coelho, e do dito padrão pelo rio abaixo para a barra e mar, ficará assim mesmo com ele Duarte Coelho a metade do dito rio de Santa Cruz para a banda do Sul e assim entrará na dita terra e demarcação dela todo o dito Rio de São Francisco e a metade do Rio de Santa Cruz pela demarcação sobredita, pelos quais rios ele dará serventia aos vizinhos dele, de uma parte e da outra, e havendo na fronteira da dita demarcação algumas ilha, hei por bem que sejam do dito Duarte Coelho, e anexar a esta sua capitania sendo as tais ilhas até dez léguas ao mar na frontaria da dita demarcação pela linha Leste, a qual linha se estenderá do meio da barra do dito Rio de Santa Cruz, cortando de largo ao longo da costa, e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme adentro, tanto, quanto poderem entrar e for de minha conquista. [...] (ABREU, 2001).

Cidade geradora da sociedade

A cidade é fator essencial à fixação do homem, gerando a convivência, espírito de urbanidade e espaço de atuação das instituições e do homem livre. A civilização⁶⁴ passou a ser indicada como remédio para melhorar a condição humana e a abarcar a lei, a ordem, o poder, além da urbanidade, os valores físicos e a irracionalidade. Em contraste à individualidade de grupos de colonos isolados, ou em pequenos agrupamentos familiares, a cidade é espaço que muda o ímpeto e a transitoriedade dos viajantes. A cidade permite a formação de interesses permanentes, laços com um determinado espaço e paisagem. Essa identidade associada ao lugar também é geradora de transformações na sua comunidade, distinguindo características de comportamento, linguagem, modos de vida, trabalho, oportunidades, costumes, leis e inúmeras convenções. Assim, à cidade pode ser atribuída a capacidade de forjar o homem cordial, bem como forjar índios e negros, os costumes e a prática de submissão aos templos, das casas do conselho às casas de câmara e cadeias, das ermidas e capelas às igrejas, além da importância das construções destinadas às autoridades.

O colono, seja ele português, espanhol, francês, inglês, neerlandês ou holandês, fez juízos superficiais, baseados em padrões do Velho Mundo. A busca do colono por afinidades do mundo estranho com o mundo civilizado gerou adaptações de técnicas, instrumentos e

⁶⁴ O modo de vida urbano diz respeito ao conjunto de atividades e oportunidades proporcionadas pelos serviços e instituições próprios dos aglomerados modernos [...]. A civilização vai além disso, quando, mesmo antes da revolução industrial, engloba uma série de atuações que vão desde a civilidade ou forma de cortesia relativas a um estilo de vida, no sentido de como comportar-se, o que dizer e como dizer, o que vestir e como comer, etc, observadas nas cortes dos papas e reis absolutistas. *“O processo civilizador, o qual no século XIX, associado ao desenvolvimento científico e à tecnologia, não perde de vista o modo de vida aristocrático, influenciando o comportamento da burguesia”* In: Homem, 1996, p. 16. O termo civilização, em princípio, significa a soma das forças espirituais e das atividades racionais que se sobrepõem ao instinto e à força. No decorrer daquele século, o vocábulo adquiriu uma conotação elogiosa e admirativa que se vinculou à ideia de poder.

materiais que aqui não funcionavam satisfatoriamente, mas também fundiu muitas das práticas remanescentes⁶⁵.

Por outro lado, encontra-se nessa relação, o risco de interpenetração das culturas, sendo que o ambiente é favorável às práticas rudimentares, em detrimento do luxo, da opulência e da civilidade. Assim, é provável que o exagero tenha sido uma medida para dirigir os riscos de miscigenação descivilizatória. Pode-se imaginar que a utilização de indumentárias luxuosas e exageradas, requintes de hospitalidade, refinamentos sociais e opulência na arquitetura religiosa fossem medidas cênicas garantidora da civilidade – preservação do modo de vida do ser civilizado [preservação de uma identidade]. Daí, a inautenticidade de muitas das soluções, hábitos e valores – modo de ser brasileiro. Assim, os índios, negros, europeus, judeus, mulatos e mamelucos elaboraram um *modus vivendi* típico e peculiar às vilas e cidades brasileiras.

Partindo dessa constatação preliminar, a busca de uma raiz [matriz] livre desse caminho, trilhado na formação do Brasil, para a sociedade e seus artefatos [arquitetura e espaço urbano preservado], parece conduzir à criação de um cenário. A igreja, poderoso instrumento de penetração na sociedade, preserva além da religiosidade, as manifestações culturais, como as procissões e festas, com liturgias, com a participação garantida dos homens de todas as etnias e classes sociais.

Conforme Miranda (2006), na cidade, o fornecimento de água ainda era precário e o de gênero sofria a ação dos intermediários ou atravessadores que o explorava, o que provocava crise de abastecimento e carestia. Assim, os sobrados que não dispusessem de quintais amplos se apoiariam nas chácaras. A maioria dos proprietários de grandes sobrados contava com chácara, ou sítio, nos arredores da cidade, os quais, a rigor, não passavam de quintais desses. As famílias que não possuísem terras valiam-se das áreas de uso comum. As várzeas serviam de pasto a seus animais e o mato fornecia lenha. Miranda (2006) ainda acentua que, nessa mesma direção da garantia do modo de vida colonial, com a instituição do regime de Capitânicas Hereditárias, começou a ser implantada uma rede de sistemas de defesa na colônia, que não incluía um corpo de tropa vinculado ao exercício de resguardo. Essas obrigações eram ligadas ao cargo de capitão-mor, sob responsabilidade associada aos primeiros donatários, no papel de representante do rei. Administrador da região doada pelo monarca, o donatário podia transferir partes da terra recebida em sesmarias e cobrar dos sesmeiros em

⁶⁵ Provavelmente por isso, encontramos até hoje tantas soluções indígenas e, também africanas em nosso cotidiano. Segundo o arqueólogo Marcus Albuquerque (UFPE), as relações interétnicas nos primeiros momentos, nas feitorias permitiram o estudo das primeiras adaptações, por exemplo, na prática alimentar (ALBUQUERQUE, 1994).

contraparte o resguardo da terra cedida (ALBUQUERQUE, 1997). Com a criação do cargo de capitão-donatário puderam ser estabelecidas as primeiras normas em termos de jurisdição de comando, de limites e de autoridade, que foram as bases para o estabelecimento de um sistema mais regular de defesa. Competia ao Capitão-donatário a defesa e o comando militar da capitania. Neste modelo de sistema implantado não era de exclusiva envergadura da Coroa a defesa da colônia, que devia ser feita pelos colonos, sob direção do Capitão-donatário (ALBUQUERQUE, 1997). Os custos de implantação do sistema produtivo, da fixação no território ocupado e da organização de uma nova sociedade, todavia, não foram baixos. A Coroa, de modo a facilitar a vida dos colonos, pôs em execução uma série de vantagens para a propagação e defesa da colônia, tais como a isenção de impostos ao Capitão-donatário para as importações de armas, munições e artilharia (GRAÇA SALGADO, 1985). O porte de armas era uma obrigação de todos: [...] Aos moradores era cobrada esta obrigação: ‘todo morador das ditas terras do Brasil que nelas tiver casas, terras ou águas ou navio, terá ao menos besta, espingardas, espadas, lança ou chuço [...]. Todas essas armas não seriam efetivamente vinculadas a uma instituição governamental. Seriam armas de particulares, com as quais se visava à defesa da comunidade (ALBUQUERQUE, 1997, p.63-64).

Em 1548, com o objetivo de coordenar a colonização, passou a existir uma administração mais centralizada no Brasil com o Governo Geral. Uma vez que este aparelho do Estado português se fez presente na colônia, a Coroa terminou por assumir, em parte, o ônus da defesa. O Governador-Geral, caracterizado como funcionário militar, era a autoridade máxima na defesa da colônia, tanto em questões internas, quanto aos assuntos referentes às ameaças externas (GRAÇA SALGADO, 1985). Era também atribuída ao capitão-donatário sua designação como responsável pelo resguardo e a ordem da capitania, além de cuidar da conservação das fortificações e da manutenção da disciplina da cadeia local. Dentro da responsabilidade da Coroa, além da fiscalização sobre a posse de armamentos, coube a obrigatoriedade da construção de embarcações para a defesa da costa, cuja equipagem seria alimentada pelos senhores de engenho (GRAÇA SALGADO, 1985). Miranda (2006) corrobora que, de forma geral, a defesa do domínio da Coroa dependia, em homens e em armas, dos próprios colonos. As observações e esforços em questões de segurança foram incrementados após as Restaurações (1640-1654)⁶⁶.

⁶⁶ O esforço dos colonos pela manutenção da colônia não ficou restrito ao Brasil. Em 1648, colonos do Rio de Janeiro foram responsáveis pelo financiamento e envio de tropas e embarcações para Angola ocupada pelos neerlandeses. Com dinheiro ‘brasileiro’ foi feita a reconquista e reintegração de Angola aos domínios da Coroa portuguesa. In: Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes – Formação do Brasil no Atlântico Sul*, 2000, pp. 247-325.

Baseados na iconografia e historiografia de cada período (referenciando em destaque a produção científica local), lendo o desenrolar da efetivação de políticas distintas de aplicação de investimentos na colônia, processamos a observação do objeto de estudo dentro do conceito de **cidade necessária** (uma síntese de elementos que compõem a construção identitária, no processo de consolidação e resignificação de espaços e conformações urbanas), utilizando os elementos de destaque do referido conceito, buscando uma nova compreensão (mais focada nas questões e condicionantes da construção da cidade, somando-se elementos ao formato mais tradicional de análise, que define a matriz tipológica nacionalista como principal elemento determinante da materialização identitária) para cada uma das fases da construção identitária do Recife.

4.1.1.1 Ambiente Natural ou Construído

Geral: Da Olinda elevada ao seu porto na Barra dos Arrecifes (no istmo)

No período *ante bellum*, depois de estabelecida a ocupação em Igarassu, em 1535, o donatário da Capitania de Pernambuco procedeu, em 1537, ao assentamento de Olinda que viria ser a sede da capitania.

O desenho elaborado por Marcgrave, uma versão simplificada do mesmo desenho também intitulado *Civitas Olinda*, conforme Reis Filho (1998), é um desenho simples, com uma legenda curta, indicando apenas os templos (A), as fortificações em pedra (B) e os redutos (C). Parece um trabalho realizado em um primeiro momento de aproximação, quando os nomes dos locais ainda são absorvidos de forma imperfeita. Sobre a planta, são indicados o Colégio dos Jesuítas [*Coenobium Iesuitarum*], o convento franciscano, apenas como *Coenobiu*, e o Convento do Carmo [*Hamburgensium Coenobium*]. Na extremidade esquerda, o que seria uma porta de entrada para a área fortificada, com a designação *Excubiae Iudaeorum*, o baluarte dos judeus.

Figura 4 - Detalhe de Civitas Olinda. S.A. In: Atlas de Barleus – Kaspar van Baerle, p.70. In: *Rervm per octennivm in Brasilia et alibi nuper gestarvm....* Amstelodami, Typographico, Joannis Blaev, 1647
 Fonte: Fonseca (1982, p.23)

A figura abaixo tem maior detalhamento do que as representações que toma por base a *Civitas Olinda* e a *Planta de Olinda* [Algemeen Rijksarchief, 1630], mas demonstra a mesma falta de conhecimento das partes da cidade e suas denominações, inclusive, excluindo a pequena legenda que as anteriores esboçam. Percebe-se pela imagem acima uma preocupação com a diferenciação dos tipos de ocupação do solo da vila, estabelecendo lugares diferenciados para determinados equipamentos (LOUREIRO, 2008).

Esta setorização delimita os assentos para casario e vivendas dos ditos moradores e povoadores, condicionando a situação das habitações e outros usos com as áreas para o pasto de gado, por exemplo.

Figura 5 - Planta de Olinda [Imagem sem título], s.a. cerca de 1630. In: Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia

A representação publicada por Laet (1664) representa a planta e a volumetria da vila com fidelidade de localização de seus edifícios, por isso pode ser considerada importante documento do período. Na legenda, é possível identificar a funcionalidade já bem estruturada na vila. Aparecem edifícios religiosos e casas com águas de telhados frontais e laterais (provavelmente já do período holandês), sempre geminadas, tanto na parte alta quanto na parte baixa. Na legenda, destaca-se a localização das igrejas: Matriz do Salvador do Mundo (A) e a de São Pedro (L). Das ordens religiosas, o colégio dos jesuítas (B), o franciscano (C), o beneditino (E) e o carmelita (letra R). Das fortificações, o fortim ou Forte de São Francisco (F), o forte João Albuquerque (G). Dos acidentes geográficos, os recifes submersos (M).

Figura 6 - Olinda, Detalhe de: *Marin D'Olinda de Pernambuco* e *T'Recif de Pernambvco*, 1630, Joannis de Laet, 1664. Exemplar pertencente à Koninklijke Bibliotheek, Haia

No mesmo ângulo do mar, sugerindo o mesmo que as representações *Civitas Olinda*, no sentido e interesse de identificar as partes da vila, Bacaro, no século XVII, representa em *Olinda de Phernambuco*, uma composição também aproximada da *Marin D'Olinda* (LAET, 1630). Na gravura, nota-se, pelos detalhes, que a vila representada já está conquistada pelos holandeses, cuja bandeira figura nos baluartes junto ao mar antes do incêndio. A situação dos edifícios, como a matriz e o colégio dos jesuítas tem localização aproximada, mas com construções religiosas não identificadas, como os conventos beneditino, carmelita e franciscano, pois os símbolos portugueses mais aparentes de sua representação na paisagem, como as torres, cruzes e cruzeiros não recebem destaque na representação batava (LOUREIRO, 2008).

Os portugueses implantaram a área produtora de cana-de-açúcar e seus engenhos nas várzeas dos rios; havia ainda a extração do pau-brasil feita no litoral, o que tornava esta capitania, segundo Abreu (1988, p.85-86), privilegiada, “[...] estando essa capitania, de todas, a mais oriental, a menor distância do reino, aqui mais que alhures freqüentavam os navios além-mar, e prosperava o comércio”.

O estudo de Pereira (2006) mostra que Pernambuco consolidou sua liberdade ainda no século XVI, tornando-se centro da expansão portuguesa. O resultado foi que, nas últimas décadas deste mesmo século, Pernambuco já se conforma como uma região colonial em formação, com uma rede de núcleos, uma estrutura de circulação, áreas de produção especializada, divisão espacial de trabalho e zonas de expansão definidas (MORAES, 2000).

A Carta Foral, o principal instrumento jurídico, normatizador e modelador do ambiente presente, demonstra conhecimento prévio do sítio e dá demonstração da “necessidade” de organização e planejamento para ordenar a instalação da sede da capitania, definindo a

destinação das terras doadas e sua situação, bem como estabelecendo as propriedades públicas pertencentes à Câmara. O documento, como se pode conferir na citação que segue, condiciona a lógica de implantação no sítio, com os espaços que se conectem, a hierarquia do traçado urbano, inclusive estabelecendo regra para se providenciar a implantação da rua de serventia para o povo da Vila: “[...] ha de ir uma rua de serventia ao longo do dito rio novo para serventia do povo, de que se possa servir de carros, que será de cinco ou seis braças de largo e rodeará pelo pé do montinho até o varadouro da galeota”⁶⁷.

Duarte Coelho, o primeiro capitão-donatário e administrador de Pernambuco, estabelece um diálogo entre suas determinações e o lugar, como pode ser visto na Carta Foral, onde é recorrente a referência às características ora do relevo, por exemplo, quando fala em “montinho”, “os assentos do monte e fraldas dele”, “do ribeiro a lombada do monte”; ora a acontecimentos passados com “varadouro onde se corregeu a galeota”; demonstrando que os espaços estariam condicionados pela morfologia de relevo irregular, tarefa a que os portugueses tinham experiência, apesar da já conhecida forma regular de organizar os espaços urbanos. Duarte Coelho determina ainda, área, inicialmente mato, para quem tivesse interesse de fazer roça, prevendo um uso, antecipando uma ação: “as reboleiras [instrumento para plantio] de matos para roça a quem o concelho as arrendar, que estão das campinas para o alagadiço e para os mangues”⁶⁸. A Carta Foral de Olinda apresenta uma clara distinção entre povoadores e moradores. O documento classifica povoadores como os portugueses que vieram acompanhando Duarte Coelho, os quais ganharam terreno sem custos para construir sua moradia. Já os moradores poderiam se estabelecer na vila, mas deveriam pagar foro, criando um ambiente urbano formado por imóveis foreiros e não foreiros. A área determinada para moradia, tanto para povoadores quanto moradores, estaria inicialmente mais próxima à fortaleza do donatário, identificada na Carta Foral como “assentos deste monte e fraldas dele”. Também define a área do rocio:

O Rocio que está defronte da Vila para o sul até o ribeiro, e do ribeiro até a lombada do monte que jaz para os mangues do rio Beberibe, onde se ora faz o varadouro em que se corregeu a galeota, porque da lombada do monte para baixo, o qual o dito Governador alimpou para sua feitoria e assento dela, que é do montinho que está sobre o rio até o caminho do varadouro, e daí para cima todo o alto da lombada para os mangues será para casas e assentos de feitorias, até um pedaço de mato que deu a Bartolomeu Rodrigues, que está abaixo do caminho que vai para Todos os Santos⁶⁹.

⁶⁷ Carta Foral

⁶⁸ Carta Foral

⁶⁹ Carta Foral

Segundo Reis filho (2000) o rocio era uma parcela do termo utilizado para atender ao crescimento das formações urbanas, pastagens de animais de uso dos moradores e para o recolhimento de lenha por parte das pessoas de condição mais humilde. Mas, o rocio apresentado no Foral aparenta ter características diferentes, pois foram destacadas outras áreas para pastagens de gado, fornecimento de madeira e lenha para o povo da vila. O Foral de Olinda demonstra perceptível preocupação quanto à demarcação dos limites do seu rocio, distinguindo-o das zonas e moradias citadas.

Figura 7 - Detalhe de Nova Totius Americae Descriptio. WIT, Frederick de. Ed Atelier de Wit, Amsterdam, 1660. (Escola: Família de Wit): Mostra (ataque de 1630) Olinda amuralhada, o istmo e o Lugar do Recife com cercado em madeira (cidade necessária).

A existência do porto natural - o Porto de Pernambuco⁷⁰ - conhecido pelos navegantes portugueses desde as primeiras expedições portuguesas, foi determinante para a escolha do local onde seria fundada a vila de Olinda por Duarte Coelho. Como demonstra a representação simplificada de Wit⁷¹, oposta à parede de arrecifes, entre esta e o continente, havia um istmo de areia que se desprendia das proximidades das colinas onde Olinda foi construída, ao Norte. As águas entre os arrecifes e a extremidade sul do istmo serviam de ancoradouro. Das colinas ao porto não se contava mais que uma légua. Nas margens dos rios que desembocavam nesta formação geográfica, os portugueses instalaram, a partir de 1537, um sistema triangular de produção e nas várzeas alagadas dos rios, a produção de cana-de-açúcar e mandioca. Diversos cronistas portugueses, entre eles Pero de Magalhães Gândavo, descreveram este cenário em seus relatos: [...] uma légua da povoação de Olinda para o Sul está um arrecife ou baixo de pedras, que é o Porto onde entram as embarcações. Tem a

⁷⁰ Trata-se de uma formação geográfica que soma o delta de diversos rios a um braço de mar protegido pela amurada natural de arrecifes de arenito. Disto guarda referência simbólica o próprio nome Pernambuco que, ao longo da história, foi traduzido do tupi como mar furado, cova do mar, pedra furada, rochedo cavado nas águas, boca do mar, braço de mar, etc. In: Caetano BAPTISTA. Pernambuco: qual a sua verdadeira orthographia e a sua etymologia correspondente? 1901. n.º. 55, p. 201-205.

⁷¹ WIT, séc XVII

serventia pela praia e também por um rio pequeno que passa por junto da mesma povoação (GÂNDAMO, 1995).

O poeta Teixeira (1601) fez, em sua prosopopéia, o panegírico da situação do Recife:

Descrição do Recife de Paranambuco

XVII

Pela a parte do Sul, onde a pequena
Ursa se vê de guardas rodeada,
Onde o Céu luminoso mais serena
Tem sua influência, e temperada;
Junto da Nova Lusitânia ordena
A natureza, mãe bem atentada,
Um porto tão quieto e tão seguro,
Que pela as curvas Naus serve de muro.

XVIII

É este porto tal, por estar posta
Uma cinta de pedra, inculta e viva,
Ao longo da soberba e larga costa,
Onde quebra Netuno a fúria esquiva.
Entre a praia e pedra descomposta,
O estanhado elemento se diriva
Com tanta mansidão, que uma fateixa
Basta ter à fatal Argos aneixa.

XIX

Em o meio desta obra alpestre e dura,
Uma boca rompeu o Mar inchado,
Que, na língua dos bárbaros escura,
Pernambuco de todos é chamado.
de Para'na, que é Mar; Puca, rotura,
Feita com fúria desse Mar salgado,
Que, sem no dirivar cometer mingua,
Cova do Mar se chama em nossa língua.

XX

Pela entrada da barra, à parte esquerda,
Está uma lajem grande e espaçosa,
Que de Piratas fora total perda,
Se uma torre tivera sumtuosa.
Mas quem por seus serviços bons não herda
Desgosta de fazer cousa lustrosa,
Que a condição do Rei que não é franco
O vassalo faz ser nas obras manco.

XXI

Sendo os Deuses à lajem já chegados,
Estando o vento em calma, o Mar quieto,
Depois de estarem todos sossegados,
Por mandado do Rei e por decreto,
Proteu, no Céu c'os olhos enlevados,
Como que invistigava alto secreto,
Com voz bem entoada e bom meneio,
Ao profundo silêncio larga o freio.

Teixeira (1601), em sua eloquência, destaca a conformação da barra, a chamando de “pedra descomposta”, “boca rompeu o Mar”, “rotura, Feita com fúria”, “Cova do Mar”, uma situação geográfica natural que muito contribuía com o sistema de defesa.

Diversas outras regiões de Pernambuco tinham comunicações regulares com Olinda e Recife. A produção de açúcar não se dava só nas margens dos rios da várzea sob jurisdição de Olinda. Os atuais municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco [ao sul do Recife: Jaboatão, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Escada] e da região costeira de Alagoas [parte da capitania de Pernambuco] eram regiões em que também havia uma considerável produção agrícola e pecuária, o que as tornavam ponto de entrada para Olinda e Recife.

Figura 8 - Detalhe de *Destat Olinda* (1630), Visscher: Sistema de fortificação portuguesa, anterior aos holandeses, para proteger Olinda, prevendo necessidade de acesso fluvial pelo rio Beberibe, passando duas vezes pelo forte de São Jorge, após acesso entrar pela barra protegida pelo Forte do Picão. Após a retomada portuguesa passa-se à visão do Recife como ponto de maior interesse, muda o foco de fortificação e acessibilidades

Um documento de 1630 ilustra muito bem as conexões destas localidades com Olinda e Recife. Trata-se da

Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630 (FHBH1)⁷².

⁷² Adriaen Verdonck foi um belga que veio viver em Pernambuco em 1618 e prestou serviço aos neerlandeses quando da invasão de 1630. Depois os neerlandeses descobriram que fazia “jogo duplo” de espionagem, dando informações sobre as movimentações neerlandesas aos portugueses resistentes naqueles primeiros anos de conquista. Foi preso por traição, tentou suicídio e teve seu corpo estrangulado e esquartejado. In: Alfredo Carvalho. “*Descrição das Capitânicas de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande*”, n° 55, 1901, p. 215-216. Ambrósio Richshoffer. *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*, 1978-82, pp.86-87). Atentar para a expressão “Cidade de Pernambuco” no seu texto que se refere à Olinda.

Este documento texto sublinha o destino dos alimentos produzidos, detalhando a produção das localidades ao norte do Rio São Francisco até Olinda oferecendo-nos um quadro da convergência dos caminhos terrestres e fluviais para o porto do Recife.

Verdonck (1981) assevera que no São Francisco se produzia bastante farinha, a pesca era abundante, assim como a plantação de fumo; era menor a extração de pau-brasil; assim como era pouca a produção de açúcar. Mas todas essas mercadorias eram anualmente levadas para Pernambuco. Na região ao sul do Recife, havia muito gado, mandioca, milho, fumo, feijão, cereais e frutas, além de pesca e produtos que os moradores produziam e eram levados para serem vendidas em Pernambuco. Nessa região, os portugueses criavam gado que serviam para o consumo da cidade de Pernambuco e para o de outros povoados que iam comprá-lo quando tinham necessidade. Quanto ao açúcar, o autor cita como exemplo o produzido em Ipojuca, cuja produção era escoada pelo rio Ipojuca. Na foz de tal rio havia canhões para defesa deste escoamento que esperava por barcas que seriam carregadas de caixas de açúcar destinadas ao Recife como era feito em muitos outros lugares. Portanto, o Recife, enquanto porto da vila de Olinda, era demandado pelos produtores agropecuários de toda a Capitania de Pernambuco, fosse pelos caminhos terrestres, pela navegação de cabotagem ou fluvial. Dali era exportada a produção da região sob sua influência e entravam as mercadorias trazidas de Lisboa e os escravos africanos. Tratava-se, deste modo, de um ponto de confluência de diversos interesses, cuja subsistência estava no sistema atlântico de produção engendrado pelo Império Colonial português.

Sobre o abastecimento, a Carta Foral (1537) discorre que “todas as fontes e ribeiras ao redor desta Vila dois tiros de besta são para serviço da dita Vila e povo dela; fa-las-a o povo a limpar e correger à sua custa”. Provavelmente, tratava da área no sul do istmo que ficaria conhecida como Recife das Cacimbas que ainda seria ocupada por mareantes. Tratando também da questão do abastecimento de água potável em 1682, Nieuhof (1981) descreve as áreas da hinterlândia que completam o conjunto de aglomerações humanas que passaria a existir naquela região de Olinda e Recife como: “A cerca de uma milha da cidade [de Olinda], junto ao mar, achavam-se os subúrbios, densamente povoados e repletos de armazéns, mas faltos de água potável que a população era forçada a procurar além do rio” (NIEUHOF, 1981, p.47).

Ficou praticamente convencionado que as cidades regulares dos séculos XVI e XVII no Brasil, muitas vezes fruto da ação de engenheiros militares, seriam racionais fruto do modelo de traçado ortogonal. Já as irregulares seriam sem planejamento, ou espontâneas. A sistemática de planejamento de Duarte Coelho, mesmo com aplicação de traçado adaptado ao

relevo, irregular, denota uma racionalidade ímpar, baseado não em modelos de traçado, mas em modelos de investimentos de meios e materiais com objetivos claros sobre o espaço natural, que de acordo com nosso entendimento atual do conceito de **cidade necessária** [desenvolvido durante a construção desta tese], planejou a organização ambiental e o domínio da geografia com setorização urbana baseada num conjunto de necessidade, e não numa ânsia de afirmação de uma matriz de nacionalidade.

Assim, entende-se que a vila de Olinda tenha sido originada de uma racionalidade própria baseada no saber fazer, a partir da experiência de tradição lusitana ultramarina e da capacidade de assimilar elementos e soluções de investimentos nos lugares conquistados. Mas, apesar da possibilidade de questionamentos, a escolha de um modelo formal não está explícita na historiografia e iconografia do período. Duarte Coelho, exercendo sua função de donatário, fundou as vilas de Igarassu (1535), logo depois a de Olinda (1537), utilizou o já citado instrumento de controle urbano, a Carta Foral. A política de urbanização colonial provavelmente incorpora um repertório que termina por compor uma relativa uniformidade entre os núcleos e uma repetição de determinados elementos bastante conhecidos dos construtores, em sua maioria degredados, facilitando execução e controle de seu desenvolvimento e consolidação do modelo geral seguido em padrões construtivos distintos. Analisando hoje esse conjunto de investimentos no caso de Olinda e Recife, percebe-se, dentro do conceito de **cidade necessária**, o processo permanente de adaptação com os condicionantes do meio e da mão de obra [meios] e materiais construtivos [materiais], revelando que não se trata de um modelo de forma relacionado a questões estéticas, mas relacionado aos objetivos e às necessidades mutáveis do empreendimento.

Duarte Coelho define um terreno elevado⁷³ para situar a vila. Embora alguns historiadores ressaltem o caráter subjetivo dessa escolha, a preocupação com a defesa do território é clara. Neste período era comum o ataque dos franceses no litoral. O sistema defensivo se efetivaria não apenas com a escolha do sítio, mas com a construção da paliçada, a proteção dos acessos, para o que vai buscar inspiração na tradição portuguesa. Olinda estava a princípio, pela proximidade da costa, numa situação vulnerável quanto aos ataques de inimigos. Era necessário um lugar cujas características geográficas auxiliassem a proteção, mas não impedissem a comunicação com a metrópole, pois disso dependeria o escoamento

⁷³ Em relação à Olinda, alguns historiadores citam que Francisco Frazão, criado de Duarte Coelho, porque, andando pelo mato buscando o sítio onde se edificasse, achando este que é em um monte alto, disse com exclamação e alegria: O'linda!'. In: Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil* (1500-1627), 1982, p. 114.

das mercadorias e a segurança dos colonizadores em caso de ataque. Os sistemas marítimo e fluvial, complementares entre si, facilitariam o processo.

Figura 9 - Entrada da barra (Picão), Lugar do Recife e Ilha de Antônio Vaz no canto esquerdo da imagem. Detalhe da Vista de Olinda em 1630, Lemaitre Sculp, by F. Chardon, in: *História geral do Brasil*, Varnhagen, 1854
Fonte: Biblioteca Brasileira Mindlin USP

Cardim (1994) declara que, em 1583, enquanto Ilhéus tinha cinquenta vizinhos, Porto Seguro tinha quarenta, Piratininga, cento e vinte, Olinda tinha mais de dois mil vizinhos entre vila e termo, com muita escravaria da Guiné, aproximadamente dois mil escravos, depois de ter sido incendiada pelos holandeses e reconstruída pelos portugueses. Salvador, a capital, tinha em seu termo três mil vizinhos portugueses, oito mil índios cristãos, e três ou quatro mil escravos da Guiné. Muito tempo depois, Nieuhof (1981, p.47) descreve que “a cidade tinha mais de 2000 habitantes, fora escravos e eclesiásticos; dentre estes, cerca de duzentos passavam por ser muito ricos”. Barléus (1974, p.44) reitera: “calculavam-se em 2000 os moradores, fora eclesiásticos e escravos. Distribuíam-se em quatro companhias de número desigual, como se costuma. Eram mais ou menos duzentos os mais ricos”.

Hansen (1995), por sua vez, assinala que a população dos núcleos urbanos, como de Olinda, era dividida entre uma restrita porcentagem de moradores permanentes, que eram, muitas vezes, funcionários públicos [representantes da Coroa], oficiais mecânicos, religiosos e famílias dos proprietários de terra, que tinham moradia urbana, mas temporária. Apesar de não participar do cotidiano da vila, os senhores de engenho formavam a Câmara que determinava as ações municipais. Em Olinda, a riqueza dos senhores de engenhos, com um desenvolvimento distinto das outras capitânicas, transfere para a vila traços marcantes de sua

opulência, provocando, não raro, relatos surpresos em seus visitantes. Nóbrega (1988, p.74), contemporâneo da formação do Governo Geral, por exemplo, revela que já em Salvador se noticiava a riqueza olindense. Ao chegar na Bahia, em 1549, escreve: “nós todos três confessaremos esta gente; e depois espero que irá um de nós a uma povoação grande, das maiores e melhores desta terra, que se chama Pernambuco”⁷⁴.

A composição das ruas de Olinda apresenta uma conformação irregular, todavia, há uma forte interdependência entre o percurso e determinados elementos [largos, igrejas, câmara, ruas, etc], fazendo uma trama de ligações e uma gradação entre as ruas, revelando, além do dimensionamento e regularidade, a sua significância. Em contraste, Carita (1999) dá ênfase à maleabilidade dos modelos medievais portugueses, e sua capacidade de ser mutante. Além disto, alerta que os elementos espaciais como ruas, largos, travessa, becos, necessitam de um cuidado especial quanto à semântica do termo empregado e os conceitos espaciais que correspondem.

A população das vilas nos primeiros momentos era predominantemente de portugueses, que com eles trouxeram animais, espécies vegetais, costumes, ideias, porém, precisaram se adaptar a outra realidade geográfica, climática, cultural e referencial. Ou seja, além da experiência acumulada, tiveram que elaborar um conhecimento a partir da realidade encontrada para sobreviver numa terra distante e, portanto, de difícil comunicação com a metrópole, habitada por povos de culturas diferentes.

Mário Chicó diz que “nas cidades construídas de jacto é abandonada a tradição e aceita abertamente a cidade ideal”. Num ponto-chave do estudo da **cidade necessária**, corroborando com a indagação do professor Reis Filho (1968, p.71), a cidade construída “de jacto”, na emergência, como ocorrera com os primeiros empreendedores coloniais e os holandeses em praticamente dois terços do período em que permaneceram no Recife [em estado de guerra e pouca condição de investimentos para o desenvolvimento urbano e econômico-financeiro], ao se perder as condições para aprimoramento da mesma, aspecto que sugeriria considerar ser a mola para consolidação de um modelo de cidade racional, com a intenção de deixar a marca uma matriz portuguesa, a construção da identidade do Recife se daria baseada não em modelos tradicionais, mas na necessidade e objetivos mais diretos e pragmáticos, resultado que ele denomina **Cidade Ideal**.

Ao invés de imaginar que Olinda teria coibido a ocupação holandesa, como se houvesse lá um código próprio que favorecesse a resistência dos portugueses, ao ponto de motivar o

⁷⁴ Em muitos relatos os termos Olinda e Pernambuco aparecem como sendo o mesmo lugar e sede de Pernambuco.

incêndio da cidade pelos neerlandeses, é indispensável considerar que, Itamaracá e Salvador, entre outras experiências, demonstram o interesse neerlandês por ocupações urbanas em relevo elevado. Entretanto, se pode considerar que nem a forma portuguesa de construção urbana, nem a neerlandesa e holandesa são seus únicos modelos possíveis nessa fase em busca das realizações racionais, regulares, ou irregulares.

O modelo executado corresponde a uma forma de pensar e conceber o espaço urbano oriundo da experiência portuguesa. A vila se desenha a partir de princípios racionais de apropriação do solo. Questões relativas à defesa, subsistência, moradia, crença estão dentro de uma codificação própria da urbanística lusitana presente desde o primeiro momento e bastante diferente da lógica de investimentos holandesa.

A “Carta Foral”, elaborada pelo donatário, registra as determinações urbanísticas da vila, estabelecendo os espaços para determinados fins, a partir de um planejamento prévio e principalmente expressa preocupações com necessidades futuras. Embora o pensamento de Duarte Coelho não esteja representado por uma planta ou mapa, é identificável pelos pontos de referência no território. Estes não participam apenas como suporte, mas como coadjuvantes do processo de concepção urbana. O grau de abstração na concepção de Olinda nos indica uma lógica diferenciada na construção urbana.

Particular: O povoado do Recife das Cacimbas – Porto de Pernambuco

A estreita faixa de terra fixada ao continente [que formava um istmo] e entre uma extensa linha de arrecifes e os rios Capibaribe e Beberibe, propiciava excelentes condições para o estabelecimento de um porto: águas tranquilas para o reparo de embarcações [protegidas pelos arrecifes] e a ligação fluvial desses rios com as várzeas produtoras dos engenhos de cana-de-açúcar. Os portugueses instalados em Olinda logo se deram conta de tais qualidades e rapidamente utilizaram o lugar como fundeadouro desde as primeiras décadas de colonização de Pernambuco.

O Recife agrega as principais qualidades para instalação de um porto, a saber, proteção dos arrecifes, águas tranquilas para consertar embarcações, ligação com rede fluvial através dos rios Beberibe e Capibaribe. Além disso, está localizado na vizinhança de várzeas e engenhos produtores de cana-de-açúcar. Sua ligação com Olinda se dá através de uma estreita faixa de areia ao longo da praia e também protegida por arrecifes.

No Recife as atividades de pescadores geram sua principal dinâmica, surgindo como um pequeno núcleo de pescadores que se estabeleceram na zona peninsular, na foz dos rios

Capibaribe e Beberibe, por volta de 1548. A chamada *Povoação dos Arrecifes* logo se transformou no *Porto de Olinda*, que era a sede do governo da capitania de Pernambuco. Durante os anos anteriores à invasão da Companhia das Índias Ocidentais, o *povoado do Recife* existiu apenas em função do porto e à sombra da sede Olinda, local que a aristocracia escolheu para residir devido à localização em relevo elevado e fortificada. Seguindo essa concepção portuguesa, ergueram-se mais fortificações e paliçadas em defesa do povoado e do porto do Recife, todas voltadas para o mar⁷⁵. Não eram os povos nativos que mais preocupavam os colonos, mas os ataques de piratas e corsários pelo mar. O povo dos arrecifes foi atacado e saqueado pelo pirata inglês James Lancaster com três navios, no final do século XVI, derrotando a pequena guarnição de defesa do porto.

A composição urbana de então se dividia em três partes, a Vila de Olinda, de fato instituída como vila e contendo o aparato jurídico e burocrático da capitania (no alto da colina); o centro portuário, um agrupamento de pescadores e comerciantes, num enlameado de poças d'água, bancos de areia e mangue; e a planície recifense, um extenso canal longo cujo melhor acesso ainda era pelo rio. A oeste, atrás dessa aldeia de pescadores, ficavam espalhados os engenhos açucareiros, próximos aos cursos d'água e matas para seu abastecimento, constituindo, nessa época, terras distantes em relação ao porto. O espaço físico no qual se assentou o Recife é descrito por Josué de Castro:

É essa planície constituída de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e pauis, envolvidos pelos braços d'água dos rios que, rompendo passagem através da cinta sedimentar das colinas, se espraia remansosa pela planície inundável. Foi nesses bancos de solo ainda mal consolidados - mistura ainda incerta de terra e de água - que nasceu e cresceu a cidade do Recife, chamada de cidade anfíbia, como Amsterdã e Veneza, porque assenta as massas de sua construção quase dentro de água, aparecendo numa perspectiva aérea, com seus diferentes bairros flutuando esquecidos à flor das águas (CASTRO, 1954, p.15).

A mais antiga referência sobre o Recife é de 1537, no chamado Foral de Olinda, no qual está determinado o estatuto jurídico da propriedade da terra. Segundo Menezes (1997), no estudo sobre o papel de Olinda no Brasil colonial, entende que “o conhecimento maior deste período da vida da Cidade de Olinda, 1537 - 1630, que antecede ao domínio holandês, e que ora se descreve sumariamente em termos de assentamento do casario, o mais representativo, em termos de contribuição cultural [...]” (MENEZES, 1997). Em outras palavras, Mello também reitera que Olinda foi bastante construída, conforme se pode deduzir de várias

⁷⁵ Os nativos não representavam ameaça maior aos colonos. Os temores voltavam-se para o oceano por conta dos constantes ataques ao litoral do Brasil pela navegação de corso e pirataria. Ainda no final do século XVI o “*povo dos arrecifes*” foi atacado e saqueado pelo pirata inglês James Lancaster que, com três navios, derrota a pequena guarnição responsável pela defesa do porto.

informações, essa parte da vila muito sofreu com o incêndio ateadado pelos holandeses. Com a reocupação, a vila, depois de 1654, esse trecho assinalado não readquirirá a importância dos primeiros dias (MELLO, 1957), como será demonstrado.

O monte que Duarte Coelho concedia [no Foral] para casarias e vivendas, na opinião unânime das testemunhas que depuseram nos autos de 1710, do Juiz do Tombo, era o mesmo onde estava localizada a Rua Nova, isto é, o outeiro da Igreja do Salvador do Mundo (depois Sé). Algumas das testemunhas deixaram nos seus depoimentos a lembrança de aspectos da vila após o incêndio e destruição dela pelos holandeses em 1631, a que se seguiu a retirada constante de material de construção para utilização nas casas que os invasores estavam a levantar no Recife e em Maurícia:

André da Cruz, de 81 anos em 1710, afirma que monte em que o Foral fala ouviu ele testemunha sempre dizer era donde, hoje chamam a Rua Nova, que foi a parte mais povoada desta cidade, e donde ele testemunha ainda viu muitos edifícios derrubados, vindo para esta Capitania há 46 anos (em 1664, portanto), e na dita parte ouviu dizer morava o governador e na mesma rua ainda ele testemunha conheceu a cadeia velha, em cujas casas ao presente vive Antônio Lopes Leitão, e às fraldas do dito monte também ele testemunha viu nelas muitos edifícios derrubados, assim para a banda do norte como para a banda do sul, pegando uma rua por detrás do Palácio onde hoje vive o Bispo e ia sair à Igreja da Conceição e daí para baixo até as outras era muito povoado. José de Sá e Albuquerque, capitão mor de Olinda e um dos primeiros genealogistas pernambucanos, então aos 80 anos de idade, disse que o monte, em que se achava a maior parte do povoado que esta cidade teve, foi donde hoje chamam a Rua Nova, donde ele testemunha viu as paredes das casas que se dizia, foram dos governadores e na dita rua ainda existiam as casas que foram cadeia. Francisco Berenguer de Andrade, de 74 anos, afirmou que o monte em que o Foral a princípio declara é aonde chamam a Rua Nova, donde ele testemunha sempre ouviu dizer habitar o primeiro Donatário desta terra e povoador dela e sua mãe, Dona Brites e ali teve princípio esta cidade (MELLO, 1957, p.44).

Bernardo (1987) observa que “primitivamente, a povoação do Recife compreende a área propriamente portuária, o atualmente chamado Recife Velho”, mas faz uma importante ressalva afirmando que “o território da futura cidade, fora da sua faixa portuária, já era objeto de menção e cedo passa a ser objeto de posse e uso em uma faixa de areia que por certos aspectos lhe era adversa”.

Seu desenvolvimento se deu entre o canal fluvial e o mar, fundamentais ao crescimento e enriquecimento da vila, ainda que também fosse entrada de estrangeiros e de invasores.

De acordo com alguns consensos na historiografia, os portugueses e os holandeses tinham diferentes concepções de ocupação urbana. Os primeiros colonizadores teriam construído sobre as colinas de Olinda, ainda lembrando a Lisboa de Portugal, enquanto os holandeses prefeririam ocupar a área próxima à região do porto do Recife, por ter uma topografia semelhante ao seu país de origem. Na região próxima ao Porto, os holandeses aplicaram seus conhecimentos em construção de canais e pontes, mas também, tempos depois, levaram para as Antilhas o método português de funcionamento dos engenhos de açúcar, com maior produtividade e qualidade, quebrando com o monopólio de Portugal sobre a produção mundial do produto, afetando diretamente o Brasil. Sobre a condição topográfica do sítio, Menezes (1999) comenta:

Não parece obra do acaso tais formas de escolha [do sítio]. Elas foram fruto de um hábito que espelhava ainda uma tradição que vinha desde as cidades medievais. Talvez a Memória Urbana tenha se aliado à racionalidade, decorrente dos princípios defensivos que se encontravam presentes na Arte da Defesa das Praças, e estes falaram mais alto. Isto não querendo dizer que tal escolha, pela altura dos sítios, nos leve de pronto a afirmativa de que esses desenhos urbanos, às vezes por suas irregularidades nos traçados das ruas, sejam medievais (MENEZES, 1999, p.336).

O mesmo autor confirma as intenções de defesa, como características um tanto medievais, porém destaca que essa atitude é consequência de uma nova forma de pensar, indicando que as ações do donatário representavam uma racionalidade particular e uma estratégia para o futuro, distinguindo das cidades medievais. O autor fala ainda que os mouros (raiz da matriz lusa) desenvolviam suas cidades sob três aspectos definidos: primeiro, as necessidades defensivas [onde iria surgir a muralha envolvendo o casario] e com boas condições e abastecimento, a vila geralmente se localizava em terrenos acidentados. Na parte mais alta localizava-se a alcáçova, que era uma pequena parte da cidade que deveria ser a última defesa contra o invasor; era uma muralha dentro da muralha, com saída independente. Segundo, sobre a questão climática, as altas temperaturas do norte da África e na Península Ibérica [centro sul de Portugal, por exemplo] faziam com que a sombra fosse uma necessidade. A rua estreita proporcionava que o sol não penetrasse muito, e mesmo nas horas de mais calor a sombra era uma constante. Em terceiro lugar, a questão religiosa que, para as cidades fundadas, era importante.

Descrevendo outra parte do Recife, fora do porto, a ocupação da Ilha de Antônio Vaz – descrita como “Ilha do Porto dos Navios”, “Ilha de André de Albuquerque” [lado sul] e “Ilha de Marcos André” [lado norte] ou, “Ilha de Antônio Vaz”, [Foral de Olinda de 1537], foi

doado pelo primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho a Jerônimo de Albuquerque, seu cunhado. Parte dessas terras é vendida por Antônio de Albuquerque a Cristóvão Paes Daltro, por volta de 1593, mas não há referências à existência de habitações, sendo citado apenas um pequeno estaleiro ou oficina para reparos e construção de barcos, no lado norte (CAVALCANTI, 1986). Por volta de 1606, de acordo com Campos (1955), Marcos André, o proprietário da parte norte da ilha, doou “cinquenta e seis braças de terras [...] aos religiosos franciscanos”, nas proximidades do citado estaleiro ou oficina, onde construções religiosas dão início à ocupação de parte da ilha, formada, em grande parte de mangues e alagadiços, era dividida em duas partes por um braço que a cruzava. A ilha veio a ser conhecida como ilha de Antônio Vaz, designação que aparece após 1612, substituída por *Mauritiopolis*, Cidade Maurícia, *Stadt Mauritia* ou *Mauritstad*, entre 1638 e 1654, e voltando a ser chamada de Antônio Vaz ou Povoação de Santo Antônio, de 1654 até o final do século XIX, quando passa a ter nome designado pelas igrejas matrizes das duas partes [bairros] da ilha, Santo Antônio [norte] e São José [sul].

Entre os anos de 1620 e 1626, o governador Matias de Albuquerque procurou estabelecer posições fortificadas no porto do Recife, estruturando seu sistema de defesa. O Recife era o porto mais movimentado da América Portuguesa, servindo como escoadouro principal das riquezas de Pernambuco, a mais promissora das capitanias, grande produtor e exportador de açúcar com cento e vinte e um engenhos.

4.1.1.2 Meios (modalidade de projeto, modelo, técnica, mão de obra)

Modelos construtivos: o saber-fazer dos colonos, cidade necessária e engenharia portuguesa

Nessa fase de instalação numa extensa faixa de terra ao longo da costa, houve o reconhecimento prévio daquela tipologia geográfica idealizada. Esse conhecimento do espaço natural, com seus rios e trilhas, aparece nas primeiras cartografias do Brasil, revelando a preocupação.

A identidade formal e estrutural dos aglomerados urbanos era assegurada pela forma de aplicação de investimentos no ambiente natural, gerando uma tipologia que é hoje vista como fruto de matriz portuguesa [tradição com variedade de influências e modelos vernaculares de diferentes momentos históricos] de referência comum a todos, mesmo em condições geográficas, materiais, culturais, políticas e econômicas no tempo [além de elementos pré-

existentes] que diferenciava cada cidade colonial. No entanto, a matriz portuguesa é elemento diferenciador que também reflete na cidade dentro do conceito de **cidade necessária**, onde essa variável é o modelo de investimento de meios e materiais, incluindo aí, entre outros, a existência ou não de projeto, padrão construtivo, tipo de mão de obra, além do interesse em aplicar materiais e padrão construtivo baixo, ou elevado.

A raiz portuguesa ficou fortemente marcada na primeira fase de desenvolvimento, quando a estruturação urbana dos aglomerados foi deixada a cargo dos colonos habitantes, pois os modelos de referência utilizados eram os da cidade portuguesa medieval, no qual o “saber fazer” relacionado às experiências de sua nacionalidade estava arraigado em cada habitante como um modelo. No entanto, está convencionado que essa matriz seria adaptada às condições de cada sítio, e mesmo quando planejadas, o modelo consolidado teria sido baseado nos traçados regulares das cidades medievais planejadas, e não o da ideal renascentista.

No entanto, essa matriz se evidencia desde a escolha do sítio elevado, uma característica fundamental em cidades portuguesas. Esse modelo se repetiu na organização funcional da topografia do sítio escolhido, em dois níveis, sendo a parte mais alta e mais segura, o espaço destinado à sede dos poderes político-administrativo e civil, instituições religiosas, além do centro de atividades culturais e moradias mais importantes; na parte baixa e mais próxima do mar se desenvolviam as atividades marítimas e comerciais. A estratégia de escolha do sítio elevado levava em conta, principalmente as razões de defesa que também era potencializada por rios, alagados e mangues e arrecifes, além da construção de muralhas ou cercados. Ao que está convencionado como característica cultural ou tradição portuguesa, na direção do conceito de **cidade necessária**, somam-se razões emergenciais, programáticas e pragmáticas de segurança e acessibilidade dos níveis e uso consolidados em diversos núcleos litorâneos pelo Brasil. Distinguir o porto e a vila, ou povoado, era medida indispensável, já que era ponto de contato direto com invasores e inimigos, e mesmo sendo fortificado teria como premissa o fácil acesso. Por isso, o porto está na maioria das ocupações portuguesas separado do núcleo habitacional por questão de sobrevivência (segurança), pois as relações comerciais internacionais não poderiam ser dispensadas.

No núcleo urbano, o modelo de implantação no qual a capela e a casa de câmara [também usada inicialmente como casa da guarda] delimitam um espaço de valor, interesse e uso cotidiano [comércio e manifestações culturais], adquire significado, no qual o adro da igreja é preservado sem ocupação para as suas atividades; e o pátio do poder local também é deixado livre para as diversas manifestações e visibilidade do conjunto [controle]. Está convencionado que na tradição urbana do português, mesmo não codificado num conjunto de

regras efetivamente, era posta em prática essa ordenação do espaço urbano. No entanto, pode ser verificado que os núcleos iniciais tinham na sua emergência de implantação a aplicação do saber fazer e na vida cotidiano a necessidade de manter viva a religiosidade e a prática comercial, vocação de grande parte dos colonos. Independentemente da forma que esses usos tenham sido implantados no espaço urbano, a necessidade teria que ser suprida no Novo Mundo, longe da lembrança dos familiares e do modo de vida em Portugal. Esse mesmo modo de vida deveria ser replicado no longe da Metrópole da forma possível de aplicar investimentos e meios para sua realização. Sem dúvida, as influências do “saber fazer” se somam ao interesse, à maneira e à capacidade de investimento dos colonos envolvidos na empreitada. Dessa forma, parece desaparecer de cena a preocupação consciente de repetição do modelo português pelos colonos, na maioria dos casos sem os meios [sem projeto, nem mão de obra especializada] para realizar o que seria um pastiche colonial empobrecido (na colônia) do português. Na verdade, a preocupação era cumprir as tarefas de implantação: construção do cercado de proteção, instalação do assentamento habitacional, construção do nicho ou capela e construção do engenho. No passo seguinte, no espaço limitado ao ponto de acesso fluvial ou diretamente no mar, e ao pequeno trecho terra adentro, adensar o mais próximo possível do espaço central ocluso e guardado pela fortificação em permanente estado de melhorias. É possível, deste modo, visualizar como os espaços centrais eram reservados aos usos essenciais já citados, as manifestações culturais da nação imigrante, em destaque a religião, e as atividades de comércio. De qualquer maneira, por mais bárbaros que alguns autores se refiram aos colonos iniciais, a Metrópole seria o modelo ideal permanente a ser seguido, nesse caso retrógrado por não acompanhar as mudanças que se processariam com maior ritmo nos grandes centros.

Esse conhecimento prévio de como a cidade se organiza e de como pode sintetizar seus usos em pequenos espaços disponíveis, tornou possível investir com maior precisão, consolidando certa estilização de modelos urbanos na colônia. A capacidade, necessidade e habilidade de executar uma síntese urbana foi útil e bastante processada ao longo do desenrolar da ocupação e expansão urbana no Brasil, permitindo inclusive o que poderia ser considerado uma síntese da síntese da urbana inicial, promovida como sinal de aprimoramento dessa habilidade e mudança de referencial [modelo], como pode ser observado, por exemplo, nos povoados novos a partir do adensamento dos núcleos iniciais. Percebe-se que as novas experiências urbanas serviriam para alterar ou adaptar as informações usadas na síntese urbana inicial, produzindo outro modelo de espaço urbano, outro modo de vida, ao que parece, mais adaptado ao novo meio e menos dependente e

saudoso do modo de vida deixado para trás na Metrópole. Como exemplo, pode ser citada a ocupação inicial da Ilha de Antônio Vaz pelos franciscanos e outras “casinhas”. Nesse novo traçado implantado [aparentemente com várias mãos] também dentro do que nesta tese se define como **cidade necessária**, mesmo tendo os franciscanos uma maneira particular de investir e organizar sua estrutura produtiva e religiosa no urbano e no ambiente rural nas proximidades do urbano, como pode ser observado em Igarassu, por exemplo, os franciscanos nos dão sinal bem claro da valorização daquela região insular próxima ao porto, mesmo bastante afastada da vila de Olinda. Provavelmente, os franciscanos juntamente com outros ocupantes das “casinhas” optaram pelo porto como a vizinhança urbana. Assim, é mantida a centralidade religiosa com destaque para a igreja de Santo Antônio, mas há certa dispersão das demais edificações, em relação e o modelo português, talvez também por questões fundiárias.

Na verdade, como foi comentado antes, não é privilegiado um modelo, mas há a necessidade de organizar funções básicas e jurisdicionais para o funcionamento urbano, na direção da transformação de um povoado em vila, por exemplo. Além da valorização da igreja, dentro de uma ideia de modelo, apenas a tipologia das edificações foi replicada na ocupação. Percebe-se que o investimento com forte influência do saber fazer franciscano, não impediu a alteração do que seria um modelo português, quando a ocupação alinha-se com a beira-mar e não cria largos oclusos com referenciado pelo modelo português. Esse parece ser um bom exemplo da síntese urbana, onde a forma de ocupação urbana adotada parece não mais adotar o modelo, mas prefere ressignificar a função dos espaços e instalar-se refletindo valores do porto e não da cidade.

Considerando o convencionado entendimento no qual a análise da forma urbana se operaria partir de um modelo, indagamos que se essa forma de análise é válida, então dentro do conceito de **cidade necessária**, os investimentos de meios (projeto) se assemelhariam ao modelo urbano do porto [privilegiando os interesses no ambiente estratégico e elaborando o planejamento para extrair resultados]. Já os investimentos de materiais (padrão construtivo) se assemelhariam ao que seria o modelo português. Como, dessa forma seriam possíveis várias formas de aplicação de investimentos e uso de forma diferenciada da influência do modelo, podemos afirmar que essa forma de análise da **cidade necessária** contraria definitivamente a ideia da replicação indiscriminada do modelo luso-ibérico na construção urbana [sem ação baseada em investimento no ambiente para alcançar objetivos práticos, preocupados, por exemplo, com a segurança, religiosidade, acessibilidade e habitabilidade, abastecimento d'água, adaptação sítio e ao seu relevo, etc].

A construção de povoados, até a elevação desses núcleos à condição de vilas, era uma prerrogativa dos donatários das capitanias que estabeleciam sua política de ocupação e expansão territorial. Mas, nas Cartas de Doação das capitanias estavam estabelecidas normas de localização [distância entre núcleos urbanos], na costa [sem limite mínimo] ou no interior [mais de seis léguas] do território. Vários princípios podem ser lidos nos traçados encontrados na iconografia colonial, como modelos de referências geometrizar e não geometrizar. No primeiro momento, alterado posteriormente com a presença espanhol, encontramos sendo praticado o traçado não geométrizado, articulado com as condições topográficas locais [domínio dos condicionantes sem contradizê-los], o que poderia sugerir uma aproximação formal com o modelo de cidades medievais não planejadas.

No entanto, planejamento não teve relação com a regularidade do traçado, mas com a solução de necessidades para alcançar os objetivos e interesses do investimento no empreendimento urbano, o que poderia ser denominado planejamento leigo, ou planejamento de colono, mesmo que utilizando, estilizando, simplificando e sintetizando os padrões e modelos da terra natal, no saber fazer. Inclusive, a adaptação ao relevo com traçado irregular, para instalar o espaço urbano em relevo elevado, visando atender ao principal elemento do programa de necessidades da ocupação inicial - a segurança - transparece uma lógica efetiva de planejamento, e nunca uma lógica de improviso ou acaso. Dessa forma, mesmo cidades com traçado irregular e não projetadas por engenheiros militares⁷⁶ devem ser consideradas como fruto de uma racionalidade presente na lógica de solução de necessidades básicas, praticada pela inclusão consciente, planejada, ou do saber fazer, de elementos que compõem o espaço urbano. Como eram construídos por colonos, os povoados e vilas sob fiscalização direta dos donatários ocorriam inicialmente da mesma forma, com o largo (espaço público principal e inicial) definido pela igreja e pela casa da guarda (ou a casa de câmara).

Áreas urbanizáveis (sítio, água, arrecife, insula, mangue, terra firme e hinterlândia)

O espaço natural do Recife antes da chegada portuguesa se caracterizava por “coroas e bancos de areia, cordões litorâneos, arenosos e restingas, associado tudo a pântanos de água

⁷⁶ Desde o século XVI, a Coroa portuguesa investiu em engenheiros militares, inclusive os estrangeiros, para defender do território e para a fundação de cidades, já que se tratava de assunto essencial do empreendimento colonial. A presença desses engenheiros possibilitou a afirmação e a estruturação, com planejamento especializado, das localizações e dos espaços urbanos das cidades brasileiras.

salobra, manguezais, lagamares, esteios e camboas, ou seja, do estuário afogado comum dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejió” (BARRETO, 1994).

Essa configuração, aliada à profundidade na foz dos rios, deu ao Recife a possibilidade de instalação de um porto natural para o atracamento de embarcações com a finalidade de carregamento e descarregamento, bem como para reparos, valendo-se da proteção oferecida pelos arrecifes. No interior, devido ao solo e aos regimes de chuva, foi possível a instalação dos engenhos nas várzeas dos rios citados acima. Essa função contribuiu para que aparecesse o povoado, com os primeiros colonizadores que se estabeleceram na extremidade da estreita faixa de areia ao sul da Vila de Olinda.

Figura 10: Perspectiva de Diogo Campos Moreno, de 1609, mostrando o istmo conectado à Vila de Olinda e o Forte do Picão sobre os arrecifes.

Fonte: Reis (2000, p.74)

Em 1609, como pode ser observado na perspectiva da *Villa de Pernambuco* [Recife], de autoria de Diogo de Campos Moreno, a ocupação inicial dava-se na porção sul do istmo, com poucas edificações e o Forte de São Jorge (Forte de Terra) mais ao norte (REIS FILHO, 2000), além da Ermida do Corpo Santo ou de Santelmo ou de S. Frei Pedro Gonsalves (PEREIRA, 2006). Destacam-se na representação de Moreno (1984), três áreas ocupadas e o interesse maior da produção do mapa, como indicado na legenda do quadro da direita, detalhando Olinda (A): Segundo Goulart (2000), é um dos desenhos mais antigos, com imagem de Olinda e Recife. Mostra a vila murada pelo lado da praia e, à esquerda, a ponte sobre o Beberibe, de acesso à Olinda (sede da capitania). No alto (letra C) a igreja de Nossa Senhora do Monte. Mais para baixo, veêm-se São Francisco (letra D), São Bento (letra E) e Carmo (letra F). No quadro da esquerda detalha as partes mais ligadas ao porto: fortificação de São Jorge no ístimo (4), Lugar de povoação Recife (5) e Ilha de Antônio Vaz (6), já com

construções franciscanas, além das “casinhas”. No istmo, a fortificação representa a importância de guardar a entrada da barra (2) e a circulação pelo Rio Beberibe, porta de entrada para a Ribeira, em Olinda.

Legenda: 5 - Lugar de povoação

Figura 11: Perspectiva de Diogo Campos Moreno, de 1609, mostrando o istmo conectado à Vila de Olinda e o Forte do Picão sobre os arrecifes.

Fonte: Reis (2000, p.74)

A parte à esquerda desse desenho, com a povoação do Recife em 1609, ainda em sua fase inicial de formação, mostra apenas duas ruas e oito ou nove quadras, com poucas casas. Na ilha de Antônio Vaz destaca-se o convento de Santo Antônio e, ao norte da povoação, em frente à barra, o forte de São Jorge, ainda de terra. Nessa época ainda não havia sido construído o forte do Mar ou do Picão, projetado na Europa por Tiburcio Spanochi, cerca de 1606, e construído por Cristóvão Álvares, sob a direção de Francisco de Frias de Mesquita (MELLO, 1951).

Conforme descreve Pereira (2006), a representação iconográfica de 1616, mostra o caminho das embarcações, para Olinda (protegida por um amuralhamento), o Recife protegido por uma paliçada de madeira e um forte de terra, e a Ilha de Antônio Vaz, que ainda se apresenta sem adensamento, apenas com ocupação rural por “casinhas”. Destacam-se as áreas de interesse do levantamento: Olinda com adensamento urbano (1) a rural, o istmo (2) fortificado para proteger Olinda, o porto do Recife (1), os engenhos na Várzea do Capibaribe,

as áreas de plantação de cana-de-açúcar (5) já mais destacadas que as da redondeza de Olinda (mais distantes do porto). A representação de Moreno mostra ainda a preocupação dos empreendedores e planejadores portugueses em cartografar os rios que serviam de entrada para o interior e escoamento da produção proveniente das áreas de plantio, somando

[...] 13 ou 14 engenhos numa bela planície denominada Várzea do Capibaribe, a 2 ou 3 milhas da cidade, e onde está a melhor e mais bela moradia, melhor do que em qualquer dos lugares atrás mencionados e é o principal deles, de onde vem a maior e melhor parte do açúcar; esta Várzea é muito habitada, tem muitas e muito belas casas, residindo ali muita gente de qualidade e várias pessoas ricas, de sorte que das Curcuranas até Pernambuco, numa largura de 4 a 5 milhas, deve haver mais de 800 homens; ali fazem também muita farinha, que ordinariamente é a melhor da terra e quase toda consumida pelos próprios habitantes, que possuem igualmente toda a casta (MELLO, 1981, p.39).

Um dos problemas a serem superados desde o início da colonização portuguesa era escoar a produção. Havia dificuldade de locomoção devido ao terreno irregular, poucas trilhas abertas, os ataques indígenas e a falta de meios de transporte. A necessidade de conhecer o potencial da área fluvial era recorrente, principalmente para o escoamento da produção dos engenhos.

Ainda não estavam consolidados caminhos ou estradas, em poucos casos apenas trilhas para o interior. No entanto, estão representadas casas ao longo das margens de rios, que indicam os engenhos nas áreas de cultivo da cana-de-açúcar. As entradas pelos rios permitiam o deslocamento no transporte de artigos pesados e escoamento da produção para os portos (PEREIRA, 2006).

A imagem “Porto e Barra de Pernambuco”⁷⁷ (figura 13), de 1630, é esquemática, mas informativa, retrata a cidade portuguesa, definindo inclusive áreas navegáveis e formas de acesso. Apresenta no lado esquerdo direito, a Vila de Olinda (1), ao centro istmo (2) com as fortificações (5) instaladas no entre a vila e o povoado do Recife (3), o porto que da margem do Rio Beberibe (6) oeste se atravessa (ainda se ponte) para o continente onde já está instalada a ocupação franciscana e outras casinhas na Ilha de Antonio Vaz (4). Sendo Albernaz cartógrafo português, tinha conhecimento do interior, até mesmos da várzea do Capibaribe, onde já estavam instalados engenhos moendo, mas sua representação omite essas informações, provavelmente porque não era o tema deste mapa, ou mesmo o interesse da

⁷⁷ Porto e Barra de *Pernãbvco*. ALBERNAS. João Teixeira, Cosmographo de Sva Magde, 1631. In: Estado do Brasil Coligido Das Mais: Sertas noticias, que pode Aivntar dõ Ieronimo de Ataíde. In: FONSECA, 1982, p. 20; REIS FILHO, Nestor G. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.

encomenda, e não falta de informações sobre essa região, mesmo no estado de guerra contra os holandeses (1630) que se anuncia, a partir de quando será dificultada a circulação.

Figura 12 - Detalhe de “Perspectiva de Pernão buco como se mostra olhado do mar desta villa até a Barretta”. [Recife], 1616, Diogo de Campos Moreno. Detalhe do original manuscrito, que ilustra o códice “*Relação das Praças Fortes do Brasil*” de Diogo de Campos Moreno, existente no Arquivo Nacional Torre do Tombo, Lisboa.
Fonte: Reis Filho (2000)

Figura 13: Porto e Barra de Pernão buco. ALBERNAS. João Teixeira, Cosmographo de Sva Magde, 1631. In: Estado do Brasil Coligido das Mais: Sertas noticias, que pode Aivntar dõ Ieronimo de Ataíde
Fonte: (FONSECA, 1982, p. 20); REIS FILHO, Nestor G. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.

Pelo nível de detalhamento, o interesse maior do mapa era pelo Recife, pois a representação de Olinda é precária e insuficiente para leitura da realidade ou outro uso, como por exemplo, planejar sua invasão. No entanto, outras plantas sobre Olinda já haviam sido elaboradas, inclusive por cristãos novos. Não pretendemos colocar Albernaz como colaborador com os holandeses, mas a postura de portugueses contra a dominação e o julgo mais firme dos espanhóis era uma realidade que não pode ser descartada por completo, e além disso, esse mapa detalhado do Recife, de Albernaz, foi base para muitos mapas holandeses. Noutra perspectiva, os empreendedores da dominação neerlandesa (1630) tiveram acesso à cartografia portuguesa, somando informações ao material fruto de espionagem, como já citado, provavelmente executado por cristãos-novos infiltrados em Olinda e Recife.

4.1.1.3 Materiais (padrão construtivo)

Transformação do ambiente

Até 1630, a capitania de Pernambuco se estendia da Capitania de Sergipe d'El-Rei à Capitania de Itamaracá (MELLO, 1981), e o conhecimento estava focado nesse litoral. As primeiras cartas de Pernambuco mostram o interior ainda contendo pouca informação, com paisagens e entradas seguindo os rios se repetindo ao fundo.

Desde a fundação, até ordenamento da evolução urbana de povoados, vilas e cidades, as Câmaras Municipais⁷⁸ assumiram o papel de representantes da coroa, distribuindo lotes intramuros [com pagamento de um foro] e sesmarias extramuros [gratuitos], visando a expansão da urbanização da cidade. O controle sobre o modo de desenvolvimento urbano da vila⁷⁹, ou cidade, era responsabilidade das Câmaras Municipais através de posturas municipais. Nas cidades menores as autoridades locais utilizavam-se de “mestres e arrumadores” para estruturação da arrumação e da defesa. Com o objetivo de controlar o crescimento e a construção da cidade, desde o século XVI, nas cidades brasileiras, havia a preocupação, mesmo não efetivada, de regular a aparência dos conjuntos urbanos. As Ordenações Reais [regimentos, cartas régias] e forais, com valor jurídico determinado pela coroa portuguesa, legislavam também sobre a vida urbana do Brasil.

⁷⁸ Se havia a distribuição de lotes, e estes eram determinados previamente pelos donatários, através da Câmara, isso configura que havia planejamento, para saber como estruturar a implantação e sua expansão?

⁷⁹ No caso das Cidades Reais, o poder real destinava engenheiros militares para elaboração de planos de defesa e de traçado urbano. A experiência [desde os descobrimentos] e o progresso tecnológico [cosmógrafos e matemáticos com sua geometria aplicada à balística, fortificação e traçados de ruas] ao longo dos séculos, disseminada nas escolas e na prática, levou esse conhecimento ao domínio de outros profissionais.

Edificações militares (feitoria/praças, fortificações, cercas/muros e portas)

A expansão marítima do século XVI favoreceu o fluxo de riqueza nas águas oceânicas e mexeu com hábitos seculares, mas permitia informar o que estava acontecendo e participar da empreitada. A política de implantação adotou a estratégia de fortificar o litoral e implantar núcleos urbanos na costa, porta de entrada e de escoamento das riquezas.

As feitorias, como a fundada em Pernambuco, primeiro posto comercial fortificado [inicialmente com função de garantir a posse das terras contra invasores estrangeiros, tiveram suas estruturas físicas precárias, com cercados [reduto e casa forte] em paliçadas [e em poucos casos, caixas], passaram a ser melhor fortificadas e guarnecidas, substituindo o cercado em madeira por outro em taipa [com maior população, garantindo defesa contra hostilidades de estrangeiros e índios]. A ideia inicial foi guardar produtos e informações, com contingentes [praças] reduzido, mas servindo também de pouso para embarcações. Nessas feitorias, dentro dessa paliçada em madeira, havia armamentos, um grande armazém e poucas instalações para moradia dos soldados. Convivia-se com a expectativa de descobrir e explorar minas de metais preciosos, o que não ocorreu como se esperava. A riqueza que garantiria, inicialmente, os primeiros sucessos da colonização portuguesa foi a cana-de-açúcar com grande produtividade na capitania de Pernambuco. Engenhos foram fundados com respaldo de capital privado luso-ibéricos, holandeses, cristãos, mas principalmente de judeus, com a base da estrutura produtiva sustentada pelo trabalho escravo⁸⁰.

Figura 14 - Hessel Gerritz. Carta de trecho da costa pernambucana, entre a Ilha de Antônio Vaz e o Rio Pau Amarelo. 1630. Fonte: Mapa: Imagem da Formação Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht. 1993, p. 166.

⁸⁰ A escravidão tornou-se marca de uma sociedade que montou uma rígida hierarquia social.

Se a construção de sistemas de defesa era necessária para manter o domínio e garantir a defesa das feitorias, povoados e vilas, a arquitetura civil era necessária para consolidar as novas estruturas urbanas. O uso da Engenharia Militar deixava nas construções a marca urbana da dominação portuguesa e nas feitorias sua identidade mais direta. A representação de Gerritz, mesmo fazendo parte do conjunto de iconografia holandesa, representa a cidade portuguesa, mostrando Olinda (2) ao centro com a chegada das tropas neerlandesas pelo mar (6) e depois por terra (7). O mapeamento do interior ainda se apresenta de maneira tímida, mas já é visível o relevo colinoso a oeste de Olinda. Pode-se acompanhar o caminho seguido pelas tropas para invadir a vila desde o desembarque em Pau Amarelo (3) até a Vila (2), passando pelos rios Doce (4) e Tapado (5). Apresenta ainda o istmo (8) por onde seguiram ao encontro do povoado do Recife (1) com suas fortificações.

De acordo com Miranda (2003), o Recife tornou-se o principal porto desta capitania, por onde circulavam mercadorias que atendiam a Vila de Olinda, sede do governo de Pernambuco. A percepção de deficiências no sistema de defesa na ligação vila ao porto contribuiu para que os neerlandeses decidissem por excluir esse risco, instalando-se inicialmente no Porto do Recife e ocupando também a ilha de Antônio Vaz. Essas qualidades também atraíram os neerlandeses para aquele ancoradouro. Miranda (2003) ainda comenta que até o tempo da conquista da WIC, o porto do Recife contava apenas com duas fortificações que cruzavam seus fogos em defesa da barra: o Forte São Jorge, construído em 1590 que resguardava o istmo de terra, no caminho entre Olinda e seu porto. O Forte de São Francisco [Forte do Mar; Forte da Lage], projetado por Tiburcio Spanochi, foi iniciado em 1606 e concluído por volta de 1612, sob a supervisão técnica do engenheiro Francisco Frias de Mesquita, estava assentado na extremidade norte dos arrecifes, e cumpria importante função no monitoramento da barra, defronte ao acesso principal do porto. As duas fortificações de muralhas altas, influenciadas pela arquitetura de defesa do século XVI – fase de transição entre a arquitetura militar medieval e a fase moderna – eram auxiliadas por uma paliçada de madeira que envolvia o povoado e uma base para artilharia na entrada do Povo [outra denominação para o Lugar do Recife, denominação que mais também será usada para indicar a parte sul da *Mauritstad*]⁸¹.

⁸¹ As fortificações do período de transição ainda possuíam características típicas da tradição medieval de fortificar, como as altas muralhas e as torres de defesa concebidas para o enfrentamento de inimigos que detivessem armamentos de curto alcance e de pequeno impacto destrutivo [como o arco-e-flecha, a besta e a catapulta]. Elas ainda não tinham seus traçados plenamente adaptados para suportar o impacto de projéteis de canhões, embora dispusesse de plataformas artilhadas para o reve e de bastiões redondos, o que permitia o cruzamento de fogos.

Por ordem do Governador da Capitania de Pernambuco, Matias de Albuquerque, para defesa contra invasão, foram assentadas baterias no istmo e no arrecife (barreta dos Afogados), além do fornecimento de navios contra a formação neerlandesa. No ano anterior, no istmo, tinha sido iniciada a construção do Forte Diogo Paes, próximo ao Forte São Jorge e quase defronte ao Forte do Mar, com o intuito de fortalecer a proteção da barra e do porto.

Sobre a forma facilitada como se deu a invasão, Coelho (2001) informa que em 15 de fevereiro de 1630, o novo forte ainda estava a “alguns pés acima do solo” quando uma poderosa armada da Companhia das Índias Ocidentais, sob o comando do General de Mar *Hendrik Cornelissen Lonck*, surtiu sobre a costa pernambucana (COELHO, 2001). Após tentar adentrar no porto, onde encontrou a oposição das duas fortificações, o comando neerlandês deslocou uma força de cerca de 3000 homens, liderada pelo Coronel *Waerdenburgh*, para desembarcar na barra do rio de Pau Amarelo, situado mais ao norte, de onde seguiriam para Olinda sob a cobertura de lanchas artilhadas. No dia seguinte, enquanto o grupamento de *Lonck* forçava a entrada na barra, tropas da WIC, em terra, faziam sua progressão rumo a Olinda. Três regimentos neerlandeses avançaram continuamente para a vila. No caminho sofreram pequenas escaramuças até toparem com uma efêmera resistência no Rio Doce, que foi rapidamente desmantelada. Deste ponto para Olinda, conforme Richoosffer⁸², o caminho ficou livre para a investida. A vanguarda do tenente-coronel Adolph Van der Elst atacou pela direita, na direção do convento dos jesuítas, que estava fortificado e defendido, mas que cedeu após sofrer algumas baixas.

Legenda: Posições atacadas no dia 16 de janeiro de 1630: 1. No canto direito, no cume do outeiro, o convento dos jesuítas; 2. Embaixo do convento, a linha de paliçadas e o fortim; 3. Igreja da Sé, na parte mais central.

Figura 15 - Autor desconhecido. Olinda de Pernambuco. Água forte. Séc XVII. Col. Giuseppe Baccaro;

Fonte: GALINDO, Marcos; MENEZES, J.L.M.. Desenhos da Terra: Atlas Vingboons. Recife: Bandeira, 2003, p. 12;

⁸² Ambrósio Richoosffer. *Diário de um Soldado da Companhia das Índias Ocidentais, 1629-1632*. In: Francisco Brito Freire. *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasileira*, 2001, 39; Hessel Gerritsz. *Descrição da Conquista de Pernambuco por H. C. Lonck, 1630*. In: Marcos Galindo (org.). *Viver e Morrer no Brasil Holandês*, 2005, p. 225 -241.

Edificações religiosas

Os espaços públicos diferenciadores das identidades dos governos são marcados por modelos de conformações, entre outros, ligados aos usos culturais, como o religioso, em que os largos das igrejas isoladas e conjuntos [conventuais e/ou hospitalares, com uma ou mais igrejas e outros edifícios] são sua materialização. Os largos foram também bastante utilizados para dar destaque aos edifícios religiosos, além de para sua função primordial, as manifestações como procissões mantendo o controle religioso em permanente atividade. Nesse controle, o povoado onde viviam pescadores, marinheiros e mercadores, passava-se em torno da ermida de São Pedro Gonçalves, chamada de Corpo Santo, mesmo fazendo parte do território de Olinda até a Carta Régia de 19 de novembro de 1709.

Em 1606, os frades franciscanos de Olinda, percebendo a necessidade de alcançar o público que já circulava ao redor do Porto dos Arrecifes, uma população fixa e em trânsito que tendia a aumentar, decidiram construir um convento. O terreno foi doado pelo senhor de engenho, Marcos André, com 56 braças de terra na “Ilha dos Navios” [área que media aproximadamente seis hectares], que passou a ser chamada “Ilha de Santo Antônio” (VAINSECHER, 2011). Provavelmente, as terras da área do porto não foram apropriadas, pois já tinham valor elevado e destinava-se principalmente aos mareantes e comerciantes, restringindo muito as costumeiras atividades produtivas dos religiosos.

Estrutura urbana (traçado, segregação/zoneamento urbano, espaços públicos, acessos e pontes)

O mapa já citado, Prespectiva da Vila de Olinda de Pernambuco, datado de 1609, de autoria de Diogo de Campos Moreno, revela também detalhes da povoação do Recife, tendo acima a Ilha de Marcos André, já com o convento de Santo Antônio (6) e umas poucas casas acompanhando a linha da praia. À esquerda vê-se o canal que separava a Ilha de Marcos André da ilha de André de Albuquerque. A ocupação dessas terras não sofrerá significativas mudanças até a chegada dos holandeses em 1630, permanecendo restrita ao trecho próximo ao convento e a partir de 1638 passou a ser conhecida como Velha Maurícia.

Análise das diversidades e unidades tipológicas: da casa grande ao sobrado [passando pela casa térrea] e da taba/senzala ao mocambo

Para tratar de uma questão relacionada à raiz da formação identitária, como pode ser percebida nos engenhos e nos mocambos, Gilberto Freyre é o ponto de partida, tanto no sentido de discutir, quanto no de encontrar outras nuances para as suas afirmações. A discussão sobre a busca da opulência como forma de representação e cenário na cidade colonial pobre, talvez corrobore com as ideias de Freyre, mas trazendo uma contribuição com enfoque diferente. Percebe-se que os aspectos utilizados na reconstrução da identidade, ou apreensão desta, terão como elementos de análise componentes da artificialidade montada com base na opulência e na representação, em contraste à pobreza, e à falta de recursos técnicos na estrutura político-administrativa e financeira existente. Mesmo nos povoados, vilas e pequenas cidades coloniais no Brasil, o padrão construtivo revela um conjunto de arquitetura civil bastante modesto, ao mesmo tempo em que uma manifestação de pompa nas edificações religiosas e oficiais. Segundo Omeña, o Padre Manuel da Nóbrega, em 1533, afirma: “Achei grande casa e muito boa Igreja: ao menos em Portugal não temos ainda tão boas” (OMEGA, 1961, p.42). A quantidade de construções religiosas, em muitos casos vizinhos, nas pequenas povoações pode evidenciar algo mais, além da busca das irmandades por fiéis.

A realidade da pobreza e da falta de conforto nas povoações e cidades coloniais, contrasta com o empenho colocado em prática por alguns construtores de cidades [colonos, comerciantes e religiosos], utilizando-se em muitos casos, de importação de mão de obra e de peças manufaturadas [de outras cidades mais desenvolvidas, de outras cidades invadidas ou relegadas ao segundo plano e, ainda, de outro continente].

O enriquecimento de algumas famílias impulsionou a construção de edificações religiosas [inclusive para ostentação], acentuando ainda mais a paisagem de contrastes. Noutros casos, a motivação devocional contribuiu para que homens que viviam miseravelmente [em suas casas muito humildes] participassem efetivamente da construção de inúmeras igrejas opulentas em relação ao conjunto arquitetônico e urbanístico presente. Provavelmente, a construção de algumas igrejas é fruto de um plano visando à criação de um marco sociocultural, de controle e devoção, onde desde sua localização é meticulosamente estudada para garantir o efeito desejado. Como exemplo, as Constituições do arcebispado da Bahia trazem normas estratégias de construção e de um templo, aconselhando [definindo] o

sítio elevado e a criação do largo [pátio], como condições indispensáveis (OMEGNA, 1961, p.42).

O padrão construtivo praticado na colônia, desperta o Padre Manuel da Nóbrega, em 1533, que afirma: Achei grande casa e muito boa igreja: ao menos em Portugal não temos ainda tão boas (OMEGNA, 1961, p.42). A partir dessa observação *in loco*, Omegna (OMEGNA, 1961) indaga se teria existido uma busca exacerbada pela opulência como forma de representação, criando partes de uma cidade-cenário, campo de opulência dos poderes religioso e político-administrativo-militar, em comparação com a arquitetura civil, gerando um cenário nos povoados, vilas e pequenas cidades coloniais no Brasil, onde o padrão construtivo revelava uma arquitetura civil modesta, e ao mesmo tempo uma manifestação de “pompa” nas edificações religiosas e oficiais (OMEGNA, 1961).

Entendemos que esse menor padrão construtivo e velocidade de construção, é fruto direto da capacidade de investimento de meios e materiais para afirmação de discursos de dominação política e religiosa. As edificações de colonos pobres nas povoações e vilas coloniais, também contrastam com o empenho colocado em prática por construtores de cidades [comerciantes e religiosos], investindo em muitos casos, com importação de mão de obra e peças manufaturadas [inclusive de cidades invadidas e relegadas ao segundo plano, ou mesmo de outro continente].

Em muitos casos, o enriquecimento de algumas famílias impulsionou a construção de edificações religiosas [inclusive para ostentação], acentuando essa paisagem de contrastes. Noutros casos, a motivação devocional contribuiu para que homens que viviam miseravelmente [em suas casas muito humildes] participassem da construção de inúmeras igrejas opulentas em relação ao conjunto arquitetônico e urbanístico presente. Provavelmente, a construção de algumas igrejas é fruto de um plano visando à criação de um marco sócio-cultural, de controle e devoção, em que desde sua localização é meticulosamente estudada para garantir o efeito desejado (OMEGNA, 1961, p.46). As Constituições do Arcebispado da Bahia contribuirão noutra fase do empreendimento colonial, no século XVIII, entre outras normas, com a estratégia de construção de templos, definindo o sítio elevado e a criação do largo [pátio], como condições indispensáveis.

Dentro dessa possibilidade de representação através da arquitetura, uma impressão de destaque em inúmeras cidades coloniais é a imponência vista de longe, como observará posteriormente Henry Koster (séc. XIX), ao avistar Olinda. No entanto, tanto do mar, quanto da terra, as cidades coloniais foram constituídas de forma a evidenciar sua presença na paisagem através das torres sineiras, cúpulas e telhados das suas igrejas. Segundo Omegna

(1961), ao se aproximar e entrar nas vilas e cidades, o restante do conjunto arquitetônico, em muitos casos, traz uma impressão de menor destaque e padrão construtivo. Koster, ao continuar avaliando Olinda, revela que se experimenta certo desapontamento conhecendo-a de perto (OMEGNA, 1961), quando as igrejas e grandes edifícios públicos, em menor número que as moradias, desaparecem-se nas baixadas e ruas.

Como reflexão, cabe indagar se a preocupação do colonizador português com a fisionomia das cidades e seu gosto pela ornamentação revelaria desproporcionalidade entre a opulência, em relação ao sentido de utilidade [funcionalidade], até mesmo em edificações militares, ou se essa representação era um elemento indispensável e racional, vislumbrando-se resultados. Segundo Salvador (1982) as fortalezas da Bahia eram mais para terror que para efeito. Já Vilhena (1921), referindo-se aos fortins e baluartes, comenta que soam mais do que na realidade são.

Mas, vale considerar que o empreendedor colonial, através dessa preocupação com a fisionomia da vila, ou cidade, e do gosto pela ornamentação [ocidental] e obras imponentes, poderia, obter a confiança de seus dominados em sua atuação [missão], como comenta Barlaeus (1980). No Nordeste, as capitânias⁸³ de maior sucesso tiveram edificações religiosas de destaque [monumentalismo], o que também não diminui o entendimento desse fato também como fruto de um resultado comercial e populacional.

Outro ingrediente relevante era a real prática religiosa dos colonos, ainda com o sentido medieval, baseada no materialismo e na imposição do terror, com um Deus duro e vingativo, visando garantir controle e subordinação dos dominados, onde a ostentação material vultosa lhe garantiria testemunhas de uma devoção externa e aparente relação com os bons costumes e respaldo divino, encobrindo os pecados [ganância, selvageria, luxúria, etc.] – a possibilidade de perdão. É evidente que o gosto pela ostentação e o medievalismo religioso não explicam por completo o grande número de igreja, em contraste com a pobreza das vilas e cidades. No entanto, a religiosidade⁸⁴ é elemento relevante da identidade das cidades a. O controle da igreja sobre a vida, a morte e a pós-morte, através de liturgias, enterros e missas, garante ao fiel a salvação e à igreja a garantia do devoto e de suas contribuições não voluntárias. A importância da manutenção dessa prática ficou evidente em fins do século XIX, por ocasião da criação dos cemitérios, provocando o fim dos sepultamentos em igrejas [insalubridade e

⁸³ Ao que parece, as práticas urbanistas [talvez artificiais ao nosso contexto] buscavam intencionalmente demonstrar uma atuação atualizada com as práticas mais eficazes, através de engenheiros militares, ou aplicação de experiências de outras colônias.

⁸⁴ Expressões como “*se Deus quiser*”, “*Deus que o tenha*”, além do sinal da cruz, entre outros, demonstram o alcance dessas práticas ao longo dos séculos, sendo utilizadas até hoje.

contaminação], provocando importantes movimentos dos clérigos e, também dos fiéis, com receio do risco da não salvação.

Na verdade, essa relação com o subjetivo, com a aparência formal, ocorria em menor escala em relação à **cidade necessária** e ao atendimento das prioridades básicas com direcionamento de investimentos públicos e privados para segurança, infraestrutura, e desenvolvimento urbano e econômico.

4.1.1.4 Objetivos e Discursos de Governo

Permanências e mudanças: permanências das pré-existências do padrão construtivo indígena/rural na cidade necessária e reprodução do modelo urbano do velho mundo na cidade opulenta

No Nordeste, especialmente em Pernambuco, a atividade econômica que vai estabelecer a morfologia e a dimensão desses recortes vai ser a cana-de-açúcar, nos engenhos. Embora o tamanho de uma sesmária fosse mais ou menos estabelecido, a localização dos equipamentos e a própria fundação do engenho levava muito em conta as características geofísicas do sítio, e daí o papel dos rios e cursos d'água, característica relevante no sítio geográfico recifense, recortado por rede hidrográfica, ocupado apenas por aglomeração na ilha portuária e por engenhos na várzea da desembocadura dos rios Capibaribe e Beberibe.

Os fenômenos pelos quais a cidade se expressa representam um processo permanente de interações independentes das determinações humanas, mas tendo as ações humanas como parte do investimento oficial, ou de cunho sócio-econômico e cultural como elemento definidor da **cidade necessária**. Desse modo, mesmo repetindo ou incorporando modelos e funções de outras cidades, de diversos períodos e contextos, as variáveis geográficas [o meio] e os investimentos [meios e materiais] lhes garantem uma identidade própria. Portanto, as cidades não são artefatos exclusivos da criação humana. Apesar de reconhecer que alguns decretos régios garantiram, no período pombalino, fisionomias modeladas com semelhanças superficiais, esses atos oficiais puderam também criar cidades, mas nunca determinar a evolução de suas formas e identidade única sob seu domínio.

É consenso que a impressão de uniformidade da fisionomia dos povoados e vilas coloniais demonstra um modelo, numa repetição do modo de ser e se expandir. No entanto, as semelhanças decorrem tanto de traços de sua essência de concepção, quanto do contexto geográfico, econômico e da aplicação de investimentos, mas a ação do conjunto das variáveis

de implantação e evolução trata de diferenciá-las das demais. A herança que as cidades carregam de seus construtores é fruto do saber fazer, que mesmo sem a existência de um projeto⁸⁵ formal, transplantam para a colônia sua experiência estética (visual) e funcional (de uso) como matrizes subconscientes de construção, a partir das cidades que conheciam na Europa.

Os tratados vitruvianos, apesar de que sobre os quais não desenvolveremos discussão nesta tese, entendemos que um aspecto é destaque nesse instrumento norteador de projetos ao longo dos séculos. A determinação de flexibilidade na aplicação das diretrizes funcionais ou estéticas dá luz ao entendimento da **cidade necessária**, onde as os discurso, ou matrizes que é convencionado como principal elemento definidor do projeto ou execução, pode abrir espaço para adaptação aos elementos que ora definimos como variáveis da **cidade necessária**, alterando modelos (também variável da **cidade necessária**), gerando identidades urbanas ou padrões distintos.

Além dos tratados vitruvianos, algumas características urbanas das cidades foram determinadas nas Cartas Régias [autorizando fundação de vilas e impondo cercá-las e definir seus planos], e posteriormente nas Ordenações de Felipe II (1573), onde foram alinhadas 149 cláusulas e posturas, com projetos pré-definidos para implantação de praças, ruas, rossios e termos, apesar de menos executada devido período reduzido de sua influência, no domínio ibérico.

No primeiro momento de construção dos povoados⁸⁶, ou vilas, a escolha do sítio, interessava a questões funcionais como segurança, salubridade, qualidade da água potável e rede hidrográfica ligada ao mar. As condições sanitárias teriam destaque no urbanismo filipino:

não elejam para cidades lugares altos pelo mar que trazem os ventos e nem os muito baixos porque soem ser malsões. Não construa em lugares sujeitos à névoa. No caso de edificarem à ribeira de um rio, situem a população de forma que, saindo o sol, bata primeiro sobre o povoado e depois sobre as águas (TEIXEIRA, 1995).

As condições de defesa contra os indígenas [principalmente os aliados de estrangeiros] e os inimigos vindos do mar eram essenciais à sobrevivência. Assim, de acordo com o relevo e as demais delimitações geográficas as construções eram organizadas para a conformação e oclusão do espaço urbano, destacando no conjunto urbanístico igrejas e edificações oficiais,

⁸⁵ À primeira vista, as povoações são implantadas de forma tão precária, mal situadas, displicentes e cheias de improvisações que parece não existir perspectiva de viabilidade e sobrevivência. In: Nelson Omegna. *A cidade colonial*, 1961. p. 6-7.

⁸⁶ Segundo as Leis Filipinas, os testes para eleger a terra saudável eram simples, verificando se nessas terras viviam homens idosos e moços bem formados, com disposição e cor.

enfileirando-se inicialmente criando o arruado inicial, formando a Rua Direita. No entanto, a paisagem enquanto impressão de beleza, provavelmente não fez parte da motivação para eleição dos sítios (OMEGNA, 1961) a serem ocupados, mas a escolha teve motivações oriundas de necessidades práticas quanto ao desempenho em segurança e economia que seria gerada a partir daquele investimento urbano.

O caso da escolha do sítio elevado de Olinda revela isso, pois mesmo que existam relatos relacionando a escolha à beleza paisagística e geográfica como a expressão “Oh linda situação para instalar uma vila”, supostamente utilizada por Duarte Coelho, no âmago da questão estaria não uma satisfação por encontrar uma situação geográfica aprazível, mas uma situação geográfica estrategicamente adequada às necessidades de defesa e implantação urbana, numa localização de sítio já descrita como barra, “Phara-Nambucquo”, procurada desde a instalação da feitoria de Pernambuco, na barra de Itamaracá, Porto de Pernambuco, com preocupações relacionadas ao ora entendemos no conceito de **cidade necessária**, como vinculadas ao atendimento de necessidades, por se tratar da pragmática necessidade de se instalar em lugar de relevo elevado, com abastecimento d’água, entre outros critérios, como bem descreveu Castro (1948), em Fatores de localização da cidade do Recife, que mesmo vinculado a um modelo de funcionalidade e estratégia militar, se adaptaria e se diferenciaria de acordo com os condicionantes locais, como os definidos no conceito de **cidade necessária**.

Voltando ao entendimento de Omegna (1961), raramente percebem-se registros da época com referência às preocupações estéticas na escolha do sítio, mesmo que essas qualidades sejam geradas pela ambientação e exuberância natural dos sítios escolhidos. No entanto, alguns cronistas fazem menção ao fascínio pela geografia. Por outro lado, são dados nomes de santos lusos às localidades, cristianizando a paisagem, exorcizando a terra desconhecida.

Análise das identidades e herança a partir da iconografia: cartografia e relatos de viajantes sobre o novo mundo: Da Terra *Brasilis* ao Recife dos Navios

As qualidades [situação geográfica com conformação de barra protegida por arrecifes, ideal para segurança e para atividades portuárias] também atraíram os neerlandeses para este ancoradouro (MIRANDA, 2003). Nos momentos iniciais da invasão outros fatores determinaram a ocupação daquele istmo: a distância da Vila de Olinda para o porto do Recife e para o acesso das grandes embarcações ao mar; o tempo perdido no transporte de mercadorias do porto para aquela vila; a insegurança no trajeto entre os dois locais e o fato de

o Recife estar mais ajustado às soluções de defesa adotadas pelos neerlandeses, que tradicionalmente construíam seus núcleos urbanos em sítios planos e alagadiços (SANTOS, 2001).

O Recife possuía o principal porto da capitania, mas a documentação registra frequentemente, a utilização de outros portos ao longo da costa brasileira. Esta evidência mostra que a produção era distribuída (PEREIRA, 2006) e não havia no protegido Recife, uma centralização absoluta da logística do comércio do açúcar, onde viviam os produtores e a administração colonial, após a transferência da sede de Olinda. Antes de 1630, o Recife já se encontrava organizado economicamente, com sistema de produção e escravidão, permanecendo ativa mesmo após a retirada da WIC neerlandesa (MELLO, 1976).

Legenda: Indica praças fortificadas do Povoado do Recife, seus equipamentos e portugueses responsáveis, além de ilustrar a estratégia inimiga de evolução de sua armada para tomada do lugar.

Figura 16 - Detalhes da Defesa do Porto em 1630 – Indica estratégia portuguesa de fortificação e suas diversas praças, e também indica acesso pela Barreta dos Afogados, áreas ideais para trânsito de embarcações em maré baixa (mostrando pontos com bancos de areia), o Povoado do Recife, e o início de ocupação da Ilha de Antônio Vaz.

Fonte: Costa (1953).

Não interessou ao holandês impor sua marca urbana, nem ao português pedir a manutenção da sua identidade construída, pois revelaria sua nuances e detalhes de planejamento religioso, militar, etc. Mas a grande presença de comerciantes portugueses e outros que já comerciavam no Recife, além da política compartilhada (Câmara dos Escabinos) com os vereadores olindenses, na prática influenciou na manutenção das características existentes.

Figura 17 – Mapa síntese da ocupação portuguesa sobreposta à projeção da cidade holandesa
Alterado de Menezes (2000) por LINS (2011)

A iconografia de forma geral ajuda na leitura da construção desse valioso e cobiçado empreendimento colonial materializado na cidade. Duas ilustrações publicadas no livro *História das Índias Ocidentais*, de Johannes de Laet⁸⁷, datada de cerca de 1630-31, mostram panoramas de Olinda e do Recife, tomados provavelmente a bordo de navios no mar. Trata-se de uma representação holandesa que revela a cidade luso-ibérica encontrada.

As detalhadas ilustrações (1630-1631) representam a situação dos dois núcleos urbanos quando da conquista pelas tropas da WIC, sofrendo modificações em sua paisagem no decorrer dos 24 anos seguintes. Olinda foi evacuada em 24 de novembro de 1631 e em seguida incendiada por ordem do coronel Diederick van Waerdenbrch, governador e comandante do exército da WIC. Até então, a capital de Pernambuco figurara na maior parte

⁸⁷ Johannes de Laet, *Iearlyc verhael van de Verrichtinghen der Geoctroyeerde West-Indische Compagnie* – isto é, “Narrativa anual das operações da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais” – publicada em Leiden em 1644. Fonte: REIS, (2000). O autor é desconhecido, mas dada a popularidade do exercício artístico nas Províncias Unidas no século XVII, não é de espantar a presença de homens aptos a desenhar a bordo da esquadra conquistadora – tal como vieram a surgir depois, das fileiras do exército neerlandês, engenheiros, desenhistas diletantes etc.

do tempo do domínio neerlandês como um sítio abandonado e lúgubre, no horizonte norte da paisagem recifense (BREDA, 2007).

Figura 18 - Detalhe de *Marin D'Olinda de Pernambuco e T'Recif de Pernambvco*, 1630, LAET: Vista geral do Recife – Porta da terra, ancoradouro, porto e trapiche, largo e igreja do Corpo Santo, edificações de comerciantes e militares; e edificações de mareantes, produtores rurais, etc (o Povo)

Fonte: Exemplar pertencente à *Koninklijke Bibliotheek*, Haia.

Figura 19 - Igreja do Corpo Santo, edifícios administrativos, comerciais e militares. Detalhe de: *Marin D'Olinda de Pernambuco e T'Recif de Pernambvco*, 1630, Joannis de Laet, 1664.

Fonte: Exemplar pertencente à *Koninklijke Bibliotheek*, Haia.

Figura 20 – Área sul do Lugar do Recife. Detalhe de: *Marin D'Olinda de Pernambuco e T'Recif de Pernambvco*, 1630, Joannes de Laet, 1664.

Fonte: Exemplar pertencente à *Koninklijke Bibliotheek*, Haia.

Comparando dados do século XVII (1609 e 1626), Menezes (2003) atesta um crescimento considerável do povoado, que resultou na situação representada num trecho da ilustração de Laet, intitulada *T'Recif de Pernambuco* [“O Recife de Pernambuco”]. Afirma que no final do século XVI, já haveria quarenta casas no Recife, bairro portuário de Olinda. Havia um arruado que seguia a forma dominante da península, ou seja, a curvatura para oeste

que fazia o istmo, cujo casario fora construído sobre a mesa geológica do istmo⁹⁰. Percebe-se nesse traçado retilíneo a presença ibérica na traça e no saber fazer da cidade regular. Sem estender-se na análise da imagem, percebe-se em destaque o cercado e a volumetria do conjunto, com adensamento maior na área sul, mesmo que com construções de menor porte, de uso residencial e comercial. Já as construções do centro, de cunho mais religioso e administrativo, tem maior porte, mas menor adensamento do conjunto pela existência de largos ligados à Matriz do Corpo Santo e espaços públicos ligados à funcionalidade do porto e trapiche. No extremo norte, as grandes construções de armazenamento de mercadorias, paiol, quartel e fortificações, marcam a área de ocupação mais movimentada e ligada à Olinda, e menos segura por sua ligação com o terreno do istmo, por isso a fortificação já instalada no extremo da ocupação urbana e no ístimo. Percebe-se que as condições geográficas e a ocupação em terreno plano e ao nível do mar, fomentou a utilização de modelos distintos dos utilizados em Olinda, mais próximos do padrão ibéricos, mas executado dentro da possibilidade de flexibilização dos ideais teóricos, adaptando-se a elementos ambientais, financeiros, técnicos, estratégicos, e outros que corroboram com as indagações da **cidade necessária**.

4.1.2 Elementos de Caracterização Neerlandesa

4.1.2.1 Ambiente Natural ou Construído

Geral (zona de estudo):

Com o objetivo de conquistar supremacia e riqueza no circuito internacional, os neerlandeses viam a expansão colonial como instrumento vital, com qual atingiriam as bases do poderio ibérico, que liderava a corrida pela conquista de terras. Também visavam combater o problema de abastecimento na Europa e superar os espanhóis na disputa que estava mais aquecida no ultramar após sua libertação do domínio de Madrid. Os holandeses, antes da invasão, praticavam intenso comércio com Portugal, principalmente de pau-brasil e açúcar. Por isso, eles possuíam perfeito conhecimento, não só das condições sociais e econômicas da América ibérica, mas também de seu litoral e de seus portos. Olinda, a sede da Capitania de Pernambuco, era uma região rica em pau-brasil. Pernambuco era a principal área de produção

⁹⁰ “A parte mais alta e seca dessa península [istmo] determinou a principal rua e sua forma, esta decorrente da necessidade da gente poder dirigir-se para Olinda.” (MENEZES, 2005, p. 147).

de açúcar no mundo, com 121 engenhos de açúcar, correntes e moentes, no dizer de Van der Dussen (1947), o que viria despertar a sede de riqueza dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais (WIC). Senhores da terra, os holandeses escolheram a povoação do Recife como sede dos seus domínios no Brasil, por ter nesta praça a segurança de que não dispunham em Olinda, “por ser aberta por muitas partes e incapaz de defesa”, na observação de Diogo Lopes Santiago.

A Companhia planejavam gastar cerca de dois milhões e 500 mil florins na conquista e previa que o lucro anual da colônia renderia oito milhões de florins. Porém, não esperavam encontrar tanta resistência interna (HERKENHOFF, 1999), mesmo sem apoio das metrópoles que haviam perdido o Recife para a WIC (*West Indish Compaigne*), em especial a chamada dinastia filipina [união ibérica, no Brasil], período entre 1580 e 1640, com a coroa da Espanha dominando Portugal e suas colônias. A medida de invadir o Recife foi a busca de controle comercial, após Filipe II de Espanha proibir o comércio espanhol com Holanda, o que afetava diretamente o comércio do açúcar do Brasil, onde os neerlandeses eram tradicionais investidores na agro-manufatura açucareira. O preço do açúcar na Bolsa de Amsterdam sofreu brusca queda.

Os Estados Gerais, reunidos em Haia sob a liderança da Holanda, voltaram o seu interesse para Pernambuco, utilizando-se para isso da WIC, formada pela fusão de pequenas associações, cujo capital elevava-se, na época, a sete milhões de florins, com o monopólio do tráfico e do comércio de escravos na América e na África, o objetivo era retomar o comércio do açúcar produzido na região Nordeste do Brasil (HERKENHOFF, 1999).

O conhecimento foi indispensável à preparação e à execução dos ataques contra a Bahia e Pernambuco feitos pela WIC no século XVII. Os Países Baixos detinham quase metade do capital da WIC e essa posição concedia ao governo neerlandês monopólio de comércio, navegação e conquistas de diversos territórios. Os administradores da Companhia das Índias conheciam a vulnerabilidade das povoações portuguesas fixadas no litoral do Nordeste brasileiro e começaram seus ataques por Salvador, Capital do Estado do Brasil, mas não lograram sucesso. Os neerlandeses armaram uma grande esquadra sob o comando do almirante Hendrick Corneliszoon Lonck, formada por 65 embarcações e 7.280 homens na costa de Pernambuco para conquistar e se instalar na capitania Duarteina. Invadiram e botaram fogo sobre a capital Olinda e se instalaram no povoado de Recife entre 1630 e 1654.

A ocupação de Olinda deu aos neerlandeses o controle da cidade, do povoado próximo ao porto do Recife [chamado “o Povo”] e de muitos engenhos de açúcar das cercanias. A conquista de Itamaracá e Alagoas (1635) foram passos para atingir o domínio de quase toda a

região Nordeste. Segundo Calado (1985), a segurança, para Waerdenburch e demais chefes holandeses, falava mais alto, daí fixarem-se no Recife e na ilha de Antônio Vaz que “são lugares próprios para, com oportunidade, fundar-se uma cidade e penso que ninguém que da Holanda vier para aqui quererá ir morar em Olinda” (VAN ELS *apud* CALADO, 1985), sendo proibidas quaisquer construções no perímetro urbano da antiga capital.

Particular (Recife e *Mauritstad*)

Analisando o início da presença holandesa no Brasil, tem-se, na perspectiva de José Antônio Gonsalves de Mello, como o primeiro grande problema para os administradores da conquista, o estabelecimento para uma capital ou sede para os neerlandeses no Brasil. Dessa maneira, Recife e Olinda dividiram a opinião dos neerlandeses. Para Mello (2001), “desde os primeiros momentos viram os holandeses a impossibilidade de fortificar os morros da cidade. Além disto, viam-se circunscritos a um pequeno trecho do litoral, sem qualquer acesso ao interior [...]”, a “capital” da administração holandesa no Brasil no Recife. Ainda, na concepção do Mello (2001), mesmo não tendo sido imediatamente consecutivas as opiniões de Wanderburch entre fazer do Recife a sede da administração holandesa no Brasil (1631) e a adoção de embarcações menores nos rios do Nordeste oriental para fins estratégicos (1633), se tem, a partir dele e de outros militares superiores, a perspectiva da comunicação para o interior. De fato, esses primeiros anos de fixação forneceram, pelo menos do ponto de vista estratégico, substrato à relativa plenitude das navegações que utilizavam barcos menores em rios como Goiana, Capibaribe, Igarassu e até São Francisco.

Depois de ter sido descartada a vila de Olinda, capital de Pernambuco até 1630, o Recife recebeu o estatuto jurídico de cidade da colônia neerlandesa, tornando-se capital do Brasil neerlandês, a Nova Holanda. Na próxima fase, com a retomada luso-brasileira, ocorreu um fenômeno político singular, o Recife foi imediatamente reduzido à categoria de povoado e porto de Olinda, situação anterior à invasão neerlandesa. No entanto, em 1701, será elevado à categoria de vila da colônia portuguesa. O Recife tornou-se o principal entreposto da WIC no Atlântico Sul, servindo como base naval, como escala para embarcações, e principalmente como ponto de escoamento da produção açucareira pernambucana e importação de mercadorias europeias e escravos africanos (MELLO, 2001).

O açúcar brasileiro fazia parte da agenda de negócios neerlandeses. Isto é atestado por muitos autores, que citam a existência em 1595 de três ou quatro refinarias de açúcar na

Holanda. Em 1622 as refinarias já seriam vinte e nove, das quais vinte e cinco em Amsterdam (MELLO, 1997; PUNTONI, 1998). Recife era “o maior empório de açúcar do Brasil” (FURTADO, 2001).

4.1.2.2 Materiais (padrão construtivo)

Nesse contexto, a WIC tratou de investir na estruturação do sistema de defesa do Recife. De acordo com Breda (2007), o estado de guerra permanente faziam da praça do Recife um exíguo ambiente urbano, mas muito agitado, com extrema militarização e grande movimentação comercial. Com a consolidação da conquista neerlandesa, por fim, as areias do istmo do Recife, sobre as quais estava erguido o povoado, concentravam uma população formada essencialmente por funcionários da Companhia, soldados, marinheiros, mercadores e escravos.

Ainda segundo Breda (2007), através dos navios ancorados a leste chegam pessoas, mercadorias para pequenos negócios, materiais de construção, notícias, tudo o que significava ligação com o além-mar. No oeste, na várzea do Beberibe, a terra que abrigava a matriz dos negócios coloniais, os engenhos de açúcar e seus senhores [a quem os moradores do Recife emprestavam dinheiro e vendiam escravos e mercadorias], as plantações de tabaco, as matas e o pau-brasil. O Recife funcionava como ponto central das relações entre a produção e as pessoas do mundo brasileiro, africano e europeu.

Com a pretensão de ser governador também das conquistas africanas neerlandesas, certamente desejava Nassau uma ingerência mais efetiva sobre este espaço atlântico, transformando o Recife e a Mauritsstad na capital de um território marítimo e não somente da orla nordeste da costa do Brasil. Tal projeto político foi frustrado pela decisão da WIC, mas já estava consolidada a posição do Recife como importante base naval, para atividades de conquista e corso nas costas brasileiras e africanas e também nas Antilhas.

Apesar de a disputa ter foco entre neerlandeses e espanhóis, o início das guerras de Restauração, a partir de 1645, vão acirrar a crise entre os neerlandeses e os luso-brasileiros. A falta de cooperação dos escabinos portugueses quando do governo Nassau, indica uma resistência que, se aliada a alguns atos de intolerância do Conde e do seu Alto Conselho com os lavradores que não podiam plantar mandioca em suas terras e a dureza com que os calvinistas tratavam os católicos luso-brasileiros, fez com que a animosidade entre estes e a administração batava antecederesse o movimento liderado por Fernandes Vieira a partir de 1645, numa resistência.

Segundo Wätjen (2004, p.307), Nassau, gastava sempre mais do que podia”, excedeu o limite que a Companhia podia despende. Tal espírito perdulário do Príncipe Nassau é muito diferente da descrição de Boxer (2004) a seu respeito, como um humanista implementou uma “política conciliadora”, valorizando a política local das capitanias. Segundo Boxer (2004, p.167), Nassau chegou a dizer que ele e os seus conselheiros desejavam ardentemente mostrar a sua boa vontade para com os portugueses, em resposta aos representantes da Câmara de Olinda, propondo a criação de uma forma de governo efetiva. A Câmara de Olinda teria funcionado, segundo Mello (2001), até a criação das câmaras dos Escabinos, em 1637, admitindo portugueses nos novos colegiados de juizes. Em princípio, os escabinos desempenhariam a mesma função que tinham na Holanda.

4.1.2.3 Meios (modalidade de projeto, modelo, técnica, mão de obra)

Modelos construtivos

Os judeus foram responsáveis pela produção física de boa parte do espaço urbano do Recife. Mas, sofreram diversas sanções à suas práticas neste espaço, devendo organizar-se no sentido de adequar os seus padrões culturais às expectativas da civilização urbana neerlandesa.

O Recife dispunha de um sistema jurídico que o caracterizava como uma cidade, embora sua condição colonial, sua área e demografia o deixassem bastante aquém das cidades europeias: tratava-se de uma praça-forte com aquele importante estatuto jurídico⁸⁹.

Cavalcanti (1977, p.124) reitera que:

[...] na verdade, Nassau ao sentir melhor a terra, começou dando vazão ao seu gênio empreendedor e o pequeno território da ‘Povoação do Recife’, embora bem habitado, tornava-se acanhado para o seu grande espírito. Ali defronte, para o lado do continente, tão plano, tão verde, tão convidativo, numa condição capaz de se transformar nas planuras dos ‘Países Baixos’, que lá ficaram, havia ambiente para se levantar uma noma, ampla e bela cidade, pelo menos tão bela como as que conhecia e para isso contava com uma equipe técnica respeitável.

⁸⁹ No século XVI existiam 3 cidades no Brasil: Salvador (1549), Rio de Janeiro (1567) e Filipéia de N. Sra das Neves, atual João Pessoa (1585). No século XVII surgiram outras quatro: São Luiz (1612), Cabo Frio (1615), Belém (1616) e Olinda, que foi elevada a esta categoria em 1676. Os donatários não tinham direito de fundar cidades, privilégio reservado à Coroa. O Recife não era, portanto, uma cidade portuguesa, elevando-se a tal apenas sob julgo flamengo. In: Azevedo, 1956, p. 14-21).

O planejamento urbanístico da *Mauritstad* (1639-44) revela a produção de uma nova identidade urbana. O caráter de praça de armas vai influenciar o grande projeto urbanizador que surgirá em seguida, na planta de finais de 1639 (Figuras 20 e 77).

Segundo Mello (1976), o plano de desenvolvimento urbano na Ilha de Antônio Vaz pode ter sido elaborado por Hendrick van Berchem. Como parte da execução de obras do plano, em 1644 serão inauguradas as duas pontes, sabendo-se que a primeira, ligando o Recife à Ilha de Antônio Vaz, foi iniciada em 1641. Até essa época a ligação entre o bairro do Recife e a Ilha de Antônio Vaz se fazia por meio de uma balsa.

Sobre uso de um modelo urbanístico e projetual, político e técnico, pré-estabelecido, Mello entende que

[...] a Cidade Maurícia foi consolidação de uma política de distribuição de terras urbanas que se identificou com aquele modelo definido pelos Países Baixos, de raízes sociais, onde a todos os indivíduos se devia dar o direito do uso do solo, em padrões bem definidos pelo governo. O ato de organizar o território, previamente estudá-lo, e para ele realizar um plano de ocupação, reflete sem dúvidas um novo método de projetar (...) (MENEZES, 2001).

O ato de fundação de cidades do mundo português de além mar em relação à Olinda se diferencia, pois nesta as determinantes do desenho urbano eram decorrentes da definição do lugar e de natureza, forma distinta das lusitanas obedecendo a um modelo mais rigoroso. No entanto, não se pode confundir a possibilidade de rigor luso, com o esquecimento do domínio ibérico, que tem modelo retilíneo mais rigoroso e que se viu presente na construção daquele porto e “Lugar do Recife”.

Figura 21 - Plano do Recife. Original manuscrito usado por Johannes Vingboons para elaborar desenho no atlas Vingboons, séc. XVII - *Carte vande haven van Pharnamboqve met de Stad Movritia 't dorp Recciffo*, 1639.

Projeto atribuído a Pieter Post. Poligonais de estratégia de defesa/ataque e acessibilidade.

Fonte: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; MENEZES, José Luis Mota. O urbanismo holandês no Recife – permanências no urbanismo brasileiro. http://revistas.ceurban.com/numero4/artigos/artigo_12.htm

Mas, de acordo com o que encontramos consolidado, as duas culturas realmente chegaram a conviver no Nordeste. Já na *Mauritstad*, o plano tem uma concepção geométrica admirável e fruto da necessidade de equilíbrio e proporção entre os elementos envolvidos, revelando conhecimento pelo autor de uma forma de traçado, onde a presença da geometria, definida pelos triângulos reguladores, se encontra bem marcada (MELLO, 1976).

Sobre a possibilidade de um transplante, Mello (1976) afirma que “a ilha de Antonio Vaz, no trecho considerado entre o Forte Ernesto, o Grande Alojamento e o Forte de Cinco Pontas, os técnicos de Nassau definem um parcelamento urbano, “a maneira da nova Amsterdã, recentemente usado nos planos de 1590 e 1612: um longo canal divide a ilha em duas partes e dos dois lados quadras são dispostas onde, de espaço a espaço, pontes ligam as duas bandas. Toda a parte central da nova organização do solo é protegida, ainda tendo por modelo aqueles traçados de cidades fortificadas, por um longo trecho com fosso e muralha (...)” (MENEZES, 2001, p.125-127).

Por outro lado, Menezes (2001) conta que

[...] o governador holandês pretendia melhor utilizar a velha Ilha de Antonio Vaz e, em comparação com cidades européias, o Recife era o caos. Por mais que procurasse melhorar as condições de tal aglomerado urbano, ele era viciado, segundo a visão holandesa, de nascimento. As características da península e a forma prática de ocupação urbana portuguesa, levou aquele simples traçado axial, vinculado a um princípio simples, com eixo-igreja-passagem para a ilha; ruas ortogonais ao eixo diretor e este se encurvando por força da forma da península. Não se podia fazer muito em termos de ampliação, ou redesenho urbano, as condições anteriores o impediam, quando associadas ao mar e ao rio. Os judeus conseguiram, aterrando o rio, construir uma rua, que prolongou aquele eixo determinando aquela Porta da Terra, mas ousar além disso era bastante oneroso. (MENEZES, 2001, p.124).

Segundo Breda (2007), o planejamento de Maurícia, “repartida em ruas, praças e canais, como as cidades, com belos edifícios, dotada de armazéns de mercadorias” (BARLÉUS, 1974, p.153), revela investimento em uma estrutura comercial fundamental, e que se materializou a partir de espaços para armazenamento de bens, instalação de oficinas, escritórios e pontos de venda. Como proposto no plano urbanístico que pode ser compreendido hoje nas plantas da Cidade Maurícia e vila do Recife, na praça do Recife foram destacados espaços de uso comum, voltados à solução da acessibilidade, do controle, da defesa e do uso comercial, composto por ruas, portas, muros e mercados, entre outros, servido como um espaço de encontros das funções da vila, em especial as funções militares e comerciais.

O capitalismo e a cultura mercantil tiveram impacto na maneira como os europeus viam o uso público e privado do espaço, alterando a forma de pensar e usar a arquitetura e o urbanismo. Importante elemento dentro da rede internacional existente sob controle dos Países Baixos, a praça servia como entreposto do Atlântico e dos negócios com a África, por onde chegavam e saíam mercadorias, e onde desembarcavam escravos.

Consolidada a partir de investimentos privados de uma parcela de investidores da WIC, na Rua dos Judeus a arquitetura e urbanismo planejado e executado, sofre influência direta das necessidades que os investidores comerciantes tinham de um espaço que pudesse maximizar seus investimentos, concentrando serviço, e estando ligada aos espaços de desembarque e comercialização. Ficava próxima da Porta do Mar, por onde se chegava ao cais do porto. Mas, a forma de organização das edificações criou uma conformação diferenciada, criando um grande largo em sua área central⁹⁰ - “praça dos judeus” - mercado. Francisco de Mesquita, no Inventário de 1654, descreve a “travessa que vai para a Praça dos

⁹⁰ Este formato da rua pode ser observado também em representações do século XIX, quando ela chamava-se Rua da Cruz.

Judeus” (INVENTÁRIO..., 1940), onde havia várias casas intaladas do “lado do mar” da Rua dos Judeus (INVENTÁRIO..., 1940). No mapa *Afbeeldinge van drie Steden in Brasil*⁹¹, de Golijath, publicado em 1648 (figuras 81, 22 e 63), mas tratando de 1641, aparece o largo da Rua dos Judeus, e na legenda descrito como “*marckt*” (mercado).

Figura 22: Detalhe de *De haven van Pharnambucq* (1) *Maritius Stad* (2) *Recifen* (3) *de Stad Olinda*. In: Cornelis Bastiaensz Golijath. Recife e Olinda. 1648. In: Original manuscrito do *Algemeen Rijksarchief*, Haia.
Fonte: REIS FILHO (2000)

Na estrutura comercial, além da estrutura existente do porto, foram estruturados espaços para vários mercados, como o mercado do peixe, o mercado do Recife, o mercado de carne (*Vleysmarct*), o de verduras (*Groenmarct*) e o mercado grande de Maurícia (no Terreiro dos

⁹¹ Há três versões desta gravura: O original de Cornelius Golijath, chamado “*Afbeeldinge van drie Steden in Brasil als Olinda de Phernambuco, Maurits Stadt, ende Reciffo, me teen gedeelte der Vargea etc...*” – “Representação de três cidades no Brasil, tais Olinda de Pernambuco, Cidade Maurícia e Recife, com uma parte da Várzea etc...” – com quatro folhas, foi levantada no Brasil em 1641 e finalizada nos Países Baixos em 1648, hoje pertence à Biblioteca Nacional de Viena (publicada in MELO, 1976). A segunda versão foi impressa por Claes Visscher, em 1648, chamada *Perfect Caerte der gelegentheyt*. A terceira é o manuscrito “*de haven van Pharnambucq*”.

Coqueiros). Na representação de Wagner (figura 23), aparecem lojas térreas nas casas, e outras com comércio em todos os pavimentos, voltadas para a rua paralela a leste chamada Rua do Vinho, que no *Inventário de 1654* é citada a de número 274: “umas lojas com serventia para a mesma praça dos Judeus, e para o mar, com um sobradinho por detrás, fabricadas por judeus”. Segundo Breda (2007), as lojas do sobrado também iam de uma rua a outra.

Figura 23 - *Sklavenmarkt* - Mercado de escravos na Rua dos Judeus. Drawing from his *Thierbuch Staatliche Kunstsammlungen Dresden*. Zacarias Wagner, 1634 - 1641.

Fonte: Ferrao e Soares (Ed.) (1997)

Como se trata de um plano holandês, as descrição no idioma do empreendedor aparecem na descrição dos espaços como a Rua do Mar (*Seestraet*), a Rua da Balsa (*Pontstraet*), a Rua do Carcereiro (*Geweldigeraet*), a Rua Nova (*Nieuwestraet*), a Rua do Vinho (*Winjstraet*), a Rua do Bode (*Bockestraet*), a travessa do Mouro (*Moriaensteech*), entre outras. Para controlar o acesso, foram projetadas portas como a Porta da Terra (*Lantpoort*), no extremo norte do porto; a Porta da Balsa (*Pontpoort*), próxima a cabeceira da ponte que ligava Recife a Maurícia; a Porta do Mar (*Waterpoort*), no desembarcadouro de navios; e a Porta Sul (*Zuijtpoort*), a única porta na Cidade Maurícia.

Figura 24: Detalhe de Plano do Recife. Original manuscrito usado por Johannes Vingboons para elaborar desenho no atlas Vingboons, séc. XVII - *Carte vande haven van Pharnamboque met de Stad Movritia 't dorp Reccijff*, 1639. Projeto atribuído a Pieter Post. Poligonais de estratégia de defesa/ataque e acessibilidade.
 Fonte: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; MENEZES, José Luis Mota. O urbanismo holandês no Recife – permanências no urbanismo brasileiro. http://revistas.ceurban.com/numero4/artigos/artigo_12.htm

No mapa, provavelmente desenhado por Pieter Post⁹² (figura 24), a partir de levantamentos cartográficos de Colijath (figura 22), posteriormente também citado em manuscritos elaborados por Colijath, aparece pela primeira vez o planejamento da Cidade Maurícia, com o marcante caráter do urbanismo do século XVII (tabuleiros geometrizarantes e aplicação de conhecimentos de implantação de constguições, uso público e drenagem em terrenos alagadiços com uso de canais) (MELLO, 1956). Segundo Barléus (1980), as obras começaram a encaminhar-se no mesmo ano de 1639. Além da implantação de uma trincheira, numa área do *groot kwartier* ao Forte das Cinco Pontas, foram divididos lotes (demonstração de um planejamento racional), que não chegaram a ser completamente construídos. Estas poucas construções são atestadas nas pinturas de Frans Post que demonstram o Forte das Cinco Pontas e o Palácio da Boa Vista ilustrando a área em questão pouco urbanizada. Tal como nas reformas do final do século XVI, em Amsterdam, o fosso em torno da tenalha torna-se canal interno à área urbana compreendida entre os dois fortes. Tal manuseio da água do rio Capibaribe também se registrou na canalização do braço de rio descrito no mapa de *Drewisch*, elaborado em 1631 (figura 51) como “um braço do rio” que ia até as proximidades do forte das Cinco Pontas, também representado na planta “Ilha de Antônio Vaz”, de 1637

⁹² José Antônio Gonsalves de Mello, 1976, 23, citando o artigo de Adriaan Willem Weissman (1909) e a monografia de Gerard A. C. Block (1937) atesta a impossibilidade da presença de Pieter Post, a quem o projeto é normalmente atribuído, no Brasil.

(Figura 52). Calado registra, ao descrever a ação de Nassau em demarcar de punho próprio os terrenos da nova cidade:

Andava o Príncipe Conde de Nassau tão ocupado em fabricar sua nova cidade, que para afervorar aos moradores e fazerem casas, ele mesmo, com muita curiosidade, lhe andava deitando as medidas e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa, e lhe trouxe a entrar por o meio dela, por um dique ou levada, a água do Rio Capibaribe [...] por o qual dique entravam canoas, batéis e barcas para o serviço dos moradores, por debaixo das pontes de madeira com que atravessou em algumas partes este dique a modo de Holanda, de sorte que aquela Ilha ficava toda rodeada de água (CALADO, 1985, p.11).

Segundo Benévolo (1976), as cidades holandesas “desenvolvem uma cultura original, burguesa e antimonumental”, o que fica atestado na inexistência de qualquer projeto de edifícios públicos do entorno da praça⁹³, como era a maneira ibérica, recomendada nas Ordenações Filipinas de 1573: “os lotes edificáveis ao redor da praça principal não devem ser concedidos a particulares, mas reservados para a igreja, os edifícios reais e municipais, as lojas e as moradias dos mercadores, que devem ser construídos em primeiro lugar” (BENÉVOLO, 1976, p.487). A praça central da Cidade Maurícia, além de conservar sua função de praça de armas, com suas ruas levando diretamente aos bastiões do hornaveque e ao Forte Ernesto, facilitando um eventual deslocamento de tropas – o que também é observado no projeto de loteamento da área da Nova Maurícia –, é projetada com uma função específica, indicada na carta do Atlas Vingboons: “*marckt plaets*”, a praça do mercado.

O projeto (figura 23 e 24) previa uma solução para os problemas logísticos. Estruturalmente, havia uma necessidade mínima para a atividade comercial, que ia além dos largos de mercados. Como discute o professor Harreld:

Comerciantes precisam de espaço. A atividade de comprar e vender produtos requer que os produtos sejam estocados e expostos e por fim levados embora. Através da história pode-se achar exemplos de espaços comuns reservados para o propósito de comércio. Também é verdade que comerciantes requeriam mais espaços privados para vários aspectos do comércio; armazenamento, produção, realização de negócios e eventualmente contabilidade são apenas alguns que vêm imediatamente à mente (HARRELD, 2003, p.657).

⁹³ A afirmativa de Benévolo contrasta com a empolgação de Barléus a respeito do palácio de *Vrijburg*: “Ainda hoje pompeia, em seu esplendor, o palácio de Friburgo, protegendo a ilha de Antônio Vaz e deleitando os cidadãos, como perene monumento da grandeza nassóvia no outro hemisfério”. In: Barléus, 1976, p. 152). Ressalte-se a marcante educação clássica do escritor, com suas constantes citações a episódios e personagens romanos, e sua escrita em latim. Não obstante, os monumentos da Cidade Maurícia [a Igreja dos Franceses e os palácios] estavam frontendo o rio Capibaribe, e não na praça central. Sobre a Câmara dos Escabinos, note-se que ela foi ali instalada sem previsão inicial, após a longa contenda sobre sua transferência de Olinda, tendo sido comprada ao mordomo de Nassau, a casa que estava a construir, por 10.000 florins. In: José Antonio Gonçalves Mello. *Fontes para a história do Brasil Holandês: A Administração da Conquista*. Documentos traduzidos e organizados. vol. 2, 1985, pp.17-19.

Com a situação incômoda do apertado Recife, “buscou-se produzir esta estrutura comercial”, descrita por Barleus (1980): “repartida em ruas, praças e canais, como as cidades, com belos edifícios, dotada de armazéns de mercadorias, já tem habitantes” (BARLÉUS, 1980, p.153). E a ilha onde havia apenas “senão três ou quatro armazéns e um convento”, tornou-se a promessa de uma grande cidade, capital do domínio holandês Brasil.

Figura 25 -Detalhe de *Parambvca*: *Mauritsstad* e área militar e do Povo
Fonte: Fonseca (1982)

Figura 26 - Detalhe de *Parambvca*: Núcleo administrativo da *Mauritsstad*
Fonte: Fonseca (1982)

O grande mercado de Maurícia foi testemunha de outra ação de geometrização da natureza. Coqueiros já crescidos foram transplantados para os jardins de Nassau. Um registro feito por Frans Post a partir do observatório da casa portuguesa, que mostra parte da margem leste de Maurícia, datado de 25 de agosto de 1657 [mas baseado em desenho anterior a 1642, pois não consta o palácio de *Vrijburg*, já concluído entre maio e setembro deste ano], mostra

duas fileiras de pequenos coqueiros⁹⁴, vindo da porta a leste, por onde se entrava na cidade, e seguindo em direção ao terreiro.

Figura 27: Primeira casa de Nassau no Recife com átrio multifuncional. Detalhe de Versão de *Der hof sein excellenz*, a partir de Zacarias Wagner, s.a., s.d.

Fonte: IAHPG, Recife

Figura 28: Detalhe de *Der hof sein excellenz*, Joan Maurits' first house in Brazil. Drawing from his *Thierbuch Staatliche Kunstsammlungen Dresden*. This old Portuguese (Spain) house on fire was added, presumably as an observatory for Markgraf. If so, then it represents the first European purpose-built observatory in the New world and the first in the Southern hemispheres, Zacarias Wagner. In: *A HUMANIST PRICE IN EUROPE AND BRAZIL*, - The Johan Maurits van Nassau Stichting, the Hague, 1979, p. 403. Primeira casa de Nassau no Brasil com grande átrio interligado com outros quintais na lateral que possuíam jardins e áreas de plantio.

Fonte: Souza Leão (1973); FONSECA (1982, p.140)

⁹⁴ Nesta mesma pintura veem-se os coqueiros do *Hortus*.

Figura 29 – Detalhes de *Der hof sein excellenz*: Zacarias Wagner. Atividades na casa do governador com átrio multifuncional, destinado tanto a atividades laborais, como marcenaria e criação de animais de consumo e plantio de víveres, quanto de atividades militares (quartel).

Fonte: Souza Leão (1973)

O desenho de Wagener que representa a casa portuguesa, primeira residência de Nassau (figura 26), permite observar a face leste da praça central de Maurícia, com alguns troncos de coqueiros crescidos. As pinturas de Post intituladas *Boa Vista* e *Mauritiopolis* - a panorâmica pintada a partir dos arrecifes -, ambas publicadas no livro de Barleus, mostram a marcante característica da paisagem de Maurícia: o seu centro repleto de coqueiros, o que lhe valeu a denominação de Terreiro dos Coqueiros.

Na descrição de Barléus (1980, p.151-152): “surgiam, em lindos renques, 700 coqueiros, estes mais altos, aqueles mais baixos, elevando uns o caule a cinquenta pés, outros a quarenta, outros a trinta, antes de atingirem a separação das palmas”. Boada (1991) afirma que para um ser humano, estar em um espaço ordenado, com arquitetura, urbanismo, paisagismo e desenho harmônicos não é a mesma coisa que pertencer a um espaço desordenado; também as relações sociais não serão as mesmas. O sentimento de pertencer a um espaço ordenado ou habitá-lo valoriza o homem; inversamente, o homem se sente desvalorizado quando o espaço ao qual pertence ou onde mora é desordenado.

É possível comparar esta teorização de Boada com relatos de Barleus (1980): era uma planície [a área entre o Forte Ernesto e o *Waerdenburch*, onde se construiu o palácio de *Vrijburg* e seus jardins] sáfara, inculta, despida de arvoredos e arbustos, que, por estar desaproveitada, cobria-se de mato. Águas estagnadas e moitas de arbustos davam aspecto desagradável a todo esse espaço. Ultrapassava, pois, a credibilidade humana que se pudesse fundar ali uma cidade. Agora, porém, acredita-se, pelo testemunho dos nossos próprios olhos, tê-la erigido a diligência de Nassau, dotado de engenho e audácia para tentar, com sua arte e trabalho, ainda mesmo o que proibira a natureza.

Fruto de uma estratégia pragmática de planejamento de investimentos, no edital de Nassau, de 1641, que proibiu novas construções em Olinda, transparece também a necessidade de se concentrar esforços na cidade maurícia, baseado em objetivos e interesse nesse ambiente natural e construído (pré-existente) dentro do conceito de **cidade necessária**:

A todos os moradores desta conquista são muito conhecidos quão grandes trabalhos e esforços temos empregado, há vários anos, para fazer da cidade Maurícia a principal cidade destas terras e particularmente, para o bem geral de todos os moradores, para fazê-la florescente e grande, para cujo fim mandamos aterrar os terrenos baixos e pantanosos, fazendo-os próprios à construção de casas, delimitando todo o terreno com ruas e canais e, finalmente, encerrando-a em fortificações eficientes para que os habitantes que aí quisessem se fixar pudessem fazê-lo com segurança para os seus teres e haveres (MELLO, 2001, p.92-93).

Legenda: Vista do Recife a partir da Cidade Maurícia sem ponte e com ponte - porta para o porto do Recife das Cacimbas (porto salobro)

Fig. 30 - Detalhes de *Mauritstad* e Recife, Frans Post, 1653.

Fonte: Souza Leão (1973); COSTA (1985, *Anais Pernambucanos*).

Não é própria ao homem civilizado, ainda mais aos holandeses, com a sua tradição urbanística, a habitação em espaços tão proibitivos quanto a desordenada disposição natural dos mangues e alagados da ilha de Antônio Vaz. A isso se opuseram a geometria planificadora, a drenagem, a plantação em lindos renques, os armazéns e a lógica mercantil, a

atividade comercial e, naturalmente, a vida social. Pela Praça dos Coqueiros, passavam pessoas dirigindo-se ao continente pelas pontes, ao Forte das Cinco Pontas, ao Palácio de *Vrijburg* e seus jardins, e à Câmara dos Escabinos. No cotidiano, dentro da política de boa vizinhança, no chamado *hidridismo* político, a área do Terreiro foi palco, por exemplo, de comemorações da Restauração Portuguesa, diplomaticamente ordenadas por Maurício de Nassau e realizadas em abril de 1641, segundo Calado (1985), com jogos de canas e laranjadas.

Figura 31 - Detalhe de Cidade Maurícia com ponte e porta para porto no Recife das Cacimbas: Vista da cidade Maurícia, terreiro dos coqueiros, casas portuguesas e holandesas, e ao fundo, Forte Ernesto e Palácio de Friburgo, Desenho de Franz Post

Fonte: Souza Leão (1973); COSTA (1985, *Anais Pernambucanos*).

Dentro do que se convencionou chamar de prática civilizatória sobre a natureza, o Palácio de Nassau, os seus jardins uma continuação daquele primeiro experimento do *hortus*, já referido, e citado na carta de 1637, é um exemplo de destaque. Como se pode observar no projeto de agenciamento (figura 30) dos jardins (parte do plano diretor) e do palácio, elaborado por Pieter Post e ilustrado por Frans Post, o programa de necessidades é extenso, com preocupações funcionais condicionadas com o estado de escassez e guerra que se anunciava, mas com a visão da efemeridade da construção, pois Nassau conhecia seu prazo contratual final e sabia da possibilidade de acordo com Portugal após a retirada dos espanhóis, caso se confirmasse a Restauração portuguesa na Europa. Assim, mesmo tendo construído o pequeno, mas suntuoso dentro da realidade do entorno e no contexto de guerra, inseguranças, inclusive financeiras, Friburgo conseguiu suprir a necessidade representacional exigida, pois mesmo no estado de *hibridismo* político e técnico do governo nassoviano, através da

convivência entre a Câmara de Escabinos e da Câmara de Olinda, na paisagem, as torres sineiras das igrejas luso-ibéricas tinham até então destaque somente disputado pela primeira casa de sua Excelência, onde Marcgrave instalou seu observatório astronômico.

No entanto, Friburgo e depois, o Palácio da Boa Vista, atingiram esse objetivo, mesmo que dentro de um conjunto de funcionalidades intrinsecamente ligadas a essas construções. No entanto, a exigüidade dos cômodos do palácio de Friburgo (figuras 32 e 33) são reflexo não de uma economia, mas da pouca utilidade prevista para o bem, além de ter na verdade, uma função também militar, como uma excelente torre de observação do inimigo, visualizando desde as entradas da barra, até todo o trajeto do istmo, forte de São Jorge, forte do Brum, forte e Olinda, bem como, as áreas alagadas e da Boa vista, até Afogado e forte das Cinco Pontas, e por fim as pontes e o porto do Recife.

Legenda: Estrutura requintada de *Friburgum*, com pórticos de entrada (w e c) com senzalas, alamedas (g, d e h) direcionando fluxos de pedestres ao palácio do Conde Nassau (b), espaços públicos (x), abastecimento d'água (cisterna, t), viveiros (r), aviário (q), plantações (I), pomares (k), criadouro de animais exóticos (z), etc (legendas). De pequenas dimensões e espaços mínimos, mas com elementos e composição imponentes para o Recife do século XVII

Figura 32: Detalhe de *Friburgum*, Barleus (1647):

Fonte: Fonseca (1982)

Figura 33: The Vrijburg Palacio, Ground-plan, Drawing, perhaps. By D. W. Dopff Kassel, Staatl, Kunstsammlungen (A humanist prince in Europe and Brazil – The Johan Maurits van Nassau Stichting, The Hague, 1979, p. 91)

Fonte: Fonseca (1982)

Figura 34: *The Vrijburg Palacio, Crossection Reconstruction*, Drawing by the author (“A humanist prince in Europe and Brazil – The Johan Maurits van Nassau Stichting”, The Hague, 1979, p. 93)
 Fonte: Fonseca (1982)

Figura 35: Detalhe de Boa Vista, 1643: Fundos do Palácio de Friburgo com pomar protegido por cerca, e do Forte Ernesto, fortificação em com cercado em madeira
 Fonte: Sousa-Leão (1973)

Dada a escassez de alimentos no Recife, a produção dos jardins de *Vrijburg* viriam a ser utilizados para suprir as necessidades, nos quintais de Nassau (figura 32), como é indicado na *Memória e Instrução de João Maurício*, de Conde de Nassau, acerca do seu governo do Brasil (1644):

Entre outras cousas recomendarei a Vossas Nobrezas o jardim de *Vrijburg* e os viveiros situados nas proximidades, não por causa do meu particular interesse, mas porque em tempo de penúria se pode tirar daí uma notável quantidade de provisões, ao passo que em outras ocasiões foi necessário procura-las alhures com grande perigo e perda de gente. Outrossim, devem Vossas Nobrezas considerar se não será necessário situar um reduto diante da ponte da Boa Vista do outro lado do rio, para manter aberta a passagem para a Várzea (MELLO, 2985, p.399).

Figura 36: Detalhe de *Fribvrgvm, Post, Rervm per octennivm* (1647): Palácio das Torres e Forte Ernesto. Desenho de Frans post, representando o palácio de Friburgo, construído pelo Conde de Nassau em 1641-42, no extremo norte da cidade Maurícia

Fonte: Sousa-Leão (1973)

Na ilha onde existiam apenas o Convento de Santo Antônio dos Franciscanos Descalços e “umas poucas casinhas sem expressão”, ou “senão três ou quatro armazéns e um convento”, segundo os testemunhos, respectivamente, de Duarte de Albuquerque Coelho e J. Grovingh - um português, donatário da capitania e neto do fundador de Pernambuco e o outro, flamengo, despenseiro de Nassau - recebeu esse impacto urbanístico, passando a ter belos prédios, palácios (figura 33), largas ruas e canais. A partir de então passava a precisar de maiores e melhores meios de comunicação, sobretudo porque era o centro da Cidade Maurícia (figura 30) e estava separada do foco comercial, que permanecia no velho povoado.

Então, tornava-se premente unir os dois núcleos de povoação através da construção de uma ponte, por onde os habitantes da zona peninsular [porto] pudessem ter acesso seguro, a pés enxutos, com a nova Maurícia [ilha de Antônio Vaz]. A idéia não era nova, vinha de antes de 1630, quando os portugueses já necessitavam da travessia e se utilizavam de cordas, barcos e depois balsa [holandeses], mas estava sendo boicotada pelos recifenses capitalistas interessados na garantia do domínio sobre o porto e seu comércio. Alegavam eles ter muito a perder com tal melhoramento.

Figura 37: Detalhe de *The Receif, Maurice's Town, and Anthony Vaez*, CHURCHILL, Awnsham, 1703, 1704. Estrutura Urbana detalhada com fortificações, palácios e jardins, áreas residenciais e comerciais, hospital e a Cidade Maurícia (Nova Maurícia) com lotes menores para acesso do Povo.
 Fonte: Archive of the University Siegen, Germany

Figura 38: Detalhe de *The Receif, Maurice's Town, and Anthony Vaez*, CHURCHILL, Awnsham, 1703, 1704. Recife e Porto no istmo adensamento e redirecionamento da malha viária para a ponte (Porta da Ponte), mas ainda sem aterramento do extremo sul do istmo
 Fonte: Archive of the University Siegen, Germany

Para demonstrar uma postura singular frente às necessidades reais de infraestrutura, Nassau visualiza e define os benefícios diretos e as repercussões da aplicação de investimento de recursos, materiais e meios [projeto, melhor mão de obra e técnica] para garantir resultado, gerando uma identidade que é específica de sua forma de administrar, a qual dentro do conceito denominado nesta tese como **cidade necessária**, visa demonstrar como os meios e a forma de aplicação de investimentos cria produções urbanísticas e arquitetônicas distintas.

No caso do Recife colonial, sendo aplicado modelo flexível que se altera de acordo com o meio, com o interesse de retorno e com o padrão desse investimento, é permitida sua leitura através da visualização de tipos específicos de cada fase de atuação ou modelo de atuação, através de sua materialização e da iconografia produzida como representação dessa construção identitária. Pode-se considerar essa identidade também espontânea, baseada em necessidades e interesses, e não em modelos rígidos (figura 44 e 40), fruto do saber fazer como a portuguesa, apesar de relatos convencionados sobre o desejo de deixar marcas nas diversas fases de dominação. No entanto, esse interesse pelo discurso nacionalista não se tratou de alguma determinação de governo ou de seus principais empreendedores, nem dos condutores das principais obras. De qualquer forma, tem presença (interesses políticos, religiosos e culturais) na prática da **cidade necessária** e no seu ritmo (motivação) de conformação e alterações como um organismo vivo através de seus empreendedores, mesmo não tendo reflexos significativos na diferenciação das conformações identitárias distintas.

Legenda: (e) Porta do Palácio, (f) Fortaleza Enesto, (g) *Coenobium*

Figura 39: Detalhe: Fribvrgvm (386), *Rervm per octennivm*, Post, Baerle, 1647, BBMUSP
Fonte: Biblioteca Brasileira Mindlin - USP

Conforme o escrito de Nassau, de acordo com Cavalcanti (1986), a ilha de Antônio Vaz se tornara um lugar aprazível, seguro e com boa oferta de terras, mas continuava com seus terrenos e prédios desvalorizados. Mas, essa situação desapareceria se houvesse tráfego fácil entre os dois bairros, como ocorreu. Sobre essa melhoria na infraestrutura e no desenvolvimento que seriam trazidos pela ponte (figura 41), a carta de Nassau ao Conselho dos XIX, de dois de abril de 1643, diz:

Além dos benefícios que são de esperar para o Recife e Maurícia, da construção de uma ponte, já dito a VV. SS. e tornamos a repetir aqui, que a falta de uma passagem segura entre os dois lugares é o único empecilho do progresso de Maurícia e causa da saída dos seus moradores, pelo que as casas aí estão na maior parte desocupadas; no Recife, pelo contrário, o aluguel das casas é geralmente tão alto que o povo não pode suportá-lo com os seus negócios o que é causa do despovoamento deste lugar que, sendo a capital de toda a conquista, deveria contar com grande número de habitantes e com toda a espécie de comodidade, o único meio para remediar isto, uma vez que ao Recife, por meio de uma ponte... os aluguéis diminuiriam para o povo e além disso as casas terrenas de Maurícia se valorizariam, encontrando-se agora quase desertas (NASSAU, 1977, p.126-129) [grifo nosso].

Legenda: *Reciffo* e porto (fase neerlandesa)

Figura 40: Detalhe de *Prospetto della città Mauricea capitale della provincia di Pernambuco*. Gesamtansicht. Andreas Antonius Horatii inv. et delin.; H. Vincent sc. 1650.
Fonte: Biblioteca Brasileira Mindlin - USP

Legenda: (a) Palácio do Conde de Nassau, (b) Fotaliza Ernesto, (c) Magistrado

Figura 41: Detalhe de *Prospetto della città Mauricea capitale della provincia di Pernambuco*. Gesamtansicht. Andreas Antonius Horatii inv. et delin.; H. Vincent sc. 1650.

Fonte: Biblioteca Brasileira Mindlin - USP

Não deve causar estranhamento Nassau ter tido a ousadia de pôr em um empreendimento da WIC, o seu nome como ocorrido com a Mauritstad, pois ele comprou terras desocupadas na Ilha de Antônio Vaz, com recursos que muitos estudiosos afirmam ser do próprio Nassau, mas que muito provavelmente seria de Amsterdam, através do Nassau seu representante, para aferir maior lucro dentro do investimento da WIC, da qual fazia parte.

Legenda: Ponte ligando Mauritstad e o porto do Recife (holandês)

Figura 42: Detalhe de *Prospetto della città Mauricea capitale della provincia di Pernambuco*. Gesamtansicht. Andreas Antonius Horatii inv. et delin.; H. Vincent sc. 1650.

Fonte: Biblioteca Brasileira Mindlin – USP

Nessas áreas construiu em uma parte mais ao norte, dois palácios e na outra, mais ao sum do Forte Ernesto, onde após terem seus técnicos alterado o projeto de Pieter Post, parcelou e colocou à venda lotes menores que os projetados devido o pouco espaço

disponível. Também passou a construir casas para aluguel e venda, alavancando um mercado imobiliário. Mas a falta de uma ponte para acesso ao porto, onde se concentrava a riqueza comercial da região, os seus empreendimentos ficaram temporariamente desvalorizados.

Fase urbanística com novo modelo de investimento

Após a Restauração, o governo Português que será demonstrado ainda neste capítulo, o governador mandará elaborar minuciosos levantamentos, conferindo o que havia pertencido ou sido construído pelos neerlandeses, mas principalmente os holandeses, no Recife e na Ilha de Antônio Vaz (INVENTÁRIO..., 1940), destacando-se o Inventário dos Petrechos Bélicos que os Holandeses deixaram em Pernambuco e dos Prédios Edificados ou Reparados até 1654 [documento português com informações sobre as obras neerlandesas]. Como eles revelam a forma e a capacidade técnica e funcional dos neerlandeses-holandeses, trataremos desse documento neste período de análise.

Na parte relativa aos materiais bélicos, o Inventário especifica dois títulos: “do que se achou na bateria da porta do Recife da banda do mar e do que se achou na bateria da porta do Recife da banda da *Sequa* com seus respectivos canhões, carretas, balas, barris de pólvora, cartuchos e granadas” (INVENTÁRIO..., 1940, p.20-23).

Legenda: (1) Palácio do Senado, (2) Casa da Nova Libra, (3) Fortaleza de Pedra (porto salgado)

Figura 43: Detalhe de *Prospetto della città Mauricea capitale della provincia di Pernambuco*. Gesamtansicht. Andreas Antonius Horatii inv. et delin.; H. Vincent sc. 1650.

Fonte: Biblioteca Brasileira Mindlin - USP

Na parte do inventário relativa aos prédios edificadas, o documento mostra que durante o período de ocupação neerlandesa houve acrescentamentos de estruturas arquitetônicas de uso militar mais complexas. Também foram inventariados os palácios de Nassau, o da Boa Vista [*'thuijs Boa Vista genaemt* – a casa chamada da Boa Vista] e o de *Vrijburg* ou Friburgo. Também aparecem os fortes Ernesto e Cinco Pontas; a Porta Sul de Maurícia e alguns redutos próximos ao aterro dos Afogados e algumas casas pertencentes a judeus, holandeses e portugueses [pernambucanos e portugueses].

Na povoação que no governo português será chamada Santo Antônio, mas que no holandês foi a Nova Maurícia, foram inventariadas cento e setenta e seis edificações, incluindo os fortes, redutos, palácios e habitações de um modo geral, o que não significa necessariamente que existisse apenas esse número de edificações, pois há casos de mais de uma edificação listada no mesmo item, mesmo assim, extrapolando os números do inventário.

Nessa Ilha de Antônio Vaz, a produção holandesa indicada na iconografia de projetos e realizações é intensa, principalmente a partir de 1637. É também indicada através de mapas posteriores, e mesmo no Inventário de 1654, relatório de pós-ocupação holandesa que detalha a situação de cada edificação existente no Recife e em Antônio Vaz, mostrando que em grande quantidade foram devolvidos aos antigos proprietários, ou confiscados e repassados aos heróis da retomada portuguesa. Nesse Inventário dos Prédios, a maioria das edificações descritas na Antônio Vaz em 1654, estava assentada na Velha Maurícia, mostrando que a área sul da ilha [São José] não foi totalmente ocupado no governo neerlandês-holandês (figura 44).

Legenda: Núcleo Comercial e Militar na área central e sul da *Mauritstad*: (d) Igreja Franciscana (Chiesa de Francesi), (e) Quartel (armaria), (f) Arsenal

Figura 44: Detalhe de *Prospetto della città Mauricea capitale della provincia di Pernambuco*. Gesamtansicht. Andreas Antonius Horatii inv. et delin.; H. Vincent sc. 1650.

Fonte: Biblioteca Brasileira Mindlin - USP

Áreas urbanizáveis [sítio, água, arrecife, insula, mangue, terra firme e hinterlândia]

Antes da dominação holandesa à capitania de Pernambuco, a Ilha de Antônio Vaz era pouco ocupada, ali havia apenas o convento Franciscano no norte da Ilha, e uns poucos moradores das “casinhas”, provavelmente pescadores. Diante da invasão, em 1630, o convento foi ocupado, passando a ser chamado de Forte Ernesto. O comandante das forças holandesas de terra, Diederick van Waerdenburch, ordenou a construção de um forte na ponta sul da Ilha de Antônio Vaz, conhecido até os dias de hoje como Forte das Cinco Pontas.

Em 1631, após longos debates, resolvem abandonar e incendiar a *Vila de Olinda*, diante das dificuldades em fortificá-la. Com toda a população alojada no Recife, isto é, soldados e outras gentes da administração, além de alguns moradores que permaneceram, as dimensões desse povoado eram insuficientes, diante da exiguidade da península, em terras secas, para a construção de outras casas, conforme se pode verificar através de mapeamentos de 1631 e 1637, por demais reproduzidos e conhecidos.

Legenda: Núcleo Comercial e Militar na área central e sul da *Mauritstad*: (g) Fortaleza de Frederico Enrigo, (h) Fortaleza de pedra

Figura 45: Detalhe de *Prospetto della città Mauricea capitale della provincia di Pernambuco*. Gesamtansicht. Andreas Antonius Horatii inv. et delin.; H. Vincent sc. 1650.

Fonte: Biblioteca Brasileira Mindlin - USP

Legenda: Parte sul da ilha, do (B) Palácio da Boa Vista no lado oeste da ilha, de onde partia a ponte para as terras da Boa Vista, até o (H) Forte Hendrix no lado sudeste

Figura 46: Detalhe da Boa Vista. In: Atlas de Barleus – Kaspar van Baerle – Rervm per Octennivm in Brasilia, et Alibi Nuper Gestarum... Amstelodami, ex. Typographico – Joannis Blaev, 1647.

Fonte: FONSECA, 1982, pag. 107).

Nas palavras de Castro, “o Recife viveu, desde suas origens, sempre atraído por duas seduições opostas: a do vasto mar salpicado de caravelas e a do ondulado mar dos canaviais espalhados nas grandes várzeas. De um lado, pelo azul das águas e de outro pelo verde das canas” (CASTRO, 1948).

O *Vale do Capibaribe* vai logo despontar como um dos eixos de ocupação dessa extensa planície.

Os engenhos eram centros de grande atividade, de cultura, de população numerosa, verdadeiras zonas de riqueza e de prosperidade, assentados às margens do Capibaribe, desse rio que se impôs como acidente geográfico e fator econômico e histórico de primeira ordem, na comunicação desses valores locais, com um centro comum que era o porto (CASTRO, 1948).

Por ocasião do domínio holandês, Recife vai ser uma verdadeira casa forte para as tropas flamengas. O mapa produzido por *Dreschler & Cia* pontua esses engenhos na planície [sem seus contornos], embora seus limites de fato existissem nas escrituras das respectivas propriedades lavradas na Vila de Olinda, onde estava a estrutura jurídica.

Figura 47: EST. Gráfico Brasileiro Dreschler & Cia.
Fonte: Monumentos... (1941)

4.1.2.3 Materiais (padrão construtivo)

Transformação do ambiente

A Cidade Maurícia [a oeste] e o Recife [a leste] foram ligados por uma ponte construída em 1642, hoje chamada de Ponte Maurício de Nassau. No período nassoviano, outras obras foram planejadas e executadas na Ilha de Antonio Vaz tais como a drenagem dos terrenos, canais, diques, palácios [Friburgo e Boa Vista], jardins [botânico e zoológico], museu natural, observatório astronômico, organização de serviços públicos como o de bombeiros e de coleta de lixo.

Para que fossem executadas funções administrativas, militares e econômicas, o istmo arenoso onde ficava o Recife e a ilha fluvial de Antônio Vaz receberam beneficiamentos de diversas naturezas. A tecnologia hidráulica neerlandesa foi posta em prática, trazendo uma postura de oposição entre civilização e natureza. Entre obras militares e de produção de equipamentos urbanos, aterrou-se margens de rios, construíram canais, ergueram-se pontes, levantaram-se centenas de edifícios. A população neerlandesa civil do Recife engajou-se neste processo de produção de espaço físico, que trazia um senso de ação coletiva para formação da comunidade citadina, ou burguesa.

A água podia ser conduzida ao redor do perímetro da cidade por canais para os fossos das fortificações. No caso de Antonio Vaz, um braço de rio que partia detrás do *Ernestus* e atingia a área entre o grande hornaveque e o Frederick Hendrick fornecia água para os fossos (MELLO, 1976, p.18). Segundo Miranda (2006), esse sistema defensivo montado pela WIC tinha por embasamento as diretivas da chamada Escola Neerlandesa de Fortificação.

O trabalho Descrição clara e verdadeira de recentes problemas e deslealdade de portugueses no Brasil (1652)⁹⁵, uma tradução holandesa do livro de Pierre Moureau intitulado *Histoire de derniers troubles du Brésil entre les Hollandois et las Portugais*, publicado em 1651, revela informações sobre o início da rebelião contra os holandeses, mas também fornece impressões do autor sobre a vida social de Pernambuco.

Figura 48: *Klare en Waarachtige Beschryving van de leste beroerten en afv der Porugezen in Brasil*, Pierre MOREAU, Hondius JANSSEN, t'Amsterdam, 1652
Fonte: Library of Congress, Washington, USA.

Conforme Moreau (1652), o Recife nassoviano, teve seu grande apoio e base financeira na Rua dos Judeus, destinada aos judeus sefarditas portugueses que se haviam estabelecido em Amsterdam para fugir das fogueiras da Inquisição. Eles estiveram envolvidos, desde o século XVI, no financiamento e operação dos engenhos de açúcar brasileiros e na

⁹⁵ MOREAU, P. *Descrição clara e verdadeira de recentes problemas e deslealdade de portugueses no Brasil*. 1652. Disponível em: <<http://www.loc.gov/index.html>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

comercialização de suas safras, além de participarem ativamente do negócio do pau-brasil, do algodão, do couro e de outros produtos coloniais. Ao final do período holandês, foram judeus saídos do Recife que fundaram a primeira congregação israelita em Nova York.

Figura 49: Klare en Waarachtige Beschryving van de leste beroerten en afv der Porugezen in Brasil, Pierre MOREAU, Hondius JANSSEN, t'Amsterdam, 1652
Fonte: Biblioteca Brasileira Mindlin - USP

Edificações militares [praças, fortificações, cercas/muros, portas, etc]

Pereira (2006) diz que a chegada neerlandesa no Brasil foi facilitada, pois os neerlandeses eram conhecedores das condições econômicas e sociais das colônias portuguesas na América ibérica, bem como do litoral e portos, fruto dos constantes contatos mantidos com a colônia. Isso foi de fundamental importância para a execução dos ataques tanto por mar, como por terra e a consequente tomada. A invasão de 1630 teve o desembarque dos neerlandeses na barra do Rio Pau Amarelo, ao norte de Olinda. Seguindo por terra em direção à mesma, enquanto recebiam cobertura de barcos que os escoltavam pelo mar. Ao chegar a Olinda, receberam um reforço de quinhentos homens que haviam desembarcado ao sul da vila que já se encontrava sob posse neerlandesa⁹⁶. Isso aconteceu devido à fuga dos habitantes e de

⁹⁶ Para maiores informações ver descrição detalhada em: HULLSMAN, L.; TEENSMA, B.N. Descrição da conquista de Pernambuco por H.C.Lonk. In: GALINDO, M. (Org.). *Viver e morrer no Brasil Holandês*. 2005. p.141-174.

alguns soldados para Recife ou interior (CALADO, 1985). Após a tomada de Olinda prosseguiram em direção ao sul, pelo istmo até chegar ao povoado de Recife indo ao encontro do Castelo da Terra, ou Forte de São Jorge, que após a luta se rendeu. No dia seguinte, o Recife já se encontrava sem resistência, uma vez que portugueses haviam fugido, queimando navios e armazéns.

Estruturação da defesa do Lugar do Recife até 1630

O Recife era desde o segundo quartel do século XVI, uma vila dotada de armazéns, fazendo às vezes de zona portuária de Olinda. Constava, em 1630, de um simples arruado duplo. Frequentemente esta localidade era referida nos documentos como – a aldeia, ou *Dorp* nos papéis neerlandeses – Povo.

Figura 50: De Stat Olinda de Pharnambuco, verovert by den E. General Hendrick C. Lonck 1630. Janssonius, Johannes, Visscher, Claes, ed Johannes Janssonius, Amsterdam, 1651

Fonte: In: GUEDES, Max Justo, HERKENNHOFF, Paulo. A cartografia holandesa do Brasil. Lisboa: Sextante Artes, 1999. pp. 64-85; Fonseca (1982).

Sua paisagem nesta data está registrada na gravura (figura 50) acima mencionada, a cidade de Olinda [*De Stadt Olinda*] e revela o casario em maior parte feito de pedra e cercado por uma paliçada do lado do mar (BREDA, 2007).

Figura 51. Area do povo, no Recife das Cacimbas. De Stat Olinda de Pharnambuco, verovert by den E. General Hendrick C. Lonck 1630. Janssonius, Johannes, Visscher, Claes, ed Johannes Janssonius, Amsterdam, 1651
Fonte: FONSECA, 1982.

Um observador a partir de um navio aproximando-se da costa veria em destaque as fortificações portuguesas que protegiam o porto. Assim descreveu esta situação o soldado alemão Richshoffer:

A 15 [de fevereiro de 1630] chegamos tão próximo à costa que, não só distinguimos perfeitamente a cidade de Olinda, de Pernambuco, como vimos os dois fortes junto à aldeia Povo, um dos quais, situado na praia e chamado São Jorge, enquanto que o outro que está sobre o rochedo ou recife tem o nome de Forte do Mar (RICHSHOFFER, 1978, p.56).

Novas baterias de trincheiras instaladas complementam o sistema de fortificações no istmo. O sistema foi implantado pelos portugueses para a defesa de Olinda, mas com a dominação neerlandesa, foi revertido para defesa do "Porto dos Arrecifes".

Figura 52 - Hanc Tabulam Continens Laetam / PHARNAMBUCCI/ victoriam,/ amplissimis prudentissimis consultissimis que / Dominis/D. Societis Indice occidentalis Curatoribus, / nec non/ Fortissimo Victoriosissimo que Domino/ D. HENRICO C. LONQ./ Archithalasso incomparabili devote/ dat dedicat et consecrat/ humillimis ipsorum cliens, PISCATOR. Nicolaus Ioannis, Amsterdã, 1630.

Fonte: FONSECA, 1982, p. 68

A Planta da Ilha de Antônio Vaz... (*Grondt teyckoningh*) de Drewisch (1631), não alude ao arruado do Recife. Todavia, uma planta publicada por João Teixeira Albernaz (MENEZES, 2000a), de mesma data, dá conta de pelo menos uma rua constituída no areal, além de alguns quarteirões dispersos e a ermida do Corpo Santo.

Alguns armazéns de açúcar foram queimados pelos luso-brasileiros quando da invasão das tropas da WIC e, no mais, parece que havia poucas casas com boas condições. Richshoffer (1978, p.72) relata em seu diário que quando sua companhia de soldados foi mudada de Olinda para o Recife, em maio de 1630, ali lhes “deram péssimos alojamentos”. Naqueles primeiros meses de conquista já ficava evidente também a vulnerabilidade do areal do istmo Recife diante da água circundante. Uma carta do governador neerlandês Diederick Waerdenburch aos Estados Gerais das Províncias Unidas, datada de julho de 1630, traz o primeiro testemunho neerlandês sobre o assunto:

A aldeia do Recife, onde os armazéns dos portugueses estavam situados e onde alguns se acham ainda de pé e onde mais tarde se construirão outros, como esperamos e se Deus permitir, deverá ser fortificada igualmente com alvenaria em todo o redor, para garanti-la contra a ação da água: provisoriamente fi-la prover de boa e forte muralha do lado de Antonio Vaaz, e, além disso, de estacadas na água em volta, exteriormente (DOCUMENTOS...,1945).

Figura 53- *Hanc Tabulam Continens Laetam, PHARNAMBUCL, PISCATOR*. Nicolaus Ioannis, Amsterdã, 1630. Fonte: FONSECA, 1982, p. 68.

Meerkerk (1988) diz que alguns autores citam esta como a primeira notícia do trabalho de definição de um contorno firme na povoação do Recife, através de muralha de contenção da água. A diligência da companhia para com o terreno é compreensível pela eminente necessidade de fortificação. Os servidores da Companhia apinhavam-se em Olinda, Recife e nas partes seguras de Antônio Vaz. A presença da resistência local luso-brasileira era tão próximo que não raro ocorriam ataques ao istmo, visto que com a maré baixa facilmente alcançava-se o Recife. Os próprios oficiais neerlandeses Almirante *Lonck* e *Pieter Adrianszoon* foram atacados de passagem pelo istmo no caminho entre Olinda e o Recife. Para fixar pontos de defesa, entre março de 1630 e finais de 1631, finalizaram-se dez novas fortificações (MEERKERK, 1988). Estes trabalhos defensivos operados pelas tropas da Companhia seguiram em ritmo regular, chegando aqui e ali material de construção das Províncias Unidas, como em outubro de 1630, quando dois iates e um navio mercante trouxeram “paliçadas, pranchões e toda sorte de materiais próprios para entrincheiramentos e edificações” (RICHSHOFFER, 1978, p.80). É bem sabido também que quando da destruição de Olinda [novembro de 1631], o material aproveitável foi levado para ser usado em construções no Recife (RICHSHOFFER, 1978).

Antes do início da imigração de civis vindos das Províncias Unidas e da incorporação de soldados dispensados à população civil, a Companhia executou sobre o espaço físico aprimoramentos iniciais, que de forma alguma eram investimentos vagos. As obras de contenção da água e fortificação tiveram inicialmente um intuito militar, mas foram apenas o início do beneficiamento do terreno que era, de fato, propriedade da própria Companhia tal como prescrito pelo regimento que lhes fora concedido pelos Estados Gerais das Províncias Unidas em 1629. O artigo 16 desse regimento rezava que:

Os Conselheiros confiscarão e mandarão logo apreender em proveito da Companhia todas as terras, casas, engenhos, imóveis hereditários, rendas e direitos senhoriais, que pertencerem ao rei de Espanha, a seus súditos e aderentes, ou aos portugueses que se conservarem sob o governo do dito rei, bem como os bens dos jesuítas e dos conventos e outros colégios do clero, de qualquer ordem que sejam, e os farão registrar especificadamente, administrar e beneficiar, e providenciarão sobre a prestação de contas de suas rendas, como sempre (BREDA, 2007).

Nos momentos iniciais da invasão outros fatores determinaram a ocupação daquele istmo: A distância da vila de Olinda para o porto do Recife (figura 54)⁹⁷ e para o acesso das grandes embarcações ao mar; o tempo perdido no transporte de mercadorias do porto para

⁹⁷ Frans Post (1637-45), *Olinda*. In: Atlas de Barleus – Kaspar van Baerle – Rervm per Octennivm in Brasilia, et Alibi Nuper Gestarum... Amstelodami, ex. Typographico – Joanis Blaeu, 1647.

aquela vila; a insegurança no trajeto entre os dois locais e o fato do Recife estar mais ajustado às soluções de defesa adotadas pelos neerlandeses, que tradicionalmente construíam seus núcleos urbanos em sítios planos e alagadiços⁹⁸.

Figura 54 - Olinda. Frans Post (1637-45). In: Atlas de Barleus – Kaspar van Baerle – Rervm per Octennivm in Brasilia, et Alibi Nuper Gestarum... Amstelodami, ex. Typographico – Joanis Blaeu, 1647, estampa nº 10.
Fonte: Biblioteca Brasileira Mindlin - USP

Em seu estudo sobre fortificações, Miranda (2006) esclarece que em fins do século XV, engenheiros italianos introduziram na Europa este novo tipo de fortificação. As altas muralhas dos castelos e cidades abriram caminho para uma defesa de perímetro feita por bancos de areia e madeira rebaixados, engenhosamente postos de maneira que as aproximações poderiam ser impedidas pelo fogo defensivo (DUFFY, 1998). As muralhas de defesa adotaram o chamado perfil moderno, para que pudessem resistir de maneira eficaz aos projéteis das armas de fogo, que afundavam nos grossos muros de terra sem alcançar seu objetivo (BRAUDEL, 1997).

⁹⁸ Paulo Santos. *Formação das Cidades no Brasil Colonial*, 2001, p. 110. Outras questões foram determinantes para a escolha da Capitania de Pernambuco, e especificamente do porto do Recife. Se tratada apenas daquelas que influenciaram as questões de ordem militar.

Estas mudanças estruturais nas fortificações foram complementadas com a adoção, entre os séculos XVI-XVII, do baluarte⁹⁹. A estrutura abaluartada permitia o flanqueamento das posições e o cruzamento dos fogos, o que possibilitava os defensores de atingir qualquer um que tentasse assaltar as muralhas de uma fortificação (PARKER, 2002). O princípio fundamental dos recintos fortificados era o da capacidade de uma pequena força defender sua posição contra um amplo conjunto de tropas ou até mesmo de embarcações. Um forte bem posicionado, ou um grupo de fortificações que agissem de maneira complementar, compondo um sistema fortificado, eram capazes de impor uma barreira estratégica no caminho de um agressor poderoso¹⁰⁰. A localização de uma fortificação agrupada a obstáculos naturais maximizava sua força. Nos rios ou estreitos, uma fortificação poderia negar a travessia de um inimigo e forçar que suas tropas tivessem suas linhas de suprimento deslocadas para locais mais distantes e de acessibilidade menor. Uma fortificação também poderia dar um poderoso suporte a uma ação ofensiva.

Ainda de acordo com Miranda (2006), um sistema fortificado poderia aumentar o esforço defensivo de muitas maneiras, uma vez que sua disposição permitia cobrir grande parte do terreno defendido. A maior parte das fortificações podia oferecer a um exército derrotado refúgio, descanso e reforços. Como posto acima, fortificações bem situadas podiam servir para uma grande variedade de fins estratégicos. Por isso tornaram-se, entre os séculos XVII e XVIII, importantes instrumentos de guerra. Dadas as vantagens dos recintos fortificados, atacá-los, durante boa parte do século XVII, era uma tarefa de grande risco. Durante este período o ataque rumo à fortificação era uma confusão de aproches¹⁰¹ (FORTES, 1993) e baterias¹⁰² (PIMENTEL, 1993), com extremo perigo para os que cavavam e faziam assaltos. O engenheiro chefe de Luís XIV, Sébastien le Prestre de Vauban (1633-1707), sob a influência de Blaise François de Pagan (1604-1665), que desenvolveria uma importante técnica de ataque e defesa de fortificações que mudaria os rumos da guerra de assédio¹⁰³ (DUFFY, 1996). Vauban foi o maior construtor de fortificações de seu tempo. Para ele a construção de fortificações estava integrada no plano de

⁹⁹ Baluarte, ou bastião, é estrutura de fortificação avançada com dois flancos e duas faces. Normalmente tem a forma de um pentágono irregular ligado a base de uma construção principal. A face é cada um dos lados externos que formam o ângulo saliente de um baluarte. O flanco é o lado que se estende da face ao muro de fechamento (cortina). Sua função é a de flanqueamento.

¹⁰⁰ Sistema de defesa fortificado é um grupo de fortificações que se apoiavam mutuamente para o resguard o de determinada posição. O funcionamento do sistema se dava pelo cruzamento recíproco de fogos, possibilitado pela utilização da estrutura abaluartada. Esses sistemas de defesas eram compostos de diferentes tipos de recintos fortificados, tais como fortalezas, fortes, fortins, redutos, baterias, hornaveques, etc.

¹⁰¹ Os aproches eram trincheiras construídas para fazer uma aproximação protegida dos tiros de uma fortificação inimiga.

¹⁰² Baterias eram obras ofensivas onde eram dispostas peças de artilharia para atingir o inimigo ou uma praça sitiada.

¹⁰³ Guerra de assédio ou de sitio era uma operação militar que estabelecia um cerco a alguma posição com a finalidade de exercer o domínio.

defesa de um Estado. Contraditoriamente, *Vauban* criou um eficiente método “científico” no qual as fortificações poderiam ser capturadas (MIRANDA, 2006).

O preço de uma fortificação era profundamente influenciado por fatores locais como a qualidade do material de construção, viabilidade dos transportes destes materiais e da mão de obra (MIRANDA, 2006). A construção de fortificações não se constituía apenas de vantagens. Além dos elevados custos citados, a utilização desses recintos só se mostrou eficaz quando não eram empregados como a única estratégia de guerra. Caso se seguisse esse caminho, corria-se o sério risco de tornar as tropas imóveis, e, por conseguinte, causar um impasse militar que só seria quebrado com um golpe decisivo de alguma das partes envolvidas na contenda. Outro problema era que uma única fortificação só servia para a proteção de um limitado espaço e ainda assim não resistia muito tempo a um grande exército se fosse totalmente cercada (MIRANDA, 2006). Por isso eram construídas várias fortificações – na composição de um sistema – para ampliar os esforços de resguardo, o que implicava em novos custos (PARKER, 2002).

Eram os comandantes, junto a seus engenheiros, que davam o aval dos ataques bélicos às fortificações, indicando a estratégia que consideravam melhor para determinado lugar. A escolha levava em consideração o ponto mais fraco ou de maior importância estratégica. Havia uma grande dificuldade de se fazer o reconhecimento das estruturas de uma fortificação inimiga no campo de batalha e de associá-las aos desenhos de um mapa.

De longe, a maioria das fortificações parecia com montes de terra, ou mesmo de pedra, e o que as diferenciavam era a coloração acinzentada da última ou amarronzada da primeira. Alguns poucos vestígios poderiam indicar as posições dos portões e das guaritas, como a sombra que essas estruturas faziam sob o pôr do sol. O mais importante e difícil de fazer era distinguir onde estavam os bastiões, ou seja, estabelecer as zonas de morte do recinto fortificado. Depois que as peças de artilharia de uma fortificação estivessem desmanteladas pelas peças sitiadoras e as trincheiras tivessem alcançado o fosso da fortificação atacada, era organizado um pesado bombardeio em massa contra o ponto escolhido e ocorria um assalto à fortificação. Nesse estágio do combate, o governador da fortificação geralmente capitulava (DUFFY, 1996).

O sistema de defesa da praça do Recife (1630-1654)

O sistema de defesa da Praça do Recife¹⁰⁴ constituía-se no principal posto neerlandês de afirmação, posse e defesa no litoral norte do Brasil. Desta base partiam as ofensivas contra outras capitanias e contra os centros de abastecimento de escravos na costa africana, além de ser embarcado o açúcar produzido nos engenhos, gêneros tropicais e as pilhagens provenientes da guerra. Após a tomada de Olinda e Recife, contínuas emboscadas foram feitas pelas tropas luso-brasileiras com intuito de limitar as tropas da WIC a Olinda, Antonio Vaz e istmo do Recife. Impossibilitados de expulsar os neerlandeses do território, dada à inexistência de poder naval equiparável a frota da WIC estacionada no porto, os luso-brasileiros passaram a basear a defesa da terra em uma guerra de usura com o intuito de confinar os holandeses a Praça-forte do Recife (MELLO, 1998).

Neste período inicial do conflito, que se convencionou chamar de ‘guerra lenta’, os neerlandeses foram limitados no Recife por um dispositivo militar montado pelas tropas de resistência. Este dispositivo concentrava em uma praça fortificada a Oeste do Recife [o Arraial do Bom Jesus] o grosso do exército regular local, que era auxiliado por uma linha de postos avançados – as estâncias – ao redor do Recife, que “formavam um arco tático a meio caminho entre a cidade ocupada e o Arraial” (MIRANDA, 2006). Cercadas pelo lado da terra é a situação que perduraria até 1635, quando a mudança estratégica da WIC permitiu desbaratar o cerco e a resistência local – as tropas neerlandesas trataram de garantir sua posição à custa de estruturas defensivas¹⁰⁵.

Miranda (2006) prossegue afirmando que, depois de ponderar as vantagens e desvantagens de se estabelecer em Olinda ou no Recife, o Comando Militar da WIC no Brasil passou a solicitar ao Conselho dos XIX a permissão para destruir a Vila e concentrar tropas e fortificações no Recife, sítio que considerava adequado para a construção de uma praça-forte. Mas o príncipe de Orange, chefe-geral das forças armadas neerlandesas, não deu parecer favorável ao abandono. Deu ordens para que Olinda, caso houvessem meios, fosse fortificada. Portanto, também a forma de conceber e executar empreendimentos militares no espaço urbano do Recife reflete a lógica da utilização das variáveis que compõem o conceito de

¹⁰⁴ A chamada Praça do Recife era constituída de duas partes, o Recife e a ilha de Antônio Vaz. Entre 1637 e 1639, com o início da implantação de um plano de intervenção urbana na ilha, a Praça passou a ser a chamada pelos neerlandeses de Stadt Mauritia (Cidade Maurícia). A ilha ficava dividida em Velha Maurícia, ao norte, área de ocupação primitiva e a Nova Maurícia (Nieuwe Mauritia), ao sul. O conjunto era completado pelo Recife. In: José Antonio Gonsalves de Mello. Tempo dos Flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil, 2001, p. 91.

¹⁰⁵ Sobre as estratégias utilizadas por neerlandeses e luso-brasileiros nos primeiros anos da guerra no Brasil ler: Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, 1998, p. 33.

cidade necessária formulado nesta tese para demonstrar de que forma é construída a identidade urbana que se lê consolidada na iconografia, revelando não um discurso estético ou de afirmação nacionalista [mesmo considerando esse interesse em diversos casos], mas sendo executadas ações baseadas na maneira da aplicação de investimentos [meios e recursos materiais], de acordo com o interesse e os objetivos para o referido ambiente natural ou construído. Mesmo antes de uma decisão favorável do príncipe ao pedido do Comando em Pernambuco, o General *Waerdenburgh* tinha iniciado a construção de fortificações no istmo e em Antonio Vaz (*Eylandt Antoni Vaaz*). Houve uma considerável urgência por parte do governador Waerdenburch em garantir uma rápida melhoria do esquema de fortificação do Recife e Antônio Vaz. Os ataques quase diários que realizavam os portugueses a Olinda e Recife em retaliação aos invasores batavos exigiam uma boa estrutura de defesa para eles. O problema de abastecimento de água do Recife também buscava nestas obras de sistema de defesa a solução, e as fortificações levavam em conta as “cacimbas de Ambrósio Machado”, situadas ao lado de onde foi levantado o Forte Fredrick Henrick, conhecido como *Vijfhoek* ou Cinco Pontas. Waerdenburgh, em 1631, pediu uma decisão sobre o estruturamento de abastecimento de água ao Conselho dos XIX, uma vez que havia uma possibilidade de desembarque de tropas de reforço luso-brasileiras. Provavelmente, o General considerava sua posição no Recife ainda muito vulnerável para resistir e impedir um ataque das tropas de resistência.

De 1630 a 1634, período em os neerlandeses estiveram praticamente sitiados no Recife e Antônio Vaz, o que mais preocupava a WIC era a manutenção do recém- construído complexo de fortificações, que representavam um gasto dispendioso para A Companhia. Por exemplo, apenas o gasto com a conclusão da fortaleza do Brum, no cálculo do Conselho Político, a soma alcançou vinte e cinco mil floríns. Este valor, para os anos de 1632-33, poderia ser considerado bastante elevado se levar em conta quanto recebia um soldado por mês, cinco florins. Os gastos com as fortificações e mesmo o pagamento dos efetivos tornava pesado o fardo da conquista (SILVA, 2001).

Apesar de muitos problemas enfrentados pela WIC, todavia, talvez o maior deles tenha sido com a evasão de soldados, ao final do prazo de seus contratos. Vale ressaltar o fato de que estes soldados serviram para os mais diversos fins, tais quais trabalhos em construção e reparos de fortes e paliçadas, carregamento e descarregamento de mercadorias dos navios, além de suas funções ordinárias, ou seja, o expediente da guerra.

Watjen (1938) relata que uma das tarefas a ser desempenhada por Maurício de Nassau, no Brasil, seria a de reestruturar a administração que “não podia permanecer por mais tempo

nas mãos de um corpo administrativo tão baldo de meios de defesa”. Entendendo-se o inimigo como sendo os hispano-luso-brasileiros, o historiador expõe a precariedade da conquista em vários aspectos, inclusive militar e financeiro. Nassau-Siegen assume o ofício de Procurador da WIC no Brasil, junto ao Conselho dos XIX, em 4 de agosto de 1636. A partir de fevereiro de 1637, na administração nassoviana, a guerra continuava, porém, a partir daí, a Companhia centralizou o processo decisório local nas mãos do Stathalter (Nassau), uma reviravolta na política administrativa interna. Os diretores da WIC, com relação ao comércio, aconselhou a Nassau e ao Alto Conselho que todos os navios vindos da Holanda aportassem diretamente no Recife, pelo fato de aí ser o lugar “onde as mais altas autoridades residem” (NOTULEN, 1637)¹⁰⁶.

Com isso, transformavam esta cidade no único centro comercial do Brasil holandês. Com relação a esta atitude da Companhia, reforçou Luís da Câmara Cascudo a posição do Recife e da Cidade Maurícia como o centro único do comércio da WIC no Brasil. Tudo era motivo para arrecadar. Quem sujasse as ruas do Recife e Antônio Vaz corria o risco de pagar 3 florins de multa, como também o taberneiro que vendesse bebidas alcoólicas no domingo “durante a predicação” pagaria 3 florins por cada consumidor. A infração destas normas implicariam em mais uma maneira de arrecadação por parte da Companhia que, se reincidentes, comporiam um *klein profijt* (pequeno proveito).

Estruturação da defesa do Recife e da Ilha de Antônio Vaz

Antes de serem senhores da terra, logo após a invasão, ainda com uso de bandeiras simbolizando esse domínio, os holandeses elaboraram levantamentos cartográficos anteriores a 1630, como o manuscrito intitulado *Ont voerp van stadt parnambuco D. Ruit.s fecit*, do Algemeen Rijksarchief, em Haia, de cerca de 1617, e a ilustração esquemática chamada Pernambuco, do *Reys-boeck van het rijke Brasilien*, de 1624 [contendo informações com pouca precisão técnica, demonstrando conhecimento não aprofundado do local espionado].

¹⁰⁶ DNJH - DAGELIJSKE NOTULEN der Hooge Raden in Brazilië, 1635-1644 (nótuas diárias do Alto Conselho do Recife). Traduções de Pablo Galindo, Judith de Jong e Anne Brockland, coleção José Hygino, cópias manuscritas do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

Figura 55: Visão geral do istmo, Recife, e ilha dos Franciscanos. Detalhe de “*Ont voerp van stadt parnambuco*” D. Ruit.s fecit, do Algemeen Rijksarchief, em Haia, de cerca de 1617
Fonte: Reis Filho (2000)

Figura 56: Detalhe de Olinda (Brasilien). *Eygentlicher Abris und Gelegenheit der vornemen Hauptstadt des Königreichs Brasilien Phernambuco auch Olinda genandt inn America gelegen, wie dieselbe ... im Namen der West Indianischen Compagny ... erobert und unter der Herren Staaden Gewalt gebracht worden.* Anonymer Kupferstich. 25,7 x 31,4 cm. Um 1630 (mapa alemão). Mostra o Recife fortificado e início da ocupação da Ilha de Antônio Vaz, mas sem precisão

Figura 57 : Olinda e Recife. Detalhe de *Pascareert van de ghelegenthey van Parnambuc* (1630). GERRITSZ. Hessel, publicado por Jan Stam Frederickszoon, 1631.

Fonte: British Museum; John Carter Brown Library, University of Washington. Sugere-se que foi elaborado a partir da ilustração alemã *Eygentlicher Abris vnd Gelegenhey* (1630), mas com proporção mais aproximada da realidade, mostrando conhecimento de ilustrações sobre a invasão e cartografia, muito divulgada apartir de 1630

Figura 58: Recife fortificado e Ilha de Antônio Vaz. Detalhe de *Pascareert van de ghelegenthey van Parnambuc* (1630). GERRITSZ. Hessel, publicado por Jan Stam Frederickszoon, 1631.

Fonte: British Museum; John Carter Brown Library, University of Washington.

Estes não apresentam projetos de fortificação, mas esquemas das fortificações portuguesas existentes. Há também levantamentos portugueses de 1609, 1616 e 1626. Todas as obras mostram Antônio Vaz de maneira bastante esquemática, representando mais de uma construção na ilha, mas aparentemente ainda sem precisão e sem nenhuma indicação do que seriam elas, parecendo apenas ilustrativas.

Nos primeiros levantamentos cartográficos que fizeram os holandeses já senhores da terra¹⁰⁷ (REIS FILHO, 2000), após identificação de pontos de reconhecimento e visualização,

¹⁰⁷ Entretanto, há referência ao mosteiro Franciscano em todas elas, portuguesas e holandesas.

estão traçados os planos e as obras de fortificação executadas, primeiros passos para a ocupação da ilha. De 1630 a 1637, Recife e Antônio Vaz haviam sido transformados em grandes canteiros de obras para a constituição de uma praça-forte com condição de alojar e defender os soldados da Companhia. Tanto a segurança do porto quanto a do istmo foram reforçadas com a construção, ainda em 1630, do *Schans de Bruyn* [Forte do Brum], projetado pelo engenheiro da WIC *Tobias Commersteijn* sob as bases da obra do Forte Diogo Paes. Acrescentou-se à defesa do *Bruyn* um hornaveque, obra de fortificação avançada e complementar, concluída em 1631 (RICHSHOFFER, 1978).

Figura 59 - [Recife] Planta esquemática Holandesa de fortificação de áreas navegáveis, s. a. In: Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. O manuscrito não diferencia o nível e a tipologia de amuralhamento da cidade, das fortificações e dos redutos.

O manuscrito do Real Arquivo Geral de Haia [*Algemeen Rijksarchief*], nos Países Baixos, datado de 1630, sem título e de autor desconhecido (REIS FILHO, 2000, p. 330), e a planta de Drewisch, de 1631, denominada Planta da Ilha de Antônio Vaz, Recife e terras do porto de Pernambuco [*Grondt teyckoningh van het Eylandt Antoni Vaaz, het Recife ende vastelandt aende haven van Pernambuco in Brasil*], *soodanigh als die tegewoordigh voor de West Indische Comp. met de Schansen, Redouten ende andre wercken zijn voorsien*; in Caert gebracht door den Ingenieur Andreas Drewisch Bongesaltensis in Julio Anno 1631...”¹⁰⁸ mostram a fortificação em torno do Convento de Santo Antônio, realizada já no primeiro

¹⁰⁸ “Planta da ilha de Antônio Vaz, do Recife e do continente no porto de Pernambuco, no Brasil, tal como atualmente se apresenta guarnecido pela Companhia das Índias Ocidentais, com fortificações, redutos e outras obras estão previstas em mapa executado pelo Engenheiro Andreas Drewisch Bongesaltensis, em Julho de 1631”. A planta está reproduzida em Nestor Goulart Reis Filho. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, 2000, e em José Antonio Gonçalves Mello. *A Cartografia Holandesa do Recife. Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648*, 1976.

semestre de 1630 e consistindo de um fosso circundante e o Hornaveque¹⁰⁹, cuja construção foi determinada em maio de 1630 por ordem do Coronel Diederik van Waerdenburch, cercando as “casas situadas em Antônio Vaz” (MELLO, 1976, p.12), incluindo a “casa portuguesa”, apropriada pela Companhia das Índias Ocidentais¹¹⁰.

Figura 60: Hinterlândia. Recife e Olinda, s. a., 1632. In: Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia. Além de representar a cidade, demonstra maior conhecimento do território produtivo, numa rede de engenhos, canaviais, trilhas e rios

Como relata Miranda (2006), no ano de 1630 foram dadas várias instruções para a construção de diversas fortificações que ficaram prontas até 1637. O comando militar deu especificações, em abril de 1630, a que se edificasse no norte da Ilha de Antonio Vaz uma fortificação que rodeasse o convento franciscano de Santo Antônio. O *Schans Ernestus* [Forte Ernesto] – obra em questão – seria constituído de fosso e muralha de faxina e terra que rodeariam o Convento. Da posição do forte – segundo determinações de *Waerdenburgh*, de

¹⁰⁹ Hornaveque “É uma obra de fortificação avançada, composta de dois meios baluartes, ligados por uma cortina”. In: Coronel Anibal Barreto. *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*, 1958, p. 25). Em rigor, o hornaveque é um espaço fortificado pela ligação de certos pontos por meio de uma muralha baixa, normalmente de taipa, chamada esplanada ou cortina. ANEXO 2, n.º 6.3, e ANEXO 3, n.º 10.2

¹¹⁰ Esta casa viria a ser, entre 1637 e 1642, a moradia de Nassau, pintada pelo alemão Zacharias Wagener e publicada no seu “Thier Burch” (Zacharias Wagener. *Thier Burch*, 1964. In: Cristina Ferrão; Jose Paulo Soares Monteiros (eds.), *Dutch Brazil* - Vol. II, 1997.

maio de 1630 – deveriam sair dois hornaveques rumo à parte sul da ilha, um deles denominado Grande Hornaveque, junto a um braço de rio que passava pela ilha, e outro, menor e mais recuado da camboa (MELLO, 1976).

Complementava-se ainda a defesa desta área por dois hornaveques – na direção sul – anexos ao *Frederick Hendrick*, e pelo forte chamado Amelioc [Amália; Amélia]. A Ilha de Antonio Vaz ainda seria guarnecida por quatro redutos na direção oeste. Em fevereiro de 1631, na confluência dos rios Capibaribe e Beberibe (ao norte de Antonio Vaz), inciou-se a construção do *Schans Waerdenbij* [Forte *Waerdenburgh* ou Forte das Três Pontas]. Fortificação de três baluartes voltados para o continente [direção noroeste], reforçava a posição da ilha e das fortificações construídas no istmo [*Bruyn e Juffrouw de Bruyne*] (MELLO, 1976).

No primeiro momento de ocupação meramente militar, na Ilha de Antônio Vaz, o hornaveque que cercou as casas da ilha tinha a função de produzir espaço seguro para o aquartelamento dos soldados nos edifícios ali existentes. A praça assim fixada serviu também como o primeiro local de justiça dos neerlandeses, onde se realizava a execução de eventuais criminosos (MELLO, 1976).

O mapa do plano de *Drewisch* faz crer que não havia mais que uma habitação na ilha, mas esta planta é bastante esquemática, não mostrando também o arruamento do Recife. Todavia, o manuscrito de 1630 e a estampa A cidade Olinda de Pernambuco [*De Stadt Olinda de Pharnambuco...*] ilustram não somente a casa portuguesa, mas uma série de casas na área em que se fez o dito hornaveque. Estas eram as casas citadas pelo soldado alemão da WIC, Ambrosius Richshoffer¹¹¹, em seu diário:

Na madrugada de 24 [de maio de 1630] os inimigos atacaram a Ilha de Antônio com tão furiosa resolução que não só transpuseram a trincheira e retiraram do reparo uma pequena peça de ferro, como também entraram nas casas e mataram diversos nas suas camas, fugindo a maior parte para o lado do rio. Contudo, graças aos atos de valor do Sr. Major Schuep, que desceu do seu alojamento e reuniu e animou os soldados apavorados, os assaltantes foram repelidos com grandes perdas, como verificamos, ao romper do dia, pelos muitos mortos encontrados dentro e fora das trincheiras (RISCHSHOFFER, 1978).

¹¹¹ Ambrosius Richshoffer foi um mercenário alemão que publicou o seu diário descrevendo o período de sua permanência como soldado da Companhia no Brasil entre 1630 e 1632. Neste último ano, partiu ele para as Antilhas, e daí para a Holanda, de onde voltou a seu país (Richshoffer, A. *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*, 1978).

Figura 61: Vista de Povo do Recife até o istmo - Detalhe de *De Stadt Olinda* (1630), VISSCHER: Amsterdam by Jan Jansson, 1657

Na segunda quinzena de fevereiro de 1631, a conquista de Recife e Olinda tinha sido feita havia três meses, e em maio já eram cavadas as trincheiras que se tornariam o primeiro hornaveque em Antônio Vaz. A produção técnica de espaço era uma exigência da conquista militar. As casas apropriadas pela Companhia eram sobrados, como se pode observar na estampa “A Cidade de Olinda...” [*De Stadt Olinda*]¹¹², o que parece se confirmar pela narrativa do soldado alemão Richshoffer, que descreve o Major descendo de seus alojamentos.

Figura 62: Vista da ocupação na Ilha de Antônio Vaz - Detalhe de *De Stadt Olinda* (1630), VISSCHER: Amsterdam by Jan Jansson, 1657

O conjunto de obras arquitetônicas em Antônio Vaz não mudou muito até o início do segundo período, em 1637. Até lá, basicamente suas obras ficaram a cargo da Companhia das Índias, por meio de seus engenheiros contratados e da mão de obra de seus soldados. As operações militares foram constantes nos cinco primeiros anos, e a preocupação do inimigo português além-rio era, em Antônio Vaz, inevitável no olhar para o poente.

¹¹² “*De Stadt Olinda de Pharnambuco, Veroveret by den E. Generael Hendrick C. Lonck*” ou “A cidade Olinda de Pernambuco, conquistada pelo E. General Hendrick C. Lock”. Trata-se de uma estampa em um folheto comemorativo da conquista do Nordeste brasileiro, publicado em 1630, em francês, por *Claes Janz Vischer*. A gravura que mostra um panorama de Olinda, o istmo do Recife e parte da face leste de Antônio Vaz traz a inscrição “assim desenhado ao vivo no porto, ano 1630”. O folheto está reproduzido em Nestor Goulart Reis Filho. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, 2000, p.80.

Após o plano de fortificação [defesa da Praça do Recife e *Mauritstad*] de Andreas Drewish (1631), o plano urbanístico de Pieter Post (1639) agrupou qualidades de planejamento para longo prazo, com visão de investimentos de acordo com as principais necessidades e diferentes padrões de aplicação de meios e recursos de acordo com os objetivos do empreendimento, gerando padrões identitários distintos, também diferenciados pelo meio natural e pela geografia do sítio escolhido, dentro do conceito de **cidade necessária**, levantado por esta tese. Sobre o Recife, antes da presença holandesa e após o plano de 1639, podemos perceber como existiu uma preocupação de hierarquizar a cidade e de planejar a expansão urbana, numa espécie de plano diretor.

Tal período de manobras militares do Capibaribe findou com a queda do Arraial do Bom Jesus (núcleo da resistência luso-brasileira, a cerca de seis quilômetros do Recife), em 1635, no cerco do coronel Arciszewski, da WIC. Já se registra, a partir de outubro daquele ano, que as casas da ilha eram alugadas a preços extremamente baixos, o que era feito por comerciantes provindos da Europa. Este começo de vida civil em Antônio Vaz fora, a par disso, contemplado com o impedimento legal da circulação de animais no interior da fortificação (MELLO, 1976).

Outro engenheiro fora contratado para instaurar os trabalhos de fortificação do Recife. Seu nome era Pieter van Bueren, que junto a Andreas Drewisch, também engenheiro da WIC, executou os planos de Commersteijn, o que resultou na constituição do primeiro sistema de defesa neerlandês no Recife, que ficou pronto em 1637. Erigiu-se também no istmo, projetado por Drewisch, em direção ao norte, em junho de 1631, o *Schans Juffrouw de Bruyne* (Forte do Buraco), de forma a garantir a passagem na lingueta de terra para Olinda e cruzar os tiros de seus canhões com o Bruyn em defesa da barra.

Legenda: Localidades: 1– Recife, 2– Antônio Vaz, 3– Afogados, 4– Bancos de Areia, 5– Arrecife, 6– Áreas, alagadas, 7– Istmo. *Grondt teyckoningh van het Eylandt Antoni Vaaz het Recife ende vastelandt aende haven van Pernambuco in Brasil, soodanigh als die tegenwoordighs voor de West Indische Comp. e met Schansen Redouten ende andre wercken syn voorsien, in: Caert gebracht door den Ingenieur Andreas Drewisch Bongsaltensis in julio A. o 1631*”.

Figura 63: Detalhe do Plano de fortificação da Ilha de Antônio Vaz e Recife, Andreas Drewisch Bongsaltensis, 1631. In: Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia.
Fonte: Reis (2000)

O Plano de Fortificação, de Andreas Drewisch (1631), descreve o sistema de fortificação holandês executado na emergência da guerra, acrescentando uma estrutura de defesa militar à Ilha de Antônio Vaz, sendo provavelmente construído em pouco mais de uma ano após a invasão. Numa análise holandesa, destacam-se os principais elementos de um sistema de fortificação, com grandes fortes, muralhas, redutos, drenagem, e utilização estratégica de mangues, bancos de areia e áreas navegáveis, acessibilidade e hinterlândia.

Contudo, a despeito do delineamento preciso e regular das construções e amuralhamento, o que havia era pragmatismo construtivo e adoção de materiais que até podem, hoje, se considerar de menor resistência em longo prazo, porém, visto pelo ângulo da disponibilidade de materiais e mão de obra, conhecia-se a taipa como material capaz de diminuir o impacto produzido por disparos bélicos, sendo ela muito utilizada em construções civis e militares nos sistemas de drenagem, em córregos e valetas de terra natural, ou até mesmo em escavações para direcionar o curso da água.

Figura 64: Detalhe de Mauritiópolis: Recife em 1637 – 1644, a partir de F Post

Figura 65: Detalhe de Mauritiópolis (versão bico de pena): Recife em 1637 – 1644, a partir de F Post

Figura 66: Detalhe de Mauritiópolis (versão bico de pena): Recife em 1637 – 1644, a partir de F Post

Grande parte do que foi projetado foi executado, mas priorizou-se a proteção do acesso ao porto e da Mariciópolis pelo mar e pela área de Afogados, pois a estrutura portuguesa existente [principalmente no istmo] protegia o acesso pelo istmo e a entrada e circulação de embarcações pela barra [porto salgado] e pelo Rio Capibaribe [Porto Salobro – novo porto e alfândega].

Legenda do sistema de defesa do Recife (Drewisch): 1. Forte do Picão, 2. Landpoort, Waterpoort e Pontpoort (Forte do Bom Jesus, muralha e paliçada), 3. Landt Casteel (Forte São Jorge); 4. Bruyn (Forte do Brum) e seu hornaveque; 5. Juffrouw de Bruyne (Forte do Buraco); 6. Amelioc; 7. Frederick Hendrick e seus hornaveques (Forte Frederico Henrique, Vijfhoek ou Forte das Cinco Pontas); 8. Reduto; 9. Grande hornaveque; 10. Ernestus (Forte Ernesto); 11. Reduto; 12. Waerdenbij (Forte Waerdenburgh ou Forte das Três Pontas); 13. Reduto; além do Forte do Arraial do Bom Jesus (com cinco redutos, no outeiro do Conde Bagnuolo, de acordo com ilustração de Manuel Bandeira).

Figura 67: Detalhe de Vista do Recife e do seu porto a partir de Olinda. Gillis Peters. Coleção Gilberto Daccache, São Paulo, Brasil, 1937

Fonte: Reis Filho

No istmo, quanto às duas fortificações portuguesas existentes, uma se incorporou ao sistema de defesa, o *Water Casteel* [Forte do Mar], e a outra, *Landt Casteel* (Forte São Jorge), deixou de exercer função militar para servir como hospital de campanha (MELLO, 1985).

No interior do território dominado havia mais uma fortificação, o *Fort Prins Wilhelm* (Forte Príncipe Guilherme), construído por volta de 1633 em um posto de fundamental importância para o acesso ao vale do Capibaribe, área que contava com vários engenhos. Este local foi tomado das tropas luso-brasileiras, que procuravam obstar as investidas das tropas da WIC para o interior e controlar um ponto-chave para a entrada sul da capitania. Daquele posto, os neerlandeses puderam flanquear as estâncias da resistência e atacar o Arraial do Bom Jesus, além de poder dar mais segurança para o sul de Antônio Vaz. Por isso, construíram-se dois redutos para defender o caminho para o *Prins Wilhelm* (o *Kijkin de Pot*, próximo ao *Prins Wilhelm*, e o *Kat*, próximo ao *Frederick Hendrick*) (ALBUQUERQUE; VELEDA, WALMSLEY, 1999).

Legenda: Fortificações do sistema de defesa do Recife neerlandês – Legenda: 1. Barra, entrada do Porto (“Poço”) e Forte Picão; 2. Recife; 3. Velha e Nova Maurícia; 4. *Landt Casteel* (Forte São Jorge); 5. *Bruyn* (Forte do Brum) com hornaveque; 6. *Juffrouw de Bruyne* (Forte do Buraco); 7. Reduto dos Judeus (póximo de Olinda); 8. *Soutpan* (Forte das Salinas); 9. *Waerdenbij* (Forte *Waerdenburgh* ou Forte das Três Pontas); 10. Forte Altená; 11. *Ernestus* (Forte Ernesto); 12. *Frederick Hendrick* e seus hornaveques (Forte Frederico Henrique, *Vijfhoek* ou Forte das Cinco Pontas); 13. Reduto/“Amelioc”; 14. Reduto (ao sul); 15. Kat; 16. *Kijk in de Pot*; 17. *Prins Wilhelm* (Afogados); 18. Redutos da *Mauritstad* (faxina); e 19. Casa da Boa Vista (artilhada na fase de cerco)

Figura 69: Detalhe de *De haven van Pharnambucq* (1) *Maritius Stad* (2) *Recifen* (3) *de Stad Olinda*. In: Cornelis Bastiaensz Golijath. Recife e Olinda. 1648. In: Original manuscrito do *Algemeen Rijksarchief*, Haia.
Fonte: Reis filho (2000)

Na parte do Recife, o acesso ao povo neste tempo era efetivado a partir de três portas existentes na paliçada: a *Landpoort* [Porta da Terra], ladeada por dois baluartes, sendo o baluarte leste feito de pedra, e o posicionado a oeste, uma construção de terra; a *Pontpoort* (Porta da Balsa); e a *Waterpoort* [Porta do Mar]. Além das portas de acesso e dos dois

baluartes que envolviam a *Landpoort*, o Recife contava com duas baterias de madeira em direção ao desembarcadouro, e em direção a Antônio Vaz, na direção oeste, existiam outras duas baterias. Completando a defesa, na direção noroeste, assentavam-se mais duas baterias. A entrada na Velha Maurícia também era limitada pela *Zuidpoort* [Porta Sul/Porta de Santo Antônio] (MELLO, 2001).

Todo esse conjunto defensivo, montado em Antônio Vaz, encontrava-se articulado. Os fortes *Amelioc* e *Frederick Hendrick*, ao sul, uniam-se aos redutos ao este da ilha, e estes, ao *Ernestus*, no norte. Aquela posição tinha junção com o *Waerdenbij*, e dele o ‘circuito’ continuava até as fortificações *Juffrouw de Bruyne* e *Bruyn*. O sistema se completava por hornaveques e suas baterias a oeste da ilha, fossos d’água circundantes e paliçadas.

Cobriam com artilharia um amplo perímetro – sul, sudoeste, oeste, noroeste e norte – que em tese impossibilitaria a aproximação de qualquer inimigo vindo do continente. Uma das vantagens do solo escolhido para construir a base da WIC era por ser alagadiço, pois limitava os ataques a poucos trechos, podia se converter em desvantagem, sendo bloqueados os acessos (DUFFY, 1996).

Figura 70: Post Frans (atribuído). Vista da Cidade Maurícia a partir da terra, 1650

Fonte: Acervo *Stiftung Preussische Schlösser und Gärten Berlin-Brandenburg*, Alemanha.

A pintura de Post mostra a Cidade Maurícia no meio e à direita. À esquerda, vêem-se as torres de *Vrijburg*. À direita do palácio, semi-encobertos por uma palmeira, os quartéis do Forte Ernesto são visíveis. O ponto de vista ligeiramente elevado é o da torre do palácio Boa Vista, como se depreende a partir da planta da cidade na obra de Barléus. Os especialistas dizem que no barco em primeiro plano à esquerda o próprio Maurício está retratado, mas na verdade poderia ser qualquer nobre ou funcionário holandês.

Legenda: 1. *Landpoort*; 2. Recife; 3. Cidade Maurícia; 4. *Schans Waerdenbij*

Figura 71: Detalhe de Frans Post (atribuído). Vista do Recife, da Cidade Maurícia e do palácio de Friburgo a partir do istmo, 1650. Acervo *Stiftung Preussische Schlösser und Gärten Berlin-Brandenburg*.

Fonte: Galindo; Menezes; Montes (2004)

Ao fundo, à direita, o quadro mostra a velha cidade do Recife já ligada à Cidade Maurícia pelo meio graças à ponte recém-construída. À direita, vê-se o palácio do Recife tal como mostrado na obra de Barléus. A pintura é a contrapartida exata da anterior e, juntas, elas dão uma visão panorâmica completa da sede do governo de Maurício. Embora não assinados, o estilo de ambos os quadros é bastante semelhante ao das pinturas feitas no Brasil, deixando a paisagem intocada e sem qualquer rearranjo, seguindo de perto os esboços do Brasil. Em todos os sentidos, são quadros bastante atípicos para o período ‘holandês’ de Post, mas revelam claramente a sua mão.

Figura 72: Detalhe de Frans Post (atribuído). Vista do Recife, a partir do istmo, 1650. Acervo *Stiftung Preussische Schlösser und Gärten Berlin-Brandenburg*
 Fonte: Galindo; Menezes; Montes (2004)

Tome-se como exemplo o reduto que os neerlandeses construíram apenas em um dia, num momento de conflito, em 1653, “com grande pressa e muita gente”¹¹³. Era um quadrado de 45 palmos¹¹⁴ (HOUAISS, 2001) [cerca de 10 metros] por lado, com tabuado duplo cheio de areia à prova de mosquete, com seteiras para atirarem cobertos os seus defensores. Tinha a importante função de obstruir o avanço dos sitiantes, mas precisava ter a proteção de uma companhia de infantaria, neste caso, comandada pelo Capitão Coenraad van den Brincken e dois corpos compostos de flamengos e índios, que ficaram de sentinela nas proximidades. Tomado o reduto, os soldados do terço iniciariam os entrincheiramentos em direção ao Frederick Hendrick¹¹⁵, último ponto de acesso à Cidade Maurícia¹¹⁶.

Mesmo não sendo desonroso se render após a destruição da muralha, evitando um possível banho de sangue da guarnição e da população da Praça, o Recife se rendeu em pouco tempo [pouco mais de um mês], comparando-se com a tomada do Recife em 1630 [realizada

¹¹³ Relação de Francisco de Brito Freyre. Op. Cit. p. 10 4.

¹¹⁴ “O palmo é a medida de comprimento que corresponde a oito polegadas (‘medida’) ou vinte e dois centímetros”.

¹¹⁵ Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife. Op. Cit., p. 115.

¹¹⁶ Breve Relação dos Últimos Sucessos da Guerra do Brasil, restituição da cidade Maurícia, Fortalezas do Recife de Pernambuco & mais praças que os Holandeses ocuparam naquele Estado. Lisboa, Officina Craesbeeckiana, 1654. Apenso III. In: José Antonio Gonsalves de Mello. *A Rendição dos Holandeses no Recife (1654)*, 1979, p. 125.

em dezesseis dias], defendido apenas por duas fortificações. A Praça, que possuía um forte sistema de defesa, considerado invencível, não fez mais do que uma tímida resistência.

Segundo Miranda (2006), estes episódios demonstram, de certo modo, a importância das praças fortificadas no contexto dos confrontos travados no século XVII. A utilização de fortificações teria um peso fundamental na escolha e uma estratégia de defesa nas capitanias no período posterior a este conflito.

Figura 73: Detalhe de Costas do Recife. In: CABRIA, Juan Vicent Bachiller. Cartografia manuscrita de Brasil em lâs colecciones españolas (1500-1822), Projeto Resgate Barão do Rio Branco; Ed. Hispano Fundación Cultural Brasileña, Centro de Estudos Brasileños, Universidade de Salamanca, Espanha.

Edificações religiosas

No Lugar do Recife, as iconografias de Albernaz e de De Laet são esclarecedoras, pois apreendem os usos e a forma de organização da estrutura urbana, privilegiando os espaços públicos destinados às manifestações religiosas e do comércio e aos acessos [portas].

Neste porto de Olinda se entra pela boca de um arrecife de pedra ao sudoeste e depois norte sul [...] por esta boca entra o salgado pela terra dentro uma légua, ao pé da vila; e defronte do seu surgidouro dos navios faz este rio outra volta deixando no meio uma ponta de área onde está uma ermida do Corpo Santo [...] (SOUZA, 1938, p.26-27).

Figura 74: Lugar do Recife - Formato de planta baixa, mostra adensamento, espaços vazios, traçado e principal de via de acesso que cruza a ocupação urbana, mas sem destacar usos. Destacam-se edifícios com maior dimensão na proximidade das portas. Não indica traçado de muralha fortificada, nem limites das praças fortificadas, nem edificações ligadas ao porto, trapiche e alfândega. Detalhe de “PORTO E BARRA DE PERNÂBVCO”. ALBERNAS. João Teixeira, Cosmographo de Sva Magde, 1631. In: Estado do Brasil Coligido Das Mais: Sertas noticias, que pode Aivntar dõ Ieronimo de Ataíde
Fonte: FONSECA (1982, p. 20); REIS FILHO, Nestor G. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM

A área dominada pelos neerlandeses era vulnerável, sofrendo permanentes ataques de luso-brasileiros, principalmente nas terras ligadas ao continente (lado sul da ilha) até meados de 1635, impedindo sua ocupação, sendo necessária instalação do forte ao sul [Frederick Hendrick] e de fortificação do convento de Santo Antônio existente. Na esfera norte da Ilha de Antônio Vaz, onde já havia uma junção da ilha com o Porto dos Arrecifes, arranjada por cordas e embarcações, a igreja e convento de Santo Antônio, construída em 1613 pelo frei Bernardino de Jesus e que já era cercada, expandiu seu amuralhamento, tornando-se mosteiro em uma fortificação retangular, compreendendo quatro baluartes e dezenove canhões de vários calibres, nomeada Forte Ernesto.

Nas imagens produzidas por holandeses, é possível visualizar a edificação franciscana, mesmo após a transformação parcial de seu uso para edificação militar. A primeira informação de Albernaz é que já se organizara pelos portugueses, ou pelos neerlandeses (1631), uma cerca para garantir segurança ao espaço reducional do mosteiro de Santo Antônio e às casinhas, demonstrando que o modelo de implantar o amuralhamento, uma noção de proteção medieval, não seria uma cultura característica, mas o uso de uma tecnologia disponível para atender a uma necessidade prática: a segurança. Neste mesmo sentido, os investimentos dos neerlandeses também passam a ser na mesma direção, mas com interesses e objetivos distintos para o ambiente, gerando uma maneira de investir meios e materiais de forma diferenciada, como esclarece o conceito de **cidade necessária**.

A partir de 1640, o uso da igreja e do convento será convertido à Igreja Anglicana, voltada aos militares da WIC que compreendem a língua inglesa, quando receberá uma torre com um relógio. Após a restauração do domínio português, o convento retornará ao poder dos franciscanos¹¹⁷, quando será submetida a reformas. Sofrerá outras reformas no início século XVIII, em que o oratório será substituído por uma igreja mais ampla, e novamente entre, 1753 e 1770 [rococó].

Figura 75: Matriz de Santo Antônio e praça da Ilha de Antônio Vaz. Detalhe de “PORTO E BARRA DE PERNAMBUCO”. ALBERNAS. João Teixeira, Cosmographo de Sva Magde, 1631. In: Estado do Brasil Coligido das Mais: Sertas noticias, que pode Aivntar dõ Ieronimo de Ataíde
Fonte: (FONSECA, 1982, p. 20); REIS FILHO, Nestor G. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM

Figura 76: Vista leste da Igreja e mosteiro de Santo Antônio amuralhado e transformado no Forte Ernesto (F e G). Detalhe de FRIBVRGVM, Post, Rervm per octennivm (1647): Palácio das Torres e Forte Ernesto. Desenho de Frans post

¹¹⁷Semira Adler Vainsencher. *Convento Franciscano de Santo Antônio (Recife, PE)*. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 8 mar. 2011.

Figura 77: Vista oeste da Igreja e convento de Santo Antônio, amuralhado e contido pelo Forte Enesto (G). Detalhe de Boa Vista, Post. In: Atlas de Barleus – Kaspar van Baerle – Rervm per Octennivm in Brasilia, et Alibi Nuper Gestarum... Amstelodami, ex. Typographico – Joannis Blaeu, 1647
Fonte: Fonseca (1982, p.107)

Estrutura urbana e setorização [traçado, segregação/zoneamento urbano e conjuntos de edifícios, espaços civis e públicos, acessos e pontes]

A escolha neerlandesa do istmo arenoso, onde se localizava a vila do Recife, e da ilha pantanosa de Antônio Vaz, onde havia um convento franciscano e um reduzido conjunto de casas, é frequentemente associada à dificuldade de defesa de Olinda. O relevo concebido em colinas da vila trazia enormes espaços abertos que tornavam mais dispendiosa a sua fortificação, embora as cercanias fossem razoavelmente passíveis de monitoração a partir das construções mais elevadas, principalmente da posição dominante do mosteiro de Santo Antônio (BREDA, 2006).

Menezes (2000), no estudo sobre urbanismo holandês no Brasil, considera que para analisar a cidade haveria necessidade de acrescentar informações de diversos mapas do mesmo período de empreendimento urbano. Objetivando resumir as informações, produziu um mapa com sínteses dos mapas da época, ao qual intitulou O Recife em 1630, o que

resultou, nesse caso, da montagem de informações da planta da Ilha de Antônio Vaz, do Recife, e do continente no porto de Pernambuco, guarnecido pela *WIC* com fortificações, redutos e outras obras elaboradas pelo engenheiro Andreas Drewisch Bongesaltensis, também a partir de desenho de João Teixeira Albernaz I [o Velho], Porto e Barra de Pernãbuco¹¹⁸ (figura 10), em que o “Lugar do Recife” está representado com suas ruas e quadras.

A partir de um mapa síntese, de autoria de Menezes (2000), produzimos o mapa síntese com a setorização do Lugar do Recife, pois a clareza do Mauritstad dispensou maior discussão.

São muitas as ruas identificadas por Menezes (2000): Rua da Balsa, ou Rua da Ponte [*Pontstraat*], nome no domínio holandês. Da ponte, construída por Nassau, até cruzar com a Rua da Madre de Deus, no século XVII, recebia o nome de Rua de Nossa Senhora da Conceição, por causa do Arco da Conceição, construído no local da Porta da Ponte. Desse cruzamento com a Rua da Madre de Deus até os fundos da Igreja do Corpo Santo era chamada de Rua da Cadeia, uma vez que nela estava a Cadeia Velha do Recife. Depois, perdeu-se o nome de Rua de Nossa Senhora da Conceição, passando toda a rua a se chamar da Cadeia.

Esta cadeia estava localizada “no parâmetro sul da rua e próxima ao cruzamento acima aludido, dando assim os fundos para a Rua do Encantamento”, segundo Cavalcanti (1977), em seu livro Recife do Corpo Santo. Seria talvez no local da casa do Conselheiro Walbeeck. A Rua Real [*Heerstraet*], depois chamada do *Encantamento* e finalmente nomeada Bispo Sardinha, corria por detrás da Rua da Ponte e da Cadeia para o lado do mar. A Rua do Mar [*Seestraet*], situada ao longo da praia, veio a receber, provavelmente quando formada nos dois lados, o nome de Rua do Vigário (PONTUAL, 2001).

Um vislumbre do povoado do porto português aparece na estampa *T’Recife de Pernambuco* [O Recife de Pernambuco]. As ruas existentes antes de 1630 e reconhecidas juntamente com outras da parte norte da península no mapa de Albernaz I estão representadas na vista panorâmica *T’Recife, de Pernambuco*. O confronto da gravura com o mapa permite a identificação de vários edifícios (MENEZES, 2000). Quando da feitura deste desenho, o velho porto de Olinda, juntamente com a vizinha Ilha de Antônio Vaz, estava na iminência de se

¹¹⁸ “PORTO E BARRA DE PERNÂBVCO”. ALBERNAS. João Teixeira, Cosmographo de Sva Magde, 1631. In: Estado do Brasil Coligido Das Mais: Sertas noticias, que pode Aivntar dõ Ieronimo de Ataíde. In: FONSECA, 1982, p. 20; REIS FILHO, Nestor G. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.

tornar a capital do Brasil neerlandês, dando início à sua trajetória urbana projetada sobre terreno plano, alagado e insular (PONTUAL, 2001).

Figura 78: Vista geral do Lugar do Recife – Porta da terra, ancoradouro, porto e trapiche, largo e igreja do Corpo Santo ao centro do lugar, edificações de comerciantes e militares mais ao sul; e ao norte, edificações de mareantes, produtores rurais, etc (o “Povo”). Detalhe de *Marin D’Olinda de Pernambuco* e *T’Recif de Pernambuco*, 1630, Joannis de Laet, 1664.

Fonte: Koninklijke Bibliotheek, Haia

Segundo o professor Mello (1987), a população da área do Povo do Recife teve grande aumento com a ocupação holandesa e também com o deslocamento de parte da população de Olinda para o Recife devido ao estado de desestruturação urbano-ambiental e econômica da vila após o incêndio, num processo que durou até 1639 com a transferência também da Sede do Governo neerlandês. Com essa demanda populacional e com o interesse de desenvolvimento comercial e de criação de um mercado forte tanto interno quanto externo, o governo da WIC buscou de imediato uma execução progressiva do projeto [*Andreas Drewish*, em 1631] de defesa e ocupação urbana também da até então chamada Ilha de Antônio Vaz. Para a administração holandesa no Brasil, a partir de 1631, o Recife aparece não apenas como um ponto mais fácil de se fortificar, mas sobretudo pela importância de seu porto. A própria afluência de vários tipos de produtos que não só o açúcar para o seu ancoradouro, como atestou a próprio relatório de Verdonck (1981), reforçam tal importância.

A partir de 1635, dentro do conceito de **cidade necessária**, seria possível, pois havia nesse momento maior controle da região e do interior do território após a tomada do Arraial do Bom Jesus e do Forte de Nazaré, mas era principalmente preciso garantir investimentos com meios e materiais para intensificar a ocupação da Ilha de Antônio Vaz, pois era espaço geográfico necessário ao adensamento populacional e também estava situado na proximidade do Forte Frederick Hendrick ou das Cinco Pontas [lado sul da ilha] onde estavam as cacimbas e poços de Ambrósio Machado, as únicas que abasteciam a Antônio Vaz e o Recife de água potável (MELLO, 1987).

De tudo o que era de interesse da WIC, o açúcar só será proveitoso no começo de 1637, a partir daquilo a que os holandeses de fato passam a ter acesso e controle, ou seja, da produção e comercialização do açúcar brasileiro. Isto porque eram os flamengos que

monopolizavam o seu comércio no final do século XVI e início do XVII (NASCIMENTO, 2001).

O arruamento do Recife, de acordo com Reis Filho (2000), não é muito maior do que o apresentado no desenho de João Teixeira, denominado Porto e barra de Pernãbvco (REIS FILHO, 2002) (figura 10), mas na Ilha de Antônio Vaz há mudanças significativas. Ao sul do Forte Ernesto, construído junto ao convento franciscano de Santo Antônio, há uma ampla área fortificada, dentro da qual se inicia um novo arruamento. Estava aí definido o território do que seria depois o principal bairro holandês, construído na Ilha de Antônio Vaz. Aí estava contida a casa que foi ocupada por Maurício de Nassau até 1642, com um jardim [*hortus*] construído provavelmente por determinação do Conde. Pelo lado oeste, o território é amparado por três bastiões, além de um ao norte, local onde mais tarde se construiria o Palácio de Maurício de Nassau.

Figura 79: Primeira etapa de construção holandesa. Detalhe de *Insula Antonij Vaazij*, 1637, GOLIJATH. Cornelis Bastiaensz (atribuição). In: *Rervm per Octennivm in Brasilia et Alibi Nuper Gestarvm.*, Kaspar Van Baerle, Amstelodami, Ex. Typographico Joannis Blaeu, 1647, p. 190, estampa n.º 33. Exemplar utilizado pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Fonte: Fonseca (1982, p.24)

Figura 80: Primeira etapa de intervenção holandesa no Lugar do Recife. Detalhe de *Insula Antonij Vaazij*, 1637, GOLIJATH. Cornelis Bastiaensz (atribuição). In: *Rervm per Octennivm in Brasilia et Alibi Nuper Gestarvm...*, Kaspar Van Baerle, Amstelodami, Ex. Typographico Joannis Blaev, 1647, p. 190, estampa n.º 33. Exemplar utilizado pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro
 Fonte: Fonseca (1982, p.24)

Pode-se constatar no istmo a presença de uma área fortificada, no acesso norte do Recife. Além dos fortes de São Jorge e do Brum, existe ainda outro, mais ao norte, conhecido como Senhora Brum.

Nassau decidiu transferir a capital do governo neerlandês de Olinda para a Ilha de Antônio Vaz (MELLO, 1987), em 1639, onde já morava desde 1637, pois já estava em plena execução a estruturação urbana da denominada Cidade Maurícia [*Mauritstad*], principalmente no trecho já fortificado antes de Nassau (figuras 79 e 80), acrescentando construções na parte central, onde já existiam habitações, e mais ao norte, onde já existia a igreja de Santo Antônio, convertida no Forte Ernesto (MENEZES, 1988). Na área mais central, ao sul deste forte, estava situado o *Groot Kwartier* [grande alojamento], como projetado por Drewisch (1631) e mantido na representação de Colijath (1637).

Figura 81: Plano do Recife, projeto atribuído a Pieter Post. Detalhe de *Carte vande haven van Pharnamboque met de Stad Movritia 't dorp Recciffo*, 1639, Mapa de Vingboons.

Fonte: Original manuscrito do atlas atribuído a Johannes Vingboons, IAHGP, Recife

Figura 82 66: Intervenção no Recife e porto salgado. Detalhe de *Carte vande haven van Pharnamboque met de Stad Movritia 't dorp Recciffo*, 1639, Mapa de Vingboons.

Fonte: Original manuscrito do atlas atribuído a Johannes Vingboons, IAHGP, Recife

Na segunda etapa de expansão da ocupação no lado sul da ilha, o Atlas *Vingboons* contém o mapa datado de 1639, com o plano da Cidade Maurícia, elaborado por Pieter Post (figuras 81 e 82), em que está descrito em holandês: *de nieu afgesteecken Stadt*, ou “a nova cidade projetada” (MELLO, 1987, p.88), denominada *Nieuw Mauritsstadt*, ou Nova Cidade Maurícia. Grande parte do que foi projetado da Nova Maurícia foi construído.

Figura 83: Detalhe de *CAERTE VANDE HAVEN VAN Pharnambocqve met de Stadt Mouritius em Dorp Reciffo ... Anno 1639*: original do Atlas *Vingboons*; autoria de Golyath; in: *Algemeen Rijksarchief*, 1644.
Fonte: Reis (2000)

Colijath (figuras 83 e 84) retrata as alterações nas primeiras intervenções holandesas, promovendo demolições para instação definitiva de circulação direcionada à *Mauritstad* e principalmente ocupação de quadra projetadas e de terras mais próximas de áreas alagáveis, gerando quadras nas extremidades leste e oeste e alterando definitivamente o porto e trapiche, saindo da área do Poço próximo da entrada da barra, o que se denomina porto salgado, no lado leste, instalando-se na área da alfândega, espaço que denominamos Porto Salobro, no lado oeste.

Figura 84: Detalhe de CAERTE VANDE HAVEN VAN Pharnambocqve met de Stadt Mouritiús en Dorp Reciffo...: Vingboons; de Golyath; Algemeen Rijksarchief, 1644

Figura 85: Detalhe CAERTE VANDE HAVEN VAN Pharnambocque met de Stadt Mouritius en Dorp Reciffo....: Vingboons; de Golyath; de Algemeen Rijksarchief, 1644

Essas ações de alterações (figura 85) no Plano para Ilha de Antônio Vaz, propostas e executadas por iniciativa e percepção de Nassau, a partir de plano de fortificação de Andreas Drewish e do plano urbanístico de Pieter Post, já sendo instalado desde 1631, e que a cidade holandesa no *Reciffo* para a formação da *Mauritstad*, um empreendimento além dos investimentos pragmáticos da WIC. Ao sul foi projetada a zona residencial em terrenos pequenos e separados por valetas para drenagens fluviais, mas com pequenas pontes de interligações. Assim, muda o projeto inicial, ao sul do Forte Ernesto, reduzindo quadras e lotes menores (mais acessível aos compradores com menos recursos - área chamada de “O Povo”, onde instalarão as “casinhas”) e inclusão dos palácios de Friburgo (extremo norte da ilha) e da Boa Vista (lado oeste).

Grande parte das construções da Maurícia (sul), como contraponto, edificada na área da igreja calvinista será demolida a partir de 1645, principalmente dessas “casinhas” que Nassau teria mandado construir para a população pobre (MELLO, 1987). O Recife consolidou seus

limites, a partir de 1639, limitando-se aos trabalhos de retenção da água. Passou a ser praticamente impossível a edificação dentro das demarcações da praça-forte. Entretanto, pode-se notar um constante e crescente ritmo de construções entre 1638 e 1644, período esse considerado como o de *most intensive construction activities*, ou seja, período de “mais intensas atividades construtivas” (MEERKERK, 1988, p.255).

Figura 86 : Planta Original do Recife. “Perfecte Caerte der gelegentheyt van OLINDA de Pharnambuco, MAURITS-STADT end T'RECIFFO Mitsgaders hare Landeryen, Dorpen, Riviere, hoeven, Forten, ende Suycker molens; met hare Plantagien van Rietvelden ende andre omstandigheden gecarteert door Cornelis Golijath Caertmaker van sijn Extie I. Mauritis van Nassoau En nu van hem verrýckt met de Schansen ende Retren - chement der ontrouwe Portugesen in maniere van Belegeringe oock de wereken en Baterýen tot defensie daer tegen gemaect door last der Geotroyeerde Westindische Compagnie in Nederlant in druck uyt gegeven door Claes Ianss Visscher Anno 1648”. GOLIJATH. Cornelis, ca. 1616-1662?: VISSCHER. Cornelis Claes Jansz

Fonte: Acervo da Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro

Com efeito, a análise de Mello (1979/1978) nas *Generale Missiven*, ou as Missivas Gerais do Conselho Político, revelam, nesse período, uma vigência de solicitações de remessa de tijolos das Províncias Unidas. A partir de 1641, surge uma concorrente local, as olarias de *Gaspar Cock*, assinalada no mapa de *Golijath* de 1648 (figura 22) próximo ao cemitério dos judeus (MELLO, 2001). Chegou-se a suspender a importação, entre 1643 e 1646, mas já nesta data, seguindo até 1654, os pedidos persistem. Os tijolos que vinham como lastros dos navios eram utilizados na construção de casas, calçamentos, canais, muros de retenção da água,

galerias subterrâneas e fortificações. Não só para sua construção, mas também para reparo – caso de 1646 em diante, visto que, a partir de então, com a retomada da guerra luso-brasileira contra os neerlandeses, as construções cessaram à medida que a população diminuía (BREDA, 2006).

De fato o Recife teve na sua condição de praça fortificada a expressão de um mundo fechado, isolado e introspecto. Tal caráter se torna evidente em ambos os períodos em que a praça esteve rodeada e o limite de seu território eram os próprios rios que faziam margens em suas muralhas. As tropas da WIC se embutiram no diminuto espaço do istmo entre 1630 e 1635. Entre 1646 e 1654, mais uma vez se perdeu o controle sobre a várzea do Capibaribe. Com isso, podiam-se ver as rondas das guerrilhas rebeldes na outra margem do rio.

A vida urbana do Recife articulava-se, é evidente, em torno do comércio com a zona rural. Havia exportação da produção de tabaco e açúcar. Além disso, importavam-se variadas mercadorias para consumo pela população, além do comércio de escravos. Entre 1635 e 1645, principalmente, circulavam pelo Recife artigos provindos de todas as partes do mundo, tais como animais domésticos para diversas finalidades; velas holandesas; tecidos flamengos finos, requisitados pelos portugueses: “fazendas, fazendas, fazendas”, segundo carta de um empregado da Companhia; couro russo, selas; madeiras bálticas; vestimentas inglesas; especiarias orientais; marfim e ouro da Guiné (MELLO, 2001). As prospecções arqueológicas realizadas em Pernambuco demonstraram, além de variado arsenal militar, faianças portuguesas, inglesas e holandesas, cachimbos de diversas procedências – como os ordinários cachimbos brancos, frequentemente encontrados e generalizadamente conhecidos como holandeses (ALBUQUERQUE, 2000).

T'Recif de Pernambvco, 1630, Joannis de Laet, 1664. Koninklijke Bibliotheek, Haia.

Porto e Barra de Pernãbvco. Lugar do Recife. João Teixeira Albernaz. Cosmographo de Sva Magde, 1631.

SETORIZAÇÃO URBANA		
SETOR A (administração, militar e comércio)	SETOR B (largo do Corpo Sto. e adm. porto)	SETOR C (habitação e comércio)
4 - Paio de pólvora	1 - Igreja do Corpo Santo (matriz)	9 - Casa do Sr. Carpentier
5 - Casa da guarda	G - Espaço religioso	10 - Casa do Almirante Walbeck
6 - Baterias / Fortificação	2 - Casa do mestre da equipagem	14 - Casas de mareantes
7 - Cemitério	3 - Cais do porto	15 - Casas de aluguel e comércio
8 - Casas incendiadas	12 - Porta do mar	13 - Porta travessia (Ilha Antônio Vaz)
11 - Porta da terra	D - Ancoradouro e trapiche	I - Sistema de defesa
E - Ancoradouro / conserto de embarcações		H - Área administrativa
F - Área habitacional / mareantes		G - Área comercial

Não interessou ao holandês impor sua marca urbana, nem ao português pedir a manutenção da sua identidade construída, pois revelaria sua nuances e detalhes de planejamento religioso, militar, etc. Mas a grande presença de comerciantes portugueses e outros que já comerciavam no Recife, além da política compartilhada (Câmara dos Escabinos) com os vereadores olindenses, na prática influenciou na manutenção das características existentes.

Figura 87: Setorização Urbana – a partir de Colijath

Como sinal de adaptação e hibridismo político, técnico e também cultural, dos largos criados pela tradição e costume português replicados no Recife havia diversos espaços utilizados para aglomerações de uso comercial, como o mercado de peixe, o de carne, o mercado na praça diante da igreja do Corpo Santo e o da Rua dos Judeus (MELLO, 2001). Havia já certa agitação urbana, dada à densidade demográfica do Recife, como o movimento de mercadores e carros de boi transportando açúcar, a chegada constante de mercadorias no porto e moradores da zona rural que vinham até o Recife comprar os diversos gêneros.

O Recife deixara de ser o porto de Olinda – produto socioeconômico e material do “saber fazer” e modo de vida dos lusos-ibérico e neerlandeses-holandeses – atraía os colonos de origem diversa com mercadorias certamente não tão comuns anteriormente, o que agora refletia uma vida agitada e uma ampla atividade política, apresentando um crescimento proporcional à – ainda que limitada – estabilização do domínio holandês.

Figura 88: Detalhe de Mauritsstad e Recife, Frans Post, 1653
Fonte: Sousa Leão (1973)

O istmo de Olinda recebera uma vida nova, porém nesse momento repleta de modos, mercadorias, sonoridades, sotaques, arquitetura, diferentes da imagem da cidade de ladeiras íngremes que serpenteia colina acima – produto socioeconômico e material do “saber fazer” e modo de vida de Lisboa: línguas e prostitutas norte-europeias, judeus portugueses circulando e atuando na sociedade, inclusive no interior, africanos vendidos no meio da rua (BREDÁ, 2006).

Tornou-se evidente o isolamento do mundo burguês do Recife, e tais permutas permaneciam basicamente no que concerne às transações. Muitos portugueses efetivamente viviam no Recife e tiveram parte na vida política da Nova Holanda. Contudo, pelo que tudo indica o predomínio dos tempos de tensão não permitiu o desenvolvimento de uma rede integrada da cidade e do campo, como houvera durante o século precedente entre Olinda e os engenhos. Claramente, a clivagem de Olinda se baseava no fato de que os senhores monocultores eram as peças fundamentais da sociedade e do mundo político, sendo Olinda um lugar de sociabilidade de um mundo predominantemente agrícola.

Verdonck (1990), funcionário da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, oferece ao Conselho Político do Brasil, ainda em 1630, o resultado de sua expedição que cobriu uma área que ia desde a Capitania de Itamaracá até o Rio Grande do Norte. A relevância deste relatório se dá a uma questão deveras óbvia, contudo indispensável para o neerlandês que conhecia bem apenas o litoral. Para além de Pernambuco, antes mesmo da conquista de tais territórios, procuraram os agentes da WIC desvelar não só as condições de vida da população de diversas vilas e lugarejos, como também as condições de navegabilidade dos rios do Nordeste oriental (NASCIMENTO, 2001).

No Recife e em suas proximidades a guerra era dura. Os primeiros anos foram extremamente árduos, do lado holandês, até mesmo para que eles percorressem alguns poucos metros nas redondezas do Recife e de Olinda sem que fossem surpreendidos a qualquer momento. Pelo menos nos dois primeiros anos, no caso holandês, se era intensa a chegada de navios de grande porte ao porto do Recife para o carregamento de açúcar, o mesmo não se dava em relação à presença e utilização maciça de embarcações de menor porte no interior da Capitania. Ao domínio das comunicações marítimas e fluviais, faltavam estas últimas. A consolidação interna da administração holandesa vai passar pela relativa consolidação das comunicações fluviais nos rios¹¹⁹.

Apesar das frequentes guerrilhas e perdas da Companhia das Índias Ocidentais, os primeiros anos foram de grande utilidade para o conhecimento não somente do curso inferior dos rios do nordeste oriental, mas da hinterlândia. Se, de forma prática, ainda em princípios de

¹¹⁹ Sobre a importância dos rios do Nordeste Oriental, escreveu Guilherme Medeiros que “tiveram desde cedo suas barras utilizadas como portos, e no decorrer do processo de ocupação tiveram suas margens exploradas, iniciando com a exploração de pau-brasil, e posteriormente com o desmatamento e o plantio extensivo de pau-brasil”. O autor também estabelece uma relação entre esta malha hidrográfica e a “importância da composição dos solos que abrangem a maior parte da faixa da mata Atlântica ao norte do São Francisco, hoje denominado Zona da Mata. No sentido Norte-Sul (desde o Sul da Paraíba até o Norte de Alagoas), são os rios seguintes, os mais importantes: Mamanguape, Paraíba (São Domingos), Gramame, Goiana, Tracunhaém, Capibaribe-Mirim, Canal de Santa Cruz, Riacho Tejucupapo, Riacho Itapessoca, Riacho de Siri, Rio do Congo, Igarassu, Beberibe, Capibaribe, Jaboatão, Pirapama, Ipojuca, Serinhaém, Formoso e Una. (cf. Guilherme de Souza Medeiros. *Arte da Navegação e Conquista Europeia do Nordeste do Brasil* (Capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos séculos XVI e XVII). 2001, pp. 71.

1633, arranhavam os holandeses a *costa al qual caranguejos*, em termos teóricos, os relatórios enriqueciam aquilo que faltava na obra escrita por de Laet¹²⁰.

Há uma íntima relação entre as condições de navegação destes rios e a administração holandesa que se estabeleceu. Segundo a *Memoire*, de Adrien Verdonck, em Goiana, estabelecida ao lado de um lugar denominado Araripe [que até os dias de hoje é também nome de rio], a ideia de quantos habitantes ali havia, bem como de quantos ducados pagavam ao capitão donatário pelo usufruto da terra. Dessa forma, o relator batavo descreve que, em Goiana, “*ook woont veel rijck volck*” [também vive muita gente rica]. Acrescentava ainda que daí “*comi groot quantiteyt van brasilienhout*” [vem uma grande quantidade de pau-brasil] e que ela era, ao tempo dos portugueses, transportada ao Recife por meio de barcos de pequeno porte [*ibârckien*]. Em 1630, constataram os neerlandeses do *Politique Raden* que os portugueses se utilizavam destas embarcações pequenas no transporte de produtos e víveres nos rios alcançados pela expedição¹²¹. Não somente o transporte, mas a importância das mercadorias antes de deixarem o Brasil.

Análise das diversidades e unidades tipológicas

As condições político-militares geram reflexos na mudança de postura e investimentos em materiais e meios, dentro do conceito de **cidade necessária**, e não de acordo com um modelo político ou de intervenção urbana, como identidade particular que buscar deixar marca.

Comandada por Matias de Albuquerque, a resistência luso-brasileira concentrou-se no Arraial do Bom Jesus, nas redondezas do Recife. Por meio de estratégias indígenas de combate [campanha de guerrilhas], confinou-se o invasor às fortificações no circuito urbano de Olinda e seu porto [Recife] desde 1630, mas que teve território pouco a pouco dilatado. As chamadas “companhias de emboscada” eram pequenos grupos de dez a quarenta homens, com

¹²⁰ “Descrições sobre o Novo Mundo”, de Johannes de Laet, já estava, no ano de 1633, na sua terceira edição. 152 A carta chama-se *Novus Brasiliae Typus* e foi adquirida por Guglielmo Blaeus pouco depois das primeiras impressões e colocando, a partir de então, o seu nome gravado no mapa. Um mapa realizado após a conquista de Olinda e Recife, em 1630, foi aquele confeccionado pelo engenheiro Andreas Drewisch Boogesaltensis (julho de 1631). Trata-se de uma representação da Ilha de Antônio Vaz, do Recife e seu porto. A administração superior pré-nassoviana foi responsável pela formulação de diversas *instructien* (instruções), que eram espécie de leis provisórias ou para construção de fortes e paliçadas, ou para a administração de áreas mais afastadas do Recife.

¹²¹ Evaldo Cabral de Mello é quem chama a atenção para o conhecimento neerlandês destes rios do nordeste oriental, pelo menos em termos de excursioná-los mediante a utilização de barcos menores (iates e chalupas) para o objetivo da guerra tática aos engenhos que margeavam rios como o Ipojuca, Una, Capibaribe e Goiana. Ver: Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, 1998.

alta mobilidade, que atacavam de surpresa os neerlandeses e se retiravam em velocidade, voltando a se agrupar para dar início a novas batalhas.

Decorridos diversos anos de dominação por parte dos neerlandeses, porém de frequente austeridade e difícil convívio, acreditando a Companhia das Índias Ocidentais que a nomeação de um Governador-Geral poderia consolidar suas conquistas no Brasil, contratou para o cargo o conde Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679), cuja administração durou de 1637 a 1644. O conde, um humanista que passou a ser príncipe do império romano-germânico e terminou seus dias como *stadhouder de Cleves [Kleef]*, na Alemanha, permanece no imaginário como o primeiro governante democrático, esclarecido e amigo das artes no País, criador de um projeto sem-par na história colonial.

A principal mudança feita por Nassau se refere ao modo de investir e à etapa que os neerlandeses precisavam pôr em prática naquele momento, com reflexos claros no espaço rural e urbano, mas principalmente gerando identidades distintas até mesmo em relação aos próprios neerlandeses que o antecederam. Esse processo corrobora com o conceito de **cidade necessária**, que demonstra a formação da identidade urbana não a partir de transferência de traços culturais ou estéticos, mas por meio da aplicação de uma prática distinta da maneira de traçar objetivos para o ambiente natural ou urbano, e da maneira de investir meios [forma de planejamento e mão de obra] e materiais [recursos e padrão construtivo].

A Maurits Stadt e o Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas – Nassau, mantendo o processo de adensamento populacional, mas atraindo comerciantes para a cidade, tratou de garantir seu maior conforto, qualidade ambiental e segurança (BARRETO, 1958). As Muralhas de Maurits Stadt rodeavam a cidade Maurícia, que englobava Antônio Vaz e o Recife de Olinda na junção dos rios dos Afogados, Capibaribe e Beberibe, que hoje é a cidade do Recife. *Maurits Stadt* é considerado o importante legado urbanístico do governo de Maurício de Nassau (1637-1644) no Brasil Neerlandês. Fruto do projeto de intervenção urbana em 1639, foi materializado no traçado das ruas dos bairros de Santo Antônio [*a velha Maurícia*] e de São José [*a nova Maurícia*], em pouco tempo repletas de residências e de mercados, em que se mesclavam protestantes, católicos e judeus.

No que concerne à defesa do “grande alojamento de Antônio Vaz”, Nassau, no seu Breve Discurso de 14 de Janeiro de 1638, sob o tópico “Fortificações”, comenta:

[...] Está cercado de uma muralha muito alta que, ao ocidente e ao noroeste tem dois baluartes inteiros, e se vai prender ao fosso do Forte Ernestus por uma linha que a fecha. No sul, contra a praia, tem um meio baluarte, de onde

surge uma asa ou linha que, correndo ao longo do rio [dos Afogados] e passando por diante do alojamento de S. Excia. (sic), vai terminar também no fosso do Forte Ernestus, diante do qual fica em aberto. Este lugar está dividido em ruas e terrenos, onde muita gente tem começado a edificar, e muitas casas já estão acabadas; as ruas são alinhadas de modo que todas se abrem diante do Forte Ernestus, que as domina, bem como as muralhas [do bairro] (BARLÉUS, 1974).

O *Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil*, de autoria de Adriaen van der Dussen, datado de 4 de abril de 1640, complementa, atribuindo-lhe a Companhia da Guarda de S. Ex.^a, com um efetivo de 293 homens:

[...] o grande alojamento ou vila [de Antônio Vaz], o qual do lado do Forte Ernesto é aberto e do lado do continente é cercado por uma muralha alta, tendo dois baluartes e do lado do rio meio-baluarte e além disto, externamente um largo fosso. É projeto ou desígnio prolongar e ampliar a seu tempo essa muralha e também a vila, ou melhor, as construções, pois já quase não há lugar ou terrenos vagos ali do lado de dentro e já algumas casas são construídas do lado de fora: a muralha seria estendida até o forte Frederik Hendrik, ficando protegida assim a zona compreendida entre esses dois fortes, isto é o Ernesto e o Frederik Hendrik. Nessa muralha estão 5 peçazinhas de bronze, duas de 24 libras, 2 peçazinhas espanholas de 22 lb e uma espanhola de 16 lb (VAN DER DUSEN¹²², 1640 *apud* MELLO, 1981)

As obras de *Maurits Stadt* foram concluídas em 1642. Pouco depois, o francês Moreau, acerca do período entre 1646 e 1648, testemunha:

Na ponta do Recife este rio salgado [o canal exterior] se divide; uma parte deságua no porto, outra penetra pela terra e a contorna num circuito de uma légua e meia, quase em oval, formando uma ilha do lado mais próximo e que fica situada no Recife; só se pode fazer um trajeto, sobre o qual mandaram construir uma ponte de madeira, e **sobre a margem está construída uma outra cidade chamada, antigamente, pelos portugueses, Santo Antônio e, presentemente, pelos holandeses, Mauritsstad ou Cidade Maurícia**, cercada por bons baluartes de terra, com paliçadas em cima e em baixo, plataformas, meia-lua e revelim, duplos fossos e contra-escarpas e tem o mesmo número de casas que em Recife e com três praças d'armas muito mais bonitas, grandes e largas como as do Recife, onde são sempre mantidos mil homens de guarnição (MOREAU; BARO, 1979).

Após o final do contrato de Nassau (1644) (BARLÉUS, 1980), foi substituído por administradores sem o mesmo apoio de Amsterdam e, estando em outra fase do empreendimento, onde se acirraram os ânimos dos brasileiros após a saída dos espanhóis na Restauração portuguesa, onde os neerlandeses-holandeses mesmo não tendo rivalidade comercial internacional, no Recife as negociações de retomada se iniciariam a contra-gosto das metrópolis Amsterdam e Lisboa, onde com novos administradores, o momento mostrou-

¹²² VAN DER DUSEN, A. Relatório Sobre o Estado das Capitanias Conquistadas no Brasil. Apresentado pelo Senhor Adraen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de Abril de 1640.

se de cobrança de empréstimos feitos pela WIC aos senhores de engenho inadimplentes, que motivou a oportunidade de não pagamento através da instalação de um estado de guerra que desencadeará a chamada Insurreição Pernambucana de 1645 [e a saída dos neerlandeses-holandeses, em 1654 (BENTO, 1971). Segundo Breda (2006), o censo de 1645 contava 1.704 particulares burgueses vivendo na praça do porto do Recife e 685 na praça da Cidade Maurícia, somando 2.389, além de 2.021 escravos, mais de 1000 homens nas guarnições nas praças-fortes (BOXER, 2004, p.132) e muitos funcionários da Companhia, totalizando cerca de 5.000 habitantes. Como os neerlandeses-holandeses, em sua maioria, não produziam a base alimentícia, dependendo de importação e do meio rural dominado por portugueses e indivíduos em guerra, se estabeleceu uma difícil condição à resistência contra os antigos donos de Pernambuco.

Visto que ao controlar Nordeste do Brasil o capital neerlandês havia passado a dominar todas as etapas da produção de açúcar do plantio da cana-de-açúcar ao refino e distribuição, sua saída e decisão de investir na região das Antilhas, traria fortes consequências, pois além de tecnologia e capital para investir, tinha o controle do mercado fornecedor de escravos africanos. O açúcar produzido na região das Antilhas passou a ter menor custo de produção devido, entre outros, à isenção de impostos sobre a mão de obra [tributada pela Coroa Portuguesa] e menor custo de transporte (MELLO, 1998). Sem o capital para investir, com impedimentos para aquisição de mão-de-obra e sem dominar o processo¹²³ de refino e distribuição, o açúcar português não encontrará condição de concorrer no mercado internacional, deixando a economia brasileira [e a portuguesa] numa crise que invadiria a segunda metade do século XVII até a descoberta de ouro nas Minas Gerais (MELLO, 1981).

As estruturas de defesa (SOUSA, 1885) também não sobreviveram à falta de investimentos neerlandeses [modelo de investimentos (BARRETO, 1958) materiais e meios gerado e adaptado ao meio e a necessidades – **cidade necessária**], gerando a necessidade portuguesa de reafirmação do poder e controle (GARRIDO, 1940) na capitania retomada (MELLO, 1981).

Entre outros investimentos realizados, foram consolidadas as praças (BARLÉUS, 1980) de Recife e *Mauritzstad*: Forte Ernesto, Forte *Waerdemburch* [Forte das Três Pontas], Forte de São Jorge, Forte do Mar, Forte Bruyne [Forte do Brum], Forte Madame Bruyne [Forte do Buraco, Forte das Salinas, Forte *Goch*, Forte Alternar, Forte *Frederich Heinrich* [Forte das Cinco Pontas], Reduto de Pedra, Reduto da Boa Vista, Reduto Esfalfado, Forte Príncipe

¹²³ A economia açucareira local passou a enfrentar a competição das Antilhas Holandesas, para onde os holandeses levaram e desenvolveram ainda mais a tecnologia da produção de açúcar.

Guilherme [Forte dos Afogados], Reduto avançado da Barreta, Reduto da Barreta e ilha do norte da Barreta.

O Inventário de 1654, elaborado pelo escrivão Misquita (INVENTÁRIO..., 1940), informa sobre a grande quantidade de construções, tanto de origem luso-ibérica (mesmo aparecendo como portuguesas), quanto neerlandesa-holandesa. As representações *T'Recife de Pernambuco* e *Mauritiopolis* também mostram a coexistência de edificações construídas em cada período, que se diferenciaram principalmente pelas imposições dos recursos materiais e do ambiente, disponibilidade ou falta de terrenos em área protegida, como ocorrido na *Mauritstad*, entre outros condicionantes, o que materializou, por exemplo, tipologias delgadas e com mais pavimentos, com telhados adaptados ao lote, com aberturas e materiais distintos, entre outras variações. Além desses condicionantes da **cidade necessária**, essas construções foram frutos de interesses e investimentos tanto de períodos distintos, quanto foram construídas na fase neerlandesa-holandesa com colaboração de oficiais, técnicos e mão de obra de luso-brasileiros sob comando de planejamento e técnicos neerlandeses-holandeses, tendo como resultado, diferenciações que coexistem na arquitetura e no urbanismo da cidade.

4.1.2.4 Objetivos e discursos de Governo

Permanências e mudanças

A povoação do Recife cercada com uma paliçada foi construída em madeira, segundo documentos holandeses, como bem ilustrada na representação *T'Recife*, no livro de De Laet (1644), que retrata o estado da povoação em 1630, e muitos outros registros iconográficos em manuscritos, ilustrações e cartografia-corografia. Já no mapa (figura 89) de 1637¹²⁴, elaborado por Colijath, no Lugar do Recife, indicado como *Reciffa*, *não se encontra representada a paliçada primitiva em madeira, mas a estão bem definidos dois trechos de muralha em áreas mais vulneráveis*, e que deveriam cercar toda a povoação para ter sua funcionalidade efetivada. Por outro lado, na representação de De Laet, aparece o misto de muralha e paliçada, provavelmente indicando a adoção de uma solução técnica, onde devia se utilizar pedra em áreas molhadas, como nos trechos indicados, podendo as demais áreas se utilizar madeira em situações emergenciais, ou de restrições do ambiente e de investimentos de meios e materiais para sua materialização ideal, como indicado no conceito de **cidade necessária**.

¹²⁴ Mapa utilizado para ilustrar o livro que escreveu *Gaspar Barleus* sobre o Governo do Conde de Nassau. O livro foi publicado pela primeira vez em 1647, em Amsterdã. A data de 1637 encontra-se assinalada no mapa.

O mapa de 1648 do Recife (figuras 86, 22 e 69), em que se tem a expansão total do povoado, até tal ano, desenhado a partir de desenho do cartógrafo Colijath, representa a muralha em pedra em torno da povoação. Noutra interpretação, como ocorrido em diversos outros projetos, a muralha provavelmente não foi construída contornando o lado leste e sul. Era frequente um projeto se materializar em desenho e, de forma diferente daquela que se viu no projeto, como em 1639, nesse caso com muita aproximação entre o que se projetou e o que se realizou. Na representação de 1637 (figura 23), Colijath mostra uma muralha, inacabada no lado norte e oeste da povoação, além de dois baluartes que ladeavam a Porta da Terra.

Além das pinturas que a representam, existe hoje a confirmação nos vestígios encontrados com as escavações arqueológicas do professor Marcos Albuquerque. No entanto, o casario desenhado por *Colijath*, muito ampliado em relação ao existente nos anos de 1630, deve ter sido construído. Uma das últimas representações do Recife que conhecida no século XVII foi produzida por pintor Frans Post, que deixou o Recife durante o governo de Nassau (1637-1644). Suas pinturas e desenhos devem se situar, enquanto datas prováveis, entre os anos citados. Não se podem considerar as pinturas realizadas na Holanda, pois teriam sido feitas em cima de cadernos de anotações e sensivelmente fantasiadas.

As indicações das casas construídas e representadas nesse mapa, numeradas e localizadas segundo mapa do século XX, nos permite constatar quanto de elementos construtivos, paredes e fundações, holandeses, existia no casario luso-brasileiro visto em diversas estampas do século XIX desenhadas e impressas por F. Carls, E. Bauch e outros.

Segundo Pontual (2001), vários edifícios destruídos pelo incêndio ateadado por Matias Albuquerque, em 1630, foram reconstruídos e ampliados pelos holandeses. Por exemplo, em detalhe da representação Mauritiópolis (figura 90), desenho de Frans Post, pode-se confirmar o adensamento e o crescimento do número de pavimentos das edificações existentes em 1630, e o maior aproveitamento do lote nas novas edificações já construídas mais verticalizadas, e ainda com traços geométricos e fachadas mais limpas, diferentes dos luso-ibéricos, como visto em período anterior, na gravura *T'Recife de Pernambuco*, localizados em 1630.

Não é possível estabelecer o uso de um modelo em sua construção, ou adotar uma tipologia para leitura de traços claros e associados a uma construção identitária, posta em prática por cada empreendedor ou projetista. Como bem indica o conceito de cidade necessária, essas características podem se adaptar aos condicionantes, meios, materiais, objetivos e também matrizes tipológicas, mas também podem ser concebidos ou reformados adotando um hibridismo técnico, em diversas fases de sua construção, como pode ser notado na própria união ibérica e também no período nassoviano. Então a arquitetura produzida por

luso-ibéricos, nórdicos, batavos, neerlandeses ou holandesesa, pouco tem a ver com suas matrizes produzidas na esses continentes.

Figura 89: Intervenção holandesa no Lugar do Recife. Substituição da paliçada em madeira, por muralha (construções em pedra) em trechos vulneráveis. Detalhe de Insula Antonij Vaazij, 1637, GOLIJATH. Cornelis Bastiaensz (atribuição). In: *Rervm per Octennivm in Brasilia et Alibi Nuper Gestarvm..*, Kaspar Van Baerle, Amstelodami, Ex. Typographico Joannis Blaeu, 1647, p. 190, estampa n.º 33. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro
Fonte: Fonseca (1982, p.24)

Figura 90: Vista do Recife (Porto Salobro e Porto Salgado a partir dos arrecifes ao sul). *Mauritiopolis*. Frans Post, 1637-1645. In: *Rerum per octennium in Brasilia*, de Caspar van Baerle, 1647, estampa nº 35
 Fonte: Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro; Biblioteca Brasileira Mindlin - USP

No caso da produção do conjunto arquitetônico-urbanístico na fase neerlandesa-holandesa, o resultado se distancia das metrópoles exatamente pela alteração dos condicionantes da cidade necessária, mesmo resistindo a matriz tipológica (discurso), diferença que pode ser observada, por exemplo, em seu padrão construtivo e limpeza de elementos decorativos, pois a racionalidade quase absoluta denota não um traço cultural ou estético, mas o sinal de certa modernidade devida ao modelo racionalizante de investimentos em meios e materiais da **cidade necessária**, também gerando essa identidade distinta do português [que também não era dependente de uma matriz lusa ou ibérica], sendo portanto, distinta dos nórdicos, neerlandeses, etc.

Figura 91: Recife com paliçadas na área oeste (porto salobro). Detalhe de *Mauritiopolis*. Frans Post (1645). In: *Rerum per octennium in Brasilia*, de Caspar van Baerle, 1647
 Fontes: Biblioteca Nacional; Biblioteca Brasileira Mindlin - USP; Sousa Leão (1973)

O ponto de convergência das atuações e arquiteturas neerlandês-holandesa e luso-ibérica são as bases de conhecimento aplicado, o **saber fazer**, que nos dois casos não têm a possibilidade de representar uma marca de nacionalidade, primeiro pela ausência do Estado como mandante máximo e absoluto dos técnicos, diretrizes, investimentos financeiros aplicados nos empreendimentos. Além disso, ocorre certa **miscigenação necessária** que também fará parte da **miscigenação política e técnica** promovida pelos técnicos de Nassau, a partir do hibridismo político e técnico [vistos mais adiante], pela notória, necessária e indispensável presença da diversidade cultural, numa gama impressionante de personagens reais com atuação direta no planejamento, investimento e materialização dos empreendimentos, principalmente nas duas primeiras fases, luso-ibérica e neerlandês-holandesa.

Retomando a questão da paliçada e muralha, se percebe na figura 91 presença parcial de cerca sem continuidade e fechamento, indicando precariedade ou pouca utilidade nesse lado mais resguardado do porto, pelo menos para ataques de navios que teriam que enfrentar diversas baterias antes de alcançar as terras. Mas, na verdade, essa mesma situação é recorrente em todo o contorno, e como indicado por Colijath (figura 89) e Post (Figuras 92 e 93) em apenas dois trechos com construções em áreas molhadas haverá muralha em pedra.

O primitivo Arrecife dos Navios, de uma povoação acanhada do século XVI e início do século XVII até se tornar a capital do Brasil Holandês, teve os maiores melhoramentos durante o governo de Nassau e seu corpo de técnicos (figuras 91, 92, 93 e 94). Recebem destaque na legenda, as fortificações, as igrejas, os edifícios administrativos e o conjunto de arquitetura civil denominado *Reciffa*.

A nova cidade, a *Maurits Stadt* dos neerlandeses, foi muito provavelmente projetada com base em avançados conhecimentos urbanísticos da época por *Pieter Post*, um dos principais representantes do classicismo arquitetônico nos Países Baixos, ao lado de *Jacob van Campen*. Na extremidade norte da ilha, o escritório técnico do Recife planejou e construiu, nos anos 1638 e 1639, o Palácio de Friburgo (Palácio das Torres) e o da Boa Vista (1643). Além de jardim e espaço de estar contemplativo e lazer, transportou árvores frutíferas e coqueiros com porte de árvores, e também de algumas espécies de animais (zoo-botânico), um laboratório base de estudos para Willem Piso (1611, 678) botânico e cartógrafo, e o astrônomo, Georg Marcgrave (1644) (BARLÉUS, 1980). Os projetos e trabalhos de execução dos técnicos e profissionais especializados de Nassau promoveram uma revolução na paisagem urbana Recife. Ergueram o templo dos calvinistas franceses, obedecendo ao traço de *Pieter Post*, implantando-se o calçamento de algumas ruas e o saneamento urbano, além de

se construírem três pontes em grandes dimensões. Já os sete anos de governo de Nassau (1637-1644) deixaram a memória de uma Época de Ouro.

Figura 92: Vista d do Recife (“Porto Salobro”, lado oeste). Detalhe de *Mauritiopolis*. Frans Post (1645). In: *Rerum per octennium in Brasilia*, de Caspar van Baerle, 1647

Fonte: Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional; Biblioteca Brasileira Mindlin - USP

Boxer (1961) afirma que Nassau “teve a perfeita compreensão da importância de conciliar os agricultores e moradores com a administração holandesa, havendo os seus esforços neste sentido alcançado êxito bastante considerável...”. Ainda afirma que Nassau, “no empenho de evitar os males da monocultura e de tomar a colônia autossuficiente, incentivou a cultura da mandioca e outras” (BOXER, 1961). Na tese defendida por Neme (1971), focam-se as culturas jurídicas e administrativas distintas entre portugueses e holandeses. Wätjen (2004) acredita que houve uma antecipação da crise financeira do governo de Nassau, pois ocorreu um estado permanente de crise que não se apagou no período pacífico

da administração nassoviana. A WIC, em 1621, era avaliada negativamente pelos mercados de Amsterdã, provavelmente como prognóstico de seus insucessos (SCHAMA, 1992)¹²⁵.

Figura 93: Recife (Porto Salobro, lado oeste) com paliçada e legenda. Detalhe de *Mauritiopolis*. Frans Post (1645). In: *Rerum per octennium in Brasilia*, de Caspar van Baerle, 1647.

Fontes: Biblioteca Nacional; Biblioteca Brasileira Mindlin - USP; Sousa Leão (1973)

¹²⁵ O autor se refere à comunidade mercantil mais conservadora.

Figura 94: Vista do norte e central da Mauriciópolis e legenda. Detalhe de *Mauritiopolis*. Frans Post (1645). In: *Rerum per octennium in Brasilia*, de Caspar van Baerle, 1647

Fontes: Biblioteca Nacional; Biblioteca Brasileira Mindlin - USP; Sousa Leão (1973)

Quando Nassau e o Alto Conselho assumiram a administração da conquista, em 1637, toda uma rede de comunicação por aqueles cursos d'água já havia se constituído. Em contexto brasileiro, as Capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande encontravam-se em poder das armas da WIC. Cabia a elas a solidificação de uma espécie de política administrativa que compensasse os gastos deixados pelos primeiros anos de guerra. Esse modo de agir da administração regularizada do governo de Nassau encontrou a resistência dos luso-brasileiros. Muitos direitos dos antigos moradores não se mantiveram e a necessidade do lucro impeliu os administradores à imposição de várias taxas, impostos e medidas, gerando multa para os infratores em caso de desobediência. De acordo com Neme (1971), o fio condutor da política administrativa da WIC no Brasil foi a predominância do espírito do lucro, desde uma taxa cobrada pela travessia de um rio, até a obtenção de centenas de caixas de açúcar, os lucros são mencionados como grandes [*groote*] ou pequenos [*kJeine*](NASCIMENTO, 2001).

Com o território ocupado praticamente consolidado e com a avultada quantidade de colonos estabelecidos no Recife, em 1639 o novo Governador da conquista da WIC no Brasil,

Johan Maurits van Nassau-Siegen, encomendou um plano de ocupação racional da ilha de Antônio Vaz. A nova cidade projetada seria instalada do espaço existente na área de ocupação mais antiga da ilha – ao norte – para o sul, com limite no Frederick Hendrick. A ilha foi dividida em duas partes, sendo a primeira, ao norte, denominada de Velha Maurícia, e a segunda, ao sul, a Nova Maurícia [*Nieuwe Mauritia*]. Essas duas Maurícias, circunscritas por estacadas e fossos, compunham, com o Recife, a *Stadt Mauritia* [Cidade Maurícia] (MELLO, 1976, p.18).

Segundo Miranda (2006), ainda que nesse segundo sistema de defesa projetado, a disposição das ruas das duas Maurícias estava em harmonia com as estruturas de defesa das partes leste e oeste da ilha, de tal forma que não impedissem a aproximação de tropas aos bastiões e fortalezas do sistema. Tal disposição, facilitadora das atividades militares, demonstra que o plano de ocupação de Antônio Vaz também levou em conta, em sua elaboração, fatores defensivos.

Após a execução do plano de 1639, percebem-se algumas modificações na defesa de Antônio Vaz: demoliu-se o Forte Amelioc; destruíram-se três redutos a oeste da ilha e construíram-se casas na *Nieuw Mauritsstad*, o que terminou por obstruir a linha de tiro do Frederick Hendrick. A articulação do conjunto fortificado não sofreu uma grande alteração. Até o ano da rendição o sistema de defesa ganharia mais duas fortificações, o *Soutpan* [Casa do Rêgo; Forte das Salinas] e Altená [Forte de Santo Antônio novo; Casa da Asseca], ambas voltadas para o continente.

Figura 95: Detalhe: Sistema de fortificação da Praça da Mauritsstad (1648). Baseada em Golijath, 1648
Fonte: Menezes (2000)

Não interessou ao holandês impor sua marca urbana, nem ao português pedir a manutenção da sua identidade construída, pois revelaria sua nuances e detalhes de planejamento religioso, militar, etc.

Figura 96: Sistema de fortificação da Praça do Recife (1648). Baseada em Golijath, 1648

Fonte: Menezes. *O Urbanismo Holandês no Recife - Permanências no Urbanismo Brasileiro*, Colóquio “A Construção do Brasil Urbano, Lisboa: ed. Urbanismo 4 de Origem portuguesa, 2000. Alterada por André Lins (2011)

Sistema de fortificação da Praça do Recife

Com relação ao sistema de defesa montado em Recife pelos neerlandeses, garantia uma significativa resistência, mesmo esperando o apoio do governo holandês. Confinados na Praça do Recife com a insurreição Pernambucana (1645), os neerlandeses tiveram suas saídas para o interior impedidas por um bloqueio terrestre imposto pelas tropas luso-brasileiras (MIRANDA, 2006).

Sem apoio político (discussões para fechar acordo com Portugal) e bélico (naval) para fechar o cerco, a situação redundava em um impasse para neerlandeses e luso-brasileiros. Esse auxílio representava a esperança dos luso-brasileiros alojados às ‘portas das fortalezas’. A despeito de serem senhores da campanha, deveriam esperar que “Vossa Majestade acudisse seus vassallos com suficiente armada para que os neerlandeses cercados pela parte do mar fossem compelidos a entregar as fortalezas que ainda ocupavam” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – AHU, 1645). Com o agravamento do estado dos neerlandeses no Recife,

em fevereiro de 1650 o mestre-de-campo, General Francisco Barreto de Menezes, ponderava que aquele seria um momento ideal para o fim da guerra. O chefe das operações no Recife apelava para o golpe decisivo no inimigo acuado (em compasso de espera pelo acordo comercial mais vantajoso possível com os portugueses, na Metrópole):

Há muitos dias que represento a Vossa Majestade que para se acabar de vez com os holandeses em Pernambuco convinha tomar-lhes a entrada dos abastecimentos com trinta navios de guerra, porque de outra maneira não é possível render o Recife por maior que seja o poder por terra [...]. Esta é a boa ocasião de Vossa Majestade se aproveitar da oportunidade que o tempo oferece e dar remédio aos males que padece este enfermo há tantos anos: pois tem Vossa Majestade desta parte poder bastante com que fazer, e ainda que A Armada demore oito ou dez meses sobre o Recife [o que não é possível estando ela presente nesse estado] sempre fora menos despesa do que a dei importar o que se lhes prometer servirem a conveniências, e quando estas o sejam para o serviço de Vossa Majestade também se farão mais a seu contento e com maior brevidade sendo o Recife oprimido com A Armada: porque por guerra lenta nunca se veio conseguir coisa boa [...] antes por causa dela se perderam algumas monarquias; senhorear Pernambuco é o que importa a Vossa Majestade para aumento de sua Real Coroa não reparando em razões de estado que podem fazer perder um estado sem razão (AHU, 1650).

O auxílio naval só foi dado no final de 1653. Durante este tempo, a estratégia de ataque ao Recife ficou limitada a pequenas investidas. Para romper o cerco terrestre, os neerlandeses pediram socorro para receber embarcações e soldados, resultando nos embates de 1648 e 1649. Já os comandantes das tropas brasileiras entre 1645 e 1654, entenderam que a ausência de munições, de artilheiros e de peças de artilharia impediu uma ofensiva prolongada contra o Recife. Empreender um cerco ao amplo sistema de defesa montado pelos neerlandeses demandaria das tropas luso-brasileiras enormes quantidades de peças de artilharia e munições “porque [...] as muitas fortalezas que cercam o Recife nos hão de tirar muitas balas” (AHU, 1647).

Apesar de falhas e espaços desprotegidos, por exemplo, pela parte sul do porto a partir das barretas, havia dificuldades para o ataque à Praça do Recife devido à dimensão desse sistema de defesa montado pela WIC, que segundo Brito Freyre, contava com várias fortificações guarnecidas de muita artilharia, trincheiras, diques e plataformas ao moderno, ou seja, dentro do que havia de mais inovador em matéria de fortificação do período¹²⁶. O número insuficiente de pessoal habilitado para assédios “afligia e desconfiava aos nossos

¹²⁶ Relação de Francisco de Brito Freyre (Recife, 29 de janeiro de 1654). Apenso I. In: José Antonio Gonsalves de Mello. A Rendição dos Holandeses no Recife (1654, 1979, p. 102.

[exercitados em diferente milícia], [e que não sabiam] abrir trincheiras para caminharem aproches contra as fortificações”.

Em último, a precariedade de mantimentos, dinheiro, ferramentas, munições e armas de grosso calibre. Outra parte da guarnição buscava reparar os prejuízos recebidos pelas peças da bateria com terra e madeira provinda dos aquartelamentos do forte, que foram “desmadeirados” com o intuito de suprir a ausência de material de construção. Outra dificuldade era que a WIC não tinha soldados suficientes para guarnecer os vários fortes da Praça do Recife. Isso se devia à política de contenção de despesas da Companhia. Por isso abandonaram-se fortificações¹²⁷. Como estratégia neerlandesa, arrasaram parte das casas construídas na Nova Maurícia, de modo a deixar o campo de tiro livre¹²⁸.

A explicação de Boxer (2002) acerca da rendição aponta para a debilidade dos comandantes políticos da Praça, que seria criticada por panfletos neerlandeses que alegavam que o Recife poderia ter resistido por mais tempo. Citadas por Mello (2002), fontes neerlandesas também denunciavam ter havido pressão por parte dos civis, que temiam por sua vida no caso de conquista da Praça, embora pudesse essa afirmação ser uma justificativa do governo para a entrega da Praça¹²⁹.

Identidades e herança a partir da iconografia

A representação dos modelos urbanísticos, baseados em elementos que se definiram como **cidade necessária**, permite a leitura clara de interesses distintos e aplicação de posturas distintas que geraram dentro de um mesmo período de dominação identidades diferentes.

Em se tratando de cartografia, material informativo e de planejamento de ações, não se pode negar que os holandeses já soubessem bastante sobre o litoral brasileiro antes mesmo de 1630, quando chegaram a Pernambuco, inclusive por meio de espionagem. Serão as cartas produzidas por Johannes Vigboons que irão pormenorizar o interior, incluindo aí os seus caminhos terrestres. A documentação iconográfica e cartográfica de 1630 a 1648 permite que se descrevam as práticas discursivas e não discursivas em torno do processo de aterramentos, construção e projeto da cidade.

¹²⁷ Relação de Francisco de Brito Freyre (Recife, 29 de janeiro de 1654). Apenso I. In: José Antonio Gonsalves de Mello. A Rendição dos Holandeses no Recife (1654, 1979, p. 104.

¹²⁸ Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife. Op. Cit. pp. 113-114.

¹²⁹ “Devemos enfrentar o inimigo ou entrar em negociações com ele visando a um acordo, em vistas das lamentações de mulheres e crianças temerosas de caírem em mãos de inimigo tão sanguinário, e antes que seja muito tarde”. In: José Antonio Gonsalves de Mello. A Rendição dos Holandeses no Recife (1654), 2002, pp. 91. 21 p. 23-25.

O “Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654” (INVENTÁRIO..., 1940), como já o citamos, permite a análise do tecido urbano do Recife. As “Nótulas Diárias [*Dagelijksche Notulen*] dos Altos Conselhos do Brasil”¹³⁰, muito utilizadas por Mello (2001), em Tempo dos Flamengos, trazem detalhes sobre a vida em sociedade da Nova Holanda, fonte primordial para a reconstituição da vida urbana no Recife. Nesta coleção registram-se ainda as Cartas Gerais (*Generale Missiven*) do Alto Conselho, que são relatórios enviados pelo governo colonial ao Conselho dos XIX, direção da WIC, nos Países Baixos. Trata-se de uma fonte complementar às Nótulas Diárias.

Relevantes traduções de relatórios, cartas e descrições produzidos pelos administradores da WIC e viajantes no Brasil foram publicadas por Gonsalves de Mello nos volumes intitulados Fontes Para a História do Brasil Holandês: a Economia Açucareira. (vol. 1)¹³¹ e Fontes para a história do Brasil Holandês: a Administração da Conquista. (vol. 2). Nestes, dá-se destaque à: Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, 1638 (FHBH1); Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, 1639 (FHBH1); Breve Relação do Estado de Pernambuco, de A. de Quelen, 1640 (FHBH2); Memória e Instrução do Conde de Nassau acerca de seu governo no Brasil, 1644 (FHBH2); Relatório sobre a conquista do Brasil, de Hamel, Bullestrate e Bas, 1646 (FHBH2).

Publicam-se alguns relatórios sobre o dia a dia da conquista neerlandesa, dentre os quais se destacam: o Diário ou Breve discurso acerca da Rebelião e dos Pérfidos desígnios dos Portugueses do Brasil¹³², de Arnhem, e a *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, de Joan Nieuhof¹³³. Nestes se entreveem passagens sobre cotidiano e descrições do espaço do Recife.

O Coronel Wanderburch escreve os limites e as possibilidades econômicas das freguesias da Capitania de Pernambuco três anos após o desembarque em Pau Amarelo, fato este que levaria à hipótese de que para administrar é necessário conhecer e informar. O mapeamento detalhado do litoral brasileiro no Atlas de Vingboons mostra-se como uma das provas da tentativa de conhecimento do litoral do Brasil.

¹³⁰ Essas atas registravam o dia a dia de queixas, deliberações, negócios, entrada e saída de navios e dezenas de outros assuntos em torno da mais alta instância administrativa e jurídica da Nova Holanda, que se denominou Conselho Político (1630-1637), Alto e Secreto Conselho (1637-1646) e Alto Governo (1647-1654). Cópia do Departamento de Biblioteconomia da UFPE, Prof. Dr. Marcos Galindo.

¹³¹ José Antonio Gonsalves de Mello. *Nobres e Mascates na Câmara do Recife, 1713-1738*, in: *Revista do IAHGP*, vol. LIII, 1981.

¹³² (Arnhem, 1647), publicado em RIAHGPE nº 32

¹³³ Joan Nieuhof. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, 1981

Antes mesmo da conquista de Pernambuco, em 1630, os estudos efetuados por Johannes de Laet¹³⁴ tiveram de se atualizar após esta data, o que corrobora, mais uma vez, uma necessidade de se “corrigirem” informações prévias e indiretamente adquiridas por cronistas que descreveram as primeiras linhas sobre as condições das capitanias brasileiras. De Laet¹³⁵ se utilizou de livros como *Viagem ao Brasil*, de Jean de Lery, bem como da *Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental e no Brasil*, para não citar outros compêndios.

Em uma publicação dedicada a Laet, Mello (1967) diz que em uma de suas revisões, por volta de 1640, o autor de *“Descrições das Índias Ocidentais”* revela o cuidado de fornecer aos leitores informações novas e mais exatas do que as anteriores disponíveis acerca da localização geográfica de certos acidentes do litoral (MELLO, 1967, p.139). As correções se realizaram apenas em 1640, dez anos após a chegada batava ao Brasil, e mesmo assim ao litoral, quando os holandeses já conheciam bem o ambiente natural e construído, mesmo se uma interior devido prováveis emboscadas por luso-brasileiros.

Segundo Miranda (2006), mesmo após a construção da ponte ligando-a ao Recife (1644), a Cidade Maurícia não se desenvolveu da maneira desejada. Em 1643, no Relatório ao Conselho dos XIX, Nassau e os conselheiros diziam que as casas em Maurícia “na maior parte estão desocupadas e os terrenos pouco valorizados”, e que casas e terrenos “se encontram quase desertos” (MELLO, 2001, p.92). Leilões de terrenos na cidade (MELLO, 2001, p.92) e os Pedidos de Indenizações de 1663 (CHAPPINI; WOLF DE AGUIAR, 2001) mostram a desvalorização das propriedades na Ilha. O Inventário dos Prédios (1940) mostra que em Maurícia, em 1654, apenas 60 casas eram sobrados, e as outras 110, térreas. As pinturas de Post revelam que permaneceu na cidade um aspecto pouco urbano, com casas baixas e distantes umas das outras, com muita vegetação em contraste aos compridos sobrados do Recife, amontoados, colados, onde havia até ruas calçadas.

Um fato relevante ocorreu no início da chamada Insurreição Pernambucana (1645), quando por medida de segurança, demoliram as casas da Nova Maurícia [preservou-se apenas uma, por ser sólida e poder servir de reduto] (MELLO, 2001, p.94). Um recenseamento de 1645 [posterior à referida demolição] revelou que moravam em Maurícia 685 pessoas

¹³⁴ Um dos livros mais informativos em termo dos primeiros anos da ocupação neerlandesa do Brasil chama-se “Historie ofte jaerlijck verhael van de verrichtinhen de geotroyeerde West-Indische Comopagnie, zedert haer begin tot bet cynde van tjaer sesrien-hoadert-ses- en-dertich” (História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até o ano de 1636).

¹³⁵ Outros livros elencados por José Antônio Gonsalves de Mello, a respeito dos quais se utilizou Johannes de Laet, foram: *França Antártica*, de André de Thevet; *Missão no Maranhão*, de Claude d’Abbeville; *Navegações*, de Hakluyt; *Peregrinações*, de Purchas; *Descrição da América*, de Linschoten; *Facho da Navegação*, de Ruiters; e *Descrição das Índias Ocidentais*, de Antônio de Herrera.

[executando-se escravos]. O grandioso plano não fora adiante, e uma Nova Holanda não se concretizou.

A construção da *Maritstad* propiciou a formação de outras significações para o antigo Recife modernizado. Palácios, pontes, parques, museus, sistemas de canais vêm substituir a dominância das palavras associadas às defesas e conquistas militares portuguesas, indicando um deslocamento das representações relativas ao desbravamento e domesticação de uma natureza exótica para um ***ambiente laico e mundano***. O Recife passou a se chamar *Mauritstad*, com o sentido de “cidade da liberdade”, tendo por símbolo o palácio de Friburgo. A despeito das convicções calvinistas, ao não eliminar as igrejas católicas de origem portuguesas existentes, o projeto da nova cidade permitiria a construção de uma nova identidade com sobreposição cultural e liberdade.

Entre os mapas estudados pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello, no Atlas (MELLO, 1976), um se identifica com o traçado de intervenção urbana projetado para a *Ilha de Antônio Vaz*, no governo de Nassau, em 1639. No estudo de Menezes (2000), interessou o aspecto desse mapa manuscrito, que o liga à história do urbanismo e o torna bastante significativo para a compreensão do que se realizou. No *Atlas Vingboons*, como bom cartógrafo, indica o existente e o projetado. Conforme assinalou José Antônio Gonsalves de Mello, o mapa utiliza convenções de linhas e cores comuns à cartografia e ao desenho de engenharia e arquitetura do período.

A representação (figuras 83 e 84) mostra indicações de ruas e canais determinados para demarcação por sobre lugares onde então existiam, na Ilha de Antônio Vaz, trincheiras e edifícios, além de definir um sistema de fortificações objetivando a defesa do lugar. Este mapa traz informações sobre um projeto para aquela ilha com fortificações, com um plano de defesa que se articula com o restante da cidade do Recife, guardando segura relação entre as partes que o compõem, constituindo, dessa forma, um sistema integrado.

A Ilha de Antônio Vaz, no trecho considerado entre o Forte Ernesto, incluindo o Grande Alojamento e a fortificação de Cinco Pontas, é definida, em termos de parcelamento urbano, à maneira da Nova Amsterdã, a dos planos de 1590 e 1612;

Um longo canal divide a ilha em duas partes e dos dois lados quadras são dispostas onde, de espaço a espaço, pontes ligam as duas bandas. Toda a parte central da nova organização do solo é protegida, ainda tendo por modelo aqueles traçados de cidades fortificadas, por um longo trecho com fosso e muralha. O conjunto novo se liga à antiga fortificação que envolvia o convento, o Forte Ernesto e as duas áreas, a antiga e a nova se separam por meio de grande fosso (MENEZES, 2000) (grifo nosso).

O plano tem uma concepção geométrica admirável e fruto da necessidade de equilíbrio e proporção entre os elementos envolvidos, revelando conhecimento pelo autor de uma forma de traçado, em que a presença da geometria, definida pelos triângulos reguladores, se encontra bem marcada. Trata-se de um plano completo e que consolida toda uma teoria do Renascimento voltada a uma concepção de natureza urbana, a qual a Europa pouca oportunidade teve de ver materializada como, em termos, conseguiu o Recife, mesmo porque não se trata de obra isolada, mas sim presa a uma visão de ocupação territorial que expressa bem mais que um simples desenho urbano.

A Cidade Maurícia foi a consolidação de uma política de distribuição de terras urbanas que se identificou com aquele modelo definido pelos Países Baixos, de raízes sociais, em que a todos os indivíduos se devia dar o direito do uso do solo, em padrões bem definidos pelo governo. O projeto urbano da Nova Maurícia é a materialização de toda uma maneira de compreender os objetivos mais importantes do empreendimento e de planejar com cuidado e executar com várias mãos investimentos de meios e matérias no ambiente preexistente à maneira de governar de Nassau, caracterizando um momento relevante da fase neerlandesa, gerador de uma identidade distinta, singular para a história do urbanismo (MENEZES, 2000).

As ações de governo e a materialização dos investimentos planejados foi representada em mapas, aspectos e panoramas, destacada na obra de Gaspar Barlaeus sobre os empreendimentos de Nassau, publicada em Amsterdam (1647)¹³⁶, além de outras publicações de sua época. A obra urbana ficou conhecida internacionalmente como *Mauritstad* [Cidade Maurícia], juntamente com o seu porto, o Recife das Cacimbas reformado e ampliado, um conjunto urbanístico que foi sede do Brasil neerlandês, tendo sido governada entre os dois períodos de guerra por Nassau [a serviço da holandesa Amsterdam].

4.1.3. Elementos de caracterização pós-neerlandesa

A riqueza repentina dos habitantes do Recife, apelidados de mascates pelos naturais de Olinda, fez do antigo porto um núcleo de avanço e crescimento, com frequência ofuscando a capital de Pernambuco e contrariando os senhores da terra. Fato representativo para comprovação desse progresso seriam as construções religiosas do final do século XVII. É deste período o início das edificações das igrejas dos Jesuítas (1655), Nossa Senhora da Penha (1655), Santo Amaro das Salinas (1681), Convento do Carmo (1667), Capela Dourada (1696)

¹³⁶ Gaspar Barlaeus. História dos feitos recentemente praticados no Brasil, 1980.

e Ordem Terceira do Carmo (1696), na Ilha de Santo Antônio, juntamente com as igrejas de Nossa Senhora do Pilar (1680-1686, restaurada entre 1898 e 1906), e Madre de Deus (1679).

Após 1654, tornaram-se comuns os pedidos para que os sobejos das folhas eclesiásticas e seculares fossem aplicados na aquisição de munições e armamentos, e fosse também lançado subsídio de quatro vinténs por caixa de açúcar embarcada ao Reino, objetivando financiar a reconstrução das fortificações da Capitania (AHU, 1673, p. 203).

Crescimento do Recife e Guerra dos Mascates

Esse crescimento do Recife foi visto com desconfiança pelos olindenses, muitos deles senhores de engenho em dificuldades financeiras. O conflito de interesses políticos e econômicos entre a nobreza açucareira pernambucana e os novos burgueses deu origem à Guerra dos Mascates (1710-1711).

No governo de Sebastião de Castro Caldas [1707 a 1710], o primeiro governador nomeado por D. João V, de Portugal, favorável aos mascates, contrariando os olindenses, a nobreza da terra, o Recife foi elevado à categoria de Vila e nomeada Santo Antônio do Recife, por carta régia. No Largo do Corpo Santo [Bairro do Recife], ergueu-se o pelourinho, símbolo do poder municipal, e os primeiros vereadores de sua Câmara, responsáveis pela administração municipal, não mais prestando obediência aos vereadores de Olinda. Em 1711, moravam cerca de dezesseis mil pessoas na vila, e em 1745 a população ascendia a vinte e cinco mil.

As principais mudanças urbanas e no armamento português ocorreram essencialmente após os confrontos ou sob sua ameaça. Contudo, as reformas no sistema militar não foram uniformes e eram executadas sob ameaças. Este temor, na Metrópole e na colônia, foi um dos mecanismos sobre o qual se estruturaram a política e a prática colonizadora (BICALHO, 2003, p. 18).

Fundado em 1640, o Conselho de Guerra era o órgão de administração e gestão logístico-militar pioneiro, responsabilizando-se, dentre as suas inúmeras atribuições, pela reestruturação do ensino de engenharia militar, preservação das fortalezas e arsenais, abastecimento de postos militares e negócios referentes ao envio de soldados para as frentes de combate. Houve também a necessidade de uma estrutura administrativa capaz de assegurar meios para a manutenção da força militar¹³⁷.

¹³⁷Kalina Vanderlei Paiva da Silva. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*, 2001. pp. 49-50.

A defesa, que sempre foi objeto de extrema importância nas deliberações da Coroa na colônia – a exemplo do trabalho do Sargento-Mor do Estado do Brasil, Diogo Campo Moreno, em 1609, que continha uma detalhada inspeção das praças costeiras do Brasil e enumerava as medidas cabíveis à defesa desta “conquista” (MORENO, 1984), passou entre os anos de 1640 e 1750 por significativos incrementos (MIRANDA, 2006).

O plano de Brito Freyre, intitulado “Sobre a Defesa do Brasil”, resultou no “primeiro estudo estatal em tempo de paz sobre a organização das tropas institucionais”, e intentava reordenar territorialmente as tropas auxiliares (milícia e ordenanças) (SILVA, 2001). No Regimento de 1667, ampliaram-se as recomendações para maior cuidado com as capitanias, o que engloba a fiscalização do estado das fortificações, maior preocupação com a defesa dos portos e a repetição da obrigação dos colonos em possuírem armas para tomar parte na defesa da terra.

Segundo Miranda (2006), a Companhia Geral do Comércio do Brasil, criada em 1649 no molde das companhias inglesas e holandesas, reservava para um pequeno número de comerciantes o direito ao comércio externo da colônia. Essa empresa de grande vulto foi uma opção a mais que Portugal tinha para manter suas rotas comerciais oceânicas. Sua formação objetivava ampliar a resistência pernambucana durante a Guerra de Restauração ao proteger, por meio de escolta, os navios mercantes que faziam a rota do Brasil, fornecendo escravos e mantimentos, além do transporte do açúcar, antigo e conhecido financiador da guerra (ACIOLI, 1997, p. 30).

Mesmo com a maior presença da Coroa na administração colonial, no período pós-restauração, persistia sobre o rendimento dos fundos públicos [câmaras municipais] o fardamento, o sustento e o pagamento dos soldos das tropas e guarnições, a construção ou reparo de fortificações, o equipamento de embarcações destinadas à defesa das águas costeiras e a manutenção de armadas em situações especiais e em ocasiões de ameaças reais. Esse custo de defesa recaía sobre os colonos, que pagavam pelo seu próprio resguardo e o da metrópole, e se constituía em uma prática comum desde o *ante-bellum*¹³⁸.

¹³⁸ O termo *ante-bellum* é utilizado por Evaldo Cabral de Mello em referência ao período em Pernambuco e parte do Norte do Brasil antes da invasão da Companhia das Índias Ocidentais (1630).

4.1.3.1 Ambiente natural ou construído

Geral (zona de estudo)

Insegurança e ameaças estrangeiras no *post bellum*¹³⁹, período pós-neerlandês, produziram um clima de medo em Pernambuco, exigindo precauções. Em 1666, uma esquadra francesa despontou diante do Recife. O Marquês de Mondvergue, seu comandante, pediu para lançar âncora no porto por se encontrar com grande parte de sua tripulação em estado de doença, por serem escassos os víveres para continuar a sua viagem e por ter urgência para fazer reparos impreteríveis (MIRANDA, 2006, p. 33). A reação do governador da Capitania de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, foi cuidadosa, visto ser a primeira vez que uma grande força naval estrangeira se aproximava costa pernambucana desde a armada de invasão da WIC. Segundo Miranda (2006, p. 33). Antes de permitir que as embarcações fossem consertadas no ancoradouro e que mantimentos fossem enviados para os franceses, o governador reforçou as fortalezas, pôs as companhias de guarda e convocou as Câmaras de Recife e Olinda, tropas de milícia e os principais da capitania no intuito de intimidá-los (MELLO, 2003, p. 52).

As ordens da Coroa eram explícitas, visando não dar lugar, nos portos brasileiros, a qualquer navio estrangeiro, de modo a evitar transações comerciais e os “nocivos” contatos com forasteiros. Segundo Miranda (2006, p. 34), a exceção era dada aos britânicos, com os quais os portugueses tinham firmado tratados comerciais em 1654, e às embarcações que tivessem problemas na travessia do Atlântico. Por isso, existiam as chamadas leis de hospitalidade, “estabelecidas pelos tratados de paz e de amizade entre os países da Europa”. Complementando a proibição régia, a experiência da invasão de 1630 deixara a capitania de Pernambuco de certa forma sensível a qualquer bandeira não portuguesa que tremulasse no litoral. Do mar vem o perigo. Ele era o caminho que ligava a colônia à metrópole, mas também era rota que permitia que os inimigos de Portugal buscassem as riquezas da terra.

Poucos meses após a expulsão do Brasil, em 1654, noticiava-se que ingleses e neerlandeses promoviam um ataque contra alguma posição no Atlântico Sul, o que aumentava a atmosfera de medo na capitania. Cientes, em parte, das ameaças, os principais da Capitania de Pernambuco relataram à Coroa – nos primeiros anos após 1654 – o estado em que se

¹³⁹ O termo *post-bellum* é uma expressão utilizada em vários trabalhos por Evaldo Cabral de Mello quando quer se referir a Pernambuco e parte do Norte do Brasil recém saídos da guerra contra a Companhia das Índias Ocidentais e novamente postos sob jurisdição portuguesa (1654).

encontravam as defesas das áreas atingidas pela guerra e sugeriram o melhor procedimento para resguardar a colônia.

Voltando à questão da ambiente construído encontrado no período pós-neerlandês, segundo Miranda (2006, p. 78), sobressaem-se os planos de João Fernandes Vieira, de 1654, e de Brito Freyre (1661-1664), as observações de Francisco Barreto de Menezes – enquanto Governador de Pernambuco (1654-1657) e Governador do Brasil (1657-1663) – e o parecer de Cristóvão Álvares sobre estes planos de reformas a se empreenderem na Capitania de Pernambuco e de certa forma nas capitanias do Norte.

Corroborando com o limite de análise das realizações urbanas no Recife na fase denominada Pós-restauração, Miranda (2006, p. 79) define dois momentos para a reorganização do aparato bélico da capitania de Pernambuco: de 1654 a 1669, e de 1669 a 1701¹⁴⁰. Na primeira fase, de grande urgência na reestruturação da defesa no Norte brasileiro, Portugal estava em estado de guerra em sua fronteira e suas colônias estavam fragilizadas e expostas aos ataques dos inimigos da Coroa. Discutiram-se amplamente as estratégias de como Pernambuco e as capitanias do Norte se resguardariam, mas as propostas não se concretizaram.

A crise financeira representou um dos maiores impedimentos do governo de Pernambuco para empreender gastos na onerosa folha militar desta região. Houve o abatimento do sistema produtivo, reduzido a um terço de sua capacidade nos últimos anos de guerra pela expulsão dos neerlandeses da região; da migração das populações de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande para o sul de Pernambuco no decorrer do conflito; da redução do preço do açúcar no mercado internacional; da propagação da epidemia de varíola, por volta de 1661, que fez vítimas em $\frac{3}{4}$ da mão de obra escrava nos vinte anos que se seguiram, e do

¹⁴⁰ Fontes utilizadas para determinar o primeiro momento (1654-1669): AHU, Caixa 5, doc. 439, 28/09/1652; AHU, Caixa 6, doc. 456, 14/10/1653; AHU, Caixa 6, doc. 476, 09/05/1654; AHU, Caixa 6, doc. 485, 18/06/1654; AHU, Caixa 6, doc. 497, 12/09/1654; AHU, Caixa 6, doc. 497, 27/03/1654 (Anexo); AHU, Caixa 6, doc. 533, 29/04/1655; AHU, Caixa 6, doc. 534, 23/05/1655; AHU, Caixa 6, doc. 534, 25/05/1655 (Anexo 2); AHU, Caixa 6, doc. 534, 03/09/1655 (Anexo 3); AHU, Caixa 6, doc. 543, 27/09/1655; AHU, Caixa 7, doc. 576, 22/11/1656; AHU, Caixa 7, doc. 604, 02/03/1658; AHU, Caixa 7, doc. 618, 27/04/1660; AHU, Caixa 8, doc. 726, 07/11/1663; AHU, Caixa 8, doc. 782, 21/11/1665; AHU, Caixa 16, doc. 543; AHU, Caixa 16, doc. 554; AHU, Códice 15, folhas 122v/123, 17/10/1654; AHU, Códice 15, folha 157v, 07/04/1655; AHU, Pernambuco, p. a., caixa 3, 03/09/1655; Biblioteca da Ajuda, Códice 51 – V – 10, folhas 247/250v. Para o segundo momento (1669-1701): AHU, Caixa 6, pp. 196-7, 03/11/1676; AHU, Caixa 6, pp. 214-2155, xx/05/1677; AHU, Caixa 6, pp. 203-204; AHU, Caixa 6, pp. 208-213; AHU, Caixa 6, p. 300, 13/09/1679; AHU, Caixa 10, número 98; AHU, Caixa 11, números 40-44; AHU, Caixa 14, doc. 1358, 01/03/1686; AHU, Caixa 21, doc. 1973, 28/07/1704; AHU, Caixa 21, doc. 1975, 05/03/1704 (Anexo 4); AHU, Caixa 21, doc. 1975, 24/07/1704 (Anexo 6); AHU, Caixa 21, doc. 1977, 12/11/1702 (Anexo 1); AHU, Caixa 21, doc. 1977, 06/11/1702 (Anexo 2); AHU, Caixa 21, doc. 1977, 30/07/1704 (Anexo 3); AHU, Códice 16, folhas 440v/441, 08/08/1671; AHU, Códice 256, folhas 1/1 v, 1673; AHU, Códice 256, folha 3v, 1673; AHU, Códice 256, folha 4, 1673; AHU, Códice 256, folha 8, 1674; AHU, Códice 256, folhas 8/8v, 1674; AHU, Códice 256, folha 9 v, 1674; AHU, Códice 256, folha 12, 1675; AHU, Códice 256, folha 22, 04/11/1677; AHU, Códice 265, folhas 32/32v, 18/08/1681; A.H.U., Códice 257, folha 6; AHU, Códice 257, folha 166 v; AHU, Códice 265, folha 188 v; AHU, Pernambuco, Caixa 6, 43; AHU, Pernambuco, Caixa 6, 50; AHU, Pernambuco, Caixa 6, 55-6, 26/04/1674.

massacrante fisco, resultante dos esforços diplomáticos portugueses (a exemplo do tributo da rainha da Grã-Bretanha e do imposto da Paz de Holanda) (MELLO, 2003, p. 37).

Particular: Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista

Em tempo de paz, a construção ou reforma de uma fortificação exigia um parecer ou a feitura de uma planta por um engenheiro. Nesses documentos, estabeleciam-se os materiais e seus respectivos custos, bem como o posicionamento da fortificação no sítio que se defenderia.

Visualizando um pouco a corte e a burocracia colonial para resolver a reestruturação de uma fortificação, sendo uma planta elaborada, ela era encaminhada ao Governador da capitania, o qual inspecionaria o local e enviaria o projeto, caso fosse aprovado, ao Rei via Conselho Ultramarino ou Conselho de Guerra. Tais órgãos consultariam ainda o Engenheiro-Mor do Reino. Aprovando-se o plano, o Governador convocaria o Provedor da Fazenda para fazer a arrematação da obra. Os contratos deveriam se estabelecer e a assinatura deveria ser feita com o empreiteiro, na presença do Provedor, do Governador e do engenheiro militar encarregado do projeto. O empreiteiro contratado passaria a construção para mestres pedreiros, os quais seriam acompanhados por apontadores e olheiros da governança (BUENO, 2003, p. 186). Apesar da exigência de prestação de conta, com o cargo de Superintendente essa etapa era praticamente anulada. Vieira estava livre para nomear tesoureiro, apontadores, ajudantes, engenheiros e fazer os contratos com os empreiteiros.

Atrair recursos para construir uma fortificação não era tarefa menos trabalhosa e custosa do que lançar um exército em campanha. Em período de guerras, o problema se acentuava e chegava ao extremo de se destruírem casas para que se fizesse uso do seu material nas estruturas militares. A qualidade da pedra era alvo de preocupação e especulação por parte de engenheiros, pedreiros e contratantes, visto que implicaria a capacidade de resistência e durabilidade de uma fortaleza. Em muitas localidades, o emprego de terra tornava o preço da obra mais baixo do que na construção em pedra, mas a opção por materiais mais brandos se explica pela melhor capacidade de absorção de impacto de projéteis artilhados.

Brito Freyre, ao assumir o Governo de Pernambuco, em 1661, foi aconselhado por Barreto de Menezes a manter [conservar] o Recife. Tal conservação foi acentuada com a missão que se atribuiu ao novo governador. No caso de uma ocupação espanhola do Reino, Dom João IV planejara a retirada da monarquia para o Brasil, da mesma forma que fará Dom João VI um século e meio depois (MIRANDA, 2006, p. 9). Nesse estado de precariedade de

Portugal, a regente Dona Luísa de Gusmão atribuiu a Brito Freyre a organização, em Pernambuco, do refúgio para a família real. O local que se escolheu seria o Recife, creditado como mais seguro do que Salvador, e que possuía, por obra da engenharia militar neerlandesa uma das mais reputadas praças-fortes do mundo (MELLO, 1995, p. 173).

Ainda em 1661, os favoráveis à transferência da câmara de Recife para Olinda receberam a aprovação do Conde de Óbidos. Mas foram advertidos pelo novo Governador do Brasil de que o Recife e suas fortificações deveriam ser mantidos (MELLO, 1995, p. 175). Entretanto, toda esta alteração teve por pano de fundo um jogo de interesses pessoais. Grupos de proprietários de terra – Vieira, Vidal e ordens religiosas – que defendiam a restauração de Olinda, antiga sede onde predominavam os interesses políticos e econômicos daquela classe, rivalizaram com grupos de burgueses interessados no comércio feito na nova sede: o Recife (MIRANDA, 2006, p. 95). Barreto de Menezes, alinhado aos burgueses do Recife, garantia a permanência do governo no Recife, sítio conveniente para o comércio, do qual dependia o desenvolvimento da capitania (MELLO, 1979, p. 13).

Aciole comenta que a importância dada por João Fernandes Vieira à questão das fortificações estava ligada à sua vontade de assegurar a proteção de seu amplo patrimônio, que contabilizava cerca de dezesseis engenhos em Pernambuco e Paraíba, várias léguas de terra no Rio Grande [litoral e região do Açu], fazendas em Maranguape, Maria Farinha, Jaguaribe, Tejipiú, Muribara e Ararobá [tudo isso em Pernambuco, número considerável de casas em Recife, Olinda e na Paraíba e cerca de dois mil escravos. Seria normal, segundo a autora, que Vieira procurasse proteger suas propriedades (ACIOLI, 1997, p. 55).

Vieira também considerou urgente a vinda de artilheiros e engenheiros (MELLO, 1979, p. 301) visto não haver nenhum nas fortalezas existentes e para que eles também pudessem auxiliá-lo no seu trabalho, afinal sua jurisdição “se estendia por mais de 300 léguas de costa, do Rio São Francisco ao Ceará”. Mais de vinte anos antes das primeiras aulas de engenharia militar em Pernambuco, que tiveram início em 1701, dava-se os primeiros sinais do interesse português pelo ensino da engenharia militar. Foi quando Fernandes Vieira, o Superintendente das fortificações, propôs que os oficiais pudessem ensinar a ‘arte’ ou o ofício de engenharia militar na capitania com o propósito de resolver definitivamente os problemas das fortificações. Fernandes de Matos, mestre pedreiro português que se estabeleceu em Pernambuco entre os anos de 1671 e 1701, promoveu-se a contratador de obras públicas, arrematador da cobrança de impostos, Capitão de fortaleza, comerciante de sobrado e homem

de negócios no Recife. Foi construtor também de várias igrejas e diversas benfeitorias para algumas associações religiosas do Recife¹⁴¹.

Legenda: (A) edifícios da alfândega, (B, C, D) trapiche onde se carregavam as caixas de açúcar, (F) igreja do Corpo Santo, (G) casa dos contos, (H) fortificações antigas em ruínas, (I) quartéis dos cabos e soldados, (L) armazém de pau-brasil, (M) igreja da Madre de Deus, (N) istmo de Olinda, (O) armazém com dois sobrados e por baixo do armazém com petrechos de artilheria, (P) armazém que se aluga por não haver com o que se ocupar, (Q) forte chama do Matos em que se aponta fazer a nova alfândega, (R) recifes que se descobrem com a maré vazia e servem de abrigo ao porto, (S) açougue, (T) ponte sobre o rio Beberibe que comunica o bairro do Recife com o bairro de Santo Antônio, (V) casas míticas do convento dos Padres da Congregação do Oratório, (X) coroa ou banco de areia que se descobre com a maré vazia, (Z) boqueirão por onde entra a maré, e (Y) armazém em que se recolhem e fabricam as corretas de artilheria.

Fig. 97 – Detalhe de Planta do bairro do Recife. REAL, João de Macedo Corte; VELLOSO. Diogo da Silveira, 1733. AHU (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa) – Levantamento e projeto de fortificação do bairro do Recife.

Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart; FONSECA, (1982, p. 37).

Dom João de Sousa autorizou, em 1684, a proposta desse empreiteiro, Antonio Fernandes de Matos, para aterro e construção de uma fortificação no extremo sul do istmo do Recife, sob o argumento de que defenderia a barreta dos Afogados e reforçaria a proteção do

¹⁴¹José Antonio Gonsalves de Mello. Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701, 1957, pp. 7-8; Segundo Gonsalves de Mello, Matos era um legítimo ‘mascate’, daqueles que chegavam a Pernambuco miseráveis, no dizer dos parciais da nobreza de Olinda, e que rapidamente se tornavam ricos ‘capitalistas’.

fundeadoiro da barra. O Forte da Madre de Deus e São Pedro, conhecido também como Forte do Matos, edificação de pedra de grandes proporções, logo foi destruído por sua pouca utilidade e, ao mesmo tempo, proteção ao porto¹⁴².

Fig. 98 – Planta Síntese do Recife em 1733. A partir da Planta do bairro do Recife (REAL, João de Macedo Corte; VELLOSO, Diogo da Silveira, 1733).

Fonte: Menezes. *O Urbanismo Holandês no Recife - Permanências no Urbanismo Brasileiro*, Colóquio A Construção do Brasil Urbano, Lisboa: ed. Urbanismo 4 de Origem portuguesa, 2000 (alterado).

A Planta-síntese elaborada nesta tese, sobre o bairro do Recife (1733), baseada no mapa dos engenheiros João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso, serve para demonstrar o possível estado em que se encontrava o Recife, anos após as reformas executadas no período pós-neerlandês (MIRANDA, 2006, p. 110).

¹⁴² AHU, Caixa 14, doc. 1358, 01/03/1686.

Legenda: (A) Nova fortificação que “Sua Majestade mandou fazer”, (B) Forte do Matos, (C) Boqueirão por onde entra o maré, (D) Convento da N. S. Madre de Deus, (E) Ponte que vai para Santo Antônio, (F) Matriz do Corpo Santo, (G) Aterro aprontando para nova alfândega pela praia, (H) Alfândega alugada, (I) Casas da rua dos padres carmelitas, (J) Portas da Rua do Bom Jesus, (M) Rio que divide a vila

Fig. 99 76 - Manuel Almeida da Fortuna. Imagem sem título [Planta do bairro do Recife]. 1733. Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Fonte: REIS FILHO, Nestor G. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.

O levantamento e projeto de fortificação do Recife, de Corte Real e Velloso, delineou aglomerado urbano, que ultrapassava, ao norte, a antiga *Landpoort* [Porta de Terra, chamada também de Bom Jesus, com seus dois baluartes remanescentes do sistema de defesa neerlandês] e a antiga área de ocupação urbana de 1654 (MIRANDA, 2006, p. 110).

Fig. 100 - Detalhe de PLANTA DO PROJECTO DE FORTEFICAÇÃO DA VILLA DO RECIFE DE PERNAMBUCO, VELLOSO, Diogo da Silveira, 1732. In: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Fonte: REIS FILHO, Nestor G. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.

Traçava também o Forte do Matos (a meia-lua), a este tempo já arruinado, e a ampliação sul do istmo decorrente da obra de Fernandes Matos. Não aparecem vestígios da paliçada que circundava o Recife, bem como das baterias que ladeavam o porto. Ao contrário da planta de Corte Real e Velloso, a de autoria de Manuel de Almeida da Fortuna, de 1733, exibe uma cerca ou muro que circundaria o Recife (MIRANDA, 2006, p. 111).

Observam-se, em Antônio Vaz, grandes alterações. Fossos entulhados, fortificações arruinadas e hornaveques desfeitos. O primeiro estudo sobre a fortificação do Recife e de Antônio Vaz do pós-guerra só seria elaborado em 1739, por Diogo da Silveira Velloso, a despeito das indicações feitas em meados do século anterior por João Fernandes Vieira, Francisco Barreto de Menezes e Cristóvão Álvares, e das reformas isoladas empreendidas nas fortificações litorâneas.

Nas Plantas do Projeto de Fortificação da Vila do Recife de Pernambuco e do Bairro de S. Antonio pode-se verificar a montagem de um novo sistema de defesa para Recife e Ilha de Antônio Vaz. Na ilha, ainda se mantinha parte do traçado regular constituído durante a ocupação neerlandesa, com uma praça quadrada rodeada de quadras. Mas na área da Nova Maurícia, a regularidade torna-se arrefecida. O hornaveque e o fosso que circundavam a ilha desapareceram e em seu lugar foi projetada outra obra de tenalha [com ângulos salientes e meios baluartes], que também cercaria Antônio Vaz.

Segundo Miranda (2006), grande conjunto de fortificações do sistema neerlandês desaparece, restando apenas ao sul uma fortificação de quatro baluartes, nas proximidades do Frederick Hendrick [Cinco Pontas]. O forte *Prins Wilhelm* [Afogados] aparece em ruínas ao sul. No Recife, guarneciam a barra o Brum [antigo *Bruyn*] e Buraco [*Juffrouw de Bruyn*], fortificações que se assentaram no istmo, e o Forte do Mar, no arrecife. As duas primeiras já haviam sido reconstruídas em pedra, e outras defesas, como o hornaveque do Brum e o Forte São Jorge, não existiam mais. Desta vez, o plano de Velloso incluía uma cerca para o Recife.

Fig. 101 - Diogo da Silveira Velloso. PLANTA DO PROJECTO de Fortificação do Bairro de S. Antônio, em Pernambuco. 1739. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Fonte: REIS FILHO (2000)

O exame dos planos de Velloso e Corte Real serviu para estabelecer o provável estado de defesa da Praça do Recife e o resultado de algumas das reformas empreendidas no século anterior. Essas mudanças limitaram-se à edificação e reconstrução de fortificações em pedra – no lugar das estruturas de terra e taipa – na zona costeira (MIRANDA, 2006, p. 117).

4.1.3.2 Meios [modalidade de projeto, modelo, técnica, mão de obra]

Modelos construtivos: o desenvolvimento urbano do Recife após a saída dos holandeses

Após a retomada do sítio, a designação de Cidade Maurícia foi abolida e a Ilha de Antônio Vaz passou a ser chamada de Povoação de Santo Antônio. Como já se afirmou, a Real Fazenda elaborou um inventário de tudo o que os holandeses haviam deixado ou edificado no Recife e em Antônio Vaz. O Inventário... dos Prédios aborda também as

condições das edificações, tornando possível o conhecimento de quais e quantas teriam ruído após a saída dos holandeses – sabe-se que pelo menos trinta delas desapareceram entre 1654 e 1659, dando abertura a outras formas de ocupação que não teriam porque seguir o plano de Post.

Até certo ponto corroborando com o pensamento de Mello (1981) sobre os indivíduos lusitanos que no primeiro momento vieram refazer o Recife, começa a transparecer principalmente nas áreas desocupadas ou demolidas, além das doações de terrenos, uma atuação com menor controle da Metrópole [em relação aos períodos anteriores], e, desse modo, um empreendimento urbanístico com investimento de meios e materiais numa síntese da síntese urbana feita em Olinda e no primitivo Lugar do Recife, sendo inexecutável a elaboração de uma réplica desses momentos do saber fazer urbanístico daqueles pernambucanos que se diziam ainda mais livres do julgo do Governo Geral português, ainda mais por se ter atribuído a vitória ao esforço desses com recursos privados, sem o esperado apoio da Coroa portuguesa.

O modelo urbanístico de Santo Antônio e São José obedeceria aos cânones lusitanos, mas colocando em prática um traçado urbano baseado no saber fazer dos descendentes de portugueses, mas essencialmente descendentes de brasileiros, tendo que utilizar seus conhecimentos de modelos de cidade [na grande maioria, cidades do Nordeste brasileiro] com planejamento racional, mas com traçado sem imposição do rigor de um plano urbanístico regularizador, e com essa possibilidade de menor rigor, o que, segundo Teixeira e Valla (1999), geraria uma praticidade, uma organicidade urbana.

Áreas urbanizáveis [sítio, água e arrecife, insula, mangue, terra firme e hinterlândia]

Além da expansão da *Mauritstad*, o Recife utilizou aterros e loteamento novos para expansão territorial e adensamento urbano. Sendo esse esforço relevante na mudança do traçado e da área urbanizável, cabe tecer algumas considerações sobre o desenrolar do empreendimento.

A estratégia do empreendedor foi propor a construção de uma fortificação para utilizar a área desocupada e alagada. Antes de se oferecer para construir a fortificação, o empreendedor planejou a construção de um cais de pedra que iniciava da ponte que ligava Recife a Santo Antônio e terminava no Forte do Brum, com o pretexto de ser proprietário de toda a terra que fosse aterrada. Seria a recompensa por construir um cais ‘utilíssimo’ ao Recife. Mas a Câmara

de Olinda vetou a obra, e então ele propôs a construir uma fortificação ao sul do istmo com o mesmo objetivo: de se apropriar do terreno que fosse entulhado para a edificação da fortaleza (TEIXEIRA e VALLA, 1999).

Uma vez que a área na qual ensejava construir a fortificação era vulnerável aos canhões de embarcações inimigas, conseguiu o consentimento do governador Dom João de Souza e o parecer favorável do Capitão-Engenheiro de Pernambuco João Coutinho, os quais convenceram os vereadores da Câmara de Olinda a autorizarem o projeto de Matos. A fortificação, na visão de Coutinho, seria de suma importância à defesa da barra e útil ao porto. Lançou-se a sua pedra em fevereiro de 1684, e cerca de um ano mais tarde a construção encontrava-se bastante adiantada. Matos recebeu do governador Dom João de Souza a patente de Capitão da Fortaleza pelo serviço que se prestara a fazer à sua custa¹⁴³.

O extremo sul do istmo do Recife, com a construção da fortificação, ficou livre das marés altas e nele o empreiteiro construiu várias casas, as quais foram muito valorizadas. Em 1702, o Capitão-Engenheiro sucessor de João Coutinho, Luís Francisco Pimentel, escreveu em parecer que seria melhor que o forte não tivesse sido construído, visto estar causando danos ao porto “por ir areando cada vez mais o rio, descobrindo-se já de maré vazia uma restinga de área desde o dito forte até quase aos arrecifes”¹⁴⁴. Afirmava ele que esta restinga, que se formou depois da construção do Forte da Madre de Deus, impedia a passagem de embarcações. Outros engenheiros tinham o mesmo pensamento de Pimentel. Diogo da Silveira Velloso, em parecer de 1713, acrescentou que o banco de areia – formado por causa de um forte “sem préstimo algum” – prejudicava o porto (MELLO, 1957, p. 32).

4.1.3.3 Materiais (padrão construtivo)

Transformação do ambiente

O engenheiro Cristóvão Álvares argumentou que a defesa da capitania dependia da fortificação de Recife e de Olinda, pois a Vila era muito vulnerável (MIRANDA, 2006, p. 85). Ambos os sítios, segundo o engenheiro, deveriam se fortalecer, visto que uma eventual invasão da Vila deixaria o Recife em sério risco.

Importava que os portos se fortificassem e que se conservassem as forças mobilizadas na guerra. A preocupação destinada a Vieira pelo Conselho exigia que ele descrevesse como

¹⁴³ AHU, Caixa 14, doc. 1358, 01/03/1686.

¹⁴⁴ AHU, Caixa 21, doc. 1977, 30/07/1704 (Anexo 3).

manteria as forças para o resguardo da região. No documento enviado a Dom João IV, em maio de 1654, intitulado ‘Advertências necessárias sobre as fortificações que se devem fazer nestas Capitanias de Pernambuco’, João Fernandes Vieira dava uma detalhada lista de medidas a se tomarem para a manutenção de Pernambuco e demais capitanias do Norte [Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará]. No Recife, dever-se-iam preservar as defesas ‘deixadas’ pelos neerlandeses, com destaque para o Forte do Mar, os dois baluartes na entrada do Recife, o Forte do Brum [Bruyn], o do Buraco [Juffrouw de Bruyne], o das Cinco Pontas [Frederick Hendrick] e o da Asseca [Soutpan]. A Vila de Olinda deveria passar por um grande projeto de fortificação. No norte de Pernambuco, a três léguas do Recife, dever-se-ia construir um forte em Pau Amarelo.

Edificações militares [praças, fortificações, cercas/muros, portas, etc.]

Quando o engenheiro Cristóvão Álvares deu seu parecer a respeito da reorganização da defesa da Capitania de Pernambuco, em 1655, advertiu que não havia posição da qual os neerlandeses não tivessem tomado minuciosa nota. Escrevia Álvares:

O inimigo que [...] ocupou [esta região] tem o desenho dela tão miudamente tirado, que seu bom governo não permite menos. E sabemos, também, como experimentou a bondade daquele clima, que avaliou pelo melhor do mundo, alegando que todos haviam corrido e aquele davam a palma. E juntamente quão afeiçoado está às drogas daquela terra e a pouca fé que costuma guardar, em havendo interesse de permeio; tudo são motivos que nos estimulam a que consideremos a pouca firmeza desta gente e que com cuidado se trate da prevenção para o tempo futuro¹⁴⁵. (grifo nosso)

Segundo Miranda (2006, p. 36), a situação se agravava com a possibilidade do fim das hostilidades entre neerlandeses e ingleses, em 1654, pois muitas naus e soldados ficariam livres para serem empregados onde lhes parecesse necessário, de forma que os mercadores holandeses procurariam o ressarcimento das perdas e danos sofridos no Brasil¹⁴⁶. A partir daí, enviaram-se advertências a Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Luanda, a fim de que se preparassem para fazer oposição às possíveis investidas.

Um exagerado, mas também fundamentado alarmismo das autoridades e dos colonos, diante do risco representado da presença de estrangeiros nos mares e núcleos urbanos do Brasil, seria responsável por boa parte das ações públicas do governo local, o qual intentava

¹⁴⁵ AHU, Pernambuco, p. a., caixa 3, 03/09/1655.

¹⁴⁶ AHU, Caixa 6, doc. 497, 27/03/1654 (Anexo): Estes procurariam, então, desquitar-se das perdas e danos, da guerra que tiveram com os Vassallos de Vossa Majestade, e agora com os Ingleses.

melhorar o sistema de defesa da capitania de Pernambuco nas primeiras décadas do *post bellum* (SOUZA, 2001, p.42). Essas ameaças marítimas eram propulsoras da organização defensiva, ou seja, as guerras travadas entre espanhóis, portugueses, franceses, ingleses e holandeses acabaram por fomentar a necessidade de fortificar os domínios e centros produtores coloniais. Esses referidos ataques, ou mesmo iminências de agressão, “faziam com que a vida na colônia estivesse diretamente relacionada à capacidade de defesa de suas unidades. Defesa que incluía homens, armas, estruturas de defesa e suporte alimentar” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 44).

O medo desses adversários ocasionais, no litoral, visíveis pelas investidas estrangeiras na colônia, também poderia ser pressentido no ‘interior’, onde se encontravam os inimigos de primeira hora, o autóctone, expulso do litoral e refugiado no sertão. Além dessas ameaças, havia outras muralhas do medo, a exemplo da relação senhor-escravo em contexto doméstico ou na formação dos quilombos, das doenças, como a epidemia de bexiga que se difundiu pela capitania em 1661, e do acúmulo de tropas das guerras enfrentadas na colônia (CAVALCANTI, 2004).

Além de representar um custo elevado de manutenção, este amplo número de soldados desmobilizados na capitania após o confronto de vinte e quatro anos não era uma garantia de segurança, mas um risco para o próprio governo, podendo causar problemas sociais, a exemplo da sequência de delitos no período pós-guerra¹⁴⁷. Havia uma boa chance de que soldados desmobilizados formassem bandos de delinquentes que saqueavam para subsistir.

Essas mudanças também podem ser encaradas como um aprofundamento da política de centralização administrativa da Metrópole em seu domínio. Quando a ameaça externa foi arrefecida no último quartel do século XVII, a estrutura militar voltou-se para a própria colônia, ou seja, a meta do Estado português no período de apaziguamento foi deter um maior controle sobre os colonos (MIRANDA, 2006, p. 38).

Destarte, a reforma militar da Capitania deveria se realizar em dois níveis: o físico/material, no que se refere às estruturas de defesa [fortificações], e o humano [tropas]. O primeiro nível, objeto de estudo norteador da estrutura urbana do Recife, não sofreu mudanças significativas nessa fase. Apesar de a capitania possuir um considerável número de fortificações, resultantes do quarto de século de contendas, essas estavam arruinadas e só guarneciam os portos prioritários do litoral. Na medida em que os fortes necessitavam de amparo, as tropas deveriam passar por um processo de redução (MIRANDA, 2006, p. 79).

¹⁴⁷ Kalina Vanderlei Paiva da Silva. O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial. 2003, p. 85.

Apesar de parecer contraditório, a diminuição dos contingentes era necessária pelo elevado custo de manutenção das forças estacionadas.

No segundo momento (1669-1701), de relativa quietude, com os tratados de paz já estabelecidos, iniciaram-se, lentamente, as obras. Trouxeram-se **engenheiros militares** para proceder às reformas e construções das fortalezas (MIRANDA, 2006, p. 80). Criou-se o cargo específico de Superintendente das Fortificações para melhor administração das atividades de resguardo. O fato de tal renovação ter ocorrido num momento em que o perigo, no litoral, não rondava com tanto vigor o domínio pode fortalecer a suspeita de incapacidade de meios da Coroa e da colônia na primeira fase (1654-1669). Por conta da vulnerabilidade da área costeira da região, foram feitas melhorias no conjunto de fortificações dos principais portos do Norte. Para dinamizar a reorganização, criar-se-iam, em fins do século XVII, **aulas de engenharia militar** – já reestruturada no Reino – com o intuito de dotar a possessão de autonomia técnica para a sua defesa.

No âmbito militar de João Fernandes Vieira, também se consideravam medidas de caráter fazendário que pudessem ajudar a custear os gastos com fortificações e soldados. Vieira advertia que para que estas fortificações

[fossem construídas seria] necessário grande quantidade de dinheiro [...], mas este [podia ser tirado] sem a fazenda de Vossa Majestade ser diminuída nem os Vassalos serem oprimidos, e se podiam aplicar nestas obras as coisas declaradas adiante, em que Vossa Majestade ficaria acrescentado [de] sua Real fazenda (MIRANDA, 2006, p. 84).

Vieira deu andamento ao relato que tratava do imprescindível para as capitanias do Norte e aproveitou para criticar Barreto de Meneses ao afirmar que

(...) tudo o mais que informarem a Vossa Majestade fora disso não zela ao serviço de Vossa Majestade nem o aumento de sua Coroa. Nem é prático, nem tem conhecimento de todas estas terras que eu tenho e até as naturezas e clima tenho bem conhecido, e, sobretudo falo como quem lhe viu e quem isso experimentou e não falo de passagem ((MIRANDA, 2006, p. 84).

De acordo com Miranda (2006, p. 84), essa sugestão de Vieira para que a Vila de Olinda fosse fortificada renderia um acalorado debate entre ele e Francisco Barreto de Menezes, Governador da Capitania de Pernambuco (1654-1657). Além da Vila, outros assuntos referentes à reorganização militar da Capitania causariam discussões inflamadas.

Para o Mestre-de-Campo dever-se-ia considerar a importância de “[...] fortificar a Vila de Olinda, cabeça de todas elas, porque [...]” ficam seguras todas aquelas capitanias e [na sua

opinião] todo o estado do Brasil, porque em todo ele não há sítio tão aprazível, sadio, e de boas águas, como daquela Vila, e onde se pode fazer uma grande povoação, e com ela fortificada, fica o Reino sendo forte. Ele acrescentava que, além da Vila de Olinda, dever-se-ia fortificar a Capitania da Paraíba, especificamente Filipeia, para juntas impedirem o desembarque de tropas em Pau Amarelo, como já ocorrido, uma vez que estas ficariam entre as duas praças (MIRANDA, 2006, p. 85).

Nesta mesma carta, João Fernandes Vieira considerava outras razões que faziam de Olinda um sítio de defesa melhor que o Recife, como o espaço:

O Recife não é capaz de se tomar quatro conventos de religiosos que há na Vila, nem a Alfândega nem a Santa Casa de Misericórdia, nem duas Matrizes, e se ficara perdendo muitas edificações, igrejas, e coisas que agora se podem remediar, e de necessidade se deve povoar a fortificar a dita Vila (MIRANDA, 2006, p. 85).

O Conselho Ultramarino respondeu que parecia muito conveniente o que ele apontava, mas que a principal fortificação seria conservar e ainda aumentar, dentro das possibilidades, o Recife por ser um Porto, e sem o qual não convinha ao inimigo a Vila. A par disso, argumentou-se que as fortificações da língua da área, que vão da Vila para o Recife, são hoje muitas, e as mais convenientes.

O Mestre-de-Campo e General Francisco Barreto de Menezes, incumbido de dar o parecer final, escreveu para a Metrópole, em 1655, indicando que havia algumas fortificações desnecessárias para a defesa da capitania. Referia-se ao vasto sistema de defesa montado pelos neerlandeses para a proteção de sua capital administrativa. Anexa à carta em questão, remeteu para o Monarca uma planta das forças do Recife, na qual se deveriam escolher os recintos a se manterem – preferencialmente fortificações costeiras – e os que seriam destruídos – redutos voltados para a defesa do interior.

O Conselho Ultramarino argumentou que destruir parte de um sistema de defesa de ‘tal qualidade’ requeria a avaliação e opinião de um engenheiro militar, visto se tratar de uma matéria de suma importância. Cristóvão Álvares, que se encontrava em Portugal, era o engenheiro indicado pelo Conselho para realizar a inspeção e dar o parecer a respeito das reformas a se empreenderem no Recife e na Capitania de Pernambuco nos primeiros anos do *post bellum* (MIRANDA, 2006, p. 85). O julgamento do engenheiro devia ser acompanhado pela opinião de outro engenheiro e dos demais mestres-de-campo da Capitania, além de outras pessoas práticas em sítios e fortificações que estivessem em Pernambuco.

Barreto afirmava que o Mestre-de-Campo não percebia que a capacidade e o número das fortificações deveriam ser proporcionais aos recursos do Estado, pois caso não houvesse cabedal para o apetrecho das fortificações e soldados para a sua guarnição, corria-se o risco de edificá-las em proveito dos inimigos e dar armas contra a de Vossa Majestade, pois é certo que [...] faltando com que guarnecer as fortificações, será forçoso largar parte delas para acudir às de mais importância, ou querendo guardar todas, perder umas após as outras.

Segundo Barreto, não convinha fortificar os pontos que os neerlandeses não fortificaram, pois não o fizeram por ciência da inutilidade de seus sítios (MIRANDA, 2006, p. 86). Era uma referência direta ao amplo conjunto de fortificações que Vieira opinara ser necessário para o resguardo das capitanias do Norte. Barreto de Meneses, confiante no gênio dos construtores militares invasores, pensava ser indispensável mudar o material empregado nas reformas. Adotaria pedra e cal, em vez de terra e taipa, material comumente utilizado pelos neerlandeses que requeria constantes manutenções e, conseqüentemente, elevados gastos.

Edificações religiosas

Tratando das partes que compõem o Recife, a ocupação intensa dos Bairros de Santo Antônio e São José que se dá por quatorze edifícios religiosos é importante do ponto de vista da forma urbana. O processo de doação de terras para a construção de edifícios religiosos tem início em 1606, com a doação, por Marcos André, do terreno no qual se construiria o convento de Santo Antônio. A existência do convento já definiu um polo de atração que viria a gerar um percurso-matriz (CANIGGIA e MAFFEI, 1995). As doações foram sustadas durante no período holandês.

O primeiro momento da reocupação foi o da retomada das propriedades pertencentes aos luso-brasileiros e que estavam nas mãos da Companhia das Índias Ocidentais. Muitos proprietários de terras e edifícios, como foi o caso de Belchior Alves – dono de terras na parte sul da ilha, recorreram junto à Coroa à posse de terras em Antônio Vaz. Os franciscanos também reivindicaram o seu convento, que foi livrado dos baluartes do Forte Ernst e sucessivamente reformado até o final do século XVIII. Algumas casas foram doadas a militares que participaram da campanha contra os holandeses (Inventário...dos Prédios, 1940). Por fim, a estrutura de baluartes e paliçadas vai sendo, aos poucos, desmontada, abrindo espaço para o desenvolvimento urbano da ilha.

Ainda em 1654, em meio à rendição, começam as doações de edifícios e terras para ordens e irmandades religiosas, que vão adentrar pelo século XVIII. No próprio *Inventário... dos Prédios*, número 298, há a citação a um sobrado habitado pelos capuchos (cuja permanência é confirmada pelo governo português) e que dará origem ao convento e à igreja de Nossa Senhora da Penha; já nos números 303 e 304 são citados dois sobrados, e no 305, a igreja dos calvinistas franceses, todos doados à Companhia de Jesus, origem do colégio jesuíta e da igreja de Nossa Senhora do Ó (hoje, do Espírito Santo).

Em sua obra sobre um dos que mais contribuíram para o desenvolvimento do Recife no final do século XVII, o português Antônio Fernandes de Matos. Mello (1981, p. 18) salienta que: Expulsos os holandeses e restabelecido o domínio português em Pernambuco, acorreram de Portugal para o Recife mercadores, mestres de ofícios, aventureiros, a preencher as vagas deixadas no corpo do comércio e dos misteres com a partida dos dominadores flamengos e judeus. Esses indivíduos, a exemplo de Antônio Fernandes de Matos, trataram de recompor ou compor definitivamente o traçado urbano da Ilha de Antônio Vaz e também da Boa Vista, no continente, cuja ocupação também data desta época (MELLO, 1985). O Recife propriamente dito cresce também, mas impelido pelas necessidades comerciais e portuárias, não desenvolvendo a quantidade de edifícios religiosos encontrados em Antônio Vaz [e mesmo na Boa Vista].

As informações cartográficas posteriores a 1654 são escassas. Depois do mapa de Cornelis Golijath, de 1648, só será possível uma nova visão do Recife na Planta do Projecto de Fortificação do Bairro de S. Antonio em Pernambuco de Diogo da Silveira Vellozo, datado de 1739, em que uma representação extremamente simplificada traz um vislumbre da ocupação de Antônio Vaz após a ocupação holandesa. Não se deve levar em conta o seu traçado ortogonal, pois plantas posteriores mais precisas mostram o verdadeiro traçado dos dois bairros de forma bem mais orgânica.

Fig. 102 - Detalhe da Planta do Projecto de Fortificação do Bairro de S. Antonio em Pernambuco (1739) de Diogo da Silveira Vellozo. O desenho esquemático apenas serve para dar uma ideia da ocupação da Ilha de Antônio Vaz 85 anos após a saída dos holandeses. Dentro do círculo, a cerca conventual de Santo Antônio. Fonte: Reis (2000).

Influência dos edifícios religiosos no traçado urbano

Passada a ocupação holandesa, o Recife volta a funcionar segundo a mentalidade lusa, com modos próprios de funcionamento da sociedade e de produção do espaço onde aquela desenvolve suas atividades. Muito pouco parece ter restado da Cidade Maurícia que merecesse ou necessitasse ser mantido pelos portugueses e, dentro de uma sociedade católica, baseada em atitudes extremamente contraditórias sobre poder, riqueza e religiosidade, a vila surgida sob estas imposições sócio-econômico-culturais não poderá senão ser um reflexo de tudo isso. Com o Recife e, em especial, com a Ilha de Antônio Vaz não foi diferente.

O bairro portuário já estava intensamente ocupado quando da saída dos holandeses em 1654. Apesar dos sucessivos aumentos de sua área, por meio de aterros, não fez mais que ampliar suas atividades comerciais, negando espaço para edifícios religiosos em profusão, como em Santo Antônio e São José. Os edifícios religiosos do bairro do Recife, até o início do século XIX, mantiveram apenas uma do século XVI e quatro do século XVII: a matriz do Corpo Santo [século XVI], capela de Nossa Senhora da Conceição do Arco [final do século XVII], capela do Senhor Bom Jesus das Portas (1680), a igreja da madre de Deus e seu convento (1687) e a igreja de Nossa Senhora do Pilar (1680).

Por outro lado, após a saída dos holandeses, a Ilha de Antônio Vaz era campo aberto para a reocupação, quer seja por sua área maior, quer seja pelas poucas edificações que a ocupavam em 1654. As igrejas e conventos passam a compor a estrutura urbana da Ilha de

Antônio Vaz após a retomada do Recife aos holandeses, buscando recompor a evolução urbana e o papel desempenhado pelos edifícios religiosos no desenho da cidade e no seu funcionamento.

Ao longo do século XVIII, o desenvolvimento do Recife e, em especial, de Santo Antônio e de São José, se dá de forma clara e em ritmo acelerado, tanto do ponto de vista físico quanto social e econômico. Núcleo urbano de caráter comercial vai polarizar toda a produção agropecuária do Nordeste oriental, incluindo as capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, sob a sua jurisdição, criando uma classe de comerciantes abastados que, ciosos de sua importância, tratarão de criar edifícios religiosos que demonstrem sua importância e prestígio, sem ter, ao que parece, a noção exata de que tais edifícios moldariam a forma urbana da Vila do Recife e, com muito mais força, dos bairros de Santo Antônio e São José.

Estrutura urbana (acessos, traçado, segregação/zoneamento urbano, espaços públicos e pontes)

Passada a ruína econômica motivada pela guerra contra os holandeses, o Recife começa a se reerguer. A produção açucareira começa a se estabilizar, trazendo de volta o crescimento urbano a partir da necessidade de novos armazéns, novas habitações, novos serviços. Daí, até o final do século XVIII, os ricos comerciantes do Recife e os governadores da capitania doarão terrenos para a construção dos edifícios religiosos citados. Homens de negócios, militares, oficiais mecânicos, negros e pardos, todos construirão igrejas, capelas e conventos para, ao mesmo tempo, mostrar seu poderio e apaziguar sua alma. Numa vila onde os edifícios mais notáveis eram as ruínas da Boa Vista e de Friburgo, e as fortalezas agora se transformavam em quartéis, os edifícios religiosos darão o tom de grandiosidade ao Recife e as torres de Antônio Vaz serão sua marca como representação identitária.

Fig. 103- Trecho do Prospecto da Villa do Recife..., cópia do original do Padre José Caetano (1759), que consta de obra de Vilhena, Notícias soteropolitanas e brasílicas (1922). Notar a quantidade de igrejas – da esquerda para a direita: 7-N. Sra. do Ó, 9-São Pedro, 10-São Francisco, 11-Carmo, 12-Santo Antônio, 19-Conceição dos Militares. Fonte: Reis (2000).

O desenho Prospecto da Villa do Recife é de autoria do Padre José Caetano, da Companhia de Jesus. Segundo Nestor Goulart, se trata de um exemplar do levantamento do Pe. José Caetano, realizado em 1759, e incluído por Luís dos Santos Vilhena como ilustração de suas Notícias soteropolitanas e brasílicas, cujos originais estão na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Chama atenção a ponte coberta, ligando os bairros do Recife e Antonio Vaz (figura 103).

Análise das diversidades e unidades tipológicas

Com a derrota dos batavos, em 1654, e sua retirada do Recife, as modificações nos edifícios para adequá-los ao gosto ibérico foram relativamente fáceis. Não se alteravam as estruturas, e sim aqueles elementos arquitetônicos que não eram usuais na península Ibérica. O legado holandês, em tantas construções, conforme relatório e imagens, estava na organização dos espaços interiores e na feição dos telhados e vãos de portas e janelas (figura 104). Tudo isto era facilmente modificável.

Fig. 104 - Capela e Porta do Bom Jesus. Detalhe de *Prospecto da Villa do Recife...*, Padre José Caetano (1759), que consta de obra de Vilhena, *Notícias soteropolitanas e brasílicas* (1922).

Fonte: Reis (2000).

Fig. 105 - Vista do Recife, da Cidade Maurícia e do palácio de Friburgo a partir do istmo. Frans Post (atribuído), 1650. Acervo *Stiftung Preussische Schlösser und Gärten Berlin-Brandenburg*.

Fonte: Detalhe de GALINDO, Marco S; MENEZES, José Luiz Mota; MONTES, Maria Lúcia. *Eu, Maurício. Os espelhos de Nassau*. Instituto Cultural Bandepe, 2004, p. 77.

O primeiro muro, em pleno domínio holandês, desaparece sob as paredes de fundos do casario construído. Uma segunda muralha, talvez necessária estrategicamente, parece nunca ter sido materializada, e sim apenas projetada. Do muro representado no mapa de 1637

ficaram, até cerca de 1850, os dois baluartes que eram colaterais à porta, conforme se pode ver em pintura atribuída a Frans Post (figura 105).

Sobre a porta se construiu uma capela, dedicada ao Senhor Bom Jesus. O Arco do Bom Jesus, conforme era conhecida a saída da Vila do Recife para “Fora de Portas”, foi demolido em 1850. Os baluartes desapareceram pouco depois, sendo o primeiro a ser desmontado o do lado oeste.

4.1.3.4 Objetivos e discursos de governo

Permanências e mudanças

Como já citado na leitura do período anterior, os neerlandeses que não assumiram qualquer postura de imposição cultural urbanística sobre Olinda, ou sobre o “Lugar do Recife”, passaram logo a discutir sobre a possibilidade de investimento de meios e materiais para estruturar um sistema de defesa para Olinda, sendo considerado inviável, agurmentando ser de grandes custos, culminando na decisão de incendiar a vila em 1631. Na prática, vários protestos de moradores contra esse percurso ‘inconveniente’ fizeram com que Nassau transferisse a sede da câmara para Antonio Vaz, e, conseqüentemente, a capital de Pernambuco deixou de ser Olinda. O Conde ainda proibiu que a vila fosse reconstruída sob a punição de multa e destruição da benfeitoria. Assim, a ‘nobreza da terra’ perdeu com a transferência e a proibição o prestígio político que ‘exercia por meio de sua câmara’, ao passo que o Recife se desenvolveu rapidamente na, já citada, fase de apaziguamento do governo do Conde, provocando acirrada rivalidade entre Recife e Olinda. Mesmo com a destruição, a câmara dos escabinos [‘versão’ neerlandesa da câmara municipal], criada durante o governo de Nassau (1637-1644), ficou situada em Olinda, com jurisdição sobre o Recife e Antonio Vaz. Para tratar de seus processos, os moradores destas freguesias, mais populosas do que a vila, deviam percorrer um longo trajeto até Olinda (MIRANDA, 2006, p. 91), ficando essa questão de infraestrutura e mobilidade urbana para o pós-guerra, que ora discutimos.

Naquele período, os conselheiros apontavam (MIRANDA, 2006, p. 92) ainda que a mudança poderia gerar desordens devido descuidos com as fortificações do Recife. A capacidade defensiva de Olinda também já tinha sido objeto de exame muito antes do período *post bellum*. Em 1609, Diogo Campos Moreno, Sargento-mor do Estado do Brasil, relatava que a Vila de Olinda estava estabelecida em um sítio que de modo algum poderia ser

fortificado (MIRANDA, 2006, p. 93). Ficaria sempre aberta e exposta a qualquer agressão inimiga. O problema da Vila era que tropas poderiam desembarcar na barra do rio Pau Amarelo – ao Norte – e marchar diretamente sobre ela, como na invasão de 1630. O Sargento-mor afirmava ainda que o resguardo de Olinda seria garantido se o Recife estivesse bem defendido.

Segundo Mello (1985), anos depois desta avaliação, o engenheiro da WIC Tobias Commersteijn e o Coronel Diederik van Waerdenburch, no primeiro ano de invasão neerlandês a Pernambuco, fizeram observações semelhantes a respeito da fortificação do Recife e da capacidade de Olinda. Na carta que o Conselho Político de Pernambuco endereçou ao órgão de direção da WIC, o Conselho dos XIX, constava sobre a cidade, segundo o relatório do engenheiro:

[a respeito de Olinda], é muito irregular e não tem condições de ser fortificada para enfrentar um exército real [...], mas o Recife, onde estão localizados os armazéns, é considerado capaz de ser transformado num lugar inexpugnável. Convictos da impossibilidade de defender Olinda, exceto com gastos exorbitantes e numerosa guarnição, incendiaram a Vila por não poderem fortificá-la (MELLO, 1985).

Da mesma forma, a discussão em torno da fortificação de Olinda reacende no período pós-neerlandês-holandês, que ora discutimos, quando André Vidal de Negreiros assume o governo da capitania de Pernambuco, em 1657. Esta questão, aliás, era anexa a um dos principais problemas que enfrentará Barreto em seu Governo Geral, referente ao retorno da sede do governo de Pernambuco de Recife para Olinda, e a reconstrução da Vila, que dentro do que é convencionado, estaria resgatando o lugar mais característico da identidade lusa, em relação ao porto com traços luso-ibéricos e neerlandês-holandês.

Com o fim da guerra, formou-se um grupo que passou a instar Barreto, ainda em seu governo na capitania, pela volta da sede para a Vila. Os principais partidários desta facção para a mudança da sede do governo de Recife para Olinda, e, portanto, no “restabelecimento do predomínio político da aristocracia rural” foram chefes militares, civis – enquanto clientela dos engenhos – e eclesiásticos que possuíam suas moradias, igrejas e conventos na Vila. Fernandes Vieira, que já havia se posicionado favoravelmente à reocupação de Olinda e de sua fortificação e André Vidal de Negreiros, sucessor de Barreto no governo da capitania, destacaram-se como os principais representantes desse grupo. Do ‘outro lado’, estavam militares e civis não envolvidos “nos interesses econômicos da área rural, porém ligados aos interesses do capitalismo comercial”. Eles defendiam a permanência da sede do governo em Recife, de maneira a não onerar ainda mais a população com a mudança e com as guarnições

das fortificações que viessem a ser construídas na Vila. O próprio Barreto de Menezes estava ao lado deste grupo contrário à transferência.

Francisco Barreto não tardaria a passar para André Vidal de Negreiros, quando este assumiu o governo de Pernambuco, uma provisão no intuito de não mudar o governo do Recife para a Vila de Olinda sem a ordem do rei (MIRANDA, 2006, p. 91). O Governador advertia André Vidal que não convinha deixar de assistir a praça do Recife, pelo fato de ela ser a mais importante na conservação da Capitania de Pernambuco e de nela estarem seguros os armazéns das munições e alfândega para descarregamento de embarcações. Ele mencionava também que custava menos transportar mercadorias e fazer outros tratos comerciais no Recife, dos quais dependia a capitania. Portanto, não seria adequado gastar os parcos cabedais na reconstrução e fortificação da Vila, pois já tinham muita dificuldade para manter o Recife. Percebe-se aí uma discussão longe das questões culturais e mais ligada às necessidades de se estabelecer uma estrutura administrativo-jurídica e um sistema de defesa eficaz, ou melhor, dentro do conceito de **cidade necessária**, aplicação de investimentos de meios e materiais que atendessem a objetivos, interesses, mesmo não deixando de se perceber uma parcela de rivalidade e desejo de imposição nacionalista que não foi decisiva, nem discutida.

De acordo com outro estudioso (MIRANDA, 2006, p. 91), uma vez que Barreto de Menezes não atendeu aos pedidos para a transferência da câmara e fortificação da Vila – com argumentos militares, econômicos e políticos, André Vidal, ao assumir o governo de Pernambuco em 1657, desobedeceu às ordens de Menezes, que então era Governador Geral do Brasil, e mudou a sede do Governo para Olinda. Mas Vidal se comprometeu com a manutenção do Recife e, mesmo com a reiteração da proibição do Governador Geral, manteve a sede do governo na Vila. A Coroa não resolveria o problema até o governo de Brito Freyre, iniciado com o fim da gestão de Vidal em Pernambuco.

Depois de resolvido este, um novo problema se tornou a pauta de discussão no governo da Capitania: a manutenção do exército estacionado em Pernambuco, que era muito dispendioso. Os vereadores da câmara, desde 1654, pediam a diminuição da tropa, na intentando aliviar os moradores dos grandes gastos que faziam com o sustento e pagamentos dos terços que ali assistiam. Além de consideradas altas, havia também o argumento de que as tropas estavam despreparadas devido ao longo período que passaram inativas na capitania.

No segundo momento (1669-1701), após anos de acalorados debates entre João Fernandes Vieira e Francisco Barreto de Menezes pouca coisa tinha efetivamente mudado no resguardo de Pernambuco (MIRANDA, 2006, p. 100). Em 1669, o Governo Geral foi

informado pelo Governador da Capitania Bernardo de Miranda Henriques, que pouco restava das fortificações de Pernambuco, o que caracterizava um considerável desperdício, pois, dois anos antes ele, Governo Geral, havia investido na reconstrução dos fortes arruinados. Com a nomeação de Antonio Correia Pinto para o cargo de engenheiro de Pernambuco, em 1668, foram feitas plantas de várias fortificações da capitania e remetidas ao Governo-Geral.

Segundo Miranda (2006, p. 101), nada tinha sido decidido quanto à fortificação de Olinda [assim como a de boa parte da Capitania que continuava desestruturada], ou a respeito da manutenção do sistema de defesa do Recife, embora o governo da Capitania tivesse sido transferido para a vila e os fortes do Recife. Ao assumir o governo de Pernambuco, em 1670, Fernão de Souza Coutinho trouxe no seu regimento a determinação, ainda na pauta, para tratar com cuidado e vigilância a defesa dos principais portos do litoral [capitanias do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco].

Identidades e herança a partir da iconografia

Após a retomada do sítio, a denominação de Cidade Maurícia foi excluída e a Ilha de Antônio Vaz passou a ser chamada de Povoação de Santo Antônio.

Os edifícios religiosos influenciaram a morfologia urbana no processo de formação do tecido dos bairros de Santo Antônio e São José, o que pode ser constatado após a saída dos holandeses em 1654 até séc. XVIII, refutando a tese dominante que propõe a permanência de um possível traçado holandês nos dois bairros e demonstrando que aqueles edifícios religiosos foram os verdadeiros elementos estruturadores do desenho urbano dos dois bairros.

O primeiro momento da reocupação foi o da retomada das propriedades pertencentes aos luso-brasileiros e que estavam nas mãos da Companhia das Índias Ocidentais. Muitos proprietários de terras e edifícios, como foi o caso de Belchior Alves – dono de terras na parte sul da ilha, recorreram junto à Coroa a posse de terras em Antônio Vaz. Os franciscanos também reclamaram o seu convento, que foi livrado dos baluartes do forte Ernst e sucessivamente reformado até o final do século XVIII. Algumas casas são doadas a militares que participaram da campanha contra os holandeses [*Inventário... dos Prédios*, 1940]. Por fim, a estrutura de baluartes e paliçadas vai sendo, aos poucos, desmontada, abrindo espaço para o desenvolvimento urbano da ilha.

Figura 106 - Detalhe da Planta Genográfica da Villa de S. Antônio do Recife de Pernambuco, eladurada cerca de 1749: Onde aparecem trechos dos bairros do Recife, Santos Antônio e início da povoação das terras do atual bairro da Boa Vista
Fonte: COSTA, Anais Pernambucanos, p. 52)

Legenda: Denominação de logradouros, edifícios públicos, templos religiosos, obras, ilhas, pontes e rios

Fig. 107 Detalhe: Legenda da Planta Genográfica da Villa de S. Antônio do Recife de Pernambuco, 1749.
Fonte: COSTA, Anais Pernambucanos, 1985, p. 52

Em 1733, os engenheiros militares Diogo da Silveira Veloso e João Macedo Corte Real elaboram um mapa do Recife contendo uma proposta de fortificação para a vila e na oportunidade indicam a sua expansão para o sul na direção de uma fortificação construída pelo Contratador de Obras Antônio Fernandes de Matos.

Seria uma terceira cerca para a vila e, em mapa elaborado com tais informações se pode verificar os envoltórios sucessivos da povoação original. Por outro lado, ainda é possível distinguir aquelas edificações que estavam erguidas quando do domínio holandês das construídas depois. A informação torna-se interessante na medida em que se pode assegurar o perímetro da povoação em sucessivos momentos, inclusive o número de construções existentes com maior segurança.

Figura 108 - Planta do Plano da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco situada em 8 graos e 4 minutos de latitude e 348 graos e 46 minutos de longitude na America Meridional. s.a., posterior a 1773. Publicada no livro de Vilhena. Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

No estudo de Menezes (2000a) “O Recife 1733 / 1920. Ruas e edificações, segundo o mapa de Velloso / Corte Real 1733” pode se identificar o que de pé ainda resta de algumas construções do “tempo dos holandeses”, e obras imediatamente posteriores, e é possível a identificação do casario e o desenho urbano existente em 1630, até 1733.

Para identificar o tempo dos lugares, pelo desenho resultante pode-se localizar o núcleo inicial da povoação e sua primeira organização urbana, com edificações de tempos diferentes, algumas modificadas em suas formas exteriores. Uma rica documentação da cidade, do século XIX, em desenhos, gravuras, litografias, fotografias e cartões postais, permite avaliar a qualidade das construções, inclusive a antigüidade de algumas. Muitas construções foram demolidas, restando muito pouco do acervo.

Legenda: O Recife mantém construções holandesas e portuguesas que passaram ilesas pelos batavos (Igrejas Madre de Deus e Corpo Santo), mas altera nomes de ruas e de construções militares e a religiosas, como o Fortim do Bom Jesus das Portas (antigo forte da Rua dos Judeus), bem como mantém de nomes como o Forte do Brum, cais e Forte Matos. Também apresenta novas construções de uso comercial, civil e religioso (como armazéns e edifícios fora das portas no istmo, adensamento de edifícios comerciais e moradias em aterros no extremo sul do Recife, e a Igreja de Nossa Senhora do Pilar no istmo).

Fig. 109 – Detalhe de Plano da Vila de Sto Antônio, séc XVIII - Fac-símile, Lisboa, 1952, DPH/UFPE.

Fonte: Anais Pernambucanos. Arquivo de Desenhos da Diretoria da Arma de Engenharia (Lisboa). Cópia em aquarela por Isabel Sangareau da Fonseca – Lisboa 1952. Existente na Divisão de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFPE

5 TRAÇOS IDENTITÁRIOS DISTINTOS (MUDANÇAS) E CONVERGENTES (PERMANÊNCIAS)

Comparação de modelos de investimento da Cidade Necessária na produção do espaço urbano do Recife, nas fases luso-ibérica, neerlandês-holandesa, e pós-neerlandesa

A leitura criteriosa na construção da história do espaço urbano enfrenta armadilhas da memória: perdas materiais, registros marcados por discursos, versões e contextos políticos. Entender e analisar essa história exige enfrentar indagações, contraposições e a relação entre o que se conta e o ocorrido dentro de contextos de épocas distintas.

A partir do século XVI em Pernambuco, conviviam portugueses, africanos, membros de nações indígenas, luso-brasileiros, espanhóis, neerlandeses, além de representantes de outras nacionalidades com menor influência socioeconômica naquele empreendimento. Com a chegada dos neerlandeses-holandeses, em 1630, o Recife ganhou um ar cosmopolita recebendo, entre militares e mercenários. Os luso-brasileiros mantiveram, na medida do possível, seus hábitos e costumes, com certa dose de contraste com os dos neerlandeses-holandeses, principalmente na religiosidade. Os negros serviam nos engenhos e nas casas da cidade, mas os mulatos já apreciavam além de trabalhando em ofícios, também como comerciantes e proprietários de terras. Essa convivência gerou novos hábitos e, apesar das diferenças, houve troca de experiências com uma dose de interdependência, numa espécie de miscigenação técnica e cultural necessária.

A cidade é o cenário principal dos encontros e disputas humanas, em busca de aspirações e realizações. O Recife tem singularidade de experiências históricas de empreendedores distintos, que lhe dão identidades construídas de acordo com a capacidade de invenção cotidiana, e multiplicidade dos seus habitantes nas diversas épocas.

Nesse direcionamento, um exemplo no Recife é a área do porto, antes instalada e utilizada por luso-ibéricos para distribuição comercial de açúcar, permaneceu com esta função pelos neerlandeses, mas transformando-o em um grande polo de distribuição internacional do produto. É possível entender que a manutenção pelo neerlandês da funcionalidade do

investimento português não significa que esse utiliza o modelo luso de escolher sítios e implantar assentamentos urbanos. Por outro lado, não pode ser acatar a convenção de que não poderia existir flexibilidade no uso dos princípios comumente adotados a partir de modelo de implantação urbana luso, ibérico, ou neerlandês-holandês, pois os critérios de localização e implantação de sítios obedecem a condicionantes, como os elencados no conceito de **cidade necessária**. O porto do Recife luso-ibérico em terras baixas, de relevo plano, foi implantado com traçado regular, de forma significativamente distinta da ocupação de Olinda, parte do mesmo conjunto de empreendimentos urbanos, implantações com distintas tipicidades do conjunto de elementos geográficos e de defesa, mas todas adaptadas aos condicionantes.

Portanto, corroborando mais uma vez com o conceito de **cidade necessária**, vê-se que a peça chave na diferenciação dos resultados práticos (econômicos e políticos) e identidades urbanas geradas no empreendimento é resultado, não da alternância de modelos de urbanização ou matrizes culturais, quer luso-ibérico, neerlandês ou outros, mas, como resultado das diferentes maneiras e interesses de investir meios e materiais sobre o ambiente. Dessa forma, foi possível gerar identidades distintas sobre o ambiente urbano, principalmente, desde o modelo de escolha do sítio, até a implantação da estrutura urbana, mantendo ainda diferenciações na velocidade de adensamento, como reflexo financeiro do empreendimento.

De acordo com o pensamento desenvolvido nesta tese, considera-se que na historiografia está o conjunto de informações e contextualizações necessárias à leitura inequívoca da iconografia que registrou muito do resultado material dos investimentos de luso-ibéricos e neerlandês-holandeses no ambiente natural e urbano do Recife. Esses investimentos geraram identidades urbanas distintas, principalmente a partir de sínteses-urbanas e aplicação de conhecimentos do saber fazer dos empreendedores, não menos importante do que realizações de engenheiros militares, principalmente a partir de fins do século XVII, e mais ainda a partir de 1701 com a criação da Aula do Recife.

Após o incêndio de Olinda, em 1631, para atender à demanda habitacional, a antiga área do povoado português no porto, denominada Povo, não era suficiente para comportar cerca de duzentas moradias e garantir abrigo para mais de três mil e quinhentos habitantes. Assim, os neerlandeses empreenderam investimentos sobre a estrutura urbana as construções portuguesas, verticalizando aquela parte da *Mauritstad* e do Recife, chegando a três ou quatro pavimentos, tanto para abrigar a população e gerar solo num emergente mercado imobiliário. A povoação continuou a crescer e precisaram fazer aterros na beira-mar (lado leste do porto), e na beira-rio (lado oeste do povo). Dessa forma, demonstra-se o ímpeto do empreendimento não voltado a disputa entre identidades, baseados não numa manifestação explícita da

aplicação de modelos ou padrões culturais ou estéticos, mas por posturas distintas de investimentos urbanos, focadas nos objetivos e na maneira de investir sobre o ambiente urbano.

Noutra abordagem sobre o Recife, a estrutura construída por portugueses no século XVI, o “Povoado dos Arrecifes”, “Lugar do Recife” (pequeno núcleo habitacional), que foi se instalando no porto de pescadores, no extremo sul do istmo de Olinda (com cerca de dez hectares), possuía um seguro ancoradouro e passou a ser muito utilizado por embarcações comerciais que transportavam pau-brasil e açúcar para a Península Ibérica. No século XVII, após receber um sistema de defesa com muralhas, portas e trincheiras, o porto teve seu padrão luso-ibérico de ocupação litorânea, acrescido por construções novas e reformas (ampliações), mas não alterando sua traça regular. Neerlandeses-holandeses expandiram o povoamento em direção ao continente, incrementando a travessia do Beberibe que se dava através de cabos e balsas, construindo pontes para consolidar e adensar o povoado existente na ilha de Antonio Vaz, que viria a ser a *Mauritstad*. A construção dessa primeira ponte serviria para interligar os povoados, mas também alteraria parte da funcionalidade do antigo porto (CAVALCANTI, 1977, p.149), ampliando o projeto de defesa e urbanização, incluindo a Nova Maurícia, com lotes menores na tentativa proporcionar acesso ao imóvel e adensamento.

Os planos urbanísticos e de defesa da *Mauritstad* e da Nova Maurícia são entendidos como traçado regular, sem a rigidez das cidades de colonização espanhola, por exemplo, e diferentes da espontaneidade das primeiras ocupações de colonização portuguesa, como resultado da aplicação de ideais renascentistas, aliados à capacidade técnica neerlandesa de gerar soluções práticas e experimentadas de drenagem, circulação e defesa em terrenos baixos, sem relevo elevado.

No entanto, podem ser encarados como empreendimentos baseados na necessidade de execução racional, de acordo conceitos de **cidade necessária**, norteados por um conjunto de necessidades, interesses e aplicação de investimentos (meios e materiais).

Insalubre, profana e bela, foi talvez a imagem mais contundente do que restou da Maurícia pernambucana, antes do bota abaixo que arrasou o antigo bairro holandês. Hoje, nem mesmo o traçado urbano do antigo povoado lembra aquele de ruas estreitas e apertadas, onde se apinhavam os sobrados-cortiços e os sobrados-bordéis dos quais fala Freyre (1961) em seu “Sobrados e Mocambos”.

Mesmo dentro das ações do governo neerlandês no Recife, se percebe no período nassoviano uma nova postura administrativa e de padrão construtivo, como uma espécie de nova identidade dentro da identidade dominante. Na verdade, diferente de muitos estudos,

nesta tese se entende que mesmo sendo Nassau alemão, sob a ordem geral de uma empresa privada de comércio neerlandesa, sua postura pôde ser divergente desses neerlandeses, e vincular-se completamente aos interesses e padrões do governo de Amsterdam (importante acionista da WIC), que o empossou governador, como uma intervenção político-administrativa numa etapa específica do empreendimento no Nordeste. Assim, as diretrizes políticas e técnicas que definem as posturas no governo de Nassau, vêm dos posicionamentos e interesses do governo de Amsterdam, diferenciando-se até da WIC pela maneira de investir na cidade, de administrar os meios (mão-de-obra e grau de planejamento) e os recursos materiais, consolidando outra identidade na cidade, de acordo com o entendimento sobre a **cidade necessária**.

Entendemos que a matriz ordenadora da forma de planejar e propor investimentos, no ambiente natural ou construído, resulta em certa identidade urbana. As ações executadas a partir de desígnios de técnicos do governo de Nassau, oriundas de Amsterdam, foram mais negociadora que impositora do caráter da metrópole, e menos nacionalista do que os períodos nos quais a WIC foi governada por representantes dos neerlandeses. Assim, a identidade holandesa tem forte representatividade no período do *post bellum*, marcada por uma característica nassoviana singular, a síntese multifacetada e diversificada das formas de construir o espaço urbano, consolidando uma miscigenação identitária.

Para visualização geral em cada fase de dominação e diferenciação urbana, como consequência de modelos político-administrativos diferenciadores, principalmente estratégias de investimentos e visões de lucratividade comerciais bem direcionadas ao açúcar, de forma introdutória são esboçado nesta tese alguns elementos comparativos entre as formas de investir do empreendimento acerca do ambiente natural ou construído, mas reverberando ondas de mudanças e permanências, gerando identidades distintas até dentro de uma mesma fase de governo.

A diferença entre a administração dos holandeses e o governo do alemão Nassau também se evidencia, comparando com a atuação de neerlandeses em outras capitanias. Entretanto, a administração do governador holandês já em 1637 dispunha de um sistema de governabilidade com a Câmara de Escabinos, representantes públicos que corresponderiam hoje a um ágil tribunal de primeira instância. Foram criados hospitais, assessorias técnicas junto de cada aldeia de nativos e instituições de assistência, como uma Curadoria de Órfãos.

Recife, mesmo sendo um lugar de extensões limitadas, abrigava, ainda que de forma precária, um contingente de pessoas de variadas raças. Conviviam em seu espaço negros, índios, brasileiros de origem europeia, portugueses, judeus, holandeses, franceses, ingleses e

alemães. O saneamento era igualmente precário e apesar dos cuidados tomados, como, por exemplo, a proibição de animais domésticos soltos pelas ruas [sob penalidade de multas], limpeza pública obrigatória e coleta de lixo, era difícil evitar as doenças que se propagavam como epidemias. Também, existia o serviço de bombeiros para cuidar de incêndios frequentes. Buscavam viver em um ambiente urbano civilizado.

Diferentemente dos portugueses, os neerlandeses, entretanto, dependiam quase totalmente dos suprimentos da metrópole e não coordenavam uma estratégia competente e eficaz, de longo prazo, para a ocupação do território. O que mais interessava aos holandeses era o comércio do açúcar. No entanto, diferente do que é comumente explicitado, os neerlandeses-holandeses também se envolviam e se interessavam pela produção, mesmo que fosse uma tarefa executada com a colaboração de colonos de diversas nacionalidades, com mão de obra escrava e um complexo sistema de tarefas. Eles possuíam um intuito predominantemente comercial e o aprimoramento da técnica produtiva é destaque na administração batava.

Para leitura geral de cada fase de dominação e diferenciação urbana do Recife, adotamos o entendimento de que as entendemos como consequência dos modelos político-administrativos diferenciadores coexistindo, e principalmente estratégias de investimentos e visões de lucratividade comercial (NASCIMENTO, 2001). De forma introdutória, esboçamos nesta tese alguns elementos comparativos entre as formas de investir do empreendimento sobre o ambiente natural ou construído, mas reverberando ondas de mudanças e permanências, gerando identidades distintas até dentro de uma mesma fase de governo.

5.1 Sistema urbano: lógicas de inserção na rede internacional

As primeiras análises mais aprofundadas acerca dos modelos administrativos luso-ibéricos e neerlandês-holandeses no Brasil, Mello, em Fontes para a História do Brasil Holandês (1985) e no clássico Tempo dos Flamengos (1978), demonstram como o *modus operandi* administrativo da WIC interfere na vida social constituída. Ainda na instância de poder local da capitania de Pernambuco, representado pela Câmara de Olinda, Mello (2001) observa nos interesses dos senhores de engenho locais que

O governo da terra estava identificado com os interesses da classe agrária. O rei, por sua parte, havia conferido aos senhores de engenho privilégios [...]. Esses senhores de engenho parecem ter dominado desde o século XVI o senado da Câmara de Olinda. Tinham assim a possibilidade de encaminhar a favor de sua classe o governo da capitania (MELLO, 2001).

O autor ressalta que a administração da Companhia foi decepcionante para a elite política local, bem como foi desconfortável a convivência destes **dois distintos modelos administrativos**. O autor diz: “De modo unânime, os documentos, tanto de origem portuguesa quanto os de holandesa, mostram que **nunca chegou a haver harmonia entre os brasileiros e os flamengos** [grifo do autor]” (MELLO, 2001).

Assim, parece evidenciada certa dificuldade para se impor uma construção identitária unilateral pelos dominadores, ou ressignificação de valores já consolidados pelos antecessores. Essa constatação dá margem ao conceito de **cidade necessária**, no qual as variáveis que compõem a construção identitária, se referem à forma de alocação de investimentos de meios e materiais, de acordo com a maneira e o nível de interesse (objetivos militares, econômicos, etc.) do empreendedor sobre o espaço natural geográfico, ou o construído conquistado. A construção da identidade urbana não se dá pela imposição de desígnios e discursos de um governo sobre uma estrutura sócio-econômica e ambiental natural ou urbana pré-existente, sendo impossibilitado pela necessidade de uma condição híbrida de administração, de relacionamento constante entre dominadores, dominados e negociantes (estantes, ou não estantes).

Em relação aos Conselhos Administrativos implantados pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, Mello (1985) detalha os diferentes *Raden* [*Conselhos*] em atividade no Brasil, entre 1630 e 1654.

[...] as câmaras [portuguesas] continuaram funcionando até começos de 1637. Desse ano é uma representação de Olinda aos Conselheiros Supremos. Nessa representação pode se verificar os interesses dos seus membros - elementos ligados ao canavial, quando não senhores de engenhos - em saber se o direito de que tinham gozado até então, sob o rei de Portugal, lhes seriam mantidos (HOLANDA, 1995, p.117).

A obra de Mello (2001) traz cartas traduzidas nas quais se verificam desacordos entre tais instâncias, fato que era uma constante nas questões administrativas no Brasil neerlandês. O autor consolidou uma visão mais definida de administração, segundo a qual as instâncias político-administrativas neerlandesas estariam claramente representadas nas suas atribuições. Aliás, as perspectivas, tanto de Charles Boxer (2004) como as de Mello, convergem para uma política centralizada, que procurasse repetir *ipsis verbis* as designações da metrópole.

Na postura adotada na Capitania de Pernambuco, frente ao controle da Coroa portuguesa, buscou-se consolidar o controle donatário (NASCIMENTO, 2001) em contraposição à Coroa que lhes arrendara as terras para seus investimentos privados,

oferecendo pouco apoio para os investimentos. Tanto em Fontes para a História do Brasil Holandês (1985) quanto em Tempo dos Flamengos (2001), Gonsalves de Mello tece algumas referências a esse **híbrido administrativo** existente quando da ocupação neerlandesa. De acordo com os fatos expostos em sua análise, a WIC não pôde abrir mão de diretrizes básicas, mas também não agiu prudentemente ao realizar negociações políticas e comerciais.

É importante salientar que a concomitância das administrações portuguesa e holandesa se deu tanto em âmbito interno como externo dos territórios conquistados pela Companhia. Com modelos administrativos distintos, reforça-se a ideia de uma política administrativa neerlandesa que não podia fechar as vistas a uma herança administrativa que, ao tempo da invasão (1630), já completara quase um século.

Da perspectiva de Mello (2003), de que os holandeses nunca efetivaram uma transplantação das estruturas administrativas existentes na própria Holanda, pode-se estabelecer um contraponto com o que considerou Sérgio Buarque de Holanda acerca do caráter urbano do invasor de que seria possível a difusão de uma prática do caráter urbano neerlandês/holandês na América portuguesa.

Como já explicitado nesta tese, o foco das atuações se deu devido a momentos específicos de construção do negócio chamado Brasil e não devido a modelos de urbanização e de colonização aplicados. Observando cada uma das nações dominadoras do Brasil nos períodos de estudo (Portugal e Holanda), percebe-se que fazem parte de metrópoles urbanas desenvolvidas, e não uma mais rural que a outra como se costuma qualificar a atuação colonizadora do português em relação à atuação do neerlandês-holandês.

Segundo Mello (2003), a não adaptação dos luso-brasileiros à política da Companhia aparece também como um argumento em favor do mental, ou seja, uma cultura político-administrativa que já estava cristalizada e, por isso mesmo, não se ajustou à outra. Evidentemente, a falta de adequação dos luso-brasileiros na forma político-administrativa de investimento e controle neerlandesa provocou um constante estado de tensão entre as duas partes (*apud* NASCIMENTO, 2001).

Conforme Assis (2001), a relação aparentemente contraditória de concessão de poder, num regime donatário centralizador, é a tônica administrativa local que entrou em convívio e confronto com os novos governos neerlandês-holandeses. Ainda que destituídos de poderes efetivos, os **homens bons** da Câmara de Olinda continuaram a representar os interesses dos luso-brasileiros que ainda reconheciam a Câmara como instância de representação. Mello (1985) mostra que há dificuldade em se comparar as duas instâncias da administração em função de modelos diferentes de representação, tanto holandeses como

portugueses (*apud* NASCIMENTO, 2001).

Mello (2001) também discute o conceito de autonomia da política que considera holandesa, na qual havia o predomínio dos escabinos nos burgos, o que a WIC não colocaria em prática no Recife. O Brasil existia como peça-chave na estreita relação comercial entre holandeses e portugueses (*apud* NASCIMENTO, 2001). Desde meados do século XVI, na medida em que a economia açucareira ia se firmando, navios dos Países Baixos passaram a frequentar com mais assiduidade os portos brasileiros, com interesse pelo açúcar e pelo pau-brasil (SLUITER¹⁴⁸, 1968).

Varnhagen (1978) relata que os Países Baixos apresentavam duas faces do comércio colonial que envolvia neerlandeses e portugueses. Um era o do comércio formal e declarado e, o outro, o do comércio clandestino, o qual não só os neerlandeses praticavam em terras brasileiras, mas também os alemães, ingleses e franceses. Gabriel Soares de Sousa, em 1587, chamava a atenção para a defesa da costa do Brasil que, no caso de Pernambuco, até as vésperas da invasão holandesa em 1630, encontrava-se precária.

Numa análise superficial, Charles Boxer (2004) afirma que “o ataque maciço dos holandeses ao império colonial português foi ostensivamente motivado pela união das coroas espanhola e portuguesa [...]”. A contenda assumiu um caráter diferente, não em seu fim, mas, sobretudo, nas relações de conquista e manutenção da mesma, em cada um destes territórios. No caso da conquista do Brasil, a partir da guerra de Pernambuco, em 1630, alguns anos depois, o desenlace dos neerlandeses não se deu repentinamente, mas através de diplomacia e forças políticas e econômicas holandesas (NASCIMENTO, 2001).

Nas províncias neerlandesas, essa aliança entre a burguesia e a nobreza com gestão de Estado, resultou no nascimento “da organização governamental, as Províncias Unidas” (GIORDANI, 2003, p.139), permeado de momentos de tensões entre as duas forças que interferiram na administração do Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais. Braudel (data, p.320) afirma que “depois da Holanda haver conquistado o comércio da Europa, o resto do mundo foi uma bonificação lógica [...]”. À conquista comercial seguiu-se uma conquista militar, em que os holandeses e a burguesia amsterdanesa eram capazes de tomar os territórios às monarquias católicas ibéricas.

De acordo com Puntoni (1999), ao controle comercial WIC seguia-se um controle territorial e um esforço de colonização. Desde que os Países Baixos tomaram-se uma ameaça às coroas ibéricas, as estratégias deveriam ser pensadas de forma global. Dessa maneira, não

¹⁴⁸ SLUITER, Angel. *Os Holandeses no Brasil antes de 1621*. In: Revista do Museu do Açúcar, nº1. Recife, 1968.

se poderia pensar Luanda sem pensar o Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

Mello (2001) ressalta que uma confusão corrente entre os historiadores é a que não **distingue o flamengo do holandês**. Os flamengos realizavam comércio com o Brasil desde as últimas décadas do século XVI, diferentemente dos holandeses que só vieram à cena efetivamente após a constituição da WIC, e mais especificamente com a tomada de engenhos após seis anos de intenso combate contra as tropas hispano-luso-brasileiras, executada por neerlandeses. Os flamengos residentes no Brasil, todavia, muito provavelmente foram os principais informantes aos holandeses acerca do volume de comércio, preço do açúcar e capacidade produtiva dos engenhos. A presença neerlandesa se fez nos portos do império português desde o início do último quartel do século XVI, mediante o capital flamengo e sefarditas, e não holandês.

De acordo com Boxer (2004), a importância do porto de Pernambuco pode ser verificada no sistema econômico, pois quando os embaixadores espanhóis negociavam, em Haia, uma nova trégua com as Províncias Unidas em outubro de 1631, ofereceram em troca da devolução do Recife recém-conquistado à coroa ibérica, as cidades de Lingen e Breda, uma importante cidade espanhola no Brabante [norte da atual Bélgica e sul dos atuais Países Baixos].

O núcleo urbano perto do porto, no Recife e na Ilha de Antônio Vaz, no domínio batavo, passou a ser destino das caixas de açúcar, do tabaco e do pau-brasil; e a administração, em consonância a uma política alfandegária e administrativo-burocrática, bem mais ágil que a portuguesa. Enquanto capital, o povoado do areal imprimiu sua importância política em relação às outras capitanias, no período em que os neerlandeses emergiram como articuladores deste sistema, conforme expõe Breda (2006).

A compreensão das cidades coloniais no Brasil parte do princípio de que a “urbanização no sentido físico pode ser reconhecida como sendo objeto de dois diferentes níveis organizatórios: “a rede e o núcleo” (REIS, 1968), o que implica em uma questão de escala e outra de objeto. Para o autor, a escala da rede relaciona os núcleos urbanos em termos de suas funções no sistema social global, ou seja, a relação das atividades de seus habitantes com a área rural: o comércio, a administração, a indústria e o artesanato; enquanto a escala do núcleo aborda a organização espacial dos núcleos urbanos em termos de sua morfologia: os parcelamentos, a situação e o sítio, os tipos de edifícios e suas funções dentro da cidade. Trata-se de uma abordagem cujo objeto central não é a história dos indivíduos e grupos dentro dos núcleos. Isto seria, ainda segundo Reis (1968, p. 22), “um terceiro nível, correspondente a certos aspectos específicos de organização social e espacial das formações urbanas (...)”.A

produção historiográfica acerca do Recife neerlandês deu-se nos dois primeiros níveis descritos por Reis.

Em sua obra *Holandeses no Brasil* (2004), Boxer aborda de forma dispersa a questão do Recife. Ele dispensou pouca atenção ao problema urbano e nem mesmo as realizações urbanísticas de João Maurício, normalmente aclamadas pelos comentadores do período, são pouco comentadas. Segundo o autor, “é fato que os holandeses não conseguiram nunca integrar-se na vida rural da colônia” (BOXER, 2004, pp. 202-203). Foi Sergio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1995), quem dispensou atenção maior à questão sobre o contraste do mundo rural e urbano no Brasil neerlandês.

O tema, que se encaixa no eixo da escala de redes urbanas, pois questiona diretamente a relação entre o urbano e o “quadro mais geral da sociedade”, foi também abordado em *Tempo dos Flamengos* (MELLO, 1978), atrelando o tema ao balanço do poder político entre senhores de engenho e burgueses neerlandeses. Mello (1978) detalhou as relações de poder no nível das instituições políticas, demonstrando que através da Câmara dos Escabinos formou-se “um governo nitidamente burguês – com várias instituições a restringir o poder do Príncipe de Orange – passaram a predominar e influir nas resoluções e nas diretrizes dos Conselheiros Supremos do Brasil” (MELLO, 1978, p. 118). O alemão Hermann Wätjen, em seu livro *O Domínio Colonial Holandês no Brasil* (2004), traz uma visão menos problematizada da questão, não tocando no mérito do contraste urbano/rural.

O panorama da vida urbana no Recife:

Pela cidade Maurícia em pleno florescimento no princípio do quarto decênio do século, fez o Conde de Nassau tudo quanto estava em suas forças. Maurícia tornou-se a residência preferida dos Conselheiros, comerciantes e funcionários superiores holandeses, ao passo que a parte mais antiga da cidade do Recife, ia tomando cada vez mais o caráter de bairro comercial, onde se achavam os escritórios, armazéns e trapiches, e onde aglomeradamente moravam empregados do comércio, operários e o pessoal do serviço do porto (WÄTJEN, 2004, p. 210).

Como se nota, o autor acentua o contraste dentro do espaço urbano entre a Maurícia planejada na Ilha de Antônio Vaz e o Recife aglomerado no istmo do porto. Por sua vez, Boxer (2004) revela um aspecto importante da abordagem sobre a atuação da iniciativa privada como agentes produtores da cidade:

Sem embargo, os cidadãos livres e os comerciantes eram o principal esteio econômico de Recife, cujo progresso muito dependia de sua indústria e atividade. A maioria das transações comerciais passava por suas mãos, visto que as rendas da Companhia provinham principalmente dos direitos, impostos, taxas e fretes, por ela cobrados sobre todos os embarques e

carregamentos, sem falar no monopólio do comércio negreiro, do de pau-brasil e de munições. Se não fossem as casas construídas pelos cidadãos de Recife, o lugar seria ainda um montão de areia, foi a exclamação de [Auguste de] Quelen em 1640, esquecido talvez da contribuição de João Maurício (BOXER, 2004, p. 186)¹⁴⁹.

Conforme Gesteira (2004): “Antes do estabelecimento do domínio neerlandês, o Recife era apenas um povoado submetido ao controle da vila de Olinda e que tinha sua vida marcada pelas funções portuárias, sendo por isso chamado ‘Arrecife dos navios’” (GESTEIRA, 2004, p. 6). Para Pontual (2001), a importância do Recife português perante Olinda não só se deu com a chegada dos holandeses, mas “após o incêndio de Olinda, em 1631, [quando] o Recife deixa de ser apenas um porto e torna-se o centro político do governo holandês no Brasil. Torna-se a cidade Maurícia, ou *Mauritstad*” (PONTUAL, 2001).

Os holandeses viram-se interessados não apenas em relação ao transporte, mas em ser mandatária de todo o processo, desde a plantação até a venda final do produto e, através de cartas interceptadas, obtiveram informações precisas sobre a produção em Pernambuco e o despreparo do sistema de defesa português, com vulnerabilidade em situação caso fosse atacado:

a decisão de atacar Pernambuco foi fácil visto que os holandeses estavam bem informados sobre as condições em que se encontrava aquela capitania. Pelas cartas do governador, Matias de Albuquerque, interceptadas durante a campanha da Bahia, ficaram eles conhecedores de que as fortificações de Olinda e Recife estavam desaparelhadas. Albuquerque dava também conhecimento que a milícia local não excedia 400 homens pouco experimentados, na sua maioria cristãos-novos, em que se não podia depositar confiança. Os holandeses ficaram também sabendo que as três capitanias do Nordeste possuíam 137 engenhos de açúcar, cuja produção montava a cerca de 700.000 arrobas em média nos anos bons (BOXER, 1961, p. 45).

É importante frisar que o interesse holandês não era apenas nos produtos tropicais que o Brasil poderia proporcionar, mas se dirigia também à região, vista como a porta de entrada para as riquezas da América Espanhola:

os defensores da iniciativa aduziam estas razões: que as costas do Brasil estavam abertas e sem proteção contra o inimigo externo; que, apartadas das outras terras e atemorizadas com a fama dos nossos guerreiros, poderiam devastar-se com a imprevista chegada de nossas armadas; que as naus do rei, conduzindo no Pacífico os tesouros do Peru, bem como as da Nova Espanha e da Terra Firme, seriam do primeiro que delas se apoderasse (BARLÉU, 2005, p. 30).

¹⁴⁹Boxer está citando a *Brieve Relation de L'Estat de Phernambucq. Dedié a l'assemblée de XIX pour la tresnoble Compagnie d'West-Indie* de Auguste de Quelen, impressa em Amsterdam em 1640. A tradução do texto foi publicada por Mello em FHBH2, pp. 417-455.

Além de Olinda, o porto foi incendiado pelo português residente e pelo holandês invasor, gerando um ambiente urbano recuperado ou modificado, e dentro do conceito de **cidade necessária**, recebeu investimentos que começaram a compor uma nova construção identitária, imediatamente após a disputa, a partir do sistema de defesa, seguido de recuperações e ampliações e construções de moradias e lojas comerciais, num conjunto de decisões sobre investimentos de meios e materiais norteados pela busca do atendimento às principais necessidades do lugar e dos objetivos traçados.

5.2 Toponímia: Caráter do lugar

Mello (2001, p.116) diz que “o domínio holandês no Brasil oferece oportunidade para um estudo dos dois tipos de colonização: a rural e a urbana”. A oposição entre estes tipos de caracteres, urbano, no caso neerlandês, e rural, no caso português [ao qual se referiu Buarque de Holanda] devia levar em consideração à complexidade das guerras que limitavam o espaço do invasor batavo. Enquanto Olinda imperava do alto de suas colinas, surgia, quase ao mesmo tempo, “um porto tão quieto e tão seguro, que para as curvas das naus serve de muro” (BAERS, 1978), como a descrição da Prosopopéia (1601), do poeta Bento Teixeira, bem define a paisagem quinhentista do Recife.

A Barra do Arrecife, assim chamada no Diário de Pero Lopes de Souza (1532), veio a ser a ribeira do mar dos Arrecifes dos Navios, a que se refere o donatário Duarte Coelho Pereira em sua impropriamente chamada Carta Foral de 12 de março de 1537, uma minúscula povoação de mareantes e pescadores que viviam em torno da ermida de São Frei Pedro Gonçalves, por eles denominada de Corpo Santo. No foral [carta de direitos feudais] de Olinda, concedido por Duarte Coelho, em 1537, há uma referência a **Arrecife dos navios**, um lugarejo habitado por mareantes.

Na imagem, bastante instigativa na discussão da identidade, *T’Reciffe de Pernambuco* (1664), de Laet, aparece o primitivo porto português do Recife, remodelado e ampliado pelo holandês. Laet refere-se a esse **Recife** como *T’Recif*, capital holandesa no Brasil, sem dar o costumeiro destaque a *maritstad*, que é uma criação urbana com identidade holandesa [provavelmente já pela ausência de Nassau no poder, quando foi publicada em 1664], construída de acordo com as necessidades apresentadas e maneira de investir meios e materias no empreendimento, entendido nesta tese como **cidade necessária**.

À medida que o Recife consolidou sua malha urbana, projetou este crescimento juridicamente sobre um amplo território. Quanto à malha urbana, em 1638 sentiu-se a necessidade de um recenseamento, com intuito de taxaço. É cabível mencionar a transcriço completa do documento de 12 de outubro do citado ano:

Visto que com o encerramento do comércio as propriedades e as casas ficaram durante algum tempo indesejadas e as pessoas estavam um pouco avessas, pelo contrário com a abertura do comércio livre e a chegada de cidadãos livres da pátria mãe, aumentou o interesse pelas casas e propriedades. Assim foi decidido não esperar, mas aproveitar a ocasião para continuar a taxaço das propriedades particulares no Recife. O que será colocado em funcionamento a partir da próxima segunda-feira e como diretiva foi decidido se construir uma ponte estabelecendo-se que toda as propriedades situadas na rua do Mar [*Seestraet*], rua da Balsa [*Pontstraet*], rua do Carcereiro [*Geweldigssstraet*], rua Nova [*Nieuwestraet*], no Mercado [*Marckt*], no dique Orange [*Oranjedijk*], no dique do Porto [*Havensdijck*], e outras assim, terão que pagar 25 *stuijvers* por pé quadrado. Na rua Real [*Heerestraet*], rua do Vinho [*Wijnstraet*] e outras assim, terão que pagar 22,5 *stuijvers* por pé quadrado, outras pequenas passarelas e outros lugares importunos terão que pagar 20 *stuijvers* por pé quadrado, terra ruim e nas propriedades onde algum muro telhado ou outra coisa qualquer tenha sido construído, ali será aumentado o imposto a partir de meio de janeiro e outra metade em maio do ano que vem 1639 (DNJH, 1638).

Esse documento permite depreender que algumas ruas eram consideradas área nobre na cidade e, de fato, estas estavam entre as que mais tarde vieram a serem calçadas com tijolos trazidos da Europa. A estrutura do Recife refletia, no próprio ambiente urbano, distinções de poder aquisitivo e de estruturação material. É importante anotar também a ausência, entre as ruas arroladas, da *Jodenstraet*, a Rua dos Judeus, citada no Inventário dos Prédios (1654). Talvez ela estivesse incluída entre as “outras assim”, junto com a *Heerestraet* e a *Wijnstraet*, tratando-se, portanto, de uma rua de 2ª classe. Todavia, segundo Breda (2006), parece possível que o casario construído pelos judeus ainda não estivesse finalizado quando do levantamento de 1638.

5.3 Pré-existências

Se a igreja, poderoso instrumento de penetração na sociedade, preserva além da religiosidade, as manifestações culturais, as procissões, liturgias, atividades recheadas de beleza e colorido, com a participação garantida de diferentes etnias e classes sociais; nas oligarquias econômicas, a subserviência da igreja aos latifundiários altera seu papel.

Na tradição de Gilberto Freyre, a habitação da classe dominante era um produto cultural autônomo, constituindo um espaço com usos e significados próprios. Contrapondo-se

de certa forma ao pragmatismo das necessidades básicas [dentro do conceito de **cidade necessária**], encontrada no sobrado geminado em Pernambuco. No molde burguês europeu foi trazida para a cidade, além de gostos e costumes, a busca de uma regulamentação visando o controle urbano e de sua forma (HOMEM, 1996). A civilização¹⁵⁰ passou a ser indicada como remédio para melhorar a condição humana. A civilização passou a abarcar a lei, ordem, o poder, além da urbanidade, dos valores físicos e irracionalidade.

Os holandeses conquistaram rapidamente os portugueses, porém tiveram dificuldades em administrar essa vitória e não conseguiam transpor esses dois núcleos habitacionais (Olinda e Recife) e avançar para o interior, já que os portugueses, utilizando-se de táticas de guerrilha, prolongaram a guerra. Para que o povo da terra reconhecesse o novo governo eram feitas concessões por parte dos holandeses, garantindo não apenas liberdade de consciência, mas também liberdade de culto:

havia os holandeses lançado um manifesto ‘aos proprietários das plantações e aos moradores de Pernambuco’, mostrando-lhes o insustentável de suas posições, e prometendo-lhes (entre outras coisas), respeito à propriedade, liberdade de consciência e redução dos impostos que sobre eles pesavam (BOXER, 2004, p. 75).

Em meio a esse cenário ainda de guerra que se desenrolava em Pernambuco, os holandeses, cientes de que o território já se encontrava sob seu domínio, nomearam para o local um governador, comandante geral. O conselho dos *Heeren* XIX escolheu Johan Mauritis, conde de Nassau-Siegen: “A 4 de agosto de 1636, João Maurício compareceu perante o Conselho dos XIX na cidade de Haia e aceitou sua indicação por nove anos como Governador-Geral do Brasil-Holandês e chefe das operações militares no Brasil (WIZNITZER, 1966, p. 53).

5.4 Situação geográfica

No primeiro momento, a busca por ambientes naturais elevados para a construção de habitação era uma prerrogativa que passou a não ser mais relevante quando o Recife e seu porto em terras baixas foram construídos pelos holandeses. Nem pelo fato de ser o português

¹⁵⁰ O modo de vida urbano diz respeito ao conjunto de atividades e oportunidades proporcionadas pelos serviços e instituições próprios dos aglomerados modernos (HOMEM, 1996). A civilização vai além disso, quando, mesmo antes da revolução industrial, engloba uma série de atuações que vão desde a civilidade ou forma de cortesia relativas a um estilo de vida, no sentido de como comportar-se, o que dizer e como dizer, o que vestir e como comer, etc, observadas nas cortes dos papas e reis absolutistas. “O processo civilizador, o qual no século XIX, associado ao desenvolvimento científico e à tecnologia, não perde de vista o modo de vida aristocrático, influenciando o comportamento da burguesia” (HOMEM, 1996, p. 16). O termo civilização, em princípio, significa a soma das forças espirituais e das atividades racionais que se sobrepõem ao instinto e à força. No decorrer daquele século, o vocábulo adquiriu uma conotação elogiosa e admirativa que se vinculou à idéia de poder.

arraigado na ideia de se instalar em relevo elevado, abandonaria o Recife e seu porto, indo para Olinda, pois, dentro do conceito de **cidade necessária**, o investimento colonial estava ligado ao racionalismo das necessidades essenciais e aos resultados mais urgentes.

Na verdade a ocupação de sítios elevados havia sido uma forma de implantação utilizada numa fase que já tinha um século e meio, baseada não em um modelo cultural, nem na necessidade de assemelhar-se com o medieval, muito menos por ser essa a única forma de construir cidades dos portugueses. Muitos afirmam ter sido aquela cidade do início do século XVI, uma implantação de caráter exploratório e de tomada de posse, numa época ainda recheada por intensa disputa da terra com os nativos, além da possibilidade eminente de disputas com estrangeiros. No conceito de **cidade necessária** sobre a formação da identidade urbana, extraímos entendimento de que a necessidade de segurança norteou a escolha do sítio, bem como a construção de palhiçada e muros. Na fase de desenvolvimento das sedes de capitanias brasileiras com cidades já seculares como Olinda e seu porto, o neerlandês não investiu nesse tipo de empreendimento, mas no desenvolvimento e expansão das possessões.

Da mesma forma, nos engenhos estruturados por portugueses, o holandês não precisaria investir maciçamente na estruturação do ambiente rural produtivo, porque já estava em plena produção pelos portugueses, sendo mantidos e melhor equipados após a ocupação holandesa. Por outro lado, a expansão comercial, objetivo primordial da WIC, precisava de estruturação do porto e da cidade protegida. Não apenas pela proximidade, Antônio Vaz e o Lugar do Recife reduziam os riscos do percurso pelo istmo em direção à Olinda.

A construção da *mauritstad* partiu da suposta necessidade de criar um centro administrativo para gerir o comando das terras conquistadas, onde “por motivos de segurança, Nassau estabeleceu seu quartel-general na despovoada ilha de Antônio Vaz” (WIZNITZER, 1966, p. 54), situada entre os rios, em uma posição estratégica: “repartida em ruas, praças e canais, como as cidades, com belos edifícios, dotada de armazéns de mercadorias, já tem habitantes. Foi-lhe dado o nome de Mauriciópolis pela pública autoridade do Supremo Conselho, dos escultetos e dos escabinos” (BARLÉUS, 2005, p. 180).

Estruturando o lugar, Nassau, ao optar pela construção da ponte, além do acesso à ilha, onde a travessia já se dava por meio de cabos desde os portugueses, e com os neerlandeses por meio de balsas, incentivou o comércio entre Maurícia e Recife, mas tornou Olinda mais isolada, ou mais segura:

Sob o domínio do rei de Espanha, governando o Brasil Albuquerque, discutiu-se muitas vezes se convinha abandonar-se Olinda, distante do porto e do acesso ao mar, transferindo-se os seus moradores para o Recife e para a ilha de Antônio Vaz. Para este fim, seria de grande vantagem unir-se a ilha

ao Recife, por se julgarem estes lugares inexpugnáveis por causa dos rios que os cercam e da vizinhança do oceano (BARLÉUS, 2005, p. 181).

Barléus revela outra razão que induziu a ligação entre a ilha e o Recife:

e para isso aconselhou a ligação da ilha ao Recife por meio de uma ponte, facilitando o transporte do açúcar para a ilha, pois este só se podia fazer durante o refluxo da maré e não sem dano, porque amiúde eram os carregamentos atingidos pela água e pelos respingos das ondas. Além disso, a passagem mediante barcos era perigosa, tendo eles mais de uma vez soçobrado, já pelo peso e excesso das cargas, já pelo açoite dos ventos (BARLÉUS, 2005, p. 182).

Após a construção da primeira ponte, e percebendo a necessidade de circulação de usos diversos, Nassau mandou que se fizesse outra, ligando Maurícia ao continente. As pontes de Nassau, “devido à mescla de estruturas de pedra e madeira, trazia as armas das Casas de Orange e Nassau” (WIZNITZER, 1966, p. 67). Outra razão para as duas pontes que ligavam a ilha de Antonio Vaz ao continente pelo istmo e pelas terras da Boa Vista, possuía relação com a divisão de usos que tinham as “duas pontes, aquela mais para uso seu e esta para utilidade pública” (PONTUAL, 2001, p. 7). Para passar pela ponte, era cobrado um pedágio de 28.000 florins anuais.

5.5 Sítio - Lógicas e fatores de localização (relação com pré-existências)

A povoação de pescadores Recife possuía cerca de 200 pessoas (SALVADOR, 1975, p. 114) e era elemento estratégico de Olinda, a sede da capitania. Sua pequena população, nas palavras de Salvador (1975), era um povo devoto, cujas crenças e particularidades geravam traços particulares e marcas na estrutura urbana e arquitetônica desde o século XVI.

O Recife se desenvolveu a partir das atividades mercantis do porto, que lhe garantia uma ligação com as demais regiões comerciais, uma porta de saída da produção açucareira e de entrada para diversas mercadorias. Passando por Pernambuco, no século XVI, Gândavo (1995) também relatou a importância das características comerciais do porto do Recife e para a economia da região:

A segunda capitania que adiante se segue chama-se Pernambuco: a qual construiu Duarte Coelho, e edificou sua principal povoação em um alto à vista do mar, que está cinco léguas desta ilha de Itamaracá em altura de oito graus: chama-se Olinda, é uma das mais nobres e populosas vilas que há nesta parte [...] uma légua da povoação de Olinda para Sul está um arrecife ou baixo de pedras, que é o Porto onde entra as embarcações. Tem a serventia pela praia e também por um rio pequeno que passa por junto da mesma povoação (GÂNDAMO, 1995, p. 58).

O Recife, no início do século XVII, antes da ocupação holandesa, como relata Tollenare (1978, pp. 32-33) “era apenas um miserável agrupamento de cabanas de pescadores levantadas sobre a península”. Mello (2001) o classificou como habitado por marinheiros e gente ligada ao serviço do porto, um “burgo triste e abandonado, que os nobres de Olinda deveriam atravessar pisando em pontas de pé, receando os alagados e os mangues” [...], sem vida própria, para onde até a água tinha que vir de Olinda” (MELLO, 2001, p. 39).

Essas descrições revelam o estado de ‘atraso’, mesmo em relação à Olinda, no qual viviam os primeiros povoadores do Recife, habitado por famílias de mareantes, pescadores, marinheiros, ‘embarcações’ e ‘marafonas’ misturados em casebres e mocambos ao lado de alguns armazéns portugueses que se estendiam pelo antigo Cais do Trapiche. ‘Ao norte, numa elevação nobre, a hoje velha cidade de Olinda era a menina dos olhos do colonizador luso, que ali se plantou em casas de pedra e cal’ (JUREMA, 1959, p. 21).

No período neerlandês, houve mudanças tanto no aspecto estético como o de organização espacial [construções e traçados de novas ruas que sugeriam um modelo de investimento e consolidação urbanística luso-ibérico].

5.6 Análise do espaço intra-urbano

Tessitura Urbana

Sem buscar um estudo mais detalhado de cada lote construído, mas visando apreender informações iconográficas e historiográficas que deem pistas de como se deu o processo de edificação das ruas do Recife em seu período inicial, o cartógrafo Albernaz é importante fonte de observação (MELLO, 1976). Ele informa a prioridade de ocupação portuguesa e o desenho urbano revelado na conformação e funcionalidade apresentada nas ruas, largos, portas e forma de controle dos usos, principalmente pela igreja. Comparando sua carta com a de Drewisch (1631) é possível compreender o ritmo empreendido pelos neerlandeses com um número razoável de construções, mas o grau de manutenção do traçado pré-existente. Por outro lado, os armazéns incendiados pelos luso-brasileiros foram arrasados, segundo o cronista Laet, da WIC (MEERKERK, 1988; MELLO, 1976). Tais armazéns eram situados na parte mais setentrional do arruado do istmo, como indica a gravura *T’Recife*, portanto, explica-se o vazio encontrado na planta chamada *Insula Antonij Vaazij*¹⁵¹ de 1637, entre a porta construída no istmo e o início do arruado.

¹⁵¹ Em português a planta chama-se “Ilha de Antônio Vaz”, originalmente no livro de Barléus (1974), publicado em 1647. A planta está reproduzida em Reis (2000, 87).

Breda (2006) afirma que o período do *T'Recife*, de 1637 até 1639, parece ter sido o de maior expansão imobiliária particular no Recife, a julgar pela comparação feita no mapa de 1637 e o de 1639¹⁵². De fato, este período de 1637-39 marca um dos mais importantes fatos políticos para a história urbana do Recife, que foi a mudança da câmara de Olinda para o burgo portuário e a emancipação do Recife, dividindo-se o termo das duas cidades e fixando-se fronteira, no istmo, no forte do Brum. No interior, o território do Recife abrangia toda a área da várzea do Capibaribe, região produtora de açúcar e bastante povoada.

Para Jurema (1959), a ocupação holandesa alterou o crescimento natural do Recife, invertendo-lhe a direção de seu desenvolvimento urbanístico. “Do porto, a cidade começou a se estender para a ilha de Antônio Vaz e, daí por diante, através dos séculos, ela continuou o seu crescimento do centro para a periferia” (JUREMA, 1995). Foram os holandeses que modificaram a porta de entrada da capitania de Pernambuco, imprimindo-lhe a característica de *cidade-porto* (JUREMA, 1995, p. 22). Mello (1976) observa um espaço vazio, que seguindo a escala do mapa teria cerca de 100 metros de comprimento, e trata-se de local de comércio próximo ao porto, que veio a ser conhecido por Rua dos Judeus, como fica evidente pela comparação com os mapas posteriores de 1639 e 1644, confirmado pelo estudo de Menezes (1988).

Rezende (1987) destaca a contribuição deixada pelos holandeses no crescimento urbano do Recife. Para o autor: “A expulsão dos holandeses trouxera, portanto, um abalo profundo nos projetos da modernização” (REZENDE, 1987, p. 28). O Recife passou a ser um componente de destaque nos interesses da metrópole portuguesa, mas tornou-se um núcleo importante de articulações das rebeldias contra o pacto colonial, assim como um porto de desembarque das ideias liberais vinda da Europa no século XVIII. “O desejo de autonomia chocava-se com o peso sufocante da colonização, numa convivência tensa e contraditória” (REZENDE, 1987, p. 28). A população do povoado portuário [que não ia além de cerca de duzentos moradores, como lembra Vicente Salvador em seus relatos], elevou-se a oito mil habitantes após a ocupação holandesa, com imediata intensificação das atividades do porto. O movimento do **povo** tornou-se explosivo. As ruas receberam calçamento e tomaram nomes. Construíram-se grandes armazéns [aos quais chamavam passos], oficinas, residências, casas de comércio, hospedarias, multiplicavam-se os sobrados de dois a quatro andares (PARAHYM, ano XV). O resultado da ação holandesa sobre a população, o comércio, o porto

¹⁵² Denominado Carta do Porto de Pernambuco [*Caerte van de Haven van Pharnambucque*], constante da coleção de mapas do Atlas *Vingboons* pertencente ao Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

e os negócios foi a criação de condições para que a região se tornasse o núcleo mais importante da colônia. Em 1654, após a expulsão dos neerlandeses, o Recife se distinguia claramente da antiga capital (ARRAIS, 2004).

A estrutura montada no planejamento urbanístico neerlandês-holandês da configuração espacial do Recife conseguiu suportar a expansão da cidade até fins do século XVIII, pois somente a partir do século XIX impôs-se a necessidade de abrir novas porções de territórios. Aterramentos foram ampliados para atender às novas tendências de adensamento urbano na direção sul, rumo ao rio dos Afogados, por ação dos colonos que lutaram para converterem a posse da vila para o domínio lusitano (ARRAIS, 2004), recebendo terras e imóveis como pagamento pelos serviços na empreitada militar.

O Recife pós-neerlandês é marcado por uma considerável expansão populacional e espacial. Numa resposta a essa necessidade, a prosperidade da vila de comerciantes era visível e acentuada nos inúmeros edifícios levantados no espaço urbano, voltados para atender a um crescimento populacional que no tempo da Guerra dos Mascates atingiu 14 mil habitantes (MELLO, 2003). Em 1774, segundo os dados populacionais de Menezes, o equivalente a 17.934 moradores (MENEZES, 1998, p. 102), tendo um aumento considerável de 32 mil em 1799, segundo os relatos e mapeamentos de Vilhena (VILHENA, 1979), informando e demonstrando os seus reflexos diretos na extensão territorial.

Silva (2003), a respeito da elite local, diz que esta contava com o peso considerável dos comerciantes, mantinha-se empenhada na luta pela elevação do *status* administrativo da cidade e igualmente pela libertação em relação à Olinda e ao jugo dos senhores de engenhos de quem, numa inversão de antigas posições, eram credores. Ao final do conflito, opondo os dois núcleos, os comerciantes contra a nobreza da terra, Recife passou a ostentar, por determinação da Carta Régia de 19 de novembro de 1709, a categoria de vila (ARRAIS, 2004)

O Recife setecentista foi marcado por um acentuado crescimento populacional e transformações nos seus aglomerados urbanos. Várias foram as razões para tal desenvolvimento e a maior delas foi a permanência do Recife como capital e lugar mais importante, apesar dos conflitos com Olinda. Nesse Recife foram construídas, na parte da Ilha de Antônio Vaz, várias igrejas e conventos. 'No lugar peninsular a mais importante obra é o grandioso convento e igreja dos padres de São Felipe Nery, do oratório'. Construção essa realizada em terras no lado sul da cabeceira de artilharia do Recife de 1648. (MENEZES, 1988, p. 20)

Devido à dinâmica cotidiana, a vila do Recife estava sempre atraindo novas pessoas das capitanias anexas e do outro lado do Atlântico, como ocupação extrapolando sua

circunscrição, quando passou a povoar o lugar da Boa Vista, que estava ligado ao de Santo Antônio por uma extensa e larga ponte, a qual nas palavras de Couto (1981), “lhe fica ao poente, e que se lhe une com uma firmeza ponte de fortes madeiras”. Essa ponte foi caracterizada nesse período por um intenso tráfego de pessoas, carros e cavalos o que garantia a distribuição de gêneros para o comércio entre os dois bairros (VILHENA, 1921). O novo bairro, segundo os relatos do autor, alcançou no século XVIII um acentuado crescimento comercial por estar mais acessível por via terrestre a outras vilas e cidades, mas o fluxo de mercadorias ainda se dava intensamente por via fluvial. Esse bairro da Boa Vista, que até então não tinha muito prestígio, presencia no século XVIII uma fase de prosperidade. Ao descrever o bairro, ressalta que ele era “por si só uma grande vila com muitas ruas compridas, e largas, em que se vêem muitas, e nobres propriedades” (VILHENA, 1921, p. 827), além de vistosos templos.

Muitas dessas características permanecerão até século o XIX, conforme pode ser observado nos relatos de Tollenare (1978), que afirma que as casas no bairro da Boa Vista eram baixas como em Santo Antônio, mas o primeiro era mais alegre e moderno. As ruas e as calçadas eram mais largas, tinham casas vistosas habitadas por gente abastada. As ruas são descritas como retas e guarneçadas de calçadas, “margeadas de casinhas de um só pavimento: estas ruas conduzem à considerável distância no campo e às casas de recreio” (TOLLENARE, 1978). A rua principal é classificada por Koster (1978), como “formosa e larga”. Para Graham (1990), viajante inglesa que visitou o Recife na primeira metade do século XIX, o Recife daquele tempo era certamente uma das “maravilhas do mundo”. No entanto, nem tudo na cidade era digno de elogios da viajante, que se sentiu “perturbada” ao se deparar com um mercado de escravos.

Estava pobrementemente abastecido, devido às circunstâncias da cidade, que faziam com que a maior parte dos possuidores de novos escravos os conservassem bem fechados nos depoimentos. Contudo cerca de cinquenta jovens criaturas, rapazes e moças, com todas as aparências da melancolia e da penúria, conseqüência da alimentação escassa e do longo isolamento em lugares doentes, estavam sentados e deitados na rua, no meio dos mais imundos animais (GRAHAM, 1990).

Graham (1990), em seus escritos, retrata um cenário marcado por precárias condições de vida dos negros no espaço urbano do Recife, onde a melancolia, as doenças e a má alimentação faziam parte do cotidiano de residente dos mercados e das ruas (Graham *apud* SILVA, 2003). Era grande a quantidade de escravos que circulavam pelas ruas da cidade ganhando a vida através do trabalho manual e venda de produtos e alimentos. A escravidão da época, nas palavras de Carvalho (1998), não contradizia a cidade patriarcal nem a forma como

se urbanizou o campo ao redor do Recife. Ao contrário: o escravismo era parte integrante desse processo. “O ar da cidade cheirava à escravidão” (CARVALHO, 1998). Essa dinâmica da cidade possibilitou o desenvolvimento do comércio e, conseqüentemente, um acúmulo de bens por parte de negros e pardos, grupos frequentemente marginalizados pela sociedade, responsáveis por uma mobilidade social que, apesar de não se ter dado enquanto grupo, ocorreu de forma particular e individual (SILVA, 2003).

Koster (1978) ainda ressalta uma considerável ausência de mulheres brancas transitando pela cidade, ao contrário das negras, cuja presença era marcante. O que dava um aspecto sombrio às ruas.

[...] as mulheres portuguesas e as brasileiras, e mesmo as mulatas de classe média, não chegam à porta de casa durante todo o dia. Ouvem a missa pela madrugada, e não saem senão em palanquins, ou à tarde, a pé, quando, ocasionalmente, a família faz um passeio [...] (KOSTER *apud* MATOS, 1996, p. 63).

Nesse sentido, podemos observar que muitas das características do século XVIII ainda eram visíveis no século XIX, perceptíveis no acelerado crescimento populacional e espacial, pois novas casas eram erguidas e por toda parte viam-se novos alicerces.

Traçado, fluxos e circulação de ruas em relação a caminhos, travessas e becos

Conforme Holanda (1995), como ficou convencendo, mas merecendo ainda discussão, o aspecto predominante na cidade colonial portuguesa teria sido a desordem, na qual a cidade que os portugueses construíram na América não seria produto mental e não chegaria a contradizer o quadro da natureza. Nenhum rigor, nenhum método era aplicado, resultando num abandono característico, que o autor define como “desleixo”. Mas o principal argumento de Holanda é o seu entendimento de que na construção do empreendimento de forma geral, a cidade teria sido apenas um meio para se atingir os objetivos, por isso se percebia a utilização de “pouca energia ou falta de energia”, como um sinal de que na verdade os empreendedores não teriam utilizado meios e materiais para garantir um padrão construtivo e um resultado dentro de um planejamento técnico ou baseado em modelos ideais, pois já havia a convicção de que “não vale à pena” (HOLANDA, 1995). Essa aparente desordem levaria a admitir a inexistência de um planejamento do traçado, sendo apenas uma coerência orgânica, expressando um sistema de vida espontâneo, distinguindo-se da cidade regular. No entanto, tomando por base a historiografia e a iconografia do período, é possível um outro entendimento desta questão urbana, principalmente se levarmos em conta que a **cidade**

necessária é produto das possibilidades, mas sem deixar de se perseguir e insistir no modelo de cidade ideal, utilizando, para isso, mobilização política, formação de sociedades de capitais públicos e privados, investimentos de meios e matérias, planejamento técnico e inclusão natural de discursos e modelos para sua materialização.

Nesta tese há pontos divergentes das convenções, principalmente, buscando esclarecer o processo de construção da cidade colonial, visualizando os esforços dos empreendedores para investir no ambiente de acordo com as principais necessidades. Nessa primeira fase de construção da colônia, o empenho do donatário e dos colonos era completamente voltado à instalação e funcionamento das estruturas produtivas dos engenhos, célula-mãe das primeiras ocupações humanas. Na área onde se desenvolveria a estrutura urbana, o nicho ou a capela seria o elemento agregador do tecido urbano. Dentro do conceito de **cidade necessária**, após definidos os objetivos, o foco de investimentos não era a estruturação da cidade, mas a criação de uma estrutura mínima a ser desenvolvida com o crescimento comercial da colônia. Não nos parece apropriado associar o baixo padrão construtivo, por falta de recursos e devido objetivos para tal aplicação, e a falta de regularidade do traçado [pois o padrão corre de acordo com a capacidade de investimento], com um determinado modelo de traçado, pois este se dá pela aplicação de meios [projeto e mão de obra] no empreendimento.

Conforme esclarece Breda (2006), o absolutismo do poder central e a igreja [fator de aglutinação, com suas missas, festas, procissões e o badalar dos sinos que sublinhavam os atos mais importantes da vida cotidiana] concorriam para a unidade da cidade lusa. Como contraponto, em 1636, o Alto Conselho fixou algumas normas básicas da política urbana neerlandesa, tal como a responsabilidade dos moradores na manutenção da integridade das ruas, através do despejo de areia para evitar o encharcamento das mesmas, a obrigação de jogar lixo nas margens do rio [o que contribuía sem dúvida para o avanço dos aterros das margens].

Foi resolvido que o nível das ruas será elevado para que possam ser utilizadas vendo que, por causa das chuvas, ficaram inundadas. Isto deverá ser realizado dentro de 48 horas, correndo o risco de ter que pagar uma multa de 6 florins aquele que não o fizer e, em seguida, resolveu-se que cada um deverá manter a limpeza de sua rua e a partir de agora está proibido se jogar lixo na rua. Este deverá ser jogado fora do Recife correndo o risco de ser punido aquele que não cumprir as ordens, como está supracitado, e a multa será determinada de acordo com o tamanho da infração (DNJH, 28/08/1636).

Estas mesmas práticas foram explicitadas cinco anos depois na ata do Alto Conselho do Recife de 27 de março de 1641, onde se lê:

O Comandante do Recife ficou encarregado de deixar que os prisioneiros que foram condenados ao carro de mão levem os dejetos, que se encontram na rua e que deixam as mesmas, na época de chuva, intransitáveis, fora da paliçada no lado oeste do Recife, para que nesta região o mangue seja aterrado, criando assim mais espaço para a ampliação do Recife e depois poder construir mais casas (DNJH, 27/03/1641).

O depósito de lixo às margens do Beberibe e Capibaribe tornou-se uma cultura urbana recifense, contribuindo paulatinamente para a construção do espaço físico da cidade. Práticas correlatas faziam parte da cultura das cidades neerlandesas, como afirma Zumthor (1989, p. 46): “Cada burguesa lava ou manda lavar a calçada e a rua diante de sua casa. Por vezes espalha-se nelas areia fina”. Breda (2006) acrescenta que os neerlandeses despejavam seus detritos nos canais que cortam as partes antigas de suas cidades.

Após o período de estruturação das praças fortificadas, acessos, construção civil e adensamento urbano sob o comando de Nassau, a cidade iniciaria um período de arruinamento e dificuldades de controle político-administrativo. Sobre isso, Gesteira (2004) afirma:

O Recife holandês teve uma duração efêmera. Com a intensificação das guerras que resultaram na expulsão dos neerlandeses, muitos lugares foram arruinados a partir de 1645. A destruição assumiu formas diversas: alguns prédios foram demolidos para a reutilização do material em outras construções, como por exemplo, as fortificações improvisadas pelos moradores do Recife holandês, outros apenas readaptados para atender a situação de guerra (GESTEIRA, 2004, p. 15).

Durante todo o período da ascensão de uma das mais importantes cidades do Brasil, palco de grandes obras que a transformaram:

Grandes empreendimentos urbanísticos constituíram, também, a cidade Maurícia, como o sistema de canais, o jardim botânico, a ponte de ligação com a ilha do Recife e outra de comunicação com o continente, o palácio da Boa Vista e o museu. A construção dessa cidade propiciou, então, a formação de outras significações para o Recife. Palácios, pontes, parques, museus, sistemas de canais vêm substituir a dominância das palavras associadas às defesas e conquistas militares, indicando um deslocamento das representações relativas ao desbravamento e domesticação de uma natureza exótica para um ambiente laico e mundano. O Recife passou a ter o sentido de cidade da liberdade (PONTUAL, 2001, p. 7).

Com o fim do domínio neerlandês-holandês sobre o Recife, a necessidade de adaptá-lo à esfera administrativa portuguesa fez com que fosse se perdendo a referência com a identidade urbana e sócio-política da cidade nassoviana [idealizada pelo corpo de técnicos qualificados do chamado **Escritório do Recife**] e com o direcionamento político de Nassau, [nos moldes do conceito de **cidade necessária**], e passaria a sofrer intervenções com

investimentos de materiais e meios distintos dos aplicados pelo governo neerlandês e nassoviano. Após o retorno da capitania de Pernambuco ao Brasil colonial português, muitas das construções e obras feitas no governo neerlandês-holandês foram demolidas ou reformuladas, dando lugar a novas construções, apagando grande parte das marcas da produção arquitetônica, mas não da produção urbanística, dos holandeses no Recife.

Acessibilidade [portas, pontes e transporte fluvial]

Segundo Cavalcanti (1977), existiu na Rua do Bom Jesus, até meados do século XVIII, uma das portas que guarneciam a pequena vila, a chamada **porta da terra** ou da cidadela [*lantpoort*], que depois foi substituída pelo arco do Bom Jesus. Permaneceu o povoado circunscrito à estreita e insalubre faixa de terra até a vinda dos holandeses que mudaram substancialmente a paisagem urbana e ambiental dos Arrecifes, com a implantação do primeiro plano urbanístico do Recife.

Nascimento (2001) assevera que os neerlandeses, por sua vez, estabeleceram um sistema de transporte fluvial, em que não só as tropas se deslocavam subindo e descendo os rios do Nordeste, em seus cursos inferiores, mas também caixas de açúcar eram comercializadas. Menos conhecidos ou utilizados eram os caminhos terrestres, bem conhecidos dos luso-brasileiros e através dos quais estes recebiam ajudas exteriores de víveres e armas.

De maneira distinta dos portugueses que já estavam instalados nas duas margens do canal que separa a ocupação no istmo [povoado do Recife dos Navios] da ínsula de Antônio Vaz, onde está o povoado de Santo Antônio, os holandeses colocam necessária a ligação através de ponte(s). Nesta ação fica evidente a sua preocupação em proteger o palácio de Friburgo, como uma ponte de obstáculo às embarcações, além de sua situação privilegiada. Distingue-se do português por não preocupar-se com a ligação protegida dos arrecifes até Olinda pelo rio Capibaribe, que a partir de então ficará bloqueado pela(s) ponte(s).

Esta é uma diferença determinante na vinda de muitos comerciantes importadores e exportadores de Olinda para o Recife, como pretendia Nassau. Caso pretendesse estruturar o porto do Recife dos Navios como praça fortificada sem ligação por ponte [isolada tendo o rio Capibaribe como foco], o acesso à *Mauritstad* ficaria mais guardado, mas o fluxo de mercadorias e a hierarquização de uso desse espaço ficariam prejudicados. Provavelmente, na decisão de Nassau pesou sua necessidade de sucesso comercial para pagar os investimentos da

WIC e fomentar o comércio e a circulação de produtos exportados e importados dos engenhos endividados com a WIC.

Segundo Mello (2001), a praça da cidade era constituída de duas partes, o Recife e a ilha de Antônio Vaz. Entre 1637 e 1639, com o início da implantação do plano de intervenção urbana na ilha, a praça passou a ser a chamada pelos neerlandeses de *Stadt Mauritia* [Cidade Maurícia]. A ilha ficava dividida em Velha Maurícia, ao norte, área de ocupação primitiva, e a Nova Maurícia [*Nieuwe Mauritia*], ao sul. O conjunto era completado pelo Recife do porto.

Hierarquias e usos cotidianos de vias urbanas [becos, ruas, largos e praças]

Sobre o aspecto da cidade, Filho (1941) ressalta que o Recife foi um burgo eclesiástico com a paisagem urbana marcada por uma intensa presença dos aspectos religiosos. Com forte presença de igrejas e suas torres, a malha urbana era pontuada pelos pátios onde elas se abrigavam. Diante do conjunto arquitetônico dos sobrados, as igrejas traduziam a riqueza dos principais poderes estabelecidos na cidade e espelhavam alguns valores estéticos trazidos pelos empreendedores. Em meados do século XVIII, podia ser vista em toda a extensão urbana uma grande quantidade de nicho, incrustado das casas, construídos como abrigos para os santos, arrumados entre velas (apud SILVA, 2003).

Parte integrante de um imaginário da cidade, projetado sobre o espaço, os templos, “as capelas e os adros receberam investimento simbólico, [que] serve para impressionar aos sentidos”. Assim, no espaço urbano do Recife setecentista, o cortejo era pomposo para bem poder marcar a hierarquia, confirmando o ordenamento que regia a sociedade (LARA, 2007), onde as irmandades buscavam o máximo de visibilidade, para mostrar o seu poder e *status* através das cerimônias públicas (SILVA, 2003). Com relação a essa representatividade, Ribemboim (2002, 108-111) afirma que “com a saída dos holandeses, o palácio [de Friburgo] foi desprezado e junto a ele teria sido instalado o erário público [...] O palácio da Boa Vista, [...] se comunicava com o atual bairro da Boa Vista por uma ponte de madeira [...]”.

5.7 Lote urbano – Implantação do edifício (sobrado largo/estreito)

Partindo da implantação portuguesa, privilegiando espaços oclusos e mais seguros, menos expostos aos invasores nativos e estrangeiros, o espaço urbano construído dentro da paliçada, teve essa configuração não apenas por um transplante de um modelo português, mas por uma necessidade imposta pela localização do ambiente escolhido para a implantação, em

terras ainda inóspitas e com a total dependência da defesa a todo custo para garantir a mínima possibilidade de sobrevivência.

A WIC, tendo a comercialização como prioridade, entendeu que na administração do espaço urbano havia uma fonte crescente de lucratividade, promovendo com obras a valorização e a especulação imobiliária no Recife, pois durante os primeiros anos ocupados com a guerra local, a produção de açúcar estava praticamente inacessível aos flamengos¹⁵³. Tão logo foi possível, passou-se ao aluguel das casas confiscadas, as da ilha de Antônio Vaz, já referidas. Os investimentos imobiliários faziam-se então através do aluguel, e também da venda de terrenos. Em breve a tarefa de luta contra as águas coube aos particulares que se mostraram interessados em investimento imobiliário (MELLO, 1976).

Mello (1978) descreve este momento de surto de construções, relatando que, em outubro de 1635, um mestre pedreiro pediu licença pra trabalhar como particular [e para particulares] sob alegação de que havia “mais o que fazer para os particulares do que para a Companhia”. Assim, não há dúvida de que a razão maior da diferença entre a forma de implantação, ocupação e expansão, entre as fases de governo, não foi cultural ou estética, mas relacionada ao estágio de realização do empreendimento produtivo, comercial e urbanístico chamado Pernambuco.

5.8 Tipologias edilícias (civis oficiais e particulares – casario e igrejas)

Interessando à observação da mudança e aos interesses ligados aos aspectos culturais, o período neerlandês desvenda o questionamento e permite a observação da iconografia baseadas na historiografia. A iconografia também facilita a compreensão dos traços arquiteturais [de maneira superficial e até subjetiva] e da composição urbanística, buscando dar significado aos espaços públicos e privados.

Depois de 1637, com os empréstimos aos engenhos e no ano seguinte, com a liberdade comercial, conquista de João Maurício de Nassau contra o monopólio da G.W.C. as zonas açucareiras foram, lentamente, voltando ao seu egocentrismo português, no sentido humano do vocábulo. Interessava Mauritsstad aos oficiais holandeses, aos judeus prestamistas, agiotas, aos poderosos membros do Conselho Político, aos familiares do Conde Governador, aos irlandeses, ingleses, escoceses, alemães, franceses, que bebiam, comiam o toucinho fumado, o pão preto, engolindo a cerveja de Rotterdam, mais barata que a de *Delft* e mais cara que a zelandesa, correndo para as mulheres amáveis, arrastando as espadas, tinindo as esporas,

¹⁵³ Ainda mais por estar a cultura açucareira estagnada pela desorganização decorrente da invasão neerlandesa, que provocou a fuga de senhores de engenho, escravos e, em grande medida, o deslocamento de certo contingente para a milícia de resistência luso-brasileira.

praguejando, jurando, vivendo. Os palácios de *Vrijburg* e *Schoonzig* dominavam. Era a distância incrível entre as duas existências, de administração e ação diária, portuguesa e holandesa. O senhor de engenho devia ser, nas ruas empedradas da Cidade Maurícia, um hóspede, desconfiado, suspicaz, temeroso, hospes hostis. Ele era português, filho de português, nobreza territorial, ciumento das ‘terras’, vivendo no seu engenho como el-rei no Escorial. Certo é que esse progresso urbano era um fato novo na vida brasileira, como notou o sr. Sergio Buarque de Holanda [...] (CASCUDO, 1956, p. 31).

As pinturas de Post apontam em Maurícia casas baixas e distantes umas das outras, muita vegetação em contraste aos compridos sobrados do Recife, amontoados, colados, onde havia até ruas calçadas (MELLO, 1978, p. 48-51).

Uma *Dagelijksche Notule* [*Nótula Diária*] do Conselho Político¹⁵⁴ revela que: “Particulares aqui no Recife estando dispostos a construir casas [*“om te timmeren ende huijsen te bouwen”*] nas quais possam morar com maior comodidade e a fim de devolver, com menores inconvenientes para a Companhia as suas casas e armazéns;... para esse efeito foram marcados os trechos não construídos que os particulares tenham apontado e também foram indicados alguns outros” (DNJH, 31/10/1635). Por exemplo, “Coube a Nassau a primazia da instalação de um hospital de razoável porte para os padrões da época, na recém-criada Maurícia” (RIBEMBOIM, 2002, p. 112).

5.9 Materiais, técnicas e sistemas construtivos

Na primeira fase de governo, o português, inicialmente, atendeu às necessidades básicas do planejamento estabelecido nas Cartas Forais e no interesse do empreendimento privado. A partir do final do século XVI, a produção da arquitetura religiosa passa a apresentar maiores preocupações estéticas, em comparação à simplicidade da racionalidade renascentista, não apenas por uma questão de menor racionalidade, mas seguindo os modelos mais aplicados na metrópole. No entanto, não se trata de um transplante, pois tanto o padrão construtivo na **cidade necessária**, quanto a sua ornamentação, se diferenciam muito da produção europeia nesta fase. Sobre a ocupação neerlandesa, as realizações sob o comando holandês e a fase posterior, Cascudo as refere da seguinte forma (1956):

¹⁵⁴ Ata datada de 31 de outubro de 1635, parcialmente traduzida por Mello, em *Tempo dos Flamengos*. Estas atas registravam o dia a dia burocrático da mais alta instância administrativa e jurídica da Nova Holanda, que se denominou Conselho Político (1630-37), Alto e Secreto Conselho (1637-1646) e Alto Governo (1647-1654). Cf. Introdução deste trabalho.

As casas do Recife foram feitas, naturalmente, dentro do gosto holandês e na medida do possível [grifo nosso]. Havia o atrito inconsciente, mas poderoso do ambiente local, os materiais utilizáveis. Em linha geral a residência imitaria a pátria distante, como é fácil verificar pela residência de Nassau no Recife. Deve ter sido a primeira residência, tornada inabitável e substituída pela imponência do Palácio das Torres. Há quem negue peremptoriamente ao holandês qualquer lição permanente na arquitetura brasileira. José Mariano Filho afirma que ‘a glória dos holandeses é terem aumentado a projeção vertical dos sobrados, multiplicando-lhe o número de andares’, e considera fato histórico estarem os pseudos sobradões holandeses de Pernambuco mais perto de Portugal, do que da Holanda. O que havia de ‘holandês’ desapareceu. As melhores casas, os dois palácios, apenas resistindo o torreão da Boa Vista, no convento do Carmo. Com as razões militares do assédio, o governo mandou demolir e mesmo incendiar as construções que embriagavam Nassau. O *Journal de Arnheim*, na nótula de 18 de agosto de 1645, lamenta, em tom de choro: - ‘Continuam as demolições das casas. Nesta data foram também abatidas e queimadas as casas e o belo palácio de S. Excia. o Conde Maurício, edificado em 1640. Lamentável espetáculo! O dano foi estimado em uma grande soma [...]’ (CASCUDO, 1956, p. 46).

O Inventário das Armas e Petrechos Bélicos, de 1654, registrou 464, grandes e pequenos, de pedra, tijolo, madeira, terreiros ou de andar; 242 sobrados, 194 no Recife propriamente dito e 48 no bairro de Santo Antônio; os sobrados construídos pelos portugueses somavam 33, 29 no Recife e 4 em Santo Antônio¹⁵⁵. Como demonstra Breda (2006), o uso era o que se manteve na tradição brasileira, modelando o trazido da Europa, isto é, nas construções se estabeleciam a lojas comerciais no andar térreo e a moradia no superior.

Do trabalho que o português realizou antes do neerlandês-holandês há informação variada. A nota 32 do Inventário (1654) cita casas de sobrado com suas lojas em lugares outrora ocupado por outras casas térreas com pilares de pedra para banda do rio; e as casas com paredes de pedra e cal, o que tinha sido antes que o inimigo entrasse. A nota 36 do mesmo documento refere-se às paredes e portais ao uso antigo de portugueses. A nota 100 indica umas casas na mesma rua [da Cadeia], que continuam para a banda da Igreja, fabricadas por portugueses no tempo da bela paz. A técnica do beneficiamento é exposta, descrevendo que umas casas de paredes meias com as atrás é obra portuguesa até onde chega o cunhal de pedra; e daí para cima flamenga.

Aparecem [146] umas casas de tábuas de feitiço flamengo, umas casas de tabuado, feitiço flamengo [145]; umas casas de pinho e velhas de sobrado. Eram essas casas de madeira recobertas de telhas. Muito frágeis, é comum a

¹⁵⁵ Santo Antônio era a Cidade Maurícia. As anotações decidiam a existência ou não de benfeitorias batavas e judias. As ruas mais citadas estavam ainda no Recife. As de maiores movimentos eram: a Rua dos Judeus, depois Rua da Cruz e hoje Rua do Bom Jesus.

nota de que caíram em o primeiro de fevereiro de 1658, ruíram, caíram. Uma que havia para a banda do mar arriou e seiscentas telhas foram aproveitadas na casa da plataforma. Essas casas de tábua fabricadas pelos Flamengos [174], umas casas de tábuas, obra flamenga, iam ousadamente aos sobrados, como uma de tábuas, loja e sobrado muito velho, fabricada por Judeu ou Flamengo [237] na travessa que ia para a rua direita à Praça dos Judeus. Não ocorre português empregando madeira exclusivamente. O fácil é ter o holandês aproveitado a casa térrea portuguesa e sacudido um andar para cima. No caminho para o terreiro do Palácio, a nota 167 registra umas casas de dois sobrados da outra banda da cadeia, fabricadas os altos por Flamengos, e os baixos até o sobrado por Portugueses. Os flamengos sozinhos erguiam casas de dois sobrados, de tábuas, assombrando o português. A construção não parece merecer os elogios pela sua resistência, herdada dos exemplos das casas batavas, quase eternas. As notas anunciando que as edificações iam caindo, ameaçando ruína, são muitas. Um vendaval de 2 de junho de 1659 abateu umas casas de sobrado, no terreiro dos coqueiros, então quartel de soldados do capitão João Bezerra. Aproveitaram os tijolos, vendidos por dez mil réis ao alferes Jorge Vieira. Mas há, fiéis ao esforço velho, casas nobres portuguesas que não julguei existirem no bairro de Santo Antônio. Os registros 363-364 mencionam casas de sobrado, com varandas de tábuas pela fronteira de pedra e cal, obra portuguesa, e antiga, atravessando temporal e briga, tão diversas de um sobrado que Belchior Alves alugara por vinte mil réis anuais e que ocupara dezoito dias, abandonando-o às carreiras, por se temer que caísse [...] (INVENTÁRIO, 1654).

Com relação à distribuição espacial das casas do bairro de Santo Antônio, Tollenare (1978) descreve que cinco sextos das terras de Santo Antônio têm apenas um pavimento térreo, só em volta da praça e em algumas das ruas principais é que se encontram casas elevadas como as do Recife. Já no bairro do Recife, narra o cronista, as ruas são geralmente estreitas, as casas têm de dois a quatro andares com três janelas de fachadas, são construídas de pedra, caiadas. Ou seja, no bairro do Recife existiam “estilos de vida mais europeus” com sobrados de residência “construídos nobremente de tijolos ou de pedra com a cal do marisco” (FREYRE, 1961). Por sua vez, Koster (2002), que viveu em Pernambuco na primeira metade do século XIX, descreve o bairro como este sendo composto inteiramente de casas altas e de ruas largas, em que a parte térrea era geralmente ocupada por lojas, armazéns, oficinas e outro tipos de comércio.

Vilhena (1921, pp.824-825), que visitou Recife em 1799, caracteriza o lugar como sendo de “bons edificios” e “asseados templos”. Santo Antônio aparece em seus relatos como um bairro em crescimento, “espaçoso”, “alegre” e “desafogado”, ligado ao Recife por uma ponte de intenso comércio “com pequenas barracas, que por bons preços se alugam para lojas de venda de fazendas, e capelas”. Almeida (2006), todavia, assegura que o cotidiano da vila do Recife não era tão tranquilo, pois os tumultos e furtos eram frequentes na ponte, controlados por uma “guarda reforçada”, sempre presente, mostrando que havia elementos

perturbadores da ordem, classificados como “desocupados, ou vagabundos que perturbavam pelas ruas”.

Na observação de Couto (1981), no bairro Santo Antônio encontrava-se localizado o Convento de Santo Antônio¹⁵⁶, ao qual se relacionavam a capela da Ordem Terceira, hospitais, consistórios, e mais oficinas. Neste bairro se contavam mais de 2000 mil casas com seus quintais ou jardins, Quatro conventos, Casa da Misericórdia, dez grandiosas igrejas, o Forte das Cinco Pontas e sete praças “capazes de nelas correrem touros”. Em sua estrutura, Santo Antônio era composto ainda por ruas largas, edifícios altos e nobres, sendo as casas sempre bem caiadas de branco e as sacadas de verde, os templos ricos e os conventos suntuosos.

A questão técnica ligada à arquitetura foi preponderante, especialmente com relação à da arquitetura militar, como informa Breda (2006). Vê o modelo de fortificação vigente na Europa do século XVII e largamente praticado nos Países Baixos¹⁵⁷ [ou seja, fortificações com muralhas em esplanadas¹⁵⁸], além do sistema de trincheiras e fossos. Em uma de suas primeiras cartas enviadas do Brasil aos Estados Gerais¹⁵⁹, datada de 3 de abril de 1630, o coronel e governador Diederick van Waerdenburch dizia: “Em minha carta anterior informei Vossos Altos Poderes de que encontrara dificuldade em fortificar esta cidade, por causa do grande número de elevações que existem a cavaleiro umas das outras, especialmente uma montanha ao norte da cidade, onde o inimigo aparece diariamente” (DHJC, pp. 33-34).

O modelo mais conhecido pelos batavos adequava-se a terrenos planos e não aos sítios com colinas como Olinda. Mas, a associação deste tipo de fortificação ao ambiente urbano, circunscrevendo-o e oferecendo proteção, encontrava em lugares planos sua condição mais adequada de realização, ao passo em que a cultura urbanística neerlandesa praticamente desconhecia cidades construídas em elevações. Zumthor (1989, p. 25), referindo-se às cidades na paisagem dos Países Baixos, as quais não se destacavam pelo relevo na linha do horizonte,

¹⁵⁶ O Convento de Santo Antonio dos Religiosos Franciscanos do Recife teve principio no ano de 1606, para fundar o dito convento, deu esmola Marcos André, cinquenta e seis braças de terra. Ver: COUTO, 1981, p. 162.

¹⁵⁷ Baseado em Christopher Duffy, ‘Fire and Stone’, Miranda (2006, 59) explica ainda que: Esse sistema defensivo montado pela WIC tinha por embasamento as diretivas da chamada Escola Neerlandesa de Fortificação. Oriunda da Escola Italiana de Fortificação – responsável pela introdução do baluarte poligonal e pelo rebaixamento e alargamento das muralhas – ela caracterizava-se, no século XVII, pela utilização de fossos circundantes cheios d’água e por escolher locais planos facilmente inundáveis. Como os italianos, empregavam na construção de suas fortificações a terra batida e a taipa. Tais edificações tinham um baixo custo, além de poderem ser levantadas rapidamente. A qualidade especial do emprego da taipa e da terra, nestas fortificações, era a absorção do impacto dos projéteis artilhados. Em contrapartida, sua manutenção era onerosa, pelo clima e pela localização junto à água, que literalmente fazia com que a fortificação escorresse pela taipa (MUMFORD, 2004, p. 388-389).

¹⁵⁸ Muralhas preenchidas de terra e não de pedra maciça, com inclinação menor que 90° para absorver o impacto dos projéteis de canhões, em contraste às muralhas medievais, que, dada a sua verticalidade, apresentavam pouca resistência a tal poder de fogo amplamente utilizado a partir do Renascimento.

¹⁵⁹ Estados Gerais: Órgão administrativo máximo das Províncias Unidas, ao qual cabiam as manobras militares da WIC. O Governador da Nova Holanda era obrigado a consultar este conselho sobre assuntos militares.

descreve: “Eis a cidade, pousada horizontalmente no solo”. Sobre a questão, alguns documentos indicam nuances da opção holandesa pelas terras baixas do Recife e Antônio Vaz. Comentando uma carta do coronel Adolph van Els, de 1630, Mello (2001) afirma que:

[...] Adolph van Els, um dos coronéis da milícia, não acreditava que as pessoas vindas da Holanda preferissem morar em Olinda, mas sim no Recife e na ilha de Santo Antônio, os quais ‘são locais apropriados para, com o tempo, se levantar neles uma cidade’ (MELLO, 2001, p. 53).

Breda (2006) declara que o terreno baixo, plano e alagadiço do Recife, a vegetação de manguezal e os bancos de areia, podiam não ser um cenário similar ao do litoral do mar do Norte, mas seria mais adequado – “apropriado”, na tradução de Mello (2001) – para a construção de uma cidade habitada por batavos, cujo uso não era o de subir ladeiras como as lisboetas e a olindense. Ao coronel Van Els era evidente também que o istmo do Recife não comportaria o projeto da capital e a ilha plana, em sua expressão, com o tempo seria devidamente drenada, aterrada, neerlandeizada, enfim, humanizada.

5.10 Normas urbanísticas (modelos) e infra-estrutura (água, esgoto, canais de drenagem)

A partir de 1573, os espanhóis passaram a aplicar preceitos e diretrizes expressos nas Ordenações Filipinas, consideradas a primeira lei urbanística para a fundação de cidades novas, uma série de decisões de natureza prática e de excelentes resultados. No século XVII, a própria Holanda, em *Amsterdã*, mergulhou em reformas urbanas importantíssimas, ampliando os canais antigos, acrescentando outros e fortificando todo o recinto da cidade com inúmeros baluartes. Em 1612, o plano de ampliação de *Amsterdã* se consolida com investimentos, meios e recursos aplicados racionalmente em soluções de problemas de desenho urbano e infraestrutura, elementos do conceito que definimos nesta tese como **cidade necessária**, demonstrando como a marca identitária, mesmo podendo ser lida atualmente com uma unidade tipológica, não foi necessariamente baseada em modelos vigentes, mas como **expressão do saber fazer, da técnica e da forma de investir os meios e os recursos** tanto no período português, quanto no neerlandês-holandês.

O caráter de modernidade inserido nos planos urbanísticos para o Recife, por exemplo, os de 1631 e 1639, nos leva a considerar a qualidade projetual dos técnicos contratados [escritório do Recife] por Nassau, como Drewisch e Pieter Post. Dentro do que hoje compreendemos como **cidade necessária**, as ideias implementadas foram frutos de uma

busca eficiente de resultados reais, pelo uso racional dos investimentos, meios e recursos para equacionamento de problemas condicionantes, como o próprio ambiente, objetivos, recursos [mão de obra disponível, técnicas e padrão construtivo, etc.] e o contexto político, econômico e cultural do empreendimento, alcançando resultados em segurança, habitabilidade, e desenvolvimento urbano e socioeconômico do Recife.

Comparando o ato de fundação de Olinda e de outras cidades do mundo português de além-mar, as determinantes do desenho urbano eram decorrentes da definição presa do lugar e de natureza própria ao mundo que o lusitano criou nos trópicos.

Analisando o plano urbanístico holandês na Ilha de Antônio Vaz, de 1639, Menezes (2000) mostra como os problemas de drenagens resultaram em adoção de canais para a circulação da gente e mercadorias, seguindo solução [modelo] já usada nos Países Baixos, que mostrou-se adaptada ao modo de vida do Recife. O autor comenta, todavia, que “tanto a forma de usar o urbanismo era diversa entre as duas culturas, que os luso-brasileiros demoliram tudo quanto foi construído pelos holandeses depois de 1654” (MENEZES, 2000). No entanto, a diferença de soluções técnicas não deve sugerir algum tipo de intolerância cultural, como é convencionado, mas mostrar uma real dificuldade de manutenção e reprodução dos modelos não conhecidos como os que são parte de seu **saber fazer**, materializados na arquitetura e urbanismo produzido por ambos os povos empreendedores.

Na abordagem sobre a cidade, a cultura urbanística é entendida como o conjunto de modelos de planejamento do espaço físico, como o arruado, praças, localização estratégica de edifícios públicos, mercados, locais de armazenamento, obras de fortificação e de defesa etc. O urbanismo trata da designação de utilidades para o espaço da cidade, em diferentes épocas e lugares que produziram seus modelos de urbanismo baseados na experiência acumulada de práticas urbanas e técnicas de planejamento.

Mumford (2004) compreende uma cultura urbanística barroca presente no século XVII e adere a uma teoria específica sobre a formação da sociedade e os reflexos disso na conformação do espaço físico [morfológico] da cidade, redes urbanas e relações sociais, justapondo hábitos e formas, ou usos e morfologia. O século XVII consolida a modernidade na sua primeira expressão cultural: o barroco, que atingiu seu ápice no século XVIII, é considerado pelo historiador como a origem do caos urbano da modernidade¹⁶⁰. Espaço contínuo, ordenado e infinito, conforme Breda (2006), cujo projeto direciona o fluxo para o

¹⁶⁰ Para Raminelli (1997: 193) Mumford tem um tom apocalíptico, impressionado que era ele com o fenômeno metropolitano do século XX, tendo inclusive engajado-se contra o que considerava nocivo no panorama urbana, tal qual arranha-céus e autoestradas, elementos que “descaracterizavam o centro (downtown) da maior parte das cidades”; o centro considerado o espaço da memória urbana.

centro, complementar aos ideais de expansão e conquista, de centralidade política e poder absoluto.

O espaço urbano foi, por excelência, a técnica de abstração espacial matemática que se iniciou com a pintura renascentista. Desta forma, as linhas simétricas de fachadas e cornijas produziam uma identidade e um prazer estético específico para os homens daquele tempo. Mumford (2004) fixa no século XVII a consolidação desta nova cultura urbana, assim como da cultura política, econômica e social barroca como um todo. Neste século, segundo ele, está o começo de caminhos diferentes para religião, comércio e política.

As consequências estéticas deste mundo racionalmente ordenado, de acordo com Breda (2006), estavam no “início do costume formal” [oposto à desordem visual da cidade antiga]. O capital e o poder centralizado catalizavam a possibilidade de planejamento de toda uma cidade, onde se imporia um rigoroso plano de ruas, traçados formais e desenhos geometricamente ordenados de jardins e paisagens, testemunhas de um aspecto matemático e abstrato, “alheio a interações lentas e complexas”. Ainda segundo o autor, a lógica do capitalismo mercantilista havia sido a responsável direta pela invasão neerlandesa ao Brasil em busca do monopólio do comércio açucareiro, assim como pela consequente transposição de alguns milhares de indivíduos para estas costas atlânticas, mais especificamente à malha urbana em formação chamada Recife. O sítio dela num istmo arenoso protegido por arrecifes à beira-mar parece extremamente importante para a história do urbanismo no Recife, com um contraste entre a água e a conformação material das edificações.

No plano de 1639, exposto na citada Carta do Porto de Pernambuco [*Caerte van de Haven van Pharnambucque*], já se observa o planejamento de uma cidade inteira. O traçado planejado guarda toda a semelhança com o descrito como ideal do modelo barroco por Mumford, destacando-se no desenho, a regular Cidade Maurícia com formato de praça-forte, conectada ao Recife. Nela se destaca “a praça do mercado” [*De marckt plaets*] ao centro, com um eixo central conectando a praça por meio de duas pontes ao continente a oeste e ao porto a leste. A Nova Maurícia apresenta loteamentos geometrizes, alinhados a uma avenida central ligada à praça da Velha Maurícia [ao norte] e ao Forte das Cinco Pontas [ao sul]. O ambiente urbano fortificado tornou-se uma **camisa de força**, limitando o espaço disponível à ocupação segura. Isso levou à verticalização e ao adensamento da malha urbana, com aumento da especulação imobiliária e do custo do lote para sua expansão, a exemplo das cidades medievais (MUMFORD, 2004, p. 388-392).

Breda (2006) comenta que no contexto da expansão colonial do início da Era Moderna a cidade perdeu o sentido original, determinado pela necessidade de segurança, para tornar-se

núcleo de expansão e conquista, ao passo que aumentou o ímpeto de exploração. No planejamento urbano, a prioridade também é militar e, a cidade, além de receber um invólucro bélico, tem as manobras militares como parte do cotidiano. Urbanistas como Palladio e Alberti, citados por Mumford (2004) privilegiam o traçado militar dizendo-o recomendável a todas as ruas [via militares].

A cidade fortaleza e de praça forte da Velha Maurícia [que advém de um *hornaveque*] tem seu formato informado no mapa de 1637, Ilha de Antônio Vaz [*Insula Antonij Vaazij*]. Como observa Breda (2006), a avenida norte-sul que liga as duas praças fortes possui característica da via militares e todas as suas perpendiculares direcionam-se aos bastiões da fortificação circundante. A importância dessa estrutura do contexto recifense da ocupação neerlandesa, conforme o estudioso, revela-se nos dezessete anos de manobras militares de defesa e ataque nas praças e várzeas dos rios, permanecendo apenas sete anos sem esse uso.

O Recife do porto também era fortificado, o espaço exíguo do istmo provocou ali os sintomas de cidade fortaleza. Predominou para a formação dessa estrutura, não a existência de fortificação, mas a limitação imposta pelas águas salgadas e salobras em toda a borda de terra seca. Essa localização praticamente insular, com exceção da área do istmo, garantia maior segurança, ou maior dificuldade para acesso inimigo e ataque.

No contexto do Brasil colonial, evidentemente estes parâmetros não se aplicam de forma direta, sendo o núcleo urbano da capital colonial o local de expansão das novas instituições e não de refluxo de uma ordem anterior. As vilas possuíam uma economia complementada com uma eficiente produção agrícola, permitindo a convivência do espaço urbano e da horticultura (BREDÁ, 2006). O caso neerlandês foi o ápice deste tipo de forma urbana, possibilitando a manutenção de padrões medievais de democracia corporativa e a descentralização da indústria. Os neerlandeses podem ter tido um modelo diferenciado em sua terra natal, no entanto, em sua experiência colonizadora não se verificou a transposição destes padrões para a colônia, com cultura de exploração local mais voltada para a lógica mercantilista, diferentemente da ibérica com relação à colônia (BREDÁ, 2006). Além disso, o monopólio assegurado à WIC permitia a aplicação do controle sobre o comércio e a produção agrícola.

Dentro da malha urbana de Maurícia havia espaço disponível para atividade horticultora¹⁶¹. Todavia, esta produção ficou totalmente sob o controle do Estado. A população do Recife via-se rendida à impossibilidade de produção de víveres, o que era

¹⁶¹ No mapa de 1639, observe-se que os lotes da Nova Maurícia receberam um número exíguo de construções, e apenas uma percentagem mínima dos loteamentos foi ocupada.

extremamente agravado pela natureza do mundo rural circundante, em que dominava a monocultura açucareira. Caso houvesse sido transplantada a cultura de integração agrícola ao espaço urbano, possivelmente não surgiria o registro de 15 de março de 1647, onde o judeu Moisés Álvares requer “um pedaço de terra entre o Forte das Cinco Pontas e Maurícia para cultivar” (MELLO, 1996, p. 490). Pela postura do governo de Nassau, relatada em Memória e Instrução de João Maurício, Conde de Nassau (1644), acerca do seu governo no Brasil – e também pela publicação de Barléus a respeito dos jardins de *Vrijburg* – revela-se o papel de Nassau como príncipe provedor [pelo fornecimento de frutas e peixes], conquistando crítica positiva de boa parte da população.

Partindo das observações de Breda (2006), como resultado de um contexto condicionador e, talvez em consonância com os objetivos do empreendedor, a centralidade urbana encontrava-se munida de um poderoso aparato militar e monopólio comercial, porém desinteressada na estruturação de uma produção monocultora paralela ao abastecimento alimentar, além da amostra praticada nos jardins de *Friburg* [única área horticultora da cidade], levando à necessária importação de alimentos.

5.11 Usos e Funções dos espaços: sócio topografia (toponímia)

O uso da cidade, considerando a gente anterior e a que chega depois de 1630, era diversificado. Na Velha Maurícia, a Praça Maior das Ordenações Filipinas permaneceu no desenho, contudo, considerando o uso, ela exerceu a função de um grande mercado. O sentido comunitário, talvez mais fiel à visão dos calvinistas e luteranos, poderia ter sido o motivador da mudança de uso desse espaço urbano, antes com uso central mais religioso. A atividade comercial, essencial e de destaque, tem nesse espaço garantias indispensáveis ao empreendimento, como, por exemplo, solo plano e garantido, além de áreas para seu desenvolvimento espacial. Esta suposta similaridade com o traçado da Praça Maior das cidades espanholas, todavia, não passa de uma questão espacial, não alcançando o modo de vida imposto para o lugar conformado.

Como analisa Breda (2006), no caso do antigo **povo** no Recife do porto, a área urbana se expandiu na direção do rio e do mar, a partir do eixo existente, consolidado no período luso-ibérico. Esse eixo mostra-se relevante nos planos urbanísticos dos séculos XVII e XVIII. A partir desse eixo, estrutura-se o principal elo entre o existente e as novas ocupações ou expansões desde a *Mauritstad* até a área da Boa Vista. Essas intervenções e ampliações dos

investidores neerlandeses-holandeses sugerem a permanência de um padrão urbanístico regular luso-ibérico, mesmo surgindo novas funcionalidades e usos.¹⁶²

5.12 Espaços de representação do poder (Capital, Olinda, porto)

No período luso-ibérico, a condição de nobre a que muitos aspiravam podia ser alcançada ou perdida. No Brasil colônia, ao enriquecer, o dono de uma loja “de porta aberta” procurava distanciar-se das atividades manuais, associando-se a uma casa comercial “de grosso trato”¹⁶³ e ao empréstimo de dinheiro. Por esses meios, asseguravam uma distinção que constituía o primeiro requisito para serem considerados nobres. Deveriam ainda acrescentar estilo de vida equiparado aos nobres, incluindo serviçais à disposição, usar montaria, além gozar de regalias, como obter autorização para celebrar missa no oratório da casa, e demonstrar refinamento de maneiras e de costumes a fim de serem reconhecidos enquanto “homens bons”¹⁶⁴.

A partir do reinado dos Felipes [...] os valores culturais e sociais de Portugal vão sendo substituídos. Ao orgulho de ser fidalgo juntou-se o de ser limpo de sangue, ou seja, de não descender de judeus, a raça impura e infecta. A aristocracia se vale constantemente desse conceito, que lhe fortalece a posição de grupos de status, e se transforma em uma casta privilegiada. Como na Espanha, a Igreja se tornou cúmplice dessa aristocracia (CARNEIRO, 1998, p. 52).

Os mercadores que pretendiam ascender socialmente deveriam expandir seus negócios em diversas atividades e variados interesses: de exportação, importação, navegação, propriedades de terra e criação de gado. Os que trabalhavam com a especulação imobiliária arrematavam a cobrança de impostos e alcançavam postos militares e burocráticos.

Faoro, em *Os Donos do Poder* (1997), indica a importância e a busca por essas honrarias e distinções no meio colonial. Ele comenta que para ser aceito em muitas das funções públicas era essencial que o candidato fosse “homem fidalgo, de limpo sangue” (ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro I, Tít. I), ou de boa linhagem (ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro I, Tít. II). Da mesma forma, para ser aceito entre o corpo de vereadores nas

¹⁶² A atividade portuária foi a principal alteração ocorrida, incluindo a ocupação do lado oeste do Recife com a função de porto e alfândega, mesmo sem suprimir o uso no lado do antigo Poço, na entrada da barra

¹⁶³ “Grosso trato significava, literalmente, ‘grande comércio’. Seus praticantes denominavam-se ‘negociantes de grosso trato’ ou ‘homens de negócio’, basicamente financistas e usurários, diferenciando-se dos comerciantes que vendiam a ‘retalho’, ou seja, que tinham lojas” (VAINFAS, 2000, p. 287).

¹⁶⁴ “Homem bom era aquele que reunia as condições para pertencer a um certo estrato social, distinto o bastante para autorizá-lo a manifestar sua opinião e a exercer determinados cargos” (VAINFAS, 2000, p. 285).

Câmaras coloniais, o indivíduo deveria fazer parte do grupo de “homens bons”¹⁶⁵ da sociedade colonial. A partir destas delimitações, emergirá a elite mercantil colonial nesta sociedade de ideais aristocráticos, apesar de estar distanciada da Corte portuguesa, todavia, incapaz de se tornar independente, aderirá aos valores da nobreza, aos seus costumes e aos seus ideais.

Mesgravis (1983), no artigo Os Aspectos Estamentais da Estrutura Social do Brasil Colônia, relata que para ser considerado homem bom era necessário viver a lei da nobreza, tratar-se nobremente, o que significava possuir cavalos de montaria, criados, ou escravos, seguir um “estilo de vida” que a condição implicava, segundo os costumes.

Conforme França (2000), tratando-se de uma “sociedade de ordens”, o ofício era visto como uma dignidade atribuída pelo monarca e à qual estavam atrelados prestígio, honras e privilégios com resultados práticos na sociedade colonial. O exercício do cargo público dava ao indivíduo concreta distinção na sua comunidade e perante os órgãos públicos.

Muitos daqueles homens poderosos da colônia, principalmente senhores de engenho e de fazendas, podiam ser por vaidade chamados de fidalgos: mas, seu estatuto social em face da Metrópole seria ou não de fidalgos conforme sua origem ou as honras que lhes concedessem os reis. Pela riqueza pertenciam à ‘nobreza’ municipal: isso não significava ascendência legitimamente fidalga. Eram elite em face dos oficiais mecânicos e dos ‘pés-descalços’. Para Oliveira Viana, a posse de riqueza ‘enobrecia’ socialmente, mas era apenas uma ‘espécie de nobreza’, diz Rocha Pombo (FRANÇA, 2000, p. 187).

França (2000), ainda destaca que, desta forma, mesmo o colono de origem humilde e excluído dos grupos privilegiados, saltava etapas no processo de ascensão social e conseguia para seus filhos e, às vezes, até para ele mesmo, a admissão no grupo dominante. Para os comerciantes que residiam no Brasil, no entanto, existia uma possibilidade maior de se estabelecerem como parte da elite dominante. Em vista desta perspectiva, vários se tornaram membros de confrarias ou irmandades religiosas, alcançaram os cargos prestigiosos, nas Santas Casas de Misericórdia. Muitos se tornaram membros de câmaras municipais. A compra de terras e engenhos de açúcar, e o casamento com membros de famílias da elite açucareira, igualmente elevavam o seu *status* e lhes asseguravam o lugar entre os “homens bons” do Brasil colonial.

Foi neste cenário colonial que a burguesia em ascensão encontrou aprovação da Coroa, o que fez a elite agrária recorrer às armas para preservar seus privilégios. O Recife,

¹⁶⁵ “Os ‘homens bons’ compreendiam, num alargamento contínuo, além dos nobres de linhagem, os senhores de terras e engenhos, a burocracia civil e militar, com a contínua agregação de burgueses comerciantes” (FAORO, 1997, p. 175).

pelo seu porto, representava o centro do comércio da capitania, e era a moradia da grande maioria de negociantes portugueses. A hostilidade da nobreza da terra aos imigrantes, portanto, passou a incluir o Recife.

Brandão (1997) assevera que neste ambiente de monocultura e possibilidade de ascensão política e social, a grande propriedade constituiu-se em centro de poder e riqueza, de acumulação de escravos e terras, fatores de honraria e poder. Em suas palavras:

Esses povoadores, que primeiramente vieram a povoar o Brasil, a poucos lanços, pela largueza da terra deram em ser ricos, e com a riqueza foram largando de si a ruim natureza, de que as necessidades e pobreza que padeciam no Reino os faziam usar. E os filhos dos tais, já entronizados com a mesma riqueza e governo da terra, despiram a pele velha, como cobra, usando em tudo honradíssimos termos, com se ajuntar a isto o haverem vindo depois a este Estado muitos homens nobilíssimos e fidalgos, os quais casaram nele e se liaram em parentesco com ‘os terra’, em forma que se há feito entre todos uma mistura de sangues assaz nobre (BRANDÃO, 1997, p. 107).

Em outro período, dentro da questão representatividade, a área escolhida para instalar o Palácio de Friburgo [ede da *Mauritstad* e do governo holandês] possuía qualidades político-militares relevantes, com sistema de defesa e estrutura urbana incrementada de maneira diferenciada do que foi praticado pelos luso-ibéricos. Isso se deveu tendo em vista que o ataque na tentativa de retomada do poder pelos portugueses era dado como certo e também havia necessidade de oferecer garantias aos investidores que ainda pretendiam atrair.

Do Palácio de Friburgo era possível observar e ser observado a partir das mais diversas áreas do entorno do Recife, bem como observar e controlar Olinda, o istmo, o porto dos arrecifes, o acesso pelas portas da terra, do sul e do mar, a entrada e circulação de embarcações, a própria ínsula de Antônio Vaz [na qual estava assentada a *Mauritstad*], e toda a área continental [dos Afogados à Olinda]. A construção servia da mesma forma como ostentação e podia ser vista por todas as áreas sob seu controle.

O governo de Nassau, provavelmente, procurou representar o espírito de aceitação aos parceiros comerciais com toda a liberdade de credo, nacionalidade, status social e comercial, cooptando colonos portugueses, católicos, protestantes, judeus, anglicanos, novos comerciantes e colonos, estantes importadores e exportadores. Em busca da confiança destes, Nassau lidava diretamente com sua estrutura militar e político-administrativa. Todo esse clima positivista, garantido pelo aparato militar de praças fortificadas, controle de acessos, espaços de replicação da cultura europeia, área para investimento imobiliário, entre outros aspectos da infraestrutura urbana, geravam dos investidores uma impressão dilatada das possibilidades de retorno e ampliação dos seus negócios na *Mauritstad*. Por outro lado, a

cidade como um todo é um espaço nato de representação do poder e de suas disputas. É possível analisar algumas das mais relevantes motivações para se buscar o **estar** nos espaços centrais da vida urbana colonial nas três fases de representação analisadas nesta tese.

Representação social na fase neerlandesa e holandesa

O enriquecimento através do comércio era uma das maneiras eficazes de ascensão social e materializava nos bens imóveis, terrenos e sobrados em sua maioria, que se instalavam nas áreas ainda não ocupadas e disponíveis à negociação na *Mauritstad*, ou em áreas nas quais as ocupações urbanas cresciam verticalmente, adensando ainda mais o Recife do porto. Esse mercado imobiliário era representado também por proprietários de casas, lojas e sobrados de comércio para aluguéis, construtores e corretores desses imóveis para os mais diversos usos. No entanto, grande parte dos comerciantes teve ascensão financeira a partir de atividades ligadas à terra. Esse estímulo permanente ao desenvolvimento urbano do Recife perpassou todo o período colonial gerado pelo interesse de *status* que garantia privilégios indispensáveis à conquista e garantia da fonte de posição de destaque junto à nobreza. Portanto, as principais vias de acesso à carreira social da pequena burguesia até a nobreza seriam “a aquisição de terras nobres, a compra de ofícios, a compra de patente militar ou a carreira eclesiástica” (FRANÇA, 1997, p. 37). A classe burguesa desejava o status das outras classes [dominantes], e desejava migrar principalmente para a nobreza.

O antagonismo existente entre os grupos sociais dominantes é, portanto, em primeiro lugar o resultado da diferenciação das funções sociais que reforçou o poder de uma burguesia burocrática e administrativa ao lado daquele, tradicional, da aristocracia financeira e militar. Mas essa rivalidade, condição mesma do poder absoluto, pode e deve ser perpetuada pelo soberano que jogando permanentemente um grupo contra o outro, reproduz ‘o equilíbrio de tensões’ necessário à forma pessoal do monopólio de dominação (CHATIER, 2001, pp. 17-18).

Sousa, cronista do século XVII, assim descreveu Olinda: “É tão poderosa esta capitania que há nela mais de cem homens que têm mais de mil até cinco mil cruzados de renda, e alguns de oito, dez mil cruzados” (SOUSA, 1974, p. 110).

As conquistas ao *status* de fidalgo ou equivalente não eram raras, mesmo que as concessões de títulos nobiliárquicos fossem relativamente poucas. Como argumenta Acioli (1997), o desejo de elevação de *status* da burguesia mercantil na Colônia aliava-se aos interesses da Coroa Portuguesa no seu processo de centralização e fortalecimento, na segunda metade do século XVII, e a principal estratégia política usada pela Metrópole para a manutenção de sua dominação teria sido “privilegiar a classe economicamente dominante, delegando-lhe poder através da concessão de postos e funções nas corporações militares e administrativas do Estado” (ACIOLI, 1997, p. 1).

A elite açucareira, **nobreza da terra**, tendo fracassado no seu intuito de monopolizar os cargos locais da nomeação régia, procurou conservar a Câmara de Olinda como seu **reduto exclusivo**, vetando o acesso dos negociantes reinóis. Essa atitude foi combatida pelos governadores e pela Coroa, através de uma decisão régia que permitia o acesso a Câmara dos **mercadores de sobrado**¹⁶⁶.

A partir do governo de Nassau, o Recife ultrapassou suas funções, e de um simples porto passou a local de armazenamento de produtos, transformando-se em um novo centro de comércio burguês, sob os moldes pré-capitalistas.

Representação social na fase Pós-Neerlandesa

Mello (2001) relata que após a Restauração Pernambucana, o Recife se tornará um **celeiro** para novas oportunidades de sucesso para um segundo fluxo de migração de portugueses para a Colônia. Sendo assim, no vazio deixado na Praça do Recife pelos comerciantes holandeses e judeus, essa nova **horda** migratória encontrará brechas para poder se estabelecer. Segundo Andreoni (1976), o senhor de engenho é título a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos.

Tal como os serviços militares, os serviços pecuniários começam a ser alegados e recompensados, na virada do século XVII para o XVIII. Um dos exemplos já descrito foi o de Antônio Fernandes de Matos, um minhoto que enriqueceu na então Povoação do Recife, cuja vida e atividades foram estudadas por Mello (1981):

Antônio Fernandes de Matos mestre pedreiro português que em Pernambuco, no período de 1671 a 1701, ascendeu social e economicamente

¹⁶⁶ “Em 1705 obtiveram os homens de negócio do Recife, por intermédio de um procurador em Lisboa, que a Rainha Regente esclarecesse a provisão que passara no sentido de ‘não servirem os mercadores no Senado da Câmara da Capitania de Pernambuco’ (entenda-se, de Olinda), pois ‘por se evitar contendas que sobre este particular tem havido entre os moradores da Cidade de Olinda e os do Recife’, parecera aos interessados conveniente ficasse esclarecido ‘quais eram os mercadores que a tal palavra compreendia’” (MELLO, 1981, p. 121).

a contratador de obras públicas, a arrematador da cobrança de impostos, a Capitão de uma fortaleza que construiu às suas custas e ofereceu ao Rei, a comerciante de sobrado e a capitalista entre os homens de negócios do Recife [...] Embora fosse homem de poucas letras, de grandes mãos afeitas ao trabalho manual, em cujos dedos grossos a pena de pato conseguia escrever com dificuldade as letras do seu nome, em caracteres grandes e de traços largos, nem por isso foi um mesquinho guardião do seu dinheiro: soube pô-lo à disposição de seu Rei, da religião e dos seus concidadãos (MELLO, 1981, p. 11).

De acordo com Brandão (1997), essa tendência se fortaleceu, e no século XVIII, abre-se, com a venda de cargos públicos, uma porta ampla que permite à burguesia enriquecida se aproximar mais facilmente da nobreza colonial. É neste contexto que se pode perceber o conjunto de estratégias de acesso e defesa de posição, que culminará em Pernambuco, em princípios do século XVIII, a Guerra dos Mascates, um episódio que expõe o desejo de integração social de um grupo ascendente, e não apenas um busca por vantagens econômicas, evidente desde o início da colonização.

Por sua vez, Santos (1996) diz:

[...] Sendo a causa o verem que vindo os filhos de Portugal, que nele habitam, pela maior parte pobres, e por não perdoarem a trabalho, chegarem a adquirir pela sua indústria [a que eles chamam roubos] os cabedais que os filhos do Brasil pela sua ociosidade [por não dizer preguiça] costumam desperdiçar; e considerando depois disto que de força se hão de valer para o seu remédio, tanto de fazenda como de dinheiro, e de tudo mais que necessitam [por que entre os paisanos não acham este préstimo], como não medem gastos pelos cabedais que possuem, senão pela desordem de seus apetites, ajuntando dívidas sobre dívidas e fazendo-se remissos na paga, vem a resultar, depois de venderem os postos que ocupam e ficarem sem bens por penhorados neles, tornarem a raiva desta sua incúria aos recifenses, a quem devem [...] (SANTOS, 1996, p. 16).

5.13 Sistema de defesa (paliçadas, fortes, redutos, trincheiras, fortins): lógica de ataque e defesa

No Recife neerlandês, inicialmente permaneceram as paliçadas, portas fortificadas e redutos luso-ibéricos. Fora da área protegida havia o constante risco de tiros de luso-brasileiros e ataques de índios aliados aos portugueses. Durante a guerra, entre 1630 e 1637, a espionagem foi recurso utilizado por ambos os lados. A partir da conquista do Recife e Olinda, os neerlandeses foram ganhando o território, mas com grande resistência local. Os primeiros sete anos de administração neerlandesa foram também marcados por uma grande crise da produção de açúcar por parte dos engenhos espalhados pelos territórios de

Pernambuco e Paraíba, muitos deles destruídos e incendiados por neerlandeses e pela resistência hispano-luso-brasileira.

Como descreve Pontual (2001), para estruturação de sistema de defesa neerlandês-holandês do Recife e da *Mauritstad*, obedecendo ao plano macro, foi elaborado detalhamento e execução de grande fortificação pentagonal, a de Cinco Pontas, garantindo a defesa da parte sul da ilha, bem como o abastecimento de água das cacimbas de Ambrósio Machado, logo após a outra fortificação situada junto ao Rio dos Afogados. No conjunto planejado, outros detalhes do plano de defesa materializaram a construção de redutos e outras fortificações articuladas entre si, contando com a fortificação de *Waendenburg*, que defendia a parte oeste, fechando o polígono com o Forte do Brum e o de Madame Bruyne, defendendo a parte leste, no istmo, voltados para o mar. Da estrutura luso-ibérica, deixada na Ilha de Antônio Vaz, se converte a edificação franciscana em uma fortificação denominada Forte Ernesto. Como esta se localiza no centro de interesse comercial, habitacional e de relação com o porto, os técnicos batavos instalaram nos seus limites do lado sul, trincheiras para outra linha de defesa que delimitam e garante maior segurança para o espaço denominado grande alojamento [*Groot Kwartier*], que funcionava como **praça d'armas**. Além da velocidade de construção do sistema de defesa, das construções em pedra e principalmente das de faxina, o interesse neerlandês-holandês em relação ao luso-ibérico pode ser medido pela percepção do volume de investimentos aplicados, bem como o seu padrão construtivo e qualidade dos projetos, dentro do conceito de cidade necessária. Nesta tese não tratamos de quantificar os dados das variáveis elencadas, mas serão objeto de novos estudos.

Na primeira fase do empreendimento, ainda no burgo **triste e abandonado** nas mãos dos luso-ibéricos, houve um maior envolvimento da população nas tarefas de defesa e construção de fortificações. Já a WIC, colocou em prática a cooptação de mão de obra para ampliar a soldadesca, trazendo a grande maioria de suas tropas e aplicando maior investimento de capital nos equipamentos, no abastecimento bélico na alimentação das tropas, diferentemente do luso-ibérico. Mesmo assim, Mello (2001, página) descreve que “a situação alimentar chegou a extremos terríveis”.

De acordo com Nascimento (2001), dentro do período neerlandês-holandês, Coelho, em *Memórias Diárias da Guerra do Brasil (1630-1638)*¹⁶⁷, mostra a importância dos moradores do campo no abastecimento do Arraial, segundo Wätjen (1938, p. 102), “distante uma milha de Olinda e Recife, em um ponto que, pela sua posição, numa região cercada pelos

¹⁶⁷ Do lado português, a principal fonte de informações deste período é Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias Diárias da Guerra do Brasil, 1630-1638* (Madri: 1654; Recife: Secretaria do Interior, 1944).

rios Beberibe e Capibaribe, oferecia excelentes condições para a observação das operações holandesas”.

Matias de Albuquerque, encarregado de preparar a defesa do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, procurou impedir a entrada das tropas da WIC para o interior da Capitania de Pernambuco, a fim de que não tivessem acesso a víveres ou a produção de açúcar dos engenhos. Ordenou-se de Lisboa, em 1630, que as capitanias da Paraíba e de Itamaracá “porque são as capitanias mais próximas, e com facilidade pode acudir a esta falta,... e ainda conforme onde a abundância de mandioca” (LAPEH, AHU)¹⁶⁸, dessem socorro às tropas sitiadas no Arraial.

Breda (2006), afirma que este foi o primeiro grande passo da WIC no Brasil [a estruturação do sistema de fortificações e paliçadas no Recife e em outros pontos considerados estratégicos]; outro passo seria o de estabelecer alguma maneira de usufruir a produção de açúcar da capitania.

Dentro da emergência da guerra não se podia abrir mão dos objetivos centrais. Por isso, a administração lusa, durante o domínio neerlandês-holandês, na pessoa de Matias de Albuquerque, não se furtou de empenhar-se pela relação com a WIC, visando manter a resistência. Mas, os portugueses [comerciantes e senhores de engenho] que não fugiram com Matias de Albuquerque para o Arraial passaram a afinar a relação comercial com a companhia.

Mello (2001), entretanto, indica que o período de instabilidade da conquista corresponde ao período de 1630- 1633, durante o governo do Coronel Wanderburch. Segundo o autor, foram tempos “em que o futuro da colônia holandesa ainda não estava assegurado”. Ele admite como início de uma situação de governabilidade os anos de 1634 e 1635. Contudo, a recuperação da governabilidade foi apenas demonstrada em relação ao centro administrativo, o Recife.

Já os técnicos sob o governo de neerlandeses-holandeses, ao realizarem levantamentos topográficos e o plano da nova cidade, iniciaram o plano de fortificação [Drewisch] e o planejamento urbanístico (Pieter Post), preocupados tanto na estruturação do sistema de defesa, quanto no conhecimento do orçamento necessário à captação e aplicação de investimentos de meios e materiais para materializar um novo porto e uma nova cidade.

No caso de Nassau, em 1637, conforme Pontual (2001), depois de consolidar a ocupação, após a queda do Arraial Velho do Bom Jesus, Forte real, o Recife conheceu nova

¹⁶⁸ LAPEH. AHU, Códice 504. FI. 1261127.

fase. Foi esse período que tanto marcou o domínio holandês e que permite surgir, vez em quando, a afirmação de que os holandeses seriam melhores colonizadores que os lusitanos.

Na fase nassoviana, como o próprio processo decisório dependia da aprovação de Nassau, diferente da fase dos donatários em Pernambuco, a fase neerlandesa-holandesa mostrou-se diferente. Também a sua rede governamental burocrática de oficiais, tesoureiros, provedores e secretários assistentes, instalados nas áreas dominadas.

Mesmo assim, com os investimentos aplicados na implantação de projetos e obras de grande monta, incluindo a bem guarnecida praça da *Mauritstad* e o Forte de Cinco Pontas, percebeu-se que a praça do Recife não estaria preparada para defender-se de um contingente oriundo de brasileiros, seus anteriores parceiros. Esses brasileiros endividados, durante o governo holandês receberam tratamento político e comercial que os agradava pelas facilidades e talvez pela coerência. O bem sucedido colono, o mulato André Vidal, por exemplo, que convivia no interior do palácio nassoviano, após a retirada de Nassau, opôs-se ao regime rigoroso de cobrança de empréstimos e impostos elevados, resultando em rebelião e tomada do poder.

Os batavos fizeram estudos e projetos para resolver falhas detectadas no sistema de defesa da praça do Recife, mostrando a alta valorização da defesa, em comparação com os investimentos luso-ibéricos. Dentre outras medidas, já desde o plano de Drewisch, objetivaram prever algumas possibilidades de ataques. Caso ocorresse um ataque estrangeiro por espanhóis ou portugueses pelo continente, seu progresso por terra poderia ser monitorado e combatido com segurança até mesmo do interior da cidade fortificada. O grupo neerlandês-holandês não se deteve apenas aos empenhos iniciais de estruturação militar e naval, mas no governo de Nassau, sem as guerras dos primeiros sete anos, se deteve na concretização de empreendimentos urbanísticos que, entre outros objetivos, serviram para abalar a confiança dos portugueses rivais, deixando batavos confiantes na solidez da *Mauritstad*.

Isso fez Nassau. Repartindo o seu governo entre tantos negócios de peso, quis ocupar-se primeiro em construir um palácio para si e depois duas pontes, aquele mais para uso seu e estas para utilidade pública [...]. O palácio por ele construído [chama-se Friburgo, isto é, cidade da liberdade] tem duas torres elevadas, surgindo do meio do parque, visíveis desde o mar, a uma distância de seis a sete milhas, e servem de faróis aos navegantes. Uma delas, tendo no topo uma lanterna e jorrando sua luz nos olhos dos nautas, atrai-lhes a vista para si e para o forte da costa, indicando-lhes a entrada segura e certa do porto [...]. Ainda hoje Pompéia, em seu esplendor, o palácio de Friburgo, protegendo a ilha de Antônio Vaz e deleitando os cidadãos, como perene monumento da grandeza nassóvia no outro hemisfério. É certamente admirável quanto estas construções e edifícios abalaram a confiança que tinham os portugueses, aumentando a dos nossos,

que têm boa opinião da estabilidade dessas nossas conquistas [...] BARLEÚS, 1980, p. 149).

Nassau, ao se deparar com o estado em que chegou a conquista, diante daqueles sete anos de lutas pela permanência, orientou os investimentos a partir de um plano político e técnico, além de pôr em prática uma organização administrativa que incluía várias ações interligadas, inclusive sua equipe de técnicos acabou dando relevante contribuição ao urbanismo desenvolvido no Brasil.

Pontual (2001) mostra que, provavelmente, à luz de cidades europeias, o baixo padrão construtivo, a insalubridade e insegurança no povoado do Recife dos Navios, induziram os empreendedores a conduzirem um processo de planejamento que levou a uma diferenciação necessária, haja vista terem considerado o lugar em estado de caos. Logicamente, além da pouca estrutura, o caos mais se evidenciava devido ter sido esse ambiente palco da guerra para a denominada Invasão Holandesa. Mesmo após empenhos para melhorar as condições do aglomerado sem alterar diretamente seu traçado, os neerlandeses-holandeses trouxeram uma nova concepção funcional para aquele espaço urbano concebido pelo saber fazer de luso-ibéricos, como área portuária e barra segura para a proteção de Olinda. Sendo diferente do padrão comumente aplicado pelos lusos com traçado irregular, o que se produziu foi uma trama regular com grande valorização de um eixo que se prende em três pontos principais: a porta da ponte, a porta do mar e a Igreja do Corpo Santo. Segundo Menezes (2000), essa concepção pode ser denominada princípio Eixo-Igreja-Passagem, a qual denota a valorização e a relação do porto com o istmo e com a Ilha de Antônio Vaz pelos luso-ibéricos, como pode inclusive ser constatada pela ocupação urbana já existente [demostrada na representação *T'Recife*, publicada por Laet] e pelas informações que relatam a utilização de cabos para a travessia.

Segundo Menezes (2000), essa similaridade do traçado, que consideramos regular ibérico, se deu porque não se podia fazer muito em termos de redesenho urbano, diante das condições geográficas de beira-mar e beira-rio, resultando em pouca área para expansão e aplicação de novas tramas, o que, na verdade, manteria de qualquer forma o traçado regular que também era usado pelo neerlandês-holandês. No entanto, algumas expansões foram executadas, como os aterros patrocinados pelo capital judeu que prolongou o citado Eixo, consolidando a porta da terra.

Mesmo com a definição e aprovação do plano do engenheiro Andreas Drewisch, nem todo o investimento necessário foi consolidado. Para o restante, apenas pequenas ampliações foram possíveis, além da tentativa de amuralhamento e fortificação abaluartada, iniciada pelas

portas do povoado, mas não concluídas, sendo em substituição utilizadas apenas paliçadas, como bem ilustrado, por exemplo, na representação *T'Recife*, publicada por Laet. Segundo Pontual (2001) [amparada em Menezes (2000)], essa ligação entre as portas da vila do Recife, segue o desenho da geografia daquele trecho sul do istmo, mas como contraponto apenas coincide com a geografia [pois o interesse e a necessidade de ocupar Antônio Vaz e a várzea do Beberibe já existia]. Esse eixo que se estabelece, na verdade, busca direcionar a circulação [militar e comercial] na parte mais alta da terra seca, que vem desde o istmo de Olinda, até o ponto de partida da balsa, que interligado por pontes, atravessa para a Ilha de Antônio Vaz, e a prolonga, alcançando as terras da Boa Vista [várzea do Beberibe].

Em comparação às obras executadas no Recife, a ilha de Antônio Vaz recebeu atenção especial, principalmente durante ação política no governo de Nassau, para execução dos projetos. Na verdade, os técnicos, Drewisch e Pieter Post, não fizeram distinção em seus projetos, entre o Lugar do Recife e a ilha onde seria implantada a *Mauritstad*. Percebe-se nos projetos uma busca do equilíbrio entre necessidade de segurança e custo a ser aplicado, inclusive tornando o sistema passível de críticas, sendo ineficiente em diversos trechos. De acordo com o conceito de **cidade necessária**, essa aplicação de investimentos de materiais e meios somente receberá melhor padrão construtivo e planejamento com a melhor e mais cara técnica, quando os interesses e objetivos percebem no ambiente selecionado potencial adequado a tal investimento. Como exemplo de interesses, o lucro, a estratégia político-militar, a motivação para o investimento, ou outros critérios.

Para efetivar os investimentos para mudanças urbanas, porém, era necessário um plano completo e detalhado a fim de não dar margem ao imprevisto e ao erro de estratégia e de aplicação de capital de investidores privados. A escolha da melhor técnica envolve também o conhecimento de modelos e ideias testadas, como as empregadas desde o século anterior na Europa. Por isso, o plano urbanístico de 1637 de reformulação urbana do Recife foi encomendado a um corpo de profissionais que envolvia o cartógrafo Colijath e o arquiteto Pieter Post, este bastante reconhecido nos Países Baixos por seu talento e técnica. Diferentemente do que se poderia supor, o Post pintor não tinha expressão técnica naquela Europa do século XVII, mas o Post arquiteto era profissional de renome e experiência em grandes obras, inclusive em obra majestosa encomenda pelo próprio Nassau na Europa.

Miranda (2006) realta que, para a Antônio Vaz de 1639, foi projetada uma estrutura de cidade fortificada, já com conhecimento de técnicas usadas recentemente em Amsterdam, embora sem sinais claros de utilização de qualquer modelo, o projeto de cidade fortificada e comercial portuária adotou soluções de drenagem e mobilidade, controle e implantação em

terras de cotas baixas com presença de redes fluviais, mas foi aplicado sobre uma estrutura pré-existente neerlandesa de fortificação com *hornaveque* [projetado por Drewisch, em 1631 e construído sobre o povoado ibérico de Santo Antônio, existente desde 1609]. O interesse do plano realizado por Pieter Post era de estratégia de estrutura uma etapa de aplicação de recursos, por isso, não foi apenas um projeto de ampliação do existente, contudo, segundo Pontual (2001), um “plano diretor” que se voltava para a organização de toda a área habitada e já apontava linhas de desenvolvimento e expansão da ocupação.

Segundo as memórias escritas pelo holandês Barlaeus, o

Recife é a principal sede do governo, do comércio e da guerra, e também rica despenseira de armas, bastimentos e mercadorias. Da banda que entesta com Olinda, tem diante de si dois baluartes [...]. Une-os uma cortina que corre entre os dois, defendida por uma paliçada. No meio dela abre-se uma porta para dar passagem aos que saem do Recife ou nele entram [...] serve para a segurança do interior da costa e do exterior do porto (BARLAEUS, 1980, p. 142).

A “guerra lenta”, como denominou Mello (2001), era lenta para os holandeses. A base na qual se sustentou Maurício de Nassau existiu no aspecto comunicacional [comunicação fluvial] da conquista do efetivo que se encontrava pulverizado nos territórios conquistados até janeiro de 1637.

Como esclarece Breda (2006), na fase da Restauração (1645 -1654) apareceram correspondências cifradas entre os chefes militares. Apesar disso, desde o início da resistência, as principais fontes de informação para o exército de Matias de Albuquerque eram os **moradores e vivandeiros** que habitavam o campo e não necessariamente se refugiaram no Arraial do Bom Jesus. Acrescente o fato de que muitos deles, temendo as investidas do exército invasor, se esconderam nas matas “por fugir da tirania do inimigo”, segundo Albuquerque Coelho, termos do estabelecimento de uma “administração regular”, registrado nos anos de 1635 e 1636. Em novembro de 1635, por exemplo, foi construído, fora das portas do Recife, um mercado de peixes (*Weesmarcket*). Pelos estudos Breda (2006), esta administração regularizada principiou pela organização do centro político administrativo da WIC no Brasil, o Recife. Administração cujos braços se limitavam ao ambiente urbano do Recife e Antônio Vaz. Entretanto, houve, nos sete primeiros anos de guerra, uma via comum, que não a marcada pela beligerância, que “unia” os administradores da WIC e os luso-brasileiros. O estabelecimento de um mercado de peixes pode denotar um princípio de administração mais estável na medida em que neste comércio só se aceitam produtos frescos. A regularidade deste mercado ou feira, que não pode ser esquadrihada cotidianamente nas

fontes neerlandesas, poderia se apresentar como indício de uma regularidade nas relações comerciais.

É comum, entretanto, e até mesmo consenso, afirmações simplistas, sugerindo que o pensar e o agir diferente entre portugueses impuseram defini-los como de cultura urbanística diversa. Todavia, tal postura não leva em consideração que ambos os grupos empreendedores beberam, nos fins do século XVI e início do XVII, das mesmas fontes de visões teóricas e práticas do urbanismo, mesmo que a aplicação em cidades novas não tenha exemplos de pequenas aglomerações em praças fortificadas pelos portugueses e a intervenção em Amsterdam pelos holandeses. Assim, o planejamento e a construção da identidade urbana não seria baseado apenas na observação dos resultados distintos das aplicações dos modelos urbanísticos [a partir da iconografia, por exemplo], classificando antagônicos. Por outro lado, na análise do processo de construção da identidade urbana do Recife, não se baseando apenas numa ideia subjetiva e especulativa de transplante cultural, mas dentro do que nesta tese definiu-se como conceito de **cidade necessária**, pode-se compreender a distinção dos modelos de atuação e investimentos a partir de um maior entendimento historiográfico dos momentos político-militares e sócio-econômicos dessa construção colonial, e na diferença dos programas de necessidades e objetivos a serem executados. Dessa forma, diferenciando a lógica de aplicação de investimentos, meios e recursos no ambiente geográfico escolhido [natural ou construído], em etapas distintas de construção e estabilização econômica [produtiva e comercial], político-militar e de urbanização do empreendimento colonial como um todo, conformando distintas identidades urbanas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identidade(s) singular(es) ou miscigenada no espaço urbano remanescente do Recife

O estudo mostra que através da iconografia, sistema de representação gráfica materializadora de informações e discursos, é possível apreender dados do objeto representado, bem como perceber se esta representação informa a realidade ou se é invenção. Será que uma representação iconográfica de determinado ambiente urbano realizada num mesmo período e técnica por pessoas com interesses diferentes seriam compostas pelas mesmas informações e as revelariam com o mesmo peso? Será que as imagens se sobrepõem ou se contrapõem entre si em relação ao que informam sobre a cidade real? Será que são todas representações falsas, ou todas verdadeiras, ou algumas são verdadeiras e outras falsas? Quais são as verdadeiras? E quais são as falsas? Sobrepondo duas iconografias classificadas como informativas, constata-se que podem somar dados urbanos uma à outra. Sendo uma delas, ou ambas, gerada(s) com base em discurso(s), trazem informações sem relação com a realidade urbana no contexto que foi captada.

Uma representação iconográfica se sobrepõe à outra de acordo com a vontade política de um governo ou empreendedor privado se o interesse for gerar informação. Se o interesse for gerar um discurso, podem se contrapor inclusive à realidade. Por exemplo, um agente informa à coroa que edificações teriam sido construídas; outro pode informar que ainda não foram. Nesse caso, sendo uma delas discurso sobre a realidade urbana, as duas não se sobrepõem, podendo, na verdade, até se contrapor.

A tese apresenta e discute um acervo de iconografias variadas com foco no espaço urbano do Recife, propondo refletir se a análise iconográfica seria suficiente para a compreensão de mudanças na identidade urbana ligada a determinado empreendedor ou contexto de fase de governo.

As medidas de governo, já representadas, que tiveram implicação demográfica, promoveram o adensamento e a construção da *Mauritstad* e da nova *Mauritstad*. Nassau, por exemplo, recebeu um planejamento urbano do Recife com autoridade para

alterá-lo. Depois de tomar medidas para o adensamento visando criar um mercado interno, combinando demolições feitas em Olinda e Igarassu, conseguiu gerar uma demanda habitacional, atraindo moradores e comerciantes para o Recife. A partir da visualização do bom negócio imobiliário gerado, a medida técnica adotada foi modificar o projeto urbanístico, reduzindo os lotes para agrupar mais pessoas. A forma de investir, e não uma imposição cultural materializou-se lotes estreitos e edifícios delgados. Entretanto, esse desenvolvimento urbano e comercial considerável, não se prolongou tanto quanto o planejado. Nesse andamento, Nassau modificou o Lugar do Recife, onde já existia a igreja de Santo Antônio, poucas casas portuguesas e redutos. Construiu todo um sistema de drenagem, fortificação, palácios, áreas habitacionais na Cidade Maurícia e a área da Nova Maurícia, chamada também de *Povo*, uma área mais popular. Mas a iconografia revela o que nenhum texto se prestou a explicar, o baixo padrão construtivo de construções, sistema de drenagem e defesas. Frans Post, ao representar a Cidade Maurícia, esmerou-se na fidelidade e mostrou como era o aspecto daquele *T'Recife*.

Tomando por exemplo uma das obras de Post, a sua representação do Palácio da Boa Vista revela os quintais de Friburgo, seus redutos de faxina e seu amuralhamento em madeira. Dentro do conceito de **cidade necessária**, a obra revela o imprevisto dos investimentos, como o sistema de drenagem que era, na verdade, um conjunto de escavações perspicazes por atender às necessidades da situação da Ilha de Antônio Vaz, com rios cortando os terrenos. Mas, naquela etapa de consolidação da ocupação cumpria seu papel funcional necessário, todavia, não um papel estético ou de transplantação de uma cultura urbanística. No entanto, esse transplante pode ser executado por um interesse do empreendedor ou projetista, por uma necessidade urbana atendida por um determinado modelo ou solução técnica ou estética, com um padrão técnico-construtivo que o assemelhe e identifique com determinada matriz. No caso do Recife, o conjunto de medidas tomadas desde Carta Foral, até intervenções executadas por Nassau é norteado pela necessidade de ajuste ao ambiente encontrado, aos objetivos da etapa do empreendimento urbanístico, militar e comercial, construindo uma identidade sob comando privado de Duarte Coelho, até o comando de técnicos orientados pelo holandês de Amsterdam, no período nassoviano. Mas, troca do sistema de capitánias pelo controle de um governo geral teve menor reflexo no caso do Recife, pois do século XVI ao pós-restauração, a administração esteve sempre mais ligada à iniciativa privada do que ao Estado, mesmo com sua permanente interferência e controle fiscal.

Porém, no caso de Drewisch, Pieter Post e outros técnicos de Nassau não se chegou a realizar uma transplantação holandesa em Recife, nem se aplicou o conjunto de recursos técnicos dos mais recentes empreendimentos em Amsterdam, mesmo tendo notícia dessa experiência recente com meios (projetos técnicos e soluções). Em Recife, no hibridismo técnico, com maior intensidade no período nassoviano, se misturaram as soluções da multiculturalidade dos envolvidos mais diretamente, incluindo os luso-brasileiros.

Dentro do campo de discussões conceituais, principalmente sobre identidade e representação, buscando entender como se constrói os símbolos dessa construção identitária, foi possível perceber que através da iconografia - informação gráfica que favorece a representação de realidade e discurso -, pode-se informar sobre o real ou sobre uma invenção. Nesse sentido, imaginava-se a eficácia da leitura iconográfica como ferramenta de percepção da aplicação de um modelo urbanístico, arquitetônico, ou de investimento, e numa etapa de aprofundamento, sua utilidade na percepção de nuances para a possibilidade de explicar o fato urbano e até formular tipologias.

Nesta tese, foram usadas as imagens para construir uma ideia, compor uma leitura [que pode ser variada] do espaço urbano, foco na comparação de períodos distintos de formas de investimentos; e saber qual a produção de cada fase para poder compará-las, revelando o que cada governo fez de similar ou distinto dos demais, ou ainda, de permanência do pré-existente. Para mostrar que existiram diferenças entre as formas de investir entre os governos, discutiu-se inicialmente os conceitos e, em seguida, foi construída uma análise mais consistente, e disso chegou-se ao entendimento de que seria preciso conhecer mais cada um para diferenciá-los.

No decorrer da pesquisa, a própria tese foi respondendo a esse questionamento e revelando até de forma oposta ao pensamento e hipótese inicial: como se afirmavam as marcas, o discurso e a afirmação ou imposição de distintas identidades urbanas? Se o processo de construção é espontâneo, baseado em discurso, ou se pode ser alterado. Como resposta a essa fragilidade e subjetividade da análise exclusivamente iconográfica, ficou clara a necessidade de se partir de base historiográfica, e não de conceitos pré-concebidos, para o estudo das informações iconográficas, possibilitando antes entender sua construção e contextos para então fazer sua leitura. Cabe entender que a identidade urbana representada foi formada, a partir de quais informações históricas e iconográficas.

Os conceitos de observação e a forma de construção urbana são o que mostram como se elabora e se lê a iconografia. Tudo é representação, a construção e a leitura sob vários pontos de vista e base historiográfica. Através desses dois elementos de pesquisa, atinge-se um nível de compreensão que, na presente tese, permitiu até mesmo questionar algumas convenções sobre a construção da identidade urbana. Entende-se por representação uma forma de transmitir a informação, a partir de vários interesses e com diversos níveis de detalhamento e precisão.

Uma importante contribuição desta tese se deu em resposta à hipótese inicial formulada com o objetivo de discutir a distinção das identidades nos períodos de governo. A tarefa mostrou-se subjetiva e recheada de juízos de valor. Como resultado da inquietação científica, a tese impôs um resultado preliminar divergente da hipótese traçada, nas análises historiográficas e iconográficas feitas naquela etapa de desenvolvimento deste estudo. Pareceu apropriado construir outra forma de análise, superando a maneira convencional de análise identitária a partir da iconografia, e chegou-se, também, à constatação de que seria necessário não somente um embasamento historiográfico, mas também a um resultado ainda maior, a constatação de que seria possível fazer leitura da identidade urbana através de variáveis reais e documentadas pela historiografia, respondendo cientificamente à construção desse fenômeno urbano.

Ao tratar das especificações dos processos sob governos de formas distintas de investir, perceberam-se identidades urbanas resultantes diferenciadas, até dentro de uma mesma fase de empreendedores, como no caso de neerlandeses e holandeses (Nassau). A pesquisa (levantamento, análise e classificação) da iconografia do período revelou fontes de informação que complementaram a leitura sobre o que foi executado no Recife, construído também nas representações iconográficas e literaturas [incluindo-se o conjunto de documentação não iconográfica, relatórios e crônicas de viajantes, militares e religiosas].

Num avançar das ideias, compreendeu-se que seria preciso entender a construção identitária não tal como hoje, mas com olhar voltado ao passado, para saber como era consolidada e construída a marca, a identidade urbana, técnica e político-administrativa, inter-relacionadas. Não se quer dizer que todos os portugueses que vieram para o nordeste brasileiro, a maioria para plantar e subsistir, teriam trazido a preocupação de construir a cidade, de afirmar a identidade da terra natal, ou de manter uma identidade particular. Seria engano analisar dessa forma, mas não com o olhar daquele tempo.

A partir de confrontações com o discurso comum, no qual seriam propositais as medidas para construções de identidades portuguesa, ibérica, neerlandesa, holandesa, ou pós-neerlandesa, sendo este o pensamento e a hipótese inicial do objeto de estudo desta tese, pôde se constatar que é possível demonstrar que a cidade foi elaborada de forma prática, na maioria dos casos, na falta de recursos públicos, ou na emergência das guerras, sem que houvesse logística e disponibilidade de meios, materiais e condições políticas para uma forma de intervenção impositiva. O português, por exemplo, faria a cidade a partir do “saber fazer” que determina um planejamento com poucos “meios” técnicos e um resultado considerado mais espontâneo pela falta de uma estrutura ideal de planejamento e controle, na maioria dos casos.

Na Capitania de Pernambuco, esse planejamento e controle estavam nas mãos do donatário, de seus capitães-mores, e até de seus colonos. Essa maneira de intervenção baseada na necessidade de instalação, permitia a consolidação de vilas com a aparência portuguesa, mas também a contribuição técnica e cultural de cada um, sem abrir espaço para a imposição ou preocupação de um discurso nacionalista de transplantação de matriz identitária [que terminou chegando à cidade de qualquer forma na medida e forma de investir]. Mas, desenhos e formas de implantação de edifícios religiosos e seus largos, por exemplo, não eram elementos culturais criados na colônia, mas certo transplante promovido pelo saber fazer, miscigenado na babel colonial, frente aos desafios, necessidades e emergências impostos. A identidade dos empreendedores acabava sendo consolidada no ambiente construído, não pelo discurso, mas através do saber fazer dos personagens coloniais. A busca do sistema de defesa [garantia] e das igrejas [controle] e os investimentos direcionados ao espaço urbano tem a meta, de atender ao conjunto de necessidades dos governos e da população. Essa forma de empreender tem pouco aspecto de discurso, mas uma dose considerável de investimentos baseados no atendimento de necessidades e funcionais ou simbólicas, como conceituamos a **cidade necessária**, atendendo o minimamente necessário para que o conjunto urbano funcionasse.

A construção identitária pode ter produtos distintos detectados na análise do construído [iconografia ou artefato material], como algo que parece ser intencional, porém pode apresentar produto que não parece ser, detectado na análise do momento da construção urbana [historiografia]. Existe um consenso, às vezes intransigente, e talvez equivocado, ao afirmar que a identidade urbana é sempre edificada com a imposição do discurso e do modelo. Esta tese demonstra na descrição historiográfica e iconográfica da

concepção e conformação urbana, como a cidade é construída em um pragmatismo cotidiano – a **cidade necessária**. Não se trata de construir o que é possível, de acordo com o que está disponível, com os recursos disponíveis, alterando o planejamento. A **cidade necessária** persegue o objetivo traçado, de acordo com a representatividade comercial, militar ou urbanística do empreendimento. Esse objetivo, interesse, ou discurso, define o padrão e o nível de investimentos a serem aplicados para materialização da cidade. Assim, os elementos da **cidade necessária** que compõem a metodologia de leitura da construção identitária revelam não condicionantes, mas a estratégia de materialização da cidade colonial.

O entendimento de identidade é visualizado num conjunto de marcas e traços, algo característico à produção de informação de um grupo. Busca precisão na definição, e por mais que isso seja amarrado, visualiza a questão material da cidade sem fugir de que interessa, o que fez a cidade concretizada, para entender como ela se constitui. O português se caracterizava por construir alguns espaços abertos como largos, enquanto o holandês promovia o crescimento e adensamento sem se preocupar com esses espaços abertos usados para procissões, por exemplo. A questão cultural faz parte da identidade, mas a revela na leitura que fazemos hoje.

A contribuição maior desta tese, como continuidade e desdobramentos do estudo, possibilitará desenvolvimento de experimentações da metodologia de análise e dos elementos variáveis da **cidade necessária**, em espaços urbanos coloniais ou contemporâneos, sendo possível a avaliação não subjetiva, mas palpável dos elementos constituidores da identidade urbana. Para novos estudos, pesquisadores poderão levantar historiograficamente dados respectivos sobre cada elemento ou variável, quantificar esses dados numéricos, valores de materiais, mão de obra, insumos, volume e padrões construtivos de obras, presença de planejamento técnico, ou outro tipo de saber fazer, para diferenciar a forma de investir na cidade, a partir desses elementos de **investimento de meios e materiais no ambiente urbano** produzido por cada fase de governo da **cidade necessária**.

Uma forma apropriada de fazer uma confrontação de soluções urbanísticas - e até arquitetônicas - neste objeto de estudo, se deu aqui, através da comparação entre o Recife luso-ibérico e a *Mauritstad* neerlandesa-holandesa. No entanto, não é possível compará-los como representantes de identidades distintas, pois foram produtos não de padrões culturais, mas fruto de etapas distintas de necessidades do empreendimento colonial, que impôs um planejamento e aplicação de respectivos investimentos para

alcançar objetivos determinados. Para demonstração, o próprio luso-brasileiro, no período pós-neerlandês, a partir do domínio da *Mauritstad*, não impôs um traçado irregular, como havia feito no relevo elevado e acidentado de Olinda, mas permitiu-se permanecer com a forma de construir do outro, experimentando da regularidade mais racional do investimento neerlandês-holandês. Da mesma forma, o neerlandês-holandês, ao deparar-se com o Lugar do Recife com traços do português e do espanhol, não impôs a regularidade do traçado praticado na *Mauritstad*, mas manteve a solução portuguesa, a identidade do outro, que é convencionada como de menor planejamento, espontânea, menos racional.

A cidade colonial do português foi diferente da praticada pelo holandês que, naquela fase do empreendimento investiu essencialmente no espaço urbano, por isso teve maior produção urbana, pois os elementos mais importantes do sistema produtivo, o objetivo maior da fase, já haviam sido implantados com altos investimentos: os engenhos, plantações, redes fluviais e estradas. No caso do neerlandês-holandês, o objetivo mais claro era estruturar o Recife para ser um relevante espaço urbano-militar do sistema comercial, incrementar seu porto secular e garantir segurança, serviços e mercado interno, além do porto exportador e importador.

É comum encontrar afirmações que indicam o holandês como empreendedor mais urbano do que o português. Todavia, essa informação é incorreta, pois não se trata de determinada raiz mais voltada para o rural ou para o urbano, principalmente se forem observados as metrópoles, cada uma tão urbana e majestosa quanto a outra. De qualquer forma, as medidas neerlandesas e holandesas de incendiar, demolir e não recuperar áreas urbanas como Olinda e Igarassu depõem contra essa característica atribuída do holandês ser mais urbano que o português.

Na fase inicial de desbravamento e implantação do sistema produtivo em terras inóspitas, o português se preocupava em defender sua produção, mas principalmente a riqueza acumulada nas vilas e cidade. A defesa portuguesa adotou uma medida de sobrevivência, implantando seus núcleos iniciais no alto de colinas próximas de barras, como uma medida de segurança para gerar maior dificuldade ao invasor, e menor custo, pois o relevo acidentado e os mangues fariam parte do trabalho.

Na rede de engenhos formados por portugueses, com capital e colonos judeus, após 1630, os neerlandeses adotaram a postura de não precisar retirar os portugueses que quisessem manter a produção e se enquadrar nas exigências do monopólio comercial e de venda de terras e mão de obra escrava. Pelo contrário, mantiveram todos

os portugueses que se renderam ao julgo neerlandês produzindo e foram cuidar do empreendimento urbano porto-cidade-comércio, para fortificá-lo com um grande aparato do sistema defensivo, uma importante medida para garantir mais investimentos e desenvolvimento comercial e urbano.

Por outro lado, ao holandês interessava o controle daquela produção e circulação de riqueza, quando consolidou investimentos feitos na vila e no porto por luso-ibéricos. Portanto, cabia ao neerlandês-holandês da WIC investir na expansão comercial. Para isso, direcionaram investimentos de meios e materiais na principal área comercial de Pernambuco, o porto da sede Olinda, o Porto dos Arrecifes. Como resultado, concentraram investimentos no espaço urbano-militar, e para garantir seu adensamento populacional e construtivo, chegaram a incendiar e desestruturar as vilas de Olinda e Igarassu, também para viabilizar material construtivos direcionados para materialização de um melhor padrão construtivo para o Recife. Ao que parece, eles tinham em mente a consolidação do Recife holandês, pois essa perspectiva de investimentos e desenvolvimento a todo custo não se generalizava para outras vilas de Pernambuco. Como resultado, eles conseguiram atingir o objetivo de adensar demograficamente a cidade, criando também um mercado interno de consumo. Objetivaram e investiram muito num diferente e mais estruturado sistema de defesa, percebendo que o Recife poderia ser invadido.

Os interesses financeiros, econômicos, comerciais e militares eram distintos para luso-ibéricos e neerlandeses-holandeses, gerando cidades diferentes. Os batavos não queria maior envolvimento na alteração da produção do açúcar, mas desenvolveram melhor técnica a partir de experiências dos produtores já instalados desde o período luso-ibérico. A preocupação com a estruturação da cidade resultou numa maior expressão urbana, já que queria o comércio funcionando bem.

A religião sempre teve peso. No Recife, ela mantinha maior representatividade no governo português. Um exemplo disso foi a inquisição promovida pelo luso-ibérico, contrapondo com a liberdade religiosa do neerlandês-holandês. Quando os holandeses estavam no domínio, Frei Manuel Calado fez sermão para estimular os que iam à guerra (caracterizando-a como santa) e chamando os neerlandeses de hereges. Na fase do empreendimento colonial, o foco holandês é mais financeiro. Os empreendedores são compostos por investidores dos Países Baixos, através de empresa privada WIC, formada por neerlandeses com capital privado, mas com ações relevantes do governo de Amsterdam [por isso denominado holandês, onde tem sua sede administrativa].

Voltando aos conceitos de identidade e representação, constatou-se que sua definição seria essencial para tratamento dado ao objeto de estudo. A princípio, foi revelado o que está (e por vezes, o que será) materializado na cidade, mas que também é resultado dos referenciais religiosos, econômicos, tradições, ações do que hoje se conhece como “marketing político” (a aparência e opulência, junto com segurança para mostrar solidez do plano político), aspectos de investimentos e pré-requisitos práticos. Deixa marca da ideia político-administrativa e militar, financeira, etc. Por isso, define-se aqui como matriz, podendo ser lusa, ibérica, holandesa, etc., num conjunto de elementos prática de construção urbana e da forma de fazer usar a técnica construtiva e o nível de planejamento. Da matriz, vieram os elementos para formar a identidade – a fonte. Ela é o resultado consolidado e não sua transplantação. Então, com a mesma matriz, mas sem os meios e os investimentos, a identidade gerada seria diferente.

No conceito de **cidade necessária**, entende-se que o meio faz diferença para os elementos utilizados. Cita-se um exemplo do cotidiano atual: num raspa-raspa, a matriz seria o gelo, porém a cada sabor derramado geraria um produto com paladar distinto, em que os elementos teriam feito a diferença. Por outro lado, dentro do conceito de **cidade necessária**, o empreendedor ao perceber que em certo ambiente natural ou construído não haverá grandes resultados financeiros, mudará seus interesses e objetivos, sem maiores investimentos.

Foi relevante questionar se a identidade é o que foi construído ou o que se lê hoje. Há diferença entre a identidade construída (a partir de modelos e investimentos) e o que se lê hoje (tipologias). Ao partir para o entendimento da sua ligação permanente com a historiografia, permitiu-se uma análise relativa e embasada, dependendo do ponto de vista de quem observa e o objetivo para o qual se está analisando a identidade. Assim, é possível a observação objetiva, considerando além da origem, a matriz, os **meios** (planejamento, mão de obra, etc.) e **materiais** (padrão construtivo) investidos, e onde se aplica (ambiente), interesse e carga de investimento e tipo de mão de obra (indígena, ou colonos, ou engenheiros) – elementos que diferenciam o produto final e sua identidade urbana. Com a variação desses elementos da **cidade necessária**, na mesma matriz, geram-se identidades distintas.

Foram demonstradas situações político-administrativas e técnicas que implicaram na construção da identidade com aspectos de diferenciação nas fases de governo do Recife colonial, como expressão de determinado empreendimento, através das ações do poder e interesses, militar, financeiro, político, religioso e técnico. Essas expressões

foram explicitadas para alcançar uma leitura periódica, expondo elementos não subjetivos, como as ações do saber técnico aflorado na emergência e no estado de necessidade, aplicadas no ambiente natural ou construído [pré-existente], através do conjunto de meios, materiais e métodos, produzindo o espaço urbano nas fases de governo definidas no período de estudo desta tese.

Assim, essa teorização sobre identidade gerou um novo modelo de análise, identificando variáveis palpáveis e quantificáveis que se repetem e se transformam, capazes de demonstrar a hipótese de mudanças de identidades de forma objetiva. Assim, os elementos que compõem a identidade e estão nas representações iconográficas poderão ser avaliados com maior precisão científica.

Confirmando a validade do conceito, ou metodologia, de **cidade necessária**, entendemos os que os investimentos aplicados no ambiente iniciam-se com a disponibilização de **meios** – planejamento, métodos, tipo de mão de obra [indígenas, colonos, negros, etc.] e **materiais** - recursos utilizados para alcançar um determinado padrão construtivo como, por exemplo, o esforço do empreendedor para adquirir materiais construtivos e o tipo de instalação de equipamentos de defesa. Por fim, os métodos fazem parte dos meios utilizados, por exemplo, na decisão de se haverá projeto técnico, uso do “saber fazer” ou outra forma de planejamento; e se haverá participação de engenheiros, arruadores, escravos, colonos, etc. Esse investimento será definido ao identificar se o meio natural oferecerá riquezas ou outro retorno com lucro relevante, estimulando os interesses e objetivos do empreendedor. Com a mesma matriz, puderam ser modificados os produtos finais.

Dessa forma, identidade trata de uma representatividade e não o oposto. Os simbolismos se modificam de acordo com os períodos de mudanças de identidade relacionados aos governos, mas também dentro de um mesmo período de governo, alterando a representação dessa realidade.

O que faz mudar uma identidade em relação à outra? Que elementos estão presentes em todas as mudanças, sendo o principal vetor de diferenciação? O primeiro passo foi identificar quais os elementos da **cidade necessária** estão presentes nas identidades e motivados pelo quê. Configurando assim o cenário, quais seriam os objetivos do empreendedor em cada fase de governo? Constatou-se que a identidade também tem um objetivo, a expressão. Elas caminham entrelaçadas.

Nassau, por exemplo, tinha o objetivo de transformar o Recife em uma metrópole desenvolvida, comercialmente em nível ultramarino, estando embutidos nesse

direcionamento, fatores financeiros e até pessoal, entre outros. Porém, sem foco nos valores religiosos [diferentemente do português]. Essa falta de interesse deu-se pela exclusão de que os comerciantes seriam um aspecto negativo ao desenvolvimento econômico, indo de encontro ao objetivo do empreendimento, contrapondo-se ao português. O governo não era de um Estado, mas de uma companhia privada de comércio, a relação com a influência da Igreja era bastante reduzida, não impondo ao empreendimento a necessidade de espaços religiosos para o controle necessário da população. O domínio era de uma companhia de comércio (WIC) e não do governo holandês, não havia o seu comprometimento institucional com a Igreja, como ocorreria no o Governo holandês, quanto no português [este com foco ainda maior dado pela Igreja que se entrelaçava com a Coroa]. Nassau pôs em prática a liberdade religiosa e sócio-cultural, envolvendo índios, mulatos, brancos, cristãos-novos, católicos, protestantes, e outros, mesmo sendo tão recente a forte atuação da inquisição portuguesa, ainda presente nas mentes. Essa postura reflete o quanto a atuação da WIC diferenciou-se de governos estatais, permitindo avanços aparentemente democráticos, mas sendo na verdade uma postura com identidade própria e específica de uma situação prática, diferenciando neerlandeses de holandeses sob o comando de Nassau. Não se trata de um Recife protestante, mas com protestantes. Se fosse, estaria arraigado pela religião a partir da ligação da Coroa com a Igreja. O aspecto religioso na WIC é menos forte, diferente do que um governo holandês seria, pois apesar do seu volume de ações na WIC, não se tratava de uma ação de governo. Dentro da WIC existiam vertentes, uma mais ligada a Amsterdam e outra aos demais dos países baixos. Nassau, que representava o capital de Amsterdam na WIC, atendeu ao modelo de gestão escolhido pelo holandês, tendo a liberdade como um discurso e foco de medidas. Assim, sua atuação não reflete uma postura nobre e pessoal, mas uma receita do governo holandês, executado positivamente pelo seu representante na colônia.

Como a WIC tinha foco no comércio, Nassau construiu o palácio de Friburgo para enunciar o discurso de liberdade, denotando aceitação de qualquer comerciante. Assim, no aspecto político e religioso, se pode definir esse período como holandês, sob comando comercial de Amsterdam em parceria com neerlandeses, sem a presença institucional da Coroa para indicar sua diferença com o que seria o Governo da Coroa holandesa no Brasil, uma gestão bastante distante dessa, tendo se materializado o Brasil da WIC e não o do governo holandês.

Em contraste, dentro do entendimento de construção identitária, a intransigência política e religiosa é reduzida ao mínimo, devido à necessidade de estabilidade, como ocorrido no denominado hibridismo político e técnico promovido por Nassau, admitindo a presença de portugueses de Olinda na Câmara dos Escabinos. Essa postura tem reflexos na forma de representação presente na iconografia e na cidade. Mas ela, ao reduzir traços objetivos de diferenciação da materialidade do artefato urbano, leva à necessidade de uma leitura das impressões dos governos através da iconografia, por exemplo: os sinais e as simbologias.

Representação é uma descrição do que foi materializado, verdadeiro ou falso. A identidade materializa-se na cidade, sendo objeto da representação do governo. Lê-se hoje através da cidade e da iconografia. Essa representação está ligada à iconografia, revelando os símbolos construídos na cidade. Eles podem vir destacados na representação iconográfica, alterando informações e contribuindo com novos discursos. Na cidade, deixam-se representações. Por exemplo, o holandês retira cruzeiros e convertem os templos católicos em calvinistas. São representações não-iconográficas, carregadas de simbologia.

O conjunto de interesses que confere identidade pode gerar simbologia na cidade e na representação iconográfica. Existem simbologias [culturais] que deixam marcas na cidade e na representação iconográfica. Já simbologia, destaca as características da cidade. É a expressão do poder de um determinado governo [específico], inserido em um local [Recife]. Nele, os governos mostraram suas identidades a partir de suas construções, como expressão de uma marca que constrói sinais materiais da passagem de determinado poder distinto.

Na cidade, os símbolos têm que ser lidos hoje. É necessário lê-los, inventá-los. Por exemplo, os holandeses construíam edifícios delgados e o espaço público dos largos eram gêneros para abrigar as manifestações culturais e religiosas. No cristianismo, cruz, indulgências e indumentárias são sinais claros. Na cidade, os componentes para fazer a leitura hoje do que foi representado no passado, não consegue trazer esses elementos, mas apenas entendê-los, pois não são claros, mas subjetivos. O que está representado é fruto de um conjunto de elementos que diz de características de governo que se distinguem das características dos outros.

O conceito proposto nesta tese remete à necessidade de melhor compreensão das identidades urbanas formadas no Recife. Existe aí a manifestação de um poder, financeiro, religioso, político, etc., no sentido de controle que tem expressão de poder

que cria elementos para objetivação de identidade. Sendo objetivo e material, os governos deixam marcas de identidade, com expressões como a religião, a política e outras, que se representam na cidade de acordo com a quantidade de investimento feito.

Assim, retomando a forma prática de atuação, no diagrama proposto, o que diferencia uma identidade da outra, fora a religião que é completamente diferenciadora, quando o holandês deixa de focar na inquisição, mas foca na liberdade, resulta numa outra forma de cidade, alterações na geração de espaços públicos, por exemplo, para usos como procissões, etc., diferenciando-se de outros modelos. Isso é apenas um pedaço da cidade, pois além do poder e da religião, existem outras partes da cidade como o porto, palácios, ruas, defesa militar, entradas, pontes.

O que diferencia uma identidade da outra é o investimento: onde foi feito o investimento e os meios, além da forma de aplicação desses meios [técnica e mão-de-obra]. Faz diferença a quantidade de recursos, os meios aplicados e a qualidade dos materiais investidos [padrão construtivo gerado], se são importados ou locais. Onde é aplicada a maior quantidade de investimentos se reflete o maior peso, o maior interesse, o momento político, ou outro interesse do empreendedor. Durante o período em que um governo permanece em determinada área geográfica, passa a alterar sua identidade, a partir de suas posturas de investimentos de recursos e meios, de acordo com aspectos político-administrativos e técnicos.

No Recife, perceberam-se cinco momentos claramente distintos, sendo três deles parte da mesma fase neerlandesa-holandesa. O primeiro momento preocupa-se com a defesa, já que tendo tomado um importante porto, de uma poderosa nação, havia a certeza de que os portugueses investiriam para retomar o poder. Nesse período foi construído o sistema de defesa antes da chegada de Nassau que mudou a estrutura urbana do Recife, antes de um segundo momento neerlandês. Assim, o Recife da WIC não tem apenas uma identidade, mas duas em três fases, não baseado num discurso, mas na **cidade necessária**.

Existe uma marca e ela se diferencia pela forma e onde é aplicado o investimento. Os recursos e principalmente a maneira de investir diferenciam as posturas e identidades. O mesmo português utiliza meios e materiais específicos para obras de maior interesse e a força de investimento aplicado diferencia um modelo de outro, pois o interesse do poder é distinto em cada período. Isso pode ser revelado na leitura da representação iconográfica. No holandês existem três blocos, ou séries da iconografia holandesa, que refletem os três períodos citados.

Através dessa iconografia, o conceito de **cidade necessária** expõe que a cidade é construída de acordo com a necessidade de defesa e interesse do governo. Produz expressões distintas: a representação, a religião, a defesa militar, a comunicação, o armamento, a forma de comunicação, o porto, as ruas e o porquê de determinado volume e interesse.

O conjunto de iconografias elaboradas sob encomenda de luso-ibéricos e por outros povos que com interesses retratam essas possessões nesse período, mostra essencialmente ocupações nas barras, como bem descreveu Castro (1948), tratando dos fatores de localização para implantar a cidade colonial, pois a **cidade necessária** ainda os remetia à busca de uma melhor situação geográfica para sua implantação, considerando aspectos de segurança, assim como fontes de água potável, acessos, porto, entre outros aspectos. A necessidade de ocupar barras levou Jacques à busca dessa conformação geográfica ideal para melhor proteger-se dos ataques, pois tudo vinha do mar, e para impedir ocupações dessas áreas por outros povos e mercenários. Desde as feitorias, essa condição prática que é vista como traço cultural, na verdade não se trata apenas de uma tradição, mas uma medida racional que gera menor custo para implantação de um sistema de defesa, por partir de ferramentas já ofertadas pela geografia e relevo. Visa proteger-se, não deixando o inimigo entrar e também permite o ataque. Exemplo dessa configuração geográfica é a barra de Itamaracá, registrada por Albernaz I, na qual a geografia insular serve como obstáculo natural aos ataques e as suas duas barras protegem um grande trecho de terra continental. A iconografia revela que a “cidade necessária” mostra, por exemplo, que o holandês teria mais urbanos no Recife, já que a estrutura agrícola feita por portugueses estava pronta e com boa produção. A preocupação holandesa com a defesa era urgente para proteger-se do esperado ataque português.

Tudo o que foi conceituado e demonstrado no Recife e *Mauritstad* a respeito da **cidade necessária**, está embasado na prática dos governos coloniais e ainda reflete uma identidade feita para o projeto Brasil, como no caso das barras ou “pernambucos”, baseada na experiência militar. A expressão *Phernam-buquo* ou *Phara-nambucquo*, expõe a busca por essa condição geográfica ideal para implantação no **mar que fura**, em Pernambuco, desde 1516, na fase de implantação da sua feitoria [em Igarassu], o primeiro espaço denominado Porto de Pernambuco. Uma barra litorânea seria um Pernambuco, e interessava tanto aos luso-ibéricos, quanto aos neerlandeses-holandeses. Por isso, do conjunto de ações de implantação e desenvolvimento urbano em situações

geográficas semelhantes na costa do Brasil, foi observado um plano de ocupação de barras, ou os **planos de Phernam-buquo**, que no caso do Recife, deu a tônica aos investimentos de ações urbanística, militar e econômica nos períodos distintos de investimentos.

Numa outra abordagem desta tese, mais voltada às questões de formação do espaço urbano, fez-se a leitura da cidade a partir da historiografia e da iconografia buscando conferir a argumentação sobre identidade e representação de poder, a partir de interesses que nortearam investimentos, revelando sua identidade e promovendo mudança identitária dentro de um mesmo período de governo. O projeto Brasil para cada empreendedor tinha objetivos e metas a alcançar, de acordo com sua fase de construção. Foram cumpridas etapas programadas e, desde antes da consolidação de espaços urbanos e dos modos de vida, tiveram que fazer investimentos no sistema de defesa, culminando no investimento batavo objetivando a conquista do *status* de Metrópole. Mas, nem sempre essas etapas foram programadas com tal nível de detalhamento e previsibilidade desde o início dos projetos. A visualização da mudança de planos num mesmo governo demonstra com mais ênfase as ações que culminam numa construção identitária. Entretanto, a leitura da construção da identidade urbana, baseada no conceito de **cidade necessária**, revela que esse processo se baseia em etapas de planejamentos (não apenas transplante de traços culturais) que mesmo parecendo antagônicos, dão andamento às etapas com um processo de adaptações e adequações, e até mesmo de adoção flexível de modelos e matrizes, mas perseguindo os objetivos fixados, relacionados à necessidade de materialização do projeto de cidade colonial segura, rentável e agregadora de novos investimentos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.
- ACIOLI, V.L.C. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial, Pernambuco, século XVII*. Recife: UFPE, 1997.
- ALBUQUERQUE, M. Arqueologia histórica, arquitetura e restauração. *CLIO – Série Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 8, p. 131-152, 1992.
- ALBUQUERQUE, M. *Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração*. In: *CLIO – Série Arqueológica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco V. 1, n.8, 131-152. 1992.
- _____. ; Veleza Lucena. *Arraial Novo do Bom Jesus: consolidando um processo, iniciando um futuro*, 1997, p. 60.
- ALMEIDA, S.C.C.; SILVA, G.B. (Org.). *Ordem & polícia: controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos século XVIII ao XX*. Recife: UFRPE, 2006.
- ALPERS, S. *El Arte de describir. El arte holandês en el siglo XVII*. Madrid: Hermann Blume, 1987.
- ANDREONI, J.A. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- ARGAN, G. C. *A Europa das capitais*. In: *Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 46-185.
- ARRAIS, R. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: FFLCH, 2004.
- ASSIS, V.M.A. *Palavra de rei... autonomia e subordinação da capitania hereditária de Pernambuco*. Recife. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- AVERINE, R. *Storia dell'Arte Portoghese – Parte Prima*, In: *Estudos Italianos em Portugal*, Lisboa, 1970.

BARLÉUS, G. *História dos feitos, recentemente praticados no Brasil*. Tradução de Cláudio Brandão; Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

BARRETO, A. M. *O Recife através dos tempos – a formação da sua paisagem*. Local: Editora, 1994.

BAUER, H. O Barroco nos países baixos: a pintura neerlandesa no século XVII. In: PRATER, A.; BAUER, H. *A pintura do barroco*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Benedikt Taschen Verlag, 1997. p. 75-140.

BAZIN, G. *Barroco e rococó*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BENÉVOLO, L. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOADA, L. *O Espaço Recriado*. São Paulo: Nobel, 1991.

BOLTSHAUSER, J. *Noções de Evolução Urbana nas Américas*, 1959.

BOOGART, E. van den. *A população do Brasil holandês retratada por Albert Eckhout (1641-1643)*, in VRIES, Elly de; DOURADO, Guilherme Mazza (orgs.), *Albert Eckhout volta ao Brasil/Albert Eckhout returns to Brazil (1644-2002) - Catálogo da Exposição*, Copenhagen, Nationalmuseet, 2002, pp 117-131.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais). v. 39

BOXER, C. R. *O Império marítimo português (1415 – 1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

BRANDÃO, A. F. *Diálogos das grandezas do Brasil*. 3. ed. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 1997.

BRANDÃO, A. F. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Editora Massangana, 1994.

BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII. As Estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível*. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BREDA, D. O. *Vicus Judæorum: os judeus e o espaço urbano no Recife neerlandês. (1630-1654)*. 2007. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

BROEK, J. O. M. The Relations Between History and Geography. 1941. In: Brooks Green, D (Ed.). *Historical Geography – A Methodological Portrayal*. United States: Rowman & Littlefield Publishers. p. 29-33. 1991.

BUENO, B. P. S. *A iconografia dos engenheiros militares: fonte essencial para o estudo do urbanismo no Brasil Setecentista*. In: ANAIS DO V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DAS CIDADES E DO URBANISMO. Campinas, UNICAMP, 1995.

_____. *A iconografia dos engenheiros militares no século XVII: instrumento de conhecimento e controlo de território*. In: CARITA, H.; ARAÚJO, R.; ROSSA, W. (org). Colectânea de estudos, universo urbanístico português, 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, 1998. p. 87-118.

_____. *Desenho e Desígnio – O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: FAU/USP, Tese de Doutorado, 2003.

BURKE, P. História cultural: passado, presente e futuro: In: *O mundo como teatro: estudos da antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.

CALADO, F. M. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. [Lisboa, 1648] 4ª ed. Recife: Fundarpe, 1985.

CANIGGIA, G.; MAFFEI, G. L.. *Composizione architettonica e tipologia edilizia – Lettura dell’edilizia di base*. v. 1. 9. ed. Venezia, Marsilio Editori, 1995.

CARDIM, F. *Tratado da Terra e da Gente do Brasil*. Recife: Editora Massangana, p. 206. 1994.

CARITA, H. *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna, 1495-1521*. Lisboa: Horizonte, 1999.

CARTAS NASSOVIANAS. *Correspondência do Conde João Maurício de Nassau, governador do Brasil Holandês, com os Estados Gerais (1637-1646)*. RIAHGPE v. 10, n. 56 p. 23-52.

CASCUDO, L. C. *Geografia do Brasil Holandês - presença holandesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1956 (Coleção Documentos Brasileiros).

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, J. de. *Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana*. Brasil: Imprensa Nacional, 1948.

_____. *A Cidade do Recife*. In: Trilhas do Recife: Guia Turístico, Histórico e cultural. Ed. Inojosa, Recife – PE, 1954.

CAVALCANTI, V. B. Recife do Corpo Santo. Recife: Prefeitura Municipal do Recife; Secretaria de Educação e Cultura; Conselho Municipal de Cultura, 1977.

_____. *Olinda do Salvador do Mundo: Biografia da Cidade*. Recife: Editora Asa, 317. 1986.

CHARTIER, R. *A história cultural - entre práticas e representações*. Difel; Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHIAPPINI, L e AGUIAR, F. Wolf de. (org). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Auaya, Jesús Auaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

COELHO, D. P. *Cartas de Duarte Coelho a El-Rei*. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, p. 330. 1967.

CORDOVA, M. J. W. *Identidade regional e representação social na perspectiva do consenso*: UEPG, 2008.

COUTO, D. L. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, 611 p.

COSTA F. A. P. da. *Anais Pernambucanos*. Volumes I – VI. Recife: Editora do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1953.

DUFFY, C. *The military experience in the age of reason*. London: Wordsworth Military Library, 1998.

DUFFY, C. *Fire and Stone: The Science of Fortress Warfare, 1660-1860*. London: Greenhill Books, 1996.

DUSEN, A. van der. (1640). *Relatório Sobre o Estado das Capitanias Conquistadas no Brasil, Apresentado pelo Senhor Adraen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de Abril de 1640*. In: Mello, José A. G. de. *Fontes para História do Brasil Holandês*, vol 1. A Economia Açucareira. Recife. MEC/SPHAN, 137-234. 1981.

DNJH - DAGELIJKSCHE NOTULEN der Hooge Raden in Brazilië, 1635-1644 (nótuas diárias do Alto Conselho do Recife). Traduções de Pablo Galindo, Judith de Jong e Anne

Brockland, coleção José Hygino, cópias manuscritas do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

DHJC - *Documentos Holandeses da coleção José Caetano do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Traduzidos para o português por Abgar Renault. (Documentos, 1945)

FAORO, R. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998. v. 1.

FARIA, M. S. de. *Historia portuguesa e de outras províncias do ocidente desde o ano de 1610 até o de 1640*. Fortaleza: Typographia Studart, 1903.

FORTES, M. de A. *O Engenheiro Português*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1993.

FRANÇA, J. M. C. Imagens do Brasil nas relações de viagem dos séculos XVII e XVIII. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, p.7-15, set./dez. 2000.

FREYRE, G. *Guia Prático Histórico e Sentimental do Recife*. 2. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1942.

_____. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1961.

FURTADO, C. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001.

GÂNDAMO. P. M. *Tratado da terra do Brasil: historia da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil 1576*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1995.

GESTEIRA, H. M. O Recife holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624-1654). *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, 2004.

GRAÇA SALGADO. *Fiscais e meirinhos: A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Editora USP, 1990.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HANSEN, J. A. O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil. Nóbrega – 1549-1558. *Revista do IEB/USP*, 38, 1995, p. 102.

HARLEY, J. B. Maps, Knowledge, and Power. In: Cosgrove, D.; Daniels, S. (Ed.). *The Iconography of Landscape*. Cambridge University Press. 1988. p. 277-310.

HERKENHOFF, P. (Org.). *O Brasil e os Holandeses 1630-1654*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, S. B. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

HOUAISS A.; VILLAR M. de; FRANCO, F. M. de. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva; 2001.

INVENTÁRIO das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654. [1656]. Recife: Imprensa Oficial, 1940.

JUREMA, A. *O sobrado na paisagem recifense*. Recife: Editora Nordeste, 1959.

KOSTER, H. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução e Prefácio de Luís da Câmara Cascudo; estudo introdutório e organizado por Leonardo Dantas Silva; 11. ed., 1978.

LAET, J. de. *História ou annaes dos feitos da companhia privilegiada das índias occidentaes: desde o seu começo ate o fim do anno de 1636*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1916.

LAGO, B. C.; LAGO, P. C. Os quadros de Post pintados no Brasil. In: *O Brasil e os Holandeses, 1630-1654*.

LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LARA, S. *Fragmentos setecentistas - escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LARSEN, E. Frans Post, *um intérprete do Brasil*. Amsterdam & Rio de Janeiro: Colibris Ed., 1962, citado por Roberto Pontual, in: *Dicionário das artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão, et al. Campinas: UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

LERY, J. de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1980.

LOUREIRO, J. C. *Pelas entranhas de Olinda – um estudo sobre a formação dos quintais*: UFAL, 2008.

MARX, M. *Cidade Brasileira*. 1980.

MASON, P. *Infelicities: representation of the exotic*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1998.

MATOS, O. N. Feudalismo e escravidão: representações da sociedade pernambucana no Travels in Brazil de Henry Koster. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, v. 16, p. 83-109, 1996.

MARCGRAVE, J. *História Natural do Brasil*. São Paulo: Edição do Museu Paulista Comemorativa Cincoentenário da Fundação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1942.

MEERKERK, H. van N. *Recife: The Rise of a 17th Century Trade City from a Cultural-Historical Perspective*. Tese de Doutorado em História. Delft: Technische Universiteit van Delft, 1988.

MELLO, E. C. *Rubro Veio. O imaginário da restauração pernambucana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. *Olinda restaurada - guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, J. A. G. *João Fernandes Vieira*. Recife: 1979.

_____. *A rendição dos holandeses no Recife (1654): com os textos inéditos das negociações que precederam o acordo, comentários acerca dos artigos e os principais relatos portugueses contemporâneos*. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes; IPHAN; MEC, 1979.

_____. *Antônio Fernandes de Matos – 1671-1701*. Recife: Edições Amigos do D.P.H.A.N., 1957.

_____. *Fontes para a história do Brasil Holandês: A Administração da Conquista*. Documentos traduzidos e organizados. v. 2, Recife: Minc/Secretaria da Cultura, 1985.

_____. *Dois relatórios holandeses*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951.

_____. *Nobres e Mascates na Câmara do Recife, 1713-1738*. In: Revista do IAHGP, vol. LIII, 1981.

_____. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*, 4. ed., Rio de Janeiro, Topbooks; Recife, Instituto Ricardo Brennand, 2001.

MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENEZES, J. L. M. *Atlas Histórico Cartográfico do Recife*. Recife: FUNDAJ. Ed. Massangana. 1988.p. 20

_____. *Palmo a palmo*. In: GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz Mota. *Desenhos da Terra: Atlas Vingboons*. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2003, p. 8-22.

MENEZES, J. L. M.; RODRIGUES, M. R. R. *A Cidade do Recife – urbanismo Lusitano e holandês*. In: *Tempo dos Flamengos e outros tempos*. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 1999.

_____. *O Urbanismo holandês no Recife - permanências no urbanismo Brasileiro*. In: *A CONSTRUÇÃO DO BRASIL URBANO*, Lisboa. *Colóquio...* Convento da Arrábida, Lisboa, 2000a.

_____. *Olinda e o Recife - 1537-1630*. *Revista Oceanos*, Lisboa, n. 41, jan./mar. 2000b.

MICHELIN, R. L. *A construção das idéias de herança cultural, etnicidade e identidade na arena turística do roteiro cultural Caminhos de Pedra – RS*. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 4., Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: PUCRS, 2008.

MIRANDA, B. R. F. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa: o caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MOREAU, P. *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Pierre MOREAU e Roulox BARO; tradução e notas Lêda Boechat Rodrigues; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

MORAIS FILHO, A. *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*. Edição da diretoria de estatística, propaganda e turismo da Prefeitura do Recife, 1941.

MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão ao estado do Brasil (1612)*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

_____. *Relação das Praças Fortes do Brasil* (1609). In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: Vol. LVII, 1984. pp. 185-246.

MOTA, T. A. Duarte Coelho, capitão-mor de armadas no Atlântico 1531-1535. *Revista de Ciências do Homem* 1972.

MUMFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NASCIMENTO, R. L. X. *Pelo lucro da companhia: aspectos da administração no Brasil holandês (1630 – 1639)*. Dissertação (Mestrado), Recife, 2001.

NEME, Mário. *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês*. São Paulo, USP, 1971.

NIEUHOFF, J. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1981.

NOVINSKY, A. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

OLIVEIRA, C. M. S. Frans Post e as imagens do Brasil holandês: o olhar que registra ou o traço que interpreta? In: CONGRESO INTERNACIONAL ALEXANDER VON HUMBOLDT: LITERATURA DE VIAJES DESDE Y HACIA LATINOAMERICA DEL SIGLO XV AL XXI, 3., México. *Anais...* ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 12., *Anais...* Belém: UFPA, 2008

OMEGNA, N. *A cidade colonial*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1961.

PEREIRA, S. C. *Caminhos na Resistência – O Espaço do Recife Durante a Ocupação Neerlandesa (1630-1637) em Pernambuco (Brasil)*, 2006: Dissertação Geografia

PONTUAL, V. Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2001.

PRATT, M. L. *Os olhos do império. Relatos de viagem e transculturação*. Trad. port. Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Baurur: Edusc, 1999.

PUNTONI, P. A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. 254 f. Tese (Doutorado) - História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

REIS, J. J.. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.

REIS FILHO, N. G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1968.

REIS FILHO, N.G. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, São Paulo: Edusp, 2000.

RICHSHOFFER, A. *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais 1629-1632*. Tradução de Alfredo de Carvalho Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de Ricardo José Costa Pinto. Recife: SEC, Departamento de Cultura, 1981. 210 p. il. (Coleção pernambucana; 1fase, v. 11 a). Fac-símile da. ed. Recife: Typographia a vapor de Laemmert & Comp., 1897.

SALVADOR, F. V. *História do Brasil (1500-1627)*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

SANTOS, M. Calamidades de Pernambuco. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE, 1986.

SANTOS, P. *Formação das cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

SCHAMA, S. *O Desconforto da Riqueza: a Cultura Holandesa na Época de Ouro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, W. C. L. *As terras inventadas: discurso e natureza em Jean de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton*. São Paulo: Unesp, 2003.

SMITH, R. C. *Arquitetura civil do período colonial*. Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional. Rio de Janeiro: n.17, 1969, pp.27-126.

SOUSA-LEÃO, J. *Frans Post 1612-1680*. Amsterdã: A. L. van Gendt, 1973; Rio de Janeiro: Livraria Kosmo, 1973.

SOUZA, G. S. de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SOUZA, L. de M. e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Volume I, 1997; Maria Fernanda Baptista Bicalho (org.), 2001, pp. 42-43

STADEN, H. *Duas Viagens ao Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1988.

STOLS, E. A iconografia do Brasil nos países baixos do século XVI ao século XX. *Revista USP*, São Paulo, v. xx, n. 30, p. 20-31, jun./ ago., 1996.

TEIXEIRA, M. A. C. *O urbanismo em Portugal*, 1994.

TEYXEIRA, B.; PILOTO, A. L. [1601]. *Naufração & prosopopea*. Recife: UFPE, 1969.

TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicais*. Recife: CEPE, 1978.

VARNHAGEN, F. A. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

VILHENA, L. S. *Recopilações de notícias soteropolitanas contidas em 20 cartas*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

WIZNITZER, A. *Os Judeus no Brasil Colonial*. Tradução de Olívia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira; Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

WHITEHEAD, P. J. P. e BOESEMAN, M. *Um retrato do Brasil Holandês do século XVII*. Trad. de Edmond Jorge. Apresentação de José E. Mindlin. Prefácio de Hans Hoetink. Rio de Janeiro: Ed. Kosmos, 1989.

ZANDVLIET, K. *Mapping for Money: Maps, Plans and Topographic Paintings and Their Role in Dutch Overseas Expansion during the 16th and 17th Centuries*. Amsterdam: Batavia Lion International, 2002.

ZUMTHOR, Paul, *A Holanda no tempo de Rembrandt*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAERS, J. *Olinda conquistada*. Recife: Editora Laemmert, 1898.

WÄTJEN, H. *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

APÊNDICE

Stella¹⁷¹ indica em sua tese que todas as cartas e documentação das colônias portuguesas chegavam às mãos da Secretaria do Reino dirigida pelo vice-rei de Portugal ou os governadores que estavam em Lisboa. Após uma consulta com diversos órgãos, era emitida uma primeira consulta e dirigido ao tribunal. Nessa corte, esses documentos eram enviados ao Conselho de Portugal e, em alguns casos, eram enviados ao Rei e vistos pelo Conselho de Estado. Os problemas comuns que não representavam danos a questões econômicas, ou políticas, poderiam ser resolvidos pelas instituições locais. Mostra que as liberdades políticas foram limitadas pela intrusão de Instituições espanholas em assuntos Portugueses. Nem sempre os vice-reis defenderam interesses lusos de forma imparcial.

A maioria dos documentos referências para elaboração da referida tese são relacionados ao Conselho de Portugal, correspondendo ao acervo do Archivo General de Simancas, Conselho criado como um órgão para mediar a relação entre Tribunal e Portugal, sendo o principal instrumento para a ação real. O Arquivo de Simancas possui fontes documentais relevantes para a história Brasil colonial Português e, em particular, na União Ibérica. Em Simancas estão guardados cerca de 75% dos documentos emitidos por este Conselho¹⁷². A documentação referente ao Brasil encontrada no Arquivo Geral de Simancas, não se limita apenas a Fundo do Conselho de Portugal, mas este possui mais documentação sobre esse assunto. O Conselho de Portugal tem estreitas relações com outros Conselhos, como o Estado, organização da diplomacia e aspectos militares nas colônias portuguesas. Também suas relações com o conselho de Finanças eram constantes, encarregado de financiar a ocupação da guerra, mantendo a contabilidade ao supervisionar essas atividades.

O Arquivo de Simancas¹⁷³ desempenha um papel importante na administração do Império como um instrumento de dominação e controle da monarquia sobre seus súditos e como elemento de propaganda real. No entanto, não exerce um papel importante no desenvolvimento de burocracia administrativa, devido ao afastamento dos tribunais localizados em Madrid, ou como uma fonte de referência para a pesquisa histórica, mas como

¹⁷¹ SANTAELLA STELLA, Roseli: *Brasil durante el gobierno español: 1580-1640*. Madrid. Fundación Histórica Tavera, 2000, p. 114-115. Para ampliar datos sobre o procedimiento, ver capítulo 6: *los trámites burocráticos de la administración española hasta el despacho final*.

¹⁷² GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda. E: Guia para fontes manuscritas para a história do Brasil preservados em Espanha. Fundación Mapfre-Tavera-Ministério da Cultura do Brasil, 2002, p. 86.

¹⁷³ RODRIGUEZ DE DIEGO, Jose Luis. *Importância histórica do conteúdo da revista Archives of Simancas*. In: Anais de mecânica e elétrica, março-abril de 2007, pp 55-62. De acordo com Luis GARCÍA MARTÍNEZ.

uma fonte para justificar o poder real através da custódia documento que ateste de forma confiável seus poderes como um instrumento para governar, para o monarca e seus assessores poderão tomar as decisões adequadas para o governo diferentes territórios da monarquia¹⁷⁴.

Diferentes historiadores se voltaram ao Arquivo de Simancas nos séculos XIX e XX, consciente da importância de seu Financiamento para o estudo da história de Portugal e suas colônias ultramarinas. Varnhagen, o primeiro brasileiro a visitar o arquivo, em 1840, buscava documentos sobre o Brasil na época dos Felipes.

A documentação sobre o Brasil na época da União Ibérica está em diferentes arquivos espanhóis. O trabalho de Martínez¹⁷⁵, Guia de Fontes manuscritas para a história do Brasil conservadas em Espanha (2002), fez parte do Projeto de documentação Histórica Resgate Barão do Rio Branco” promovido pelo Ministério da Cultura do Brasil e pela Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro foi iniciado em 1994.

Na seção Geral e Arquivo Histórico Provincial, inclui,entre outros, alguns arquivos estatais, tais como o Arquivo Histórico Nacional o Arquivo Geral de Simancas e o Archivo General de Indias¹⁷⁶.A seção dedicada ao Arquivo Geral de Simancas foi conduzido por Santaella Stella. Outros fundos são mantidos nesse arquivo e como já foi indicado, a documentação para o Brasil durante o tempo União Ibérica, que foi inserido na administração indiana do Império Espanhol. É considerada a lista mais detalhada do momento A documentação do Conselho de Portugal situa-se desde 1580, ano da União Ibérica, organizado em 34 arquivos.

Na documentação contida no Arquivo Geral de Simancas para estudo da fase colonial do Brasil, não só consta o Fundo do Conselho de Portugal, mas outros fundos listados no arquivo, e em seções diferentes, como o Secretário de Estado (Negócio da Flandres, negociação França), Guerra e Marinha, mapas, plantas e desenhos; Contabilidade de Departamentos de Contas e Provincial (conselhos provinciais, incluindo o Conselho de Portugal).

¹⁷⁴ MARTÍNEZ, Elda E. González. O Arquivo de Simancas no Antigo Regime: Patrimônio Secreto real justificação e legitimidade. In: Boletim do ANABAD, Volume 9, No. 2, 1999, pp 77 - 116.

¹⁷⁵ Guia de Fontes manuscritas para a história do Brasil conservadas em Espanha. Madrid, Fundación Mapfre Tavera-Brasília, Ministério da Cultura do Brasil, 2002. (Projeto Resgate de Documentação Histórica do Brasil Colônia Barão do Rio Branco).

¹⁷⁶ SOUSA, Esther Trigo; LAFANDE, Maria de Lurdes. Lisboa, 1961. Título 31 da edição de Português: Guia de Fontes manuscrito para uma história do Brasil manteve los Espanha. Madrid, Fundación Mapfre Tavera, Brasília, Ministério da Cultura do Brasil, 2002. (Projeto Resgate de Documentação Histórica do Brasil Colônia Barão do Rio Branco).

A construção da identidade urbana durante o período ibérico no Brasil

Na reconstrução do processo histórico, visíveis nos registros legados pelas gerações passadas, os documentos historiográficos são as únicas ferramentas seguras para o pesquisador. Mas, há uma grande lacuna com relação ao período ibérico sob o domínio espanhol no Brasil, desde os fatos históricos, até aspectos econômicos de investimentos, produção e comércio, e as questões sócio-culturais. Há aí um componente, provavelmente proposital, desde incêndios de documentos das Câmaras Municipais de Salvador, Olinda e São Vicente, durante ataques estrangeiros diretamente ligados às questões ibéricas. Também contribuiu para a escassez de documentos, a falta de recursos técnicos e pessoal qualificado, instalações precárias e regulamentos para a preservação dos poucos documentos que resistiram aos séculos, mas que não impediram a salvaguarda e conservação de documentos portugueses e holandeses, por exemplo, por haver interesse direto de governantes.

Também é importante considerar que essa escassez de documentos poderia provocar a falta de estudos sobre os séculos XVI e XVII, mesmo tendo um volume grande de acontecimentos relevantes sido impulsionado durante o governo espanhol. Mas, a como a valorização do agente realizador e do mito fundador, pode ter havido o estímulo ao desinteresse pelo tema, devido a supremacia do interesse luso, onde os fundamentos da historiografia brasileira estavariam apoiados na história oficial lusa, como seria natural, e calcados nos arquivos portugueses, especialmente no Arquivo da Torre do Tombo. Assim, fica claro que o estudo das relações do Brasil com o Império dos Áustrias ficasse relegado ao segundo plano, mesmo tendo sido uma fase política singular. Vale considerar que parte dos manuscritos relacionados aos fatos narrados sobre o Brasil estão em arquivos no exterior, como é o caso dos arquivos espanhóis.

Dentre diversos arquivos na Espanha que guardam documentação de interesse da história do Brasil, além do já citado Archivo General de Simancas, o Archivo General de Indias e o Archivo Histórico Provincial de Santa Cruz de Tenerife. Outros documentos relevantes estão no Arquivo de Sevilha, como os provenientes do Conselho de Portugal que se trata de instituição do poder central, que faz mediação entre as instituições portuguesas e os monarcas da Corte espanhola. Como os reis espanhóis do período de união das Coroas, foram assessorados pelo Conselho de Portugal, ou por juntas ad hoc sediadas em Madri ou Valhadoli, os documentos relativos aos territórios do Império luso, entre eles o Brasil, encontram-se na sua maior parte depositados na Espanha, mas especialmente no Arquivo de Simancas.

Os papéis desse com determinações diretas ao Brasil, e indiretas estão guardadas no Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, em correspondências enviadas pelas Reais Audiências, como é o caso da de Buenos Aires, e nos despachos do Conselho de Índias ou deliberações régias correspondentes. No geral, são determinações para as audiências, muitas das quais visando regulamentar ou coibir as relações entre o Brasil e as possessões espanholas. No Arquivo de Tenerife estão guardados, entre outros, os documentos relacionados ao trato espanhol dos principais portos brasileiros. Através dos registros de certos escrivãos locais, é também possível vislumbrar a estrutura comercial nos seus múltiplos aspectos.

Bibliografia sugerida sobre a União Ibérica

ALVES, Francisco Manuel. *Catálogo dos manuscritos de Simancas respeitantes a historia portuguesa*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

ALVES, Padre Francisco Manuel. *Catálogo dos Manuscritos de Simancas Respeitantes à História Portuguesa*, Coimbra, s/ed., 1933.

ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS. *Catálogos redactados por el personal facultativo de este archivo bajo la dirección de D. Mariano Alcocer y Martínez*. Valladolid, 1926.

BACHILLER CABRIA, Juan Vicente. *Cartografia manuscrita de Brasil en las colecciones españolas (1500-1822)/ Cartografia manuscrita do Brasil nas coleções espanholas (1500-1822)*. Salamanca, Centro de Estudios Brasileños/Ediciones Anthema, 2008.

BERTOLETTI, Esther Caldas. *Arquivo Ultramarino e o Projeto de Microfilmagem dos Documentos Para a História do Brasil*. Revista da Sociedade Brasileira de pesquisa Histórica, Nº 11 (Curitiba, 1996).

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando Jesús. *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la Génesis del Portugal Católico*. Madrid. Edit. de la Univ. Complutense, 1987.

CARLOS MORALES, Carlos Javier de. *El Consejo de Hacienda de Castilla, 1523-1602*. Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura. Valladolid, 1996.

CARLOS MORALES, Carlos Javier de. *Portugal y Felipe II*. In: *Cuenta y razón del pensamiento actual*, n. 106, 1998, pp. 79-88.

de Simancas, 1826.

DÍAZ SÁNCHEZ, Francisco. *Guía de la Villa y Archivo de Simancas*. Madrid, Tipografía de Manuel G. Hernández, 1885.

Editorial, 2002.

- FERNÁNDEZ CONTI, Santiago. *Los Consejos de Estado y Guerra de la Monarquía Hispana durante la época de Felipe II (1548-1598)*. Madrid. Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1977.
- FRANÇA, Eduardo D' Oliveira. *Portugal na Época da Restauração, Tese apresentada ao concurso para provimento da Cadeira de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. 1951, p. 4.
- GAITE PASTOR, Jesús. *El sistema de Archivos de la administración central española*. In: Revista general de información y documentación, Vol. 9, n. 2, 1999, pp. 127-136.
- GALLO LEÓN, Francisco José. *Archivos españoles: Guía del usuario*. Madrid, Alianza
- GARCÍA FIGUERAS, Tomás. *La leyenda del Sebastianismo*. In: Revista de Estudios Políticos, No. 13-14, 1944, pp. 163-179.
- GONZÁLES GARCIA, Pedro. *Novas Tecnologias no Arquivo Geral de Índias*. Acervo – Revista do Arquivo Nacional, v. 7, Nº 01/02 (Rio de Janeiro, Jan/Dez 1994) p. 75-90.
- GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda E. *Guía de Fuentes manuscritas para la historia del Brasil conservadas en España*. Madrid, Fundación Mapfre Tavera-Ministério da Cultura do Brasil, 2002. (Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco).
- GONZÁLEZ, Tomás. *Inventario Razonado de los Papeles de Estado de la Negociación de Portugal que Alcanza en este Real Archivo de Simancas hasta el Año de 1700*. (Inventário manuscrito, Nº 44).
- GUÍA DEL ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS. Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, 1958.
- MARQUES, Guida: *L’Amerique portugaise pendant l’Union iberique ou l’invention du Brésil entre deux monarchies (1580-1640): réflexion autour d’un problem historiographique*. In: Actes du colloque interdisciplinaire: Nouvelles perspectives de la recherche française sur la culture portugaise. París, 5-6 de febrero de 2007.
- MARTÍNEZ GARCÍA, Luís. *El Archivo de Simancas en el Antiguo Régimen: Secreto, Patrimonio, Justificación y Legitimidad real*. In: Boletín de la ANABAD, Tomo 49, No. 2, 1999, pp. 77-116.
- MELLO NETO, João Cabral de. *O Arquivo das Índias e o Brasil-Documentos para a História do Brasil Existentes no Arquivo de Índias de Sevilha*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1966.
- MELLO, José Antonio de Mello. *A Universidade do Recife e a Pesquisa Histórica*, Recife, Universidade do Recife, 1959.

MORACHEL POCATERRA, Mariana. *Las Ordenanzas del Real y Supremo Consejo de Indias de 1636*. Primera Parte. In: Cuadernos de Historia del Derecho, No. 8, 2001, pp. 273-379.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz de. *Guia da História do Brasil Colonial*. Universidade portugalense Infante D. Henrique. Porto, 1992.

NUÑEZ ARCA, P. *Os três Felipes da Espanha que foram reis do Brasil (Um capítulo esquecido da História do Brasil)*. Reivindicação histórica dos 60 anos do período filipino. São Paulo. Edigraf, 1957.

PACCA DE ALMEIDA WRIGHT, Antonia Fernanda; SANTAELLA STELLA, Roseli. *As Canarias e o Brasil na rota atlântica durante a união peninsular*. São Paulo, 2002.

PLAZA BORES, Ángel de la. *Archivo General de Simancas, Guía del Investigador*, 4ª edición. Ministerio de Cultura. Madrid, 1992.

QUEIROZ VELLOSO, José María. *O Arquivo Geral de Simancas: sua importância capital para a história portuguesa*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

REPRESA FERNÁNDEZ, María Francisca; ÁLVAREZ GARCÍA, Carlos; REPRESA FERNÁNDEZ, Miguel. *Archivo General de Simancas*. Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, 1976.

RODRÍGUEZ DE DIEGO, José Luís: *Fondos documentales en el Archivo General de Simancas: el Consejo de Hacienda*. En: Primer Congreso de Historia de Zamora, T. 1. Fuentes documentales, 1989, pp. 121-136.

SANTAELLA STELLA, Roseli. *Catálogo dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo Geral de Simancas, Espanha, sec. XVI e XVII*. Roseli Santaella Stella. São Paulo, Dep. de História Fac. de Ciências e Letras Cruzeiro do Sul, 1990.

SANTAELLA STELLA, Roseli. *O Domínio Espanhol no Brasil Durante a Monarquia dos Filipes: 1580-1640*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1993.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal - Governo dos Reis Espanhóis (1580-1640)*, Lisboa, Verbo, v. IV, 1979.

SOUTO MAIOR, Pedro. *Nos Archivos de Hispanha*. Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro, T. 81 (Rio de Janeiro, 1917).

SOUZA JÚNIOR, Antonio. *Manuscritos do Brasil nos Arquivos de Portugal e Espanha*. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1969.

TRIGO DE SOUSA, Esther ; LAFANDE, Maria de Lurdes: *O Archivo General de Simancas e a expansão ultramarina portuguesa*. Lisboa, 1961.

VELLOSO, J. M. de Queiroz. *O arquivo geral de Simancas: sua importancia capital para a historia portuguesa*. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1923.

VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1968.

VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim. *História de Portugal*. Volume IV: Governo dos Reis espanhóis (1580-1640). Edit. Verbo, Lisboa, 1979.

VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim: *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580- 1668): estudos históricos*. Lisboa, Colibri, 1994.

VIEGAS, Antonio Pais. *Manifesto do Reyno de Portugal no qual se declara o direyto, as causas, & o modo que teve para exemirse da obediencia del Rey de Castella & tomar a voz do Serenissimo Dom Joam IV do nome, & XVIII, entre os reys verdadeyros deste Reyno*. Lisboa, por Paulo Craesbeeck, 1641.